

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE DIREITO



## **LEGISPERTIGAGEM DA PAREMIOLOGIA**

**A fundamentação no Direito popular de princípios jurídicos  
utilizados na jurisprudência e nas leis**

**FILIPPE VASQUES DO NASCIMENTO NETO LOPES**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito à  
obtenção do grau de mestre no âmbito do Mestrado  
Científico em Ciências Histórico-Jurídicas da Faculdade de  
Direito da Universidade de Lisboa, sob a orientação do  
Professor Doutor Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto.

**Mestrado Científico em Ciências Histórico-Jurídicas**

**LISBOA**

**2017**

Aos meus pais,  
À minha família,  
Ao meu melhor Amigo.  
*Ad majorem Dei gloriam.*

## Resumo

Com este trabalho, pretende-se fazer um estudo geral sobre as relações entre a paremiologia e o Direito. A relação daquela com o Direito popular, apesar de ser um bom ponto de partida, não esgota a tese que se apresenta. Na verdade, importante olhar com especial interesse para as decisões dos tribunais superiores portugueses, na medida em que se pretende descobrir até que ponto estão os nossos juízes interessados nestas matérias paremiológicas.

A utilização concreta em decisões judiciais, constitui na verdade uma realidade inegável, que não se pode ignorar. Os provérbios são utilizados, repetidos, trabalhados nas mais diversas instâncias, pelos mais diversos actores e sobre as mais diferentes matérias jurídicas.

Por outro lado, explica-se que os provérbios são constituídos por previsão e estatuição, enquanto simultaneamente dotados de generalidade e abstração. Dessa maneira se chega à defesa da ideia de serem as normas jurídicas provérbios eruditos.

Para além disso, explica-se que longe de ser uma matéria desconectada da realidade académica, os estudos paremiológicos tendem a ser valorizados como autênticas escolas de sabedoria, lições para a vida em sociedade. O ensino destas matérias revela, pois, uma importância crescente, sobretudo para combater o mundo de informação voraz de hoje.

Acresce a importância que ao nível das relações interculturais têm, pois diversos povos apresentam diferentes expressões proverbiais. Do mesmo modo, são importantes para se entender as diversas áreas do conhecimento, o que lhes confere uma multidisciplinaridade ímpar. Na verdade, apesar de serem frases curtas, as expressões populares são ricas em ciência e em saber.

Assim, defende-se que o estudo das matérias proverbiais deve ser feito inclusivamente no mundo académico jurídico, para acompanhar a realidade dos tribunais e para facilitar o conhecimento do próprio Direito. Na verdade, não só a paremiologia pode servir para conhecer as práticas judiciais da actualidade, como constitui uma riqueza para o ensino que se tem de revelar.

**Palavras-chave:** Paremiologia; Direito Popular; Jurisprudência Portuguesa; Inter (Cultural + Interdisciplinar); Educação.

## Abstract

With this work, it is intended to make a general study about the relationship between Law and paremiology. The strong link to the Popular Law, despite being a good starting point, does not exhaust the thesis that is to be study. In fact, it is given a special attention to the decisions made at the Portuguese higher courts, to understand what are the uses made by the the judges and to see if they are interested in this paremiological studies.

The use of popular expressions at Portuguese Case Law is a reality that can not be ignored. The proverbs are used, repeated, worked on in several levels, by various actors, such judges and interested, one the most diferente legal mathers.

On the other hand, it is explained that the proverbs are constituted by prediction and statuition, while simultaneously endowed with generality and abstraction. It is because of this, that is here defend that the legal rules are also proverbs, but scholars proverb.

In addition, it is explained that far from being a matter disconnected from academic reality, the paremiological studies tend to be valued as wisdom schools, lessons for life in society. The teaching of this subjects is therefore of increasing import, particularly in order to path through the voracious and connected world of today.

Most important, is the importance of this to the intercultural relations, beacause different people have different proverbial expressions. In the same way, they are important to understand different areas of knowledge, which gives them a unique multidisciplinary. In fact, although they are short sentences, the proverbs are full of science and full of knowledge.

With this said, it is my understand that the study of proverbs should be done even at the faculties of law, to follow the reality of the courts and even to understand the law itself. In fact, not only the paremiology could be used know the judicial practices of today, but it is also important for the teaching of Law.

**Key words:** Paremiology, Popular Law, Portuguese Case Law, Inter (Cultural + Disciplinary), Education.

### **À guisa de enquadramento académico,**

poderia começar por dizer que a utilização de provérbios populares na jurisprudência portuguesa é algo tão intrínseco à mesma, que merece só por si ser alvo de um estudo aprofundado<sup>1</sup>.

Em bom rigor este trabalho deveria ter apenas como subtítulo «a fundamentação no Direito popular de princípios jurídicos utilizados na jurisprudência», pois só estes serão alvo do presente estudo. Se por um acaso propositado levou no fim também «as leis», foi mais para acautelar trabalhos futuros, direitos de autor e outras questões ou obrigações. De facto, seria de todo impossível estudar na sede, para além da jurisprudência, também a legislação de inspiração paremiológica, ou os provérbios de inspiração jurídica.

Talvez à frente do subtítulo indicado devesse estar uma referência a ser este o «Volume I» desta obra. Vejamos se algum dia haverá oportunidade para um «Volume II».

Da mesma forma, apenas a jurisprudência oriunda dos tribunais judiciais das Relações e do Supremo Tribunal de Justiça será analisada<sup>2</sup>, devido à economia processual que impede um estudo exaustivo nesta sede. Acresce serem as decisões saídas destas instâncias obrigatoriamente oriundas de colectivos de juízes, pelo que, a aparecerem provérbios, o que ainda não é líquido, serão sempre da responsabilidade de mais do que um julgador, não podendo por isso ser reconduzidos à mera casualidade de um só sujeito.

Por outro lado, tratar dos provérbios da primeira instância, muitos deles quase inacessíveis, ou dos oriundos de tribunais administrativos e fiscais, militares, de contas, marítimos ou arbitrais, seria não um trabalho hercúleo, mas sim para uma vida que não se esgota, nem pode esgotar, numa tese de mestrado<sup>3</sup>.

Isto não significa que se omitam deste trabalho questões introdutórias, antes pelo contrário, pois é nesta sede que se compreenderá as ideias que

---

1 Na realidade, cumpre neste momento também explicar que escrevo este trabalho com o antigo Acordo Ortográfico, salvo alguma gralha involuntária que se tenha lembrado de pousar nestas linhas.

2 Reconduzindo, assim, este trabalho à alínea a), do número 1 do Artigo 211.º da Constituição da República Portuguesa.

3 Em todo o caso, na 3ª parte deste trabalho constam alguns provérbios oriundos de algumas destas outras categorias de tribunais, bem como dos Julgados de Paz, para servirem de exemplo do que se pode encontrar nessas sedes.

unem o Direito aos provérbios, a sua importância, desenvolvimento e conclusão.

Assim, este trabalho será esquematizado com uma estrutura simples: numa primeira parte, um capítulo dedicado a compreender esta temática que dá pelo nome de paremiologia; numa segunda parte, serão retirados dos acórdãos portugueses seleccionados os provérbios e expressões populares; numa terceira parte, será tempo de verificar o conjunto paremiológico retirado da jurisprudência portuguesa.

Desse modo, poderão ser alcançados os objectivos deste trabalho, que passa por compreender se estão e como estão a ser utilizados provérbios nas decisões dos tribunais portugueses.

Na verdade, longe de ser uma matéria estranha e até descaracterizadora do Direito, os provérbios estão de tal maneira enraizados no mundo jurídico, que os tribunais portugueses não só não se têm inibido de os utilizar, como o seu emprego tem sido amiúde e recorrente.

Para além disso, é preciso não esquecer o profícuo efeito que o seu serviço empresta à clareza jurídica, uma vez que para o cidadão comum é sempre mais compreensível o que é perceptível, do que o que permanece para os devidos efeitos incognoscível. Já lá vai o tempo em que o Direito estava reservado a uma elite, tempo esse que terminou quando os romanos descobriram que de cega a justiça só tinha Appius Claudius.

A utilização, por isso, de provérbios e expressões populares na própria construção jurídica, não só existe, como deve ser devidamente escarpada, analisada e apresentada. Nesse sentido, sendo certo que esta é uma matéria que atravessa todo o Direito, reveste particular interesse analisar o que se passa ao nível dos tribunais portugueses, como anunciado, previsto e seguidamente concretizado.

De facto, várias categorias de tribunais utilizam recorrentemente provérbios populares para fundamentar, explicar ou complementar as suas decisões, desde os Julgados de Paz<sup>4</sup> aos Tribunais das Relações<sup>5</sup>, do Supremo Tribunal Administrativo<sup>6</sup> ao Supremo Tribunal de Justiça<sup>7</sup>.

---

4 V.g., Sentença do Julgado de Paz de Castro Verde, de 16 de Dezembro de 2009, relator Sandra Marques.

Simultaneamente, são abrangidas variadas matérias jurídicas, abarcados diversos institutos, tratados dos mais diferentes assuntos e utilizados num grande número de situações, de tal forma que muitas vezes se estranha a sua não comparência, quando por sentido de oportunidade poderiam ser colocados em muitas outras ocasiões.

Nem só de provérbios, porém, vive a paremiologia. Na verdade, embora esta possa ser o estudo científico daqueles, ficando a cargo da paremiografia a responsabilidade de coligir colectâneas dos mesmos, serão sempre as expressões populares o alvo deste tipo de estudo. E nesta diferença subtilmente apresentada entre paremiologia e paremiografia surge a necessidade de enquadrar a expressão «parémia», porque é nesta que se fundamenta o que agora se estuda.

De facto, parémia é um «dito alegórico e curto, de composição culta, que obriga a pensar demoradamente»<sup>8</sup>. Por aqui se entende que não é matéria desinteressante, sequer pouco importante, porque submete ao receptor da mensagem constante da dita parémia, um trabalho mental de pensamento e avaliação.

Esse trabalho mental é de tal forma exigente, que na actualidade cada vez mais são os estudiosos e académicos que se reúnem para tratar exclusivamente desse assunto. Não só a matéria é reconhecida em cursos específicos, existindo inclusivamente um doutoramento na área, leccionado na Complutense de Madrid<sup>9</sup>, como anualmente são realizados diversos eventos específicos sobre a temática, sendo o mais relevante o Congresso Interdisciplinar dinamizado pela Associação Internacional de Paremiologia<sup>10</sup>.

---

5 V.g., Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 17 de Novembro de 2009, Processo n.º 34/08.7TBFCR-L.C1, relator Carlos Moreira.

6 V.g., Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 12 de Abril de 2012, Processo n.º 0298/12, relator Ascensão Lopes.

7 V.g., Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 17 de Abril de 2008, Processo n.º 07P1521, relator Santos Carvalho.

8 SOARES, Rui J.B - *Do Ano ao Santo tudo é encanto : ditos populares ao longo do ano.* - [Torres Novas] : Ed. do autor : Gráfica Almondina, 2002, p.9

9 <https://www.ucm.es/data/cont/media/www/pag-35671/Programa%20Doctorado.pdf>

10 Entidade parceira da UNESCO, que conta com especialistas mundiais formados nas mais diversas áreas, como matemáticos, historiadores, agrónomos, diplomatas, linguistas, entre outros. Mais informações: <http://www.colloquium-proverbs.org/>

Torna-se, aliás, interessante verificar que o curioso neste género de trabalhos nem sequer é encontrar e analisar as expressões populares identificadas como tal. Isto porque sempre que o autor de determinado texto utiliza as palavras «provérbio», «ditado», «aforismo», «adágio», «brocardo» ou similares, é fácil identificar a existência de uma expressão popular.

Interessante neste género de trabalho, para além da colectânea de expressões populares em que se utilizam os acórdãos como fonte das mesmas, são as situações em que os autores utilizam os provérbios a talhe de foice, no meio do resto do texto, sem os identificarem como tal. A título de exemplo, que nestas coisas é sempre melhor exemplificar para entender o que se explica, a expressão «a talhe de foice»<sup>11</sup>.

Acontece, porém, que ainda que estando as expressões populares bem identificadas, isso não significa que o seu estudo fique mais facilitado. Na verdade, estudo não seria estudo, se não fosse estudado o que haveria para estudar. Isto é, se este trabalho se limitasse a retirar provérbios e adágios de acórdãos portugueses<sup>12</sup>, perder-se-ia uma boa oportunidade para estudar o significado e a importância dessas expressões populares.

Por outro lado, ao pretender analisar quase individualmente cada um dos provérbios utilizados na jurisprudência portuguesa, há um claro limite de expressões a investigar que o próprio número de páginas da dissertação impõe.

Assim, as expressões populares não serão todas retiradas dos acórdãos da mesma forma, pois não repetir o mesmo método é uma das riquezas que a própria paremiologia assume.

Na verdade, se por um lado se procurará colocar sempre excertos das decisões judiciais nos quais estão inseridos provérbios, até para se aperceber o contexto onde os mesmos aparecem, nem sempre será possível acompanhar esse excerto de uma explicação do caso onde se insere. De facto, por vezes basta o excerto para se entender porque o mesmo se utilizou.

---

11 Ou anteriormente «nem só de provérbios vive a paremiologia», expressão linguística que remete imediatamente para a primeira parte do provérbio bíblico «nem só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus».

12 O que em todo o caso sempre seria um trabalho pioneiro.



De igual modo, se nalguns casos se procurará explicar o significado da expressão popular no contexto do qual surgiu, noutros se omitirá essa explicação, não vedando ao leitor a riqueza de fazer, ele mesmo, essa interpretação.

Espera-se, no entanto, que a riqueza dos provérbios escolhidos possa compensar a dos que necessariamente terão de ficar de fora.

Para além disso, é preciso também não esquecer ser este um estudo pioneiro<sup>13</sup>, razão pela qual a quantidade da bibliografia utilizada terá de ser necessariamente compensada com a qualidade dos materiais utilizados. Na verdade, embora outros estudiosos tenham utilizado nos seus trabalhos provérbios, um trabalho de provérbios já será algo mais incomum.<sup>14</sup>

Não se pense, todavia, ser esta uma matéria incipiente, ou absolutamente irrelevante: se fosse, não existiria e se existe, merece ser estudada. E o que existe é a utilização de expressões e provérbios populares na jurisprudência portuguesa, utilização essa cuja reconhecida importância emana das próprias decisões judiciais.

A esse propósito esclarece o douto acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 28 de Abril de 2010, Processo n.º 26/08.6EACTB.C1, relator Pilar de Oliveira:

«[os provérbios] são a expressão do próprio sentimento popular e da noção que qualquer pessoa tem, ainda que iletrada, do que sejam as regras da experiência e do que estas podem legitimar em termos de extrair do provado directamente outras ilações/factos que, embora não apreensíveis directamente, são igualmente certos e seguros.»<sup>15</sup>

Assim, mais do que uma possibilidade, este estudo consigna uma necessidade: é tão importante e obrigatório estudar as expressões populares

---

13 Ou quase, uma vez que se atentarmos bem, «não há nada de novo debaixo do sol».

14 De realçar, no entanto, alguns trabalhos de etnográfica jurídica portuguesa já publicados, que se apontam na bibliografia e bastantes úteis para a presente dissertação, sobretudo para a construção mental que constitui a primeira parte.

15 Não é, porém caso isolado. V.g., o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de Outubro de 2013, Processo n.º 2212/09.2TBACB.L1.S1, relator Fernando Bento, também se refere à importância dos provérbios, entre outras sentenças e decisões judiciais que realçam a utilidade desta temática.

utilizadas na jurisprudência portuguesa, como entender as próprias decisões judiciais, sobretudo em contexto intercultural.

O estudo, pois, desta temática abraçada pelo Direito, é tanto mais importante, quanto importante é a riqueza da interdisciplinaridade que deste modo se consegue.

É curioso o paralelismo que a este propósito podemos fazer com os institutos jurídicos, uma vez que se não soubermos o seu significado, não saberemos quando utilizá-los em cada situação, nem o que manifestam no caso de cada utilização. Tal acontece com as expressões populares, cujo significando apesar de mais claro não inviabiliza a necessidade de estudo.

Acontece que estudar um provérbio está longe de ser colocá-lo numa folha em branco com uma breve descrição à frente. Na verdade, há todo um conjunto de informações essenciais que devem acompanhar esse provérbio e essa descrição<sup>16</sup>.

Desde logo é possível o mais das vezes encontrar a origem dessa expressão popular<sup>17</sup>, porque ao contrário da ideia generalizada não é por ter uma origem identificada que determinada expressão perde a classificação de provérbio, o que num capítulo introdutório sobre o significado de paremiologia melhor se explicará.

Depois, é também necessário procurar expressões populares utilizadas noutros países e que sejam similares à que se está a estudar, numa espécie de Direito comparado de utilidade inegável<sup>18</sup>.

A paremiologia comparada, que visa estudar as influências das diversas culturas e línguas na formulação e utilização do mesmo princípio proverbial, constitui mais um paralelismo que se pode fazer entre provérbios e Direito, entre diversos outros que devida e oportunamente se apresentarão.

---

16 Elementos obviamente obrigatórios no estudo de provérbios, sem o qual não seria estudo, mas mera colectânea, a que, todavia, não se nega importância, como referido na nota 11.

17 O exemplo utilizado anteriormente, «nem só de pão vive o homem» é de origem bíblica, como referido, aparecendo em Deuteronómio 8:3 e Mateus 4:4.

18 V.g., o provérbio jurídico in dubio pro reo, em latim, tem como similares expressões, entre outras, a portuguesa «na dúvida, favorece-se o réu », a inglesa «*when in doubt, for the accused*», em castelhano «*en caso de duda se favorecerá al imputado*», e em finlandês «*näytön osalta epäselviksi jääneissä tapauksissa asia on ratkaistava syytetyn eduksi*» (o mesmo é dizer, traduzindo à letra, algo que se faz a partir desta língua por óbvias razões, uma vez que o finlandês não estará ao alcance de todos, «quando a prova for pouco clara, a questão deve ser resolvida a favor do acusado»).

Finalmente, porque a utilidade dos provérbios reside na sua utilização, torna-se imperioso enquadrá-los em situações concretas, de utilidade precisa e num acontecimento real, mormente através daquilo que neste trabalho se estuda, como seja a jurisprudência portuguesa<sup>19</sup>.

Assim possam ser analisadas as expressões populares desta dissertação, depois de indicados alguns aspectos introdutórios já referidos e essenciais, como uma explicação sobre o que é a paremiologia, as semelhanças que existem entre provérbios e normas jurídicas e, finalmente, mas não por fim, sublinhada a importância daqueles para o ensino do Direito<sup>20</sup>.

Tudo isto e o mais que para o estudo se achar por conveniente será abordado ao longo do presente trabalho. Todavia, nesta breve apresentação serão analisados com o método indicado apenas cinco provérbios, de modo a posteriormente propagar o aqui escrito para muitos outros adágios e expressões populares.

Assim, neste momento poderemos observar a utilização pela jurisprudência portuguesa dos seguintes conhecidos provérbios populares:

- Quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele<sup>21</sup>;
- Quem não deve, não teme<sup>22</sup>;
- Sol na eira e chuva no nabal<sup>23</sup>;
- Quem diz o que quer, ouve o que não quer<sup>24</sup>;
- O pai imprudente torna o filho desobediente<sup>25</sup>.

Todos estes adágios foram retirados de acórdãos portugueses, pelo que se inserem num determinado contexto que aqui se coloca, com as decisões judiciais a aparecerem sublinhadas e os provérbios destacados a negrito.

---

19 Nesse aspecto está o presente trabalho facilitado, uma vez que parte deste último ponto para o primeiro.

20 Serão também abordados neste capítulo introdutório diversos estudos que da matéria têm sido feitos, nomeadamente o de PIRES DE LIMA, A. C., *Simbolismo Jurídico*, in *BFDC*, VII, 1922-23, pp.327-361, entre muitos outros que oportunamente se citarão.

21 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 28 de Abril de 2010, Processo n.º 26/08.6EACTB.C1, relator Pilar de Oliveira

22 *Idem*

23 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 17 de Novembro de 2009, Processo n.º 34/08.7TBFCR-L.C1, relator Carlos Moreira

24 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 17 de Abril de 2008, Processo n.º 07P1521, relator Santos Carvalho

25 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de Janeiro de 1993, Processo n.º 043310, relator Ferreira Dias

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 28 de Abril de 2010,  
Processo n.º 26/08.6EACTB.C1, relator Pilar de Oliveira

«Não menciona o arguido, nem tal resulta da factualidade provada que existissem outros locais de armazenamento de alimentos que se pudessem distinguir dos espaços em que estavam guardados os produtos alimentares que eventualmente destinasse a consumo privado. Esse seria o primeiro cuidado exigível a quem explora um restaurante.

Como diz o ditado popular “**quem não quer ser lobo não lhe veste a pele**” contrariando claramente as regras da experiência que quem explora restaurantes armazene juntamente com os bens destinados ao consumo público, produtos destinados a consumo privado e ainda para mais sem marcas de inspecção sanitária ou no estado descrito (a não ser que o arguido pretendesse ser autuado como foi).

Sintomático é que o arguido, como vem consignado na matéria provada, quando se apercebeu da chegada da ASAE, tenha retirado de um armário vários géneros alimentícios, colocando-os num logradouro contínuo (aqui cabe citar o provérbio “**quem não deve não teme**”). E citam-se os referidos provérbios porque eles são a expressão do próprio sentimento popular e da noção que qualquer pessoa têm, ainda que iletrada, do que sejam as regras da experiência e do que estas podem legitimar em termos de extrair do provado directamente outras ilações/factos que, embora não apreensíveis directamente, são igualmente certos e seguros.

Pelas expostas razões não se vislumbra que da sentença recorrida e da motivação da convicção que nela foi consignada resulte qualquer violação do princípio da livre apreciação da prova e do limite que lhe é imposto pelas regras da experiência, antes pelo contrário se vislumbram razões acrescidas, não expressamente mencionadas no seu texto, que impunham que o Tribunal recorrido concluísse como concluiu.»

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 17 de Novembro de  
2009, Processo n.º 34/08.7TBFCR-L.C1, relator Carlos Moreira

«Diga-se, *ab initio*, que não assiste razão ao recorrente quando clama pela nulidade da inscrição matricial com base na inexistência de título que permitisse ao serviço de finanças proceder a tal inscrição.

Em primeiro lugar porque, como se viu, e considerando a natureza e a ratio deste acto, é inexigível a tais serviços a perscrutação de tal título.

Em segundo lugar, porque, como bem expende o Sr. Administrador da Insolvência, este pedido consubstancia um verdadeiro abuso de direito, decorrente de um ***venire contra factum proprium***.

É que foi o recorrente que impetrou tal inscrição em nome da sociedade sem apresentar o título aquisitivo, pelo que, teria sido ele o autor da verificação da nulidade.

Ou seja, ele actua, convenientemente, em cada momento, em função dos seus próprios interesses, querendo, como diz o povo, na sua provecta sabedoria de experiencia feito **«sol na eira e chuva no nabal»**.

Mas não pode ser. A justiça, a ética, a honestidade, a hombridade, a coerência e a verticalidade a tal obstam.

E só com alguma condescendência e na perspectivação de que a actuação do recorrente é algo obnubilada e desfocada pelo facto de parecer confundir e interpenetrar os direitos, obrigações e interesses dele e da sociedade, por esta ser de cariz familiar e ele seu sócio gerente, não se despoleta nesta instancia o competente incidente de actuação em má fé.

Em todo o caso e mesmo que assim não fosse ou não se entenda, quedaria ainda irrelevante tal pedido, pois que, falecendo a tal inscrição qualquer virtualidade de atribuição ou constituição do direito de propriedade, sempre a decisão da causa passaria, como passará, pelo menos, a *latere* do mesmo.»

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 17 de Abril de 2008,  
Processo n.º 07P1521, relator Santos Carvalho

«Entendeu a Presidência deste tribunal - e continuará a entender - que o Tribunal a que preside constitui local adequado para a afixação de tudo o que tiver conteúdo informativo para aqueles em nome de quem administra a Justiça - o Povo - como bem se reconhece no comunicado (cfr. art. 21 °). Segundo crê a signatária, ao Povo interessa saber que, das multas processuais, taxa de justiça criminal, taxa de justiça cível e outras que pagam, revertem 80% para

aquelas entidades, sendo 21 % para o Conselho Geral da Ordem dos advogados, 3% para o Conselho Geral da Ordem dos Solicitadores e 56% para a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

Quanto ao restante conteúdo da resposta ao artigo de opinião, quer a signatária consignar que autorizou a sua afixação por concordar, à saciedade, com o seu conteúdo, pois que não vislumbra nela qualquer afirmação que, em boa fé, não possa reputar-se verdadeira. No que tange à forma, crê a signatária que a sua linguagem, pretensamente "boçal e deselegante ", se mostra perfeitamente justificada à luz do princípio da liberdade de expressão que assiste a todos os cidadãos, incluindo magistrados - pelo menos, na parte não incompatível com o dever de reserva que sobre eles impende - bem como do princípio da igualdade de armas. Como diz o povo, **"Quem diz o que quer, ouve o que não quer"**.

E o Senhor Dr. B vem dizendo o que quer, aviltando e dirigindo suspeições sobre magistrados, perante a inércia da Ordem dos Advogados e, presumidamente, a íntima concordância dos colegas que nele votaram nas mais recentes eleições para os órgãos daquela instituição. Mal andariam as coisas se os Magistrados a quem não é concedido o "tempo de antena" que é concedido ao Ilustre articulista/ advogado, Dr. B, não pudessem exprimir e publicitar no Tribunal onde exercem funções a sua posição, em resposta às aleivosias que aquele profere. Como, decerto, saberá V. Ex.<sup>a</sup>, a imprensa nasceu com a passagem da notícia de mão em mão, por vezes sobre a forma de panfletos. Nessa época, vivia-se o auge do Absolutismo. Hoje, com a concentração dos média num pequeno grupo de interesses económicos, a informação perde em pluralismo e, desse modo, artigos como o do Senhor Dr. B ficam sem resposta publicada ou, pelo menos, igualmente publicitada.»

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de Janeiro de 1993,  
Processo n.º 043310, relator Ferreira Dias

«Com efeito, a vítima não soube ser marido nem pai, pois tratava a mulher e os filhos, no número dos quais se encontrava o acusado, de forma prepotente e agressiva, chegando a ameaçar aquele de morte com uma pistola.

Não contribuía para as despesas domésticas relacionadas com a alimentação e vestuário.

Não prodigalizava carinho e amor aos filhos, maltratando-os, física e moralmente e chamando-os nomes injuriosos, principalmente ao filho varão, chegando a agredir este com um cinto e obrigando-o, por esse motivo, a receber tratamento hospitalar.

Não lhe pagava os estudos.

Proporcionava aos seus mais directos familiares um clima de intensa conflitualidade e um tenso e pesado ambiente familiar, que ocasionava medo, principalmente à esposa.

E tudo isto perdurou por largos anos, tendo-se agravado há cerca de um ano e meio antes dos factos.

Tornou-se, assim, a vítima um homem imprudente e, como diz o adágio popular, o "**pai imprudente torna o filho desobediente**".

Não podemos, todavia, olvidar que o arguido é uma pessoa - que, embora não padecendo de doença mental, a estrutura da sua personalidade sugere alguns traços paranóides (confira exame mental de folhas 486). Essa circunstância, como é de crer, aliada ao comportamento do pai, atrás descrito, e ao desejo de pôr termo, de uma vez para sempre, ao medo que em casa reinava e principalmente quanto a sua mãe - pessoa que muito amava - foram as gotas que fizeram transbordar a sua psique, passando a partir de certa altura a cogitar em tirar a vida a seu pai.

Contudo, por diversas vezes - nomeadamente na própria noite da deflagração dos acontecimentos - procurou recuar com a ideia que vinha congeminando, já há cerca de dois anos, mas à terceira perfectibilizou o seu propósito, matando o pai. Ora, todos estes componentes de facto são de molde a extrairmos a dedução de que se mostra, por força deles, desterrada a especial censurabilidade por parte do arguido, esculpida nos sinais dos exemplos-padrão das alíneas a), f) e g) do n. 2 do artigo 132. Apagada, assim, essa especial censurabilidade, positivamente que bem andou o acórdão apelado ao reputar o acusado como autor do crime de homicídio simples previsto e punível pelo artigo 131 do Código Penal, entendimento que se abraça.»

Apresentados que estão desta forma os acórdãos de onde se retiraram os provérbios a estudar, cumpre fazer aquilo que justamente se espera, isto é, estudar os provérbios retirados.

Na verdade, como visto ao serem lidos, os provérbios são enquadrados em determinadas situações, pelo que o contexto é essencial para entender o seu significado em cada caso concreto. No fundo, é este um exercício semelhante ao raciocínio jurídico, uma vez que também aqui se pretendem subsumir os factos concretos aos provérbios populares.

Assim, vimos como no primeiro acórdão o arguido terá desrespeitado as normas de higiene num restaurante, ao servir aos clientes produtos adquiridos para consumo próprio. Porém, veio depois a alegar que os produtos estavam meramente guardados no mesmo sítio, sendo diferentes para consumo próprio e para consumidor final, situação que o tribunal, embora pudesse admitir, não pôde deixar de criticar. Na verdade, se «quem não quer ser lobo não lhe veste a pele», não deveria o arguido ter colocado os produtos todos juntos.

Por outro lado, procurou este esconder a situação em causa, ao invés de admitir e encarar com naturalidade a chegada da ASAE, pelo que o tribunal atribuiu a esse facto um significado concreto. Uma vez que «quem não deve não teme», se o arguido nada tinha a temer, dificilmente se poderia compreender a sua actuação.

No que diz respeito ao segundo acórdão, o recorrente reclama de uma situação por ele próprio criada, ao não entregar qualquer título aquando de um registo predial, para mais tarde vir a reclamar dessa não entrega. Desse modo, andou bem o tribunal ao chamar a atenção dessa incoerência dizendo que não é possível ter «sol na eira e chuva no nabal».

Já relativamente ao terceiro acórdão, em causa estava um processo colocado pelo Bastonário da Ordem dos Advogados da época, por lhe terem sido feitas determinadas críticas, mas que costumava utilizar linguagem forte nas críticas que o próprio fazia. Desse modo, o parecer do Supremo foi claro: «quem diz o que quer, ouve o que não quer».

Finalmente, no mais dramático dos exemplos apresentados, o tribunal soube enquadrar o patricídio em causa nas circunstâncias que o rodearam, uma vez que o homem assassinado maltratara e se afastara da sua própria família, o que terá contribuído para que o próprio filho o assassinasse. De facto, «pai imprudente torna o filho desobediente».



Verifica-se deste modo que os provérbios utilizados nos exemplos apontados têm por si mesmos um significado próprio, embora a sua utilização em determinado contexto implique uma interpretação muitas vezes diferente da que valeria por si.

«Sol na eira e chuva no nabal», por exemplo, é, sem dúvida, um provérbio meteorológico. Na verdade, se chove no nabal, o que vai fazer com que o plantado fique viçoso, não se pode ao mesmo tempo ter sol na eira, que fica perto do nabal, para deixar secar o que lá se deixou. O contexto, porém, com que é trazido para o presente estudo, faz com que o seu conteúdo ganhe novo significado, sendo interpretado pelo leitor num sentido totalmente diferente do original, mas que não deixa de fazer sentido.

Isto porque as expressões populares surgem muitas vezes como remate, para sublinhar e realçar uma ideia, para dar uma conclusão ao exposto e fundamentar o antes dito com aquela que é «a voz de Deus».

E é justamente ao ler esse «dito alegórico e curto, de composição culta, que obriga a pensar demoradamente»<sup>26</sup>, que o leitor que ainda não o entendeu, passa a compreender o conteúdo da mensagem que se expressa, pois é obrigado, ainda que inconscientemente, a raciocinar, a pensar e a perceber o significado do que acabou de ler.

---

26 Ver nota 7.

## **1ª Parte – Mas afinal o que é isso de Paremiologia?**

### **A imagem de marca do homem**

«Vaidade das vaidades, diz Coélet, vaidade das vaidades! Tudo é vaidade. Que proveito tira o homem de todo o trabalho com que se afadiga debaixo do sol? Uma geração passa, outra vem; mas a terra sempre subsiste. O sol levanta-se, o sol põe-se; apressa-se a voltar a seu lugar; em seguida, levanta-se de novo. O vento vai em direção ao sul, vai em direção ao norte, volteia e gira nos mesmos circuitos. Todos os rios vão dar ao mar, mas o mar nunca se enche. Para onde sempre correram, continuam os rios a correr. Todas as coisas se afadigam, mais do que se pode dizer. A vista não se farta de ver, o ouvido nunca se sacia de ouvir. Aquilo que foi é aquilo que será; aquilo que foi feito, há-de voltar a fazer-se: Não há nada de novo debaixo do sol. Se é encontrada alguma coisa da qual se diz «Eis aí algo de novo!», ela já existia nos tempos passados. Não há memória do que é antigo, e nossos descendentes não deixarão memória junto daqueles que depois deles virão.»<sup>27</sup>

Pensa o Homem que é novo na terra. Não o é. Nem o é o Homem histórico, nem o homem que quotidianamente pisa o solo em que pisa, e que quando o pisa pensa que sabe tudo o que há para saber. Não sabe. Não é.

Na verdade, somos uns ignorantes. Se Sócrates só sabia que nada sabia, então nós, que temos infinitamente mais capacidade de conhecer que o filósofo grego, o que não é necessariamente sinónimo de conhecimento efectivo, somos uns verdadeiros ignorantes.

Tomemos como exemplo a origem da espécie, assunto sobre o qual o nosso conhecimento é praticamente nulo. A verdade, porém, é que sobre os primeiros homens não sabemos nada, nem quem foram, nem como foram, nem quando foram, nem porque foram, nem onde foram. Esclareça-se, de imediato, que em causa não está o facto da espécie humana ter surgido em África, mas sim algo muito mais simples e interessante, como seja saber quem foi o primeiro da nossa espécie, como surgiu, onde, especificamente, ou porquê e como viveu, com quem, que fazia, que contava, porque sorria, que cantava, se

---

27 Eclesiastes, 1, 2-11

sorria, se cantava, no fundo, quem era. De facto, não sabemos porque o homem é, apenas sabemos que é.

E se da nossa própria origem pouco sabemos, da origem da nossa civilização não sabemos muito mais. De facto, esta surge na história do homem como que *in medias res*<sup>28</sup>: não sabemos quando, não sabemos quem, não sabemos como, não sabemos nada. No que concerne à história da humanidade, «quando o pano sobe, já a peça vai a meio»<sup>29</sup>.

A verdade é que para todos os efeitos, o que difere a história da pré-história é tão somente o facto da primeira estar escrita, enquanto a segunda o não está. Ou melhor, para ser mais correcto, enquanto as civilizações da história já conheciam a escrita, as da pré-história ainda não. Todavia, não é por não conhecer a escrita, que as civilizações pré-históricas diferem substancialmente das históricas.

De facto, todas as acções do homem acontecem antes de escritas, ou seja, são pré-históricas antes de históricas. Por exemplo, quando uma notícia realmente importante é digna de aparecer num jornal, isto porque só as notícias realmente importantes são dignas de aparecer nos jornais, primeiro acontece, só depois é reduzida a escrito. Fernão Lopes ou Rui de Pina, *v.g.*, escreveram as crónicas sobre os nossos reis séculos depois de alguns deles terem falecido, o que não impede que constituam ainda hoje fontes importantíssimas sobre determinados acontecimentos.

E na Carta aos Tessalonicenses, São Paulo adverte para o valor da tradição oral em paralelo com a escrita<sup>30</sup>. É, também, este o papel ingrato do historiador, perder-se nas brumas de uma memória que não viveu.

Tudo o que acontece, acontece antes de ser reduzido a escrito. De facto, se Comenius dizia que «nada há no pensamento que não tenha passado

---

28 Expressão latina que designa uma técnica literária, no qual o leitor é introduzido na narrativa a meio da acção, muito utilizada por, entre outros, Homero, Virgílio, Camões. Da *Ars Poetica* de Horácio: «*Semper ad eventum festinat et in media res non secus ac notas auditorem rapit*»

29 CHESTERTON, G.K., *O homem eterno*; trad. Maria José Figueiredo – Portugal, Lisboa: Aletheia, 2009, pág. 88

30 «Portanto, irmãos, estai firmes e conservai as tradições nas quais fostes instruídos por nós, por palavra ou por carta.» II Tess. 2:15

primeiro pelos sentidos»<sup>31</sup>, então também é possível dizer que nada há concretizado que não tenha estado antes no pensamento. Não podemos é concluir que tudo o que esteja escrito tenha antes sido concretizado.

Efectivamente, não só quem conta um conto acrescenta um ponto, e de oral para escrito muitos pontos se acrescentam, como também o que acontece pode muito bem não ter sido bem assim.

Nem tudo o que é escrito aconteceu. Nem tudo o que aconteceu é escrito. Isto ajuda-nos a entender que, de facto, a vida social pré-histórica, a partir do momento que passou a ser social, não deveria diferir muito da nossa, regendo-se pelos mesmos princípio que a nossa, tendo a mesma imagem de marca que ainda hoje faz do homem aquilo que é.

. Aliás, o chamado berço da civilização está localizado não numa zona do globo que em tempos se constituía por florestas frondosas ou planícies deslumbrantes, mas pelo contrário, na chamada Mesopotâmia. Porém, a civilização que vemos aparecer nessa região do globo é a de uma humanidade já velha.

O espanto que esta constatação cria em nós é de tal ordem grandioso, ou pelo menos deveria ser, que só pode ser comparável àquele que muito provavelmente os indígenas americanos sentiram ao ver chegar o homem europeu. Porque o primeiro contacto que esses homens e mulheres tiveram com a civilização europeia foi a de uma humanidade já velha. Tão velha como a que os próprios encarnavam, cuja origem estava perdida antes mesmo da existência da própria história.

Os vestígios que temos da civilização mais antiga, seja com o aparecimento da escrita, seja com as ruínas de edifícios monumentais, não apontam de forma alguma para as suas origens, sobre as quais pouco mais podemos fazer do que especular. Mais uma vez não sabemos porque o homem é, sabemos apenas que é.

Mas entre a origem do homem e os primeiros sinais de civilização moderna passaram-se séculos, milénios até, com vestígios que nos podem

---

31 Cit. em ALBUQUERQUE, Martim de, *Razão de Estado e Iconologia, Estudos em homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta Cunha*. Portugal, Coimbra, 2010, p. 892. - vol. 3

neste mistério ajudar. Por um lado temos ruínas de castros antigos, que todavia sendo de gente que não conhecia a escrita nos permite ter acesso a outro tipo de acervo, como aquela boneca de pedra, que dizem estar ligada à fertilidade e a que se usa chamar de Vénus de Willendorf.

Por outro, e esse bem mais antigo, temos as pinturas rupestres, como as de Altamira, sinal que em tempos a humanidade viveu em cavernas, qual Platão à procura do que é a verdade.

Porém, se olharmos bem para a boneca, se olharmos bem para as pinturas rupestres, se podemos concluir muito pouca coisa, o certo é que podemos especular muito mais.

As pinturas em cavernas, ao contrário do que é hoje comumente aceite, não provam que o homem pré-histórico nelas teve a sua morada, nem tão pouco que o que foi desenhado de facto aconteceu.

Se hoje em dia, numa visita de estudo às grutas de Mira d'Aire, dois jovens mais irrequietos se escapulirem e entretiverem a pintar diversos símbolos fálicos naquelas paredes milenares, daqui a cem gerações os homens poderão pensar que o Homem de outros tempos, no caso os nossos tempos, só pensava em sexo e que aquele lugar específico era onde os machos e as fêmeas se encontravam para acasalar. Se é certo que em relação à primeira conclusão não andarão muito longe da verdade, já em relação ao resto sabemos tratar-se de uma falsa especulação. Pelo menos naquela situação.

Se não temos provas de que os homens de outros tempos habitavam em cavernas, os dados do mundo de hoje apontam-nos precisamente para sentido contrário. Se o homem hoje em dia não vive em cavernas, salvo casos excepcionalmente pontuais, porque haveria de noutros tempos de ter sido diferente? Além disso, olhando para o mundo animal verificamos que as grutas e cavernas são o habitat menos preferido de toda a espécie de fauna. Os macacos não habitam em cavernas. Os cães não habitam em cavernas. As vacas não habitam em cavernas. E se alguns o fazem, não deixam de ser a excepção. Certo, é que a generalidade dos mamíferos, das aves, dos répteis, ou até dos peixes, não habita em cavernas. Porque haveria o homem de ter sido diferente?

Todavia, tampouco sabemos tratarem-se de factos reais ou fictícios os desenhados nas grutas ancestrais. Se daqui a cem gerações, os homens de então descobrirem aquele famoso quadro de Salvador Dalí de nome «A Tentação de Santo António», em que entre outras coisas aparece um gigantesco cavalo, poderão pensar que noutros tempos, noutros tempos que sabemos corresponder à Espanha franquista, essa região do globo estava infestada de monstros gigantescos, como cavalos de cinco metros.

Ora, não sabendo hoje em dia se de facto esse tipo de criaturas por lá passou noutros tempos, na Espanha franquista, de entre todos os monstros que por lá passaram, cavalos de cinco metros não constam em lado nenhum. Seria isso, apenas, mais uma falsa especulação.

Daqui se conclui que olhando para as pinturas rupestres não podemos concluir nada sobre quem as pintou ou sobre o pintado. Não sabemos se quem pintou aquelas imagens habitava naquelas cavernas ou se, como ironizou certa senhora, aquele local não passava de uma «creche, onde eram colocados os bebés para estarem bem guardados e que lhes desenhavam animais coloridos nas paredes para os divertir, tal como hoje nas creches e infantários»<sup>32</sup>.

Tampouco sabemos se o homem de então desenhou acontecimentos reais, e as suas aventuras e desventuras na empolgante caça aos animais de grande porte, ou se se limitava a comer coelhos e algumas aves, deixando para a pintura a liberdade de toda a sua imaginação.

Ao chegar à conclusão de que sobre esse período da nossa história colectiva não sabemos quase nada, nem alguma vez chegaremos a saber, podemos-nos finalmente dedicar à única verdade que sobre esse período realmente sabemos. Porque se há algo que podemos concluir ao observar aqueles desenhos é uma verdade tão clara e simples, ao mesmo tempo tão assustadoramente básica e lógica, que nos deveria fazer refletir sobre a verdade que muitas vezes se apresenta à nossa frente, mas a sua proximidade não permite que a conseguimos ver.

---

32 CHESTERTON, G.K., O homem eterno; trad. Maria José Figueiredo – Lisboa: Aletheia, 2009, pág.48

Costuma-se dizer que quando o sábio aponta para a lua, o tolo olha para o dedo<sup>33</sup>. Não querendo fazer aqui um elogio da tolice, a verdade é que muitas vezes os aparentemente insignificantes pormenores passam ao lado dos grandes sábios, mas são justamente os pormenores que dão sentido à verdade. Antes de olhar para a lua convém, de facto, olhar para o dedo, nem que seja para saber para onde esse dedo aponta. Além disso, o próprio dedo pode ter certas particularidades que o próprio sábio, excelso possuidor do referido dedo, tão entretido anda em olhares para outros lados, pode nem sequer ainda ter reparado.

Como os casos que os clientes dos advogados costumam apresentar, em que se conta a história toda cheia de pormenores para se chegar à conclusão que é tudo uma questão de heranças indivisas, muito embora quem oiça possa não apreciar o que é contado, é necessário que se conte tudo até se concluir qual o problema que os leva lá. Há que olhar para todo o caso, antes de se passar somente à lua. Até porque sem caso, não há lua. Ou melhor, lua há, sempre haverá, mas se o sábio aponta para a lua, há uma série de coisas que poderiam ter sido e não foram, como o sábio apontar para as estrelas, ou simplesmente nem apontar, porque de facto não tem dedo, já que até poderia nem ali estar, tivessem os seus pais arranjado entretenga menos animada. E ao apontar e ter dedo faz do sábio um verdadeiro milagre, milagre esse que o tolo, antes de olhar para o que é apontado, prefere confirmar. É verdade. É um sábio. Tem dedo.

Ora, não perdendo o fio à meada, interessa pois passar para a parte das pinturas rupestres que realmente nos interessa, porque é o único facto que realmente sabemos ser verdadeiro e por isso mesmo o único sobre o qual nos deveremos atender.

Se quem pintou morava ou não naquelas cavernas não o sabemos, nem nunca o poderemos vir a saber. Se quem pintou viveu ou não aqueles acontecimentos também não o sabemos, nem nunca o poderemos vir a saber. Não que não se saiba, quem viveu soube o que se passou, nós é que não

---

<sup>33</sup> A jurisprudência portuguesa acolhe este provérbio, nomeadamente no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 15 de Junho de 2011, Processo n.º 101/10.7PRPRT.P1, relator Joaquim Gomes, a analisar no Cap. 5, nº XIII.

sabemos, e com isso temos de viver, porque o que não tem remédio, remediado está.

Mas há algo que sabemos sobre quem pintou ou sobre o pintado. É muito pouca coisa, é certo, mas chega para o que nos interessa. Porque o que se prova das pinturas rupestres, por mais especulações que se criem à sua volta, é tão somente – e tão somente – que foram pintadas. E isso, o facto de se saber que o homem pré-histórico tinha a capacidade de pintar, é de uma importância assustadoramente fulcral.

*Mutatis mutandis* para a mulher de pedra. Não se sabe, não é possível que se saiba, que aquela escultura faça parte do ancestral culto feminino da fertilidade: isso é pura especulação e nada mais.

Ao olhar para estatueta, um homem poderá criar inúmeras realidades, todas elas fantasiosas, todas elas tão credíveis como as criadas por uma criança de cinco anos.

Porque a mesma estatueta aos olhos de uma criança, uma criança que pela primeira vez a visse, decerto que veria nela o que ela de facto é, ou seja, uma mera boneca de pedra. Se teve ou não algum significado, não sabemos, nem podemos saber, mas assim como o culto da fertilidade lhe foi atribuído por adultos, assim outros cultos seriam atribuídos pela criança.

Desde logo, a criança de cinco anos juntaria aquela boneca às suas outras bonecas. Depois, encontrar-lhe-ia uma família, uma história, uma vida, dando-lhe, finalmente, um nome. Conhecendo o modo de pensar das crianças, não custa admitir que olhando para os enormes seios e a vanguarda pança da boneca, a mesma recebesse o epíteto de «A Gorda». E assim, «A Gorda» passaria a povoar as brincadeiras daquela criança.

Porém, a única coisa que «A Gorda» prova de facto é que foi esculpida por alguém. É que é Arte.

Os primeiros homens podiam de facto ter vivido em cavernas, onde pintavam as suas caçadas, e ter esculpido pequenas bonecas de pedra em honra da fertilidade. A realidade pode de facto ter sido essa. Só sabemos, contudo, que as pinturas e as bonecas existem, que foram criadas, mas isso nos basta, pois não sabendo o porquê, sabemos quem e quem fomos nós.



Só o homem é capaz de criar arte, é isso que o distingue dos outros seres que habitam na terra. A arte é, efectivamente, «a imagem de marca do homem»<sup>34</sup>.

É verdade que na natureza há outros seres, mais maravilhosos e deslumbrantes do que nós humanos, montanhas grandiosas, árvores frondosas, florestas, rios, fiordes, vulcões, desertos, potestades várias, isto para não falar dos animais, alguns que fazem coisas que nos deixam boquiabertos. É, porém, certo, sabido, absolutamente verdade, que não foram animais a pintar as pinturas rupestres ou a esculpir a boneca de pedra.

Quer dizer, de facto há sempre a possibilidade de terem sido as renas a fazê-lo, por caçarem homens e quererem divertir-se com a inversão dos factores, esculpindo depois bonecas parecidas a esses mesmos homens, por simples gozo, ou no intuito de assim os atraírem como isco. Sim, é uma possibilidade que não devemos descurar. A ter sido assim, contudo, ou essas renas continuaram a evoluir, parecendo-se agora com homens, mas com cornos, ou involuíram, parecendo-se agora com as restantes renas, com cornos na mesma, que esses são sempre iguais.

Porém, para colmatar qualquer possível falha no raciocínio da prova de ser a arte única no género humano, passemos, ainda assim, a analisar construções e acções de animais. E se escolhermos os animais, foi porque as acções e construções das plantas são, no mínimo, pouco estimulantes.

Assim, vejamos o que se passa ao nível de três construções fabricadas por animais, a que por exercício meramente académico chamaremos à colação, sendo exemplos os diques dos castores, os ninhos das andorinhas e as pinturas do elefante.

Começemos com os diques dos castores. É, de facto, admirável que aqueles pequenos mamíferos consigam construir estruturas que impressionam até os nossos mais sábios arquitectos. Todavia, o processo de construção não envolve em momento algum o de criação artística. Até porque um dique de um castor dos nossos dias será igual ao de um de há quinhentos anos atrás, pois nenhum castor construiu ou construirá outro estilo de dique. Não houve, nem

---

34 CHESTERTON, G.K., *O homem eterno*; trad. Maria José Figueiredo – Portugal, Lisboa: Aletheia, 2009, pág. 50

haverá, o arco romano do dique, o vitral gótico do dique, sequer o barroco do dique. Estes processos de criação artística são próprios dos humanos, por mais admiráveis que seja as construções da natureza. Um castor que constrói diques, construirá diques enquanto for castor. *If walk like a duck...*

Passemos agora às andorinhas, que não é por uma morrer que se acaba a primavera. Todos os anos, durante as migrações, centenas delas dão início ao processo de construção de ninhos. Novamente estruturas impressionantes, surpreendentes até, mas nem por isso imprevisíveis. Que uma andorinha consiga contruir um ninho daqueles, é algo maravilhoso, de facto, mas só seria imprevisível se ao invés de um ninho, alguma andorinha se lembra-se de fazer pontes. Mais do que isso: apesar da sua beleza, todos os ninhos são similarmente iguais. Nenhum dos ninhos é estilo *maison* com janelas tipo *fenêtre*. Nada nos ninhos, portanto, pode também ser considerado arte.

Arte será, poder-se-á pensar, o último exemplo que se apresenta, do dos quadros do elefante. Recentemente, num jardim zoológico, daqueles parques urbanos em que os homens com menos ligação à natureza gostam de se mostrar ecologistas, enquanto passeiam infestados de repelente insecticida, surgiu um elefante pintor. Não que o paquiderme tenha ido comprar tintas e telas, ou telas e tintas, ou que as tenha criado ele mesmo, que quem faz um cesto faz um cento, simplesmente colocaram-lhe os materiais em frente e o elefante pintou. Pelo menos era este o teor das notícias que correram o mundo.

Todavia, o animal pode ter feito muita coisa com as tintas e as telas, simplesmente não pintou. O elefante das telas poderá ter feito um risco, não desenhou um traço, ainda que treinado, não olhou o mundo que o rodeava e passou para a tela o que via, não transformou em quadro aquilo com que sonhava.

Comparar os riscos que as crianças de tenra idade fazem com o que o elefante fez chega a ser ofensivo para o próprio elefante. Desde logo, o que falta numa criança tão infantil é a técnica, não somente uma questão de idade. Se assim fosse, os paquidermes mais vetustos pintariam excepcionalmente ao olhar para o que o rodeia, sobretudo tendo em conta a lendária longevidade elefantina.

Depois, a criança reconhece no risco desenhado qualquer coisa que lhe é próxima, que lhe é familiar, seja a mãe, o pai, ou ela mesma. Já o elefante, não reconhece no risco coisa nenhuma. O elefante não pinta lírios do campo para oferecer à sua amada, nem sequer pinta a sua própria amada. Para ele, os riscos não têm qualquer significado.

Kandinsky, por exemplo, por mais incompreensíveis que sejam as suas pinturas, tinha uma intenção no que fazia. Já o elefante não tem qualquer intenção nos riscos que faz, tirando talvez o amendoim que o treinador depois lhe dá.

Nem se pode argumentar que à semelhança da criança de tenra idade, falte ao elefante a técnica, suprível caso tivesse mãos ao invés de mera tromba. Não só o elefante de trombas é muito mais hábil no levantamento de troncos do que as duas mãos de um homem, como há pintores que pintam melhor com os pés ou com a boca, do que alguma vez eu próprio hei-de vir a pintar.

Não há intenção criativa nos animais, ou nas plantas, ou na mais bela montanha. Mesmo a concepção de belo é uma concepção humana. As palavras, os conceitos, os seus significados são humanos. Como humana é a arte.

Isto não significa que os humanos sejam superiores aos outros seres da natureza, que possam abusar da terra, maltratar os animais. Pelo contrário, o reconhecimento da especificidade artística da natureza humana faz colocar o papel do homem no seu devido lugar. Porque com grande poder vêm grandes responsabilidades, ou por outras palavras, a quem muito foi dado, muito será exigido<sup>35</sup>.

Importa é entender que, de facto, a arte é a imagem de marca do homem.

E tudo o que o homem faz, fá-lo com arte. Daí que Camões, na sua obra mais conhecida, tenha começado por pedir-lhe e ao engenho ajuda<sup>36</sup>, para

---

35 «Com grande poder vêm grandes responsabilidades», frase imortalizada por Benjamin Parker, tio do Homem-Aranha; «A quem muito foi dado, muito será exigido», frase bíblica, presente em Lucas 12:48.

36 *Os Lusíadas*, Canto I, estrofe II, versículo X.

poder eficazmente completar a obra a que se propunha. É essa arte, sobretudo essa arte poética, que o homem não esquece em tudo aquilo que faz.

Podia-se, neste ponto, discutir se o Direito entraria só por si nessa classificação. Acontece que não é da *ars inveniendi*<sup>37</sup> pura que aqui me propus tratar, antes daquela forma subtil com que profanamente o Homem tem escondido a sabedoria dos prudentes.

Essa *ars poetica*<sup>38</sup>, que ao longo da história tem tomado múltiplas formas, serviu para levar subliminares ou conscientes mensagens jurídicas, que de outra forma seriam dificilmente alcançáveis, a todos aqueles que são mais estranhos ao Direito.

De todas as formas de esconder e transmitir essas mensagens, há porém uma que tem sido imune a estudos e ensaios, trabalhos e relatórios, teses e dissertações. Sendo o Direito caso quase único, e ainda para mais o Direito em Portugal, há um tipo de mensagens poéticas transmitidas através de frases curtas, breves, mas ricas, que acompanham o homem desde tempos imemoriais, de geração em geração, e de cultura em cultura.

Seja para dizer o que se quer, seja para dizer como se pode, sempre soube o Homem disfarçar e abrilhantar as suas mensagens com algumas expressões ditas populares, a que dão há muito o nome de provérbios.

Dizia-se no princípio que o homem julga que é novo na terra, que pensa que conhece tudo quando na verdade não sabe nada. Pior ainda do que isso, é que o homem nem tudo o que sabe conhece. Temos, através dos adágios, vestígios do conhecimento acumulado por séculos, sábias e doudas sentenças que rápida e eficazmente podemos aprender.

E se é certo que poucos são os que os aproveitam na sua totalidade, a verdade é que esses provérbios também dão o seu contributo para que o homem mantenha a sua imagem de marca, que ficará até ao fim dos tempos a ser conhecida como Arte.

---

37 Por todos, ALBUQUERQUE, Ruy de, *Para uma revisão da ciência jurídica medieval: a integração da auctoritas poética no discurso dos juristas (ars inveniendi)* in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* - vol. 43, nº 2 (2002), p. 935-962

38 Referência ao poema de Horácio. Ver nota 27.

## **Breve Introdução à Paremiologia para Canhotos**

2.1 – Do que se fala, quando se fala no que se fala; 2.2 – Paremiologia vs paremiografia; 2.3 – Agentes formadores da humanidade; 2.4 – O que é um provérbio; 2.5 – Origens e estruturas; 2.6 – Da multidisciplinidade evidente; 2.7 – Cervantes; 2.8 – Diversas expressões paremiológicas; 2.9 - Escolas de sabedoria.

Nestas questões científicas, trabalhos académicos de índole vária, convém sempre inserir um capítulo, ainda que breve, dedicado a explicar o que se vai explicar. Mais introdutório que iniciático, pretende-se neste ponto elucidar o leitor que estas matérias desconhece, para que comece a entender qual a matéria que se trata, quando é esta a matéria de que se trata.

No fundo, é preciso perceber do que se fala, quando se fala no que se fala. De facto, se não soubermos o que vamos estudar, como podemos saber se estudamos o que, com toda a razão, nos propusemos?<sup>39</sup>

Disto surge a necessidade de se fazer o presente capítulo, em que se pretende expor, através de uma breve explicação, aquilo que significa e a que se refere este assunto que toma o nome de paremiologia. Introdução essa que, nestes mesmos termos, será dado com um especial enfoque para canhotos.

Ora, desde logo é obrigatório referir que a explicação que agora vai ser dada para canhotos seja coincidente, precisamente nos termos e modos de explicação, com a que seria dada a destros. E, suprema casualidade, até para manetas.

Na verdade, por paremiologia entende-se tão simplesmente o estudo de provérbios e expressões populares. Porém, como todas as palavras depois de definidas, se bem que precisas nos seus termos, também esta encerra um maior conteúdo do que o que aparenta a tão simples definição.

De facto, embora a paremiologia seja o apresentado, não se limita a isso, por ser ainda muito mais. É pois necessário fazer a destriça de tudo o que sobre este conceito há a destriçar.

Desde logo é importante distinguir a paremiologia, que pretende ser o estudo científico, multidisciplinar e frequentemente académico dos provérbios<sup>40</sup>,

---

39 Nas palavras de João dos Santos «Se não sabe, porque é que pergunta?» (que é também o título de um livro-entrevista feito por João Sousa Monteiro ao psiquiatra e pedagogo)

de paremiografia, que mais não é do que uma colectânea das referidas expressões populares<sup>41</sup>.

Acontece que, sendo este um trabalho paremiológico e não tanto paremiográfico, se torna essencial explicar e desenvolver o tema proverbial, explicando e demonstrando, não só a importância da temática, mas evidentemente o conceito da mesma.

Na verdade, os provérbios são conhecidos e reconhecidos por todos, fazem parte do nosso património cultural comum e intangível<sup>42</sup>. São, mais do que isso, o próprio conhecimento, veiculado por frases curtas e inteligentemente estruturadas. Através deles, são manifestados saberes diversos, sobre múltiplos aspectos de comportamento social, histórico e cultural.

Longe de um exercício fútil, o conhecimento e estudo dos provérbios constitui assim, um «exercício responsável da liberdade de aprender e de ensinar numa perspectiva de cidadania, como cerne da vida social, cultural e cívica da comunidade em que se está inserido»<sup>43</sup>.

Os provérbios fazem também parte da nossa vida democrática, plasmada sobretudo naquela forma milenar a que se dá o nome de tradição. A mesma tradição que, nas palavras de Fernando de Castro Pires de Lima, é «uma segunda História ou, se quiserem o complemento da própria História»<sup>44</sup>.

Compostos por originais construções sintáticas, que aliando a forma ao conteúdo, são transmitidos de geração em geração, em todos os lugares, das mais variadas formas e em múltiplas situações, os provérbios contêm inúmeros significados, embora promovam ideias universais.

---

40 Destaque para os colóquios interdisciplinares de paremiologia, organizados anualmente pela Associação Internacional de Paremiologia – *International Association of Paremiology*, única associação a nível mundial dedicada a promover estes encontros internacionais.

41 E da qual existem variadíssimos e ilustríssimos exemplos. V.g., SANTOS JÚNIOR, J.R., - *Paremiologia jurídica galaico-portuguesa*. Portugal, Porto : [s.n.], 1949. - 22 p.; *Trabalhos de antropologia e etnologia*, vol. XII, fasc. 3-4

42 A propósito do Património Cultural Imaterial da Humanidade, ver CABRAL, Clara B., *Património Cultural Imaterial: Convenção da Unesco e seus Contextos*. Portugal, Lisboa: Edições 70, 2011

43 SOARES, Rui; SOARES, Marinela. *1º Curso Livre de Introdução ao Estudo dos Provérbios*. Portugal, Tavira: AIP-IAP, 2015 - p.3

44 Cit. in BETTENCOURT, Gastão. *Temas de Folclore*. Brasil, Recife: [s.n.] 1962 - p. 55

É, aliás, importante realçar o fundamental papel que os provérbios desempenham no próprio crescimento do ser humano, fazendo parte da construção da identidade individual de cada um de nós. Na verdade, é inegável o seu papel na formação de importantes características de personalidade, no desenvolvimento da imaginação, na capacidade de escutar e ouvir o outro, nas expressões de sentimentos e demonstrações de afectos, nos modos de vida e de promoção e difusão das regras das ordens sociais<sup>45</sup>.

São, activamente, agentes formadores da humanidade.

De facto, o conhecimento e estudo dos provérbios gera mais autonomia dos cidadãos, mais participação democrática, maior responsabilidade, sendo fundamentais ao que para a vida é essencial.

Contribuindo simultaneamente para o enraizamento das matrizes civilizacionais, sociais e culturais das comunidades, e para os problemas cada vez mais desafiantes da globalização, constituem uma mais-valia para a formação pessoal e colectiva do indivíduo, para o desenvolvimento intercultural das sociedades, e para melhor compreensão da tradição oral e do património cultural intangível da humanidade.

De forma muitas vezes irónica, quase sempre indirecta, os provérbios encerram sábios conselhos, que embora ancestrais, mantêm uma inegável actualidade.

De facto, tais conselhos são úteis para as mais variadas ocasiões, pois as expressões populares estão presentes em todas as áreas do conhecimento, sendo elas mesmas motivadoras dessa interculturalidade que Zúñiga Castillo define como «o princípio orientador de um processo social contínuo, cuja finalidade é construir relações dialógicas e equitativas entre os intervenientes que integram universos culturais e sociais diferentes, com base no reconhecimento do direito à diversidade e naquilo que nos une»<sup>46</sup>.

Os provérbios são, pois, essenciais para encarar o mundo de uma forma universal, interdisciplinar e até pedagógica, devendo ser observados numa

---

45 SOARES, Rui; SOARES, Marinela, *op. cit. loc. cit*

46 ZÚÑIGA CASTILLO, M. *Educación Intercultural para todos los peruanos*. Revista Tarea, Lima, nov. 1995, p.40

perspectiva do quotidiano, naquilo que sentimos, que falamos, que ouvimos, que olhamos, que fazemos ou realizamos<sup>47</sup>.

A isto acresce o facto do texto proverbial contribuir para preservar o património cultural imaterial da humanidade, na medida em que serve como elemento unificador e de identificação cultural das comunidades<sup>48</sup>. Tal funciona também como uma autêntica mais-valia para a percepção dos diversos contextos em que essas mesmas expressões populares aparecem inseridas.

É pois já certo que o provérbio, símbolo da cultura universal, auxiliar quotidiano da representação da realidade, funciona não só como promotor da interculturalidade, mas também como um autêntico motor da tradição, na passagem do passado ao presente e do presente ao futuro que virá<sup>49</sup>.

Acontece também que ao partirmos de uma abordagem proverbial, torna-se possível estreitar as relações entre o ensino de uma língua e de uma cultura<sup>50</sup>, abrir novos caminhos ao conhecimento, e sobretudo, no que ao nosso caso diz respeito, motivar novos métodos de aprendizagem do Direito.

Nisto se insere também o objecto deste trabalho, que passa não só por motivar a utilização de provérbios, mas também promover o estudo das suas diversas utilizações no contexto jurídico. De facto, ao serem estes analisados a partir da realidade em que se inserem, nomeadamente nas decisões jurisprudenciais dos tribunais portugueses, e ao entender como as expressões populares nos podem ajudar na observação dessa realidade, a valorização que aqui deles se faz poderá desencadear novos estudos, novas abordagens, novos modos de os considerar.

---

47 MIEDER, Wolfgang. *"I'm absolutely sure – the Golden Rule" – Barack Obama's proverbial audacity of hope*, in Soares, Rui & Lauhakangas, Outi (eds) *2nd Interdisciplinary Colloquium on Proverbs*, ACTAS ICP08 Proceedings. Portugal, Tavira: AIP-IAP, 2009, p. 55.

48 Luís Osório, num artigo de opinião do jornal SOL (ed. 466, de 31 de Julho de 2015), cita António José Saraiva, a propósito das características idiossincráticas do povo português, dizendo ser este vincadamente conservador, conclusão que se retira através da análise das expressões populares portuguesas. (o texto está também disponível através do seguinte endereço eletrónico <http://www.sol.pt/noticia/405402/uma-santa-alian%C3%A7a>)

49 Realce para as definições de tradição de Pires de Lima, apresentada na p.28 e a de Chesterton, indicada na p.7 do seu livro *O homem eterno*, «A tradição é o governo dos mortos».

50 É interessante comparar as expressões populares que povos de outras línguas utilizam com determinado significado, com as que nós mesmos utilizamos. V.g., com o sentido do nosso provérbio «deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer», os povos de língua inglesa têm o seguinte: «*Early to bed, early to rise, makes the man healthy and wise*». O sentido (e no caso até a rima) permanecem intactos.



Para isso é preciso entender o que aqui está em causa, não só que no que diz respeito à própria definição de provérbio, mas também no que concerne aos seus traços característicos.

Torna-se, pois, útil antes de mais arranjar uma definição para este termo, sendo certo, no entanto, que este é um trabalho difícil, para não dizer impossível<sup>51</sup>. Todavia, podemos observar o que diversos autores dizem a esse respeito.

Começando pela explicação dada pelo próprio *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia de Ciências de Lisboa<sup>52</sup>, um provérbio é uma «máxima ou sentença de carácter prático e popular, expressa em poucas palavras e geralmente rica em imagens e sentidos figurados. Equivalente a Adágio, Ditado, Dito.»<sup>53</sup>

Já António Moreira define provérbio como «uma forma condensada de saberes seculares. Na sua simplicidade aparente, constitui um sistema de respostas a situações concretas, centrado na maioria das vezes num conteúdo pedagógico de ordem moral e prática»<sup>54</sup>

Por sua vez, o Pe. José Francisco Valente apresenta o significado em bundo, identificando um provérbio como «um dito popular exprimindo a filosofia e o modo de ver do povo», sendo «enunciação de uma lei oral, transmitida pela tradição, servindo-se dos factos reais da vida para melhor fixação da memória».<sup>55</sup>

Paul Desalmand e Yves Stalloni, por seu turno, explicam simplesmente que «*les proverbes se présentent traditionnellement sous la forme d'un conseil ou d'un constat*»<sup>56</sup>.

---

51 Curiosamente, também o Direito é difícil de definir.

52 *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa*, vários, Lisboa: Verbo, 2001

53 Como veremos de seguida, esta definição não sendo errada, não é acurada. Na verdade, um provérbio é um provérbio e um adágio é um adágio. São parecidos, mas não são iguais (tal como diz a expressão popular «um vintém é um vintém...»). Para o caso do presente trabalho, no entanto, serão estas expressões (e todas as outras) utilizadas indiferentemente.

54 Moreira, António, *Provérbios Portugueses*, 3ª edição. Portugal, Lisboa: Editorial de Notícias, 1997, p. 13

55 VALENTE, Pe. José Francisco. *Seleção de provérbios e adivinhas em Umbundu*. Portugal, Lisboa (Luanda): Junta de Investigação do Ultramar, 1964

56 DESALMAND, Paul; STALLONI, Yves, *Proverbs expliqués: Les couleurs du français*. France, Paris: Editions du Chêne, 2014, p.5

Já Mieder, naquela que é a mais consensual, aceite e usada definição de provérbios pelos paremiólogos de todo o mundo, defini-os como «*a short, generally known sentence of the folk, which contains wisdom, truth, morals, and traditional views in a metaphorical, fixed and memorizable form, and which is handed down from generation to generation*»<sup>57</sup>.

Certo é que existiriam ainda mais definições, aproximações, ou considerações da expressão provérbio a apresentar<sup>58</sup>. Estas porém foram escritas, pois sendo este um trabalho jurídico e não linguístico, e pretendendo-se aqui apenas uma breve introdução ao tema, são já suficientes para os que o desconheciam poderem desenvolver um interesse, e para os que se interessarem poderem partir para o aprofundar.

Quanto à origem dos provérbios, podemos observar o quanto é a mesma diversificada. Na verdade, as expressões populares aparecem de diversas fontes.

Umas têm origem no absoluto desconhecido. Sendo anónimas, tornam-se propriedade do todo, das comunidades, dos povos e nações. Outras, no entanto, provêm de fontes precisas, como os provérbios bíblicos, pois a Bíblia tem constituído ao longo dos séculos um manancial extraordinário de sabedoria divina<sup>59</sup>.

Certo é que são as expressões populares úteis para todas as tão diversas áreas da sabedoria humana, pelo que é clara a sua multidisciplinariedade e a não exclusividade à linguística. Na verdade, existem

---

57 MIEDER, Wolfgang, *Proverbs. A handbook*, USA, Connecticut, Greenwood, 2004, p.3

58 V.g., Hernâni Donato, na *Introdução do livro Dicionário de Provérbios, locuções e ditos curiosos* (livro de Magalhães Junior, Brasil, São Paulo, Cultrix: 1974, p. 14), apresenta as seguintes considerações: «Citar provérbio é proclamar vivência. Requer idade, ponderação, experiência. (...) É certo que o ditado reflete situações e anseios universais e eternos. É consequente, sério, sábio, analítico, condimentado, dramático, gravado pela experiência. Sobretudo é conclusivo. (...). Ditados e ditos são, de fato, o espírito e o recurso da sabedoria popular. O povo precisa deles. O ditado expõe, encaminha, formaliza o pensamento. Revela a sabedoria, a cautela, a experiência, o traço precavido da fisionomia rurícola. Mais ainda: descobre a mágoa, insinua a malícia, acentua o recato. É defesa e acusação. Absolve e justifica. Consola e admoesta. Acolhe e expurga. E em tudo é sumário e doméstico, empregando conceitos breves e linguagem corrente.»; Nota ainda para a definição mais académica de Leonor de Melo «um provérbio é um enunciado linguístico completo e coerente de extensão variável (MELO, Leonor J. M. de. *Os textos tradicionais na Aula de Português: os Provérbios*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p. 14)

59 A propósito de expressões bíblicas utilizadas num contexto absolutamente inesperado, nota para a interessante intervenção de Elena Carter no 9º Colóquio Interdisciplinar sobre Provérbios (Tavira, 2015), *“God knows”: Nikita Khrushchev's use of biblical proverbs in America*.

provérbios para todos os temas, para todas as ocasiões, para todos os auditórios e oradores.

De agronómicos, como «favas, Maio as dá, Maio as tira», a atmosféricos, de que é exemplo «Março, marçagão, manhã de Inverno, tarde de Verão»; de medicinais, como «gota é mal de rico, cura-se fechando o bico», a etnográficos, como «no Algarve, do mar a mesa, da serra a sobremesa»; a verdade é que os provérbios abordam problemas absolutamente díspares, ao mesmo tempo em que são usados (e até criados) em áreas tão diferentes do conhecimento humano, como na publicidade, de que «há mar e mar, há ir e voltar» é exemplo<sup>60</sup>, ou até mesmo nas relações internacionais, como no conhecido «de Espanha, nem bom vento, nem bom casamento»<sup>61</sup>.

Simultaneamente, todas estas áreas têm sido tratadas e abordadas a nível paremiológico, isto é, cientificamente. De facto, quer os provérbios agronómicos<sup>62</sup>, quer os publicitários<sup>63</sup>, quer ainda os medicinais<sup>64</sup> ou inclusivamente os etnográficos<sup>65</sup> e até, como é evidente e o caso, os jurídicos<sup>66</sup>, para não falar mesmo nos que aqui não se falaram, têm sido estudados e escarpelizados com ciência de rigor e pelos mais variados académicos, quer nos seus significados originais, quer nas suas utilizações intercontextualizadas.

---

60 Criado por Alexandre O'Neill.

61 No caso deste provérbio, apesar de ser também uma expressão meteorológica, raramente é utilizado nesse sentido, antes no que à rivalidade entre países diz respeito. Curioso é verificar que outros povos também utilizem expressões semelhantes, isto é, com o mesmo significado, mas com outras palavras. Por exemplo, na Finlândia existe o seguinte ditado: «Do leste, os ventos que sopram são frios». Embora por outras palavras, os significados meteorológico e político mantêm-se inalterados.

62 V.g., uma obra que resulta de uma tese de mestrado, AMARAL, Paulo Patrício Brum – *Provérbios Agrícolas Portugueses* – Publindústria, 2015 (a referida dissertação de mestrado está disponível no repositório da Universidade de Lisboa, para consulta através da seguinte ligação:

<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/8253/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>)

63 V.g., Teixeira, José S. (2012) “*Os publicitários são mesmo uns exagerados?: A metáfora e a metonímia na publicidade*”, in *Actas del II Congreso Internacional SEEPLU “Difundir l/a Lusofonia”*, Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Extremadura, Espanha.

64 V.g., tese de doutoramento de Celeste Antão, *A importância dos provérbios na promoção da saúde* (2010, Universidad de Extremadura, Espanha)

65 V.g., Pedro Ângelo Costa Pereira

66 V.g. MARTINS, Pedro Silva Correia. “*Dura lex, sed lex*”: *reminiscências proverbiais Latinas no direito Português contemporâneo*, pp.330-338, in Soares, Rui & Lauhakangas, Outi (eds) *2nd Interdisciplinary Colloquium on Proverbs*, ACTAS ICP08 Proceedings. Portugal, Tavira: AIP-IAP, 2009

Este é, portanto, um tema actual e de franca utilidade. Acontece, porém, que os provérbios têm características próprias, estruturas curiosas que vale a pena ressaltar.

Alguns têm uma extensão sequencial muito breve, como o mais curto em língua portuguesa, «casamento, apartamento»<sup>67</sup>. Outros mais longos, como «Janeiro, gear. Fevereiro, chover. Março, encanar. Abril, espigar. Maio, engrandecer. Junho, ceifar. Julho, debulhar. Agosto, engavelar. Setembro, vindimar. Outubro, resolver. Novembro, semear. Dezembro, nasceu Jesus para nos salvar».

Todos utilizam vincadamente figuras de estilo, seja anáfora, como «tal pai, tal filho», seja comparação, de que é exemplo «alegação sem prova é como sino sem badalo» seja até, e muito frequentemente, a metáfora, por exemplo, «a palavra é de prata, o silencio é de ouro».

Por outro lado, certos provérbios têm uma estrutura simples, como «quem não aparece, esquece», enquanto outros são compostos, por exemplo, «não há amor como o primeiro, nem luar como o de Janeiro; mas vem o de Agosto e dá-lhe no rosto».

Em todo o caso, e apesar de todas estas explanações, explicações e considerações, aquilo que é e constitui um provérbio é fácil e rapidamente reconhecido por todos, na medida em que constitui uma sabedoria inata, um saber universal, uma erudição ecuménica e comum à humanidade.

Se estas são as ponderações a apresentar neste estudo paremiológico, torna-se todavia curioso verificar as apreciações e utilizações sobre provérbios realizadas pelos «pais» das principais línguas mundiais, nomeadamente Camões, Shakespeare e Cervantes.

Na verdade, Camões utiliza diversas expressões populares nas suas obras, sem contar com as que entretanto se popularizaram, como «é fraqueza entre ovelhas ser leão»<sup>68</sup> ou «mudam-se os tempos, mudam-se as vontades»<sup>69</sup>.

---

67 Sendo o substantivo «apartamento» utilizado originalmente com o significado de afastamento, não de casa, cuja origem provém do francês *appartement*.

68 *Os Lusíadas* (Canto I, 68)

69 In *Sonetos*

Por seu turno, Shakespeare também as usa, explicando inclusivamente a importância das mesmas, nomeadamente na peça *Measure for Measure*, onde aparece o seguinte diálogo entre Angelo e Isabella:

«Angelo - *Why do you put these sayings upon me?*

*Isabella - Because authority, though it err like others, hath yet a kind of medicine in itself, that skins the vice o' the top.*»<sup>70</sup>.

Mas é Cervantes quem põe D. Quixote<sup>71</sup> a dizer que «*no hay refran que no sea verdadero, porque todos son sentencias sacadas dela mesma experiencia, madre de las ciências todas*»<sup>72</sup>.

Esta aproximação de definição é mais à frente completada pelo mesmo cavaleiro de La Mancha, que nos explica que «*los refranes son sentencias breves, sacadas de la experiencia y especulación de nuestros antiguos*»<sup>73</sup>.

Cervantes vem, assim, apresentar uma definição de provérbio interessantíssima. Sobretudo se pensarmos que não está em causa a definição de provérbio, mas antes de rifão. De facto, embora uma e outra sejam idênticas, a realidade é que não são iguais. Torna-se por isso e neste momento importante distinguir provérbio de todas as outras palavras com que também se identifica<sup>74</sup>.

Na verdade, existem várias maneiras de designar as expressões populares, embora cada uma difira ligeiramente da outra. Efectivamente, se em termos práticos podem significar o mesmo, o certo é que, por não serem a mesma expressão, devem ser individualizadas e explicadas separadamente.

Isto porque, embora sendo sinónimas, cada palavra terá sempre um significado próprio, que pode coincidir no significado com outra, mas que apesar disso não é a mesma. De facto, as palavras que significando o mesmo, são usadas para o mesmo fim, nunca serão, em todo o caso, a mesma<sup>75</sup>.

---

70 *Measure for Measure*, Act II, Scene 2

71 Sendo certo, no entanto, que é o fiel Sancho Pança que na obra abuse do uso de rifões.

72 *Don Quijote de la Mancha*, Livro I, Cap. XXI

73 *Idem*, Livro II, Cap. LXVII

74 Já Rui Soares destaca as diferentes expressões sinónimas de provérbio, como adágio, anexim, rifão, axioma, sentença, ditado, dito, brocardo e, claro, parémia, entre outras (SOARES, Rui J.B., *Do Ano ao Santo tudo é encanto: ditos populares ao longo do ano*. Portugal, Torres Novas: Ed. do autor: Gráfica Almondina, 2002, p.8)

75 Tal como 2+3 não é o mesmo que 6-1, embora sejam iguais.

De todo o modo, por serem todas elas sinónimas e apesar de cada uma ser individualizável, não deixarão de aparecer ao longo do texto identificadas como aquilo que nunca deixarão de ser, isto é, expressões populares.

Daí que, embora sejam apresentados e explicados, ainda que de forma breve, os diferentes termos que designam expressões populares e, bem entendido, apesar de cada forma de designação ser ligeiramente diferente da outra, a verdade é que irão ser na presente dissertação utilizadas indiscriminadamente<sup>76</sup>.

Comecemos por isso pela palavra *adágio*, que mais não é do que um «dito vulgar e de cunho popular, quase sempre moral». De seguida temos aforismo, que é um «dito expresso, de origem culta, que enuncia uma regra, um princípio de grande alcance, um pensamento moral». Já no que diz respeito ao termo *anexim*, é este entendido como um «dito menor, com sabor picante, usualmente utilizado por regateiras em tom de voz alto.»

Por *apotegma* entende-se um «dito sentencioso breve e incisivo, ou frase notável de pessoa notável». No entanto, um *axioma* será antes um «dito dogmático e indiscutível, evidente por si próprio». De seguida temos a palavra *brocardo*, de todo o legisperito conhecido, que é um «dito que inclui uma verdade jurídica indiscutível».

Todavia, se um **ditado** é um «dito que tem algo de pedagógico numa relação aluno-mestre» e se apenas por **dito** se entende «uma expressão, uma frase ou, simplesmente, uma palavra», por **exemplo** entende-se um «dito que, pelo conceito que encerra, deve ser seguido».

Por seu turno, um **gnoma** é um «dito sentencioso com intenção doutrinal ou moral», enquanto por **máxima** se entende um «dito dogmático e indiscutível, enunciado com nobreza sob a forma de preceito». Por outro lado, **parémia**, de onde toma o nome esta *-logia*, é um «dito alegórico e curto, de composição culta, que obriga a pensar demoradamente».

Por sua vez, um **prolóquio** é um dito genérico que comporta preceitos usados como princípios gerais de pedagogia. Já **provérbio**, entre o tudo já

---

<sup>76</sup> Apesar de usadas indiferentemente, não deixará no entanto de ser dado um enfoque especial ao termo «provérbio», uma vez que se defende nesta dissertação ser este o que juridicamente tem mais relevância, como no capítulo seguinte se demonstrará.

referido, pode ser definido como um «dito que traduz uma verdade incontestada e aceite por todos, expresso muitas vezes de forma metafórica».

Finalmente, se por **refrão** se entende um «dito popular de compreensão pronta, de tom por vezes jocoso, usado como estribilho que anda na boca de todos» e por **rifão** um «dito grosseiro que é uma forma dissimulada do refrão», por sentença entende-se um «dito dogmático mas discutível, que contém uma opinião sobre uma bela moralidade»<sup>77</sup>.

Apesar das diferentes definições ora apresentadas, a verdade é que todos estes termos designam expressões populares que fazem parte da nossa tradição cultural<sup>78</sup>. São verdadeiras lições de vida, que agem como autênticas escolas de sabedoria<sup>79</sup>, pois são «a expressão do próprio sentimento popular e da noção que qualquer pessoa tem, ainda que iletrada, do que sejam as regras da experiência»<sup>80</sup>. Isto, tomem as expressões populares os nomes que tomarem.

Há, porém, uma característica particular que distingue os provérbios das outras expressões populares. Essa característica, no entanto, não é encontrada em quaisquer estudos linguísticos, ou até mesmo paremiológicos, de índoles díspares e multidisciplinares.

Na verdade, a principal característica que distingue os provérbios das outras expressões populares, é encontrada antes em estudos jurídicos, porque é algo cimeiro, fundamental e crucial para toda a norma jurídica. De facto, é comum às regras do Direito, constituindo até e por primazia, um atributo basilar e essencial que todo o aspirante a legisperito tem de obrigatoriamente conhecer.

Mas esse é um assunto de que nos ocuparemos no capítulo seguinte, quando nos debruçarmos sobre a escandalosa relação entre os provérbios e o Direito.

---

77 Estas definições são encontradas em diversas fontes, v.g., SOARES, Rui J.B., *Do Ano ao Santo tudo é encanto: ditos populares ao longo do ano*. Op. cit., p.8-9

78 Existem ainda outros termos usados na paremiologia, como *wellerismo*, isto é, um dito, ora solene, ora jocoso, atribuído a personagens imaginários e oriunda da personagem Sam Weller, da obra *The Pickwick Papper's*, de Charles Dickens, anti-provérbio, uma forma de promoção de provérbios através de alterações irónicas na sua estrutura, ou improvérbio, a forma habitual com que Mia Couto apresenta os provérbios, trocando as palavras conhecidas para dar o sentido inverso (ver a este propósito a obra de Fernanda Cavacas, *Mia Couto: Pensatempos e Improvérbios*. Lisboa: Edição Mar Além e Instituto Camões, Colecção Mar Profundo 2000)

79 SOARES, Rui; SOARES, Marinela, op.cit., p. 10

80 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 28 de Abril de 2010, Processo n.º 26/08.6EACTB.C1, relator Pilar de Oliveira

## **A escandalosa relação entre provérbios e Direito.**

3.1- Provérbios como fontes de direito; 3.2 – Fontes de provérbios e de Direito; 3.3 – Previsão e estatuição; 3.4 – Provérbios eruditos.

Há muito, muito tempo, nenhum de nós era ainda uma criança, existia nas sociedades antigas uma ideia que associava às palavras faladas, porque as escritas pouco havia, certas características transcendentais. Podemos hoje em dia dizer que, nesses tempos, existia um pensamento mágico primitivo, em que se atribuía um efeito jurídico às fórmulas linguísticas<sup>81</sup>. Na verdade, algo existia porque era dito, tendo por isso a força própria da sua existência.

Na Idade Média, esse pensamento mágico condensa-se numa realidade concreta, naquilo a que podemos hoje em dia qualificar como provérbios. «Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso», diz um dos provérbios mais comuns e mais jurídicos que temos conhecimento, como se comuns não fossem todos os outros, ou jurídicos os que ainda não dissemos. E nessa roca que sabemos ter o fuso, encontramos o significado preciso do uso de cada terra: cada localidade, cada comunidade, cada vila, cidade ou lugarejo dispunha de regras próprias diferentes de qualquer outra, dispunha de um direito consuetudinário que era exemplarmente único.

Acontece que, assim como o fuso é de cada roca e como os costumes provinham de cada terra, também os provérbios de ontem podem ensinar aos estudiosos de hoje não só como se regiam os homens de antigamente, mas também que diferenças havia entre os as comunidades de todo o território nacional. De facto, ao olhar para as terras que hoje constituem Portugal, podemos observar nos provérbios que ainda se usam, as características próprias deste país à beira mar plantado.

À medida, porém, que o Direito se impôs mais como fruto do saber prudente e menos como prudência da sabedoria casual, a simbologia própria

---

81 Esta é a ideia do Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto, na sua obra *As origens do Direito Português - a Tese Germanista de Teófilo Braga* - Lisboa: AAFDL, 1996 onde diz na página 106 o seguinte: «O pensamento mágico primitivo - fórmulas linguísticas às quais se atribuía um sentido mágico com efeito jurídico - transforma-se na Idade Média, num pensamento poético, rimado, plástico, pleonástico, em que o preceito jurídico aparece sob a forma de provérbios, porque obrigatório era o que estava nos lábios de todos. Logo, estudar esta linguagem plena das imagens, tão diversa de região para região, tão ligada aos costumes das comunidades é um método importante para o conhecimento do pluralismo jurídico medieval».



dos provérbios manteve os conceitos jurídicos que hoje «adquirem um estatuto de categorias históricas do direito, com mais firmeza e possibilidades afirmativas, que as categorias construídas pela via dogmática, necessariamente presas aos circunstancialismos históricos e às contingências dos subjectivismos criados.»<sup>82</sup>

Quando *In Mediae Aetatis* essa simbologia jurídica foi recuperada, permitiu que se imbuísse no direito, sobretudo consuetudinário, a «cadência rítmica da aliteração»<sup>83</sup> que ainda hoje podemos observar nos ditos populares que se ouvem em todos os lugares onde há homens para os dizer. Daí que estes provérbios sejam vistos como «respostas dos prudentes, deduzidas da confirmação dos séculos»<sup>84</sup>, verdadeiros frutos da tradição<sup>85</sup> que podemos livremente colher.

De facto, se a Lei resulta da vontade da maioria numa qualquer assembleia, o Costume provém da certeza da maioria ao longo da história de uma comunidade. São ambas filhas da democracia: uma apenas dos vivos, outra também dos mortos<sup>86</sup>.

Ora, é essa mesma comunidade que, com os anos que por si passam e a experiência que lhe perpassa, cria simbologias várias que visam embelezar e promover as regras jurídicas, não só através dos provérbios, mas também por outras formas populares de sabedoria comum.

Assim, embora as tradições populares estejam peçadas de folclore, constituído certamente por adágios, aforismos e provérbios, mas obviamente também por contos, anedotas, canções, a verdade é que ainda hoje são e permanecem como um modo simples mas sólido de estudo de princípios jurídicos e de conhecimento das regras consuetudinárias que regiam o

---

82 *Idem*, p. 134

83 *Idem*, pp. 111-112: «Os jurisconsultos romanos eram poetas criadores que abandonaram o símbolo, mobilizando-o por meio de ficções que não repugnassem à verdade. Na Idade Média, considerada uma segunda infância, a poesia do direito foi novamente o símbolo. Essa poesia jurídica do povo, o direito consuetudinário, o *mores majorum* passou para os forais e conserva-se, ainda hoje, com a cadência rítmica da aliteração nos provérbios jurídicos.»

84 *Idem, ibidem*

85 *Idem, loc. cit.*, «Todos os adágios têm um carácter prático, filhos da observação e da experiência, são como as respostas dos prudentes deduzidas da confirmação dos séculos.»

86 Foi Chesterton quem considerou a tradição como a democracia dos mortos, no sentido em que estes, com os seus exemplos e opiniões, também são chamados a intervir na actualidade. CHESTERTON, G.K. *O homem eterno*; trad. Maria José Figueiredo. Portugal, Lisboa: Aletheia, 2009, p. 35.

passado que passou<sup>87</sup>.

Na verdade, os provérbios têm constituído uma excelente fonte para perceber o Direito, não só enquanto vivência corrente, mas também para compreender a sua própria história. Ao observar e estudar as expressões populares, conseguimos compreender as regras jurídicas que moldavam a sociedade em cada momento, aquilo que levava a que cada homem agisse de certa maneira, aquele Direito presente no passado e passado do presente.

Sucede que também os provérbios podem ser encontrados nessas mesmas fontes, pois também eles nos aparecem na oralidade e na escrita, através de anedotas, adivinhas, canções, contos populares, trava-línguas, poemas e tudo aquilo que no fundo constitui a nossa cultura comum.

Daí a facilidade com que os provérbios se envolveram com o Direito, inclusive com o seu estudo, pois as fontes comuns explicam essa simbiose perfeita.

Acresce que o uso de expressões populares é um método de ensino e compreensão do Direito não novo nos seus métodos, mas contudo jovem nos seus meios, porque «poético, rimado, plástico, pleonástico, [onde] o preceito jurídico aparece sob a forma de provérbios, porque obrigatório era o que estava na boca de todos»<sup>88</sup>.

Daí que a mensagem jurídica, no passado que estudámos, passasse com a facilidade própria do que é de todos, porque a obrigatoriedade das actuações de cada um dos homens residia no facto de aos princípios emanados dos provérbios ser reconhecida uma autoridade oriunda do colectivo. Na verdade, é sempre mais fácil assimilar aquilo que nos é próprio, do que o que nos é imposto. E os provérbios, como próprios do povo, são mais facilmente aceites por este.

Ao contrário da Lei, ou até da Doutrina que diverge quando não converge, o Direito retirado dos provérbios é tanto mais perceptível quanto perceptível é a voz de Deus.

---

87 MALHEIROS, L.M. Macaísta, *Introdução Histórica ao Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995, 2.ª edição, p. 38: "(...) os provérbios e os adágios populares são um modo frequente de expressão do costume, ainda que sejam dificilmente acessíveis aos profanos. Não é todavia possível ignorá-los nos sistemas orais em que a memória colectiva sob esta forma ou outras (poemas, lendas, etc.) desempenha um papel primordial".

88 PINTO, Eduardo Vera-Cruz, *op. cit.*, p.112

Na verdade, até nos ditados mais polémicos, como o bíblico «olho por olho, dente por dente» há uma efectiva ideia de justiça, porque dele imana o princípio de se dar a cada um aquilo que é seu. Ao observar a actual formulação da responsabilidade civil, presente no artigo 483.º, número 1, do Código Civil<sup>89</sup>, verifica-se que se encontra explanada precisamente a mesma ideia, pois apesar de ser utilizada outra linguagem, também aí se acaba por indicar que quem ilicitamente um olho tira, um olho por justiça deve restituir<sup>90</sup>.

É óbvio que levando-o à letra, a referida expressão popular é mais assustadora que instrutora. Convenhamos que um olho, um dente ou qualquer outra penalização física não fazem de todo sentido no mundo onde vivemos<sup>91</sup>.

Por outro lado, à ideia emanada deste provérbio pode vir associada uma intenção de vingança que está longe de ser justa. Todavia, isso não retira a ideia de justiça efectivamente presente neste provérbio, que é um exemplo abstracto, de um caso concreto, sendo certo que outros exemplos haveria também para neste ponto apresentar.

Além disso, o princípio jurídico que se retira de um provérbio comum como o apresentado, mostra que permanece enraizado no todo colectivo a «ideia de um direito, que não se pode separar da concepção de justiça dominante na comunidade»<sup>92</sup>.

Se é certo, pois, que a comunidade tende a preferir as fórmulas jurídicas emanadas da tradição, então *a contrario* podemos dizer que é com grande dificuldade que vai aceitando as oriundas da lei.

De facto, olhando para a história do Direito, verifica-se que com o aparecimento de um *ius novum* de base romana, houve a tentação de continuar as regras consuetudinárias que por o serem, certas estariam. A título de exemplo, sabemos que aos nobres bastaria dar a palavra, ao invés de apresentar provas, para fazer valer a sua posição, uma vez que «a sua moral de verdade, fé e honra, (...) era superior a qualquer outra forma de conseguir»

---

89 Recordemo-lo na nota 95.

90 Contrária à ideia de justiça seria, por exemplo, um olho por um dente ou um dente por um olho. Ou até, quiçá, um reino por um cavalo.

91 O que não quer dizer que não continue a acontecer noutros mundos que vivem perto de nós

92 PINTO, Eduardo Vera-Cruz, *op. cit.*, *loc. cit.*

garantias que cumpriria o que prometeu<sup>93</sup>. O mesmo é dizer, «palavra dada, é palavra honrada».

Com o desaparecimento de Roma, o declínio do direito levou a um ressurgir das fórmulas antigas. Ainda assim, os princípios jurídicos mantiveram-se sobre diversos modos menos legalistas e mais comuns, na poesia trovadoresca, nos contos populares, nas adivinhas, nos provérbios e um pouco por todas as formas folclóricas e populares.

Estas fórmulas antigas, que pelo tempo se mantiveram, passaram a conviver com outras igualmente populares, mas influenciadas pelo direito erudito. Tal acabaria por ter como consequência uma revolta popular, manifestada sobretudo na secular luta entre romanismo e o germanismo. Na verdade, enquanto este último assentava na ideia que o que era bom era o próprio de cada terra, já o romanismo impunha uma ideia de Direito que estaria fora do respeito próprio pelas comunidades.

De facto, à independência política juntava-se a necessidade de independência jurídica, em risco devido ao facto de advir de um qualquer Direito romano imposto e não fruto da comunidade independente. Por isso, desde cedo os jus-historiadores procuraram encontrar nos provérbios, adivinhas e outras formas de manifestação popular consideradas mais genuínas, os reais fundamentos para contrapor aos axiomas apurados pela dogmática romanista.

Na paremiologia, porém, há que distinguir aqueles provérbios de utilidade jurídica, daqueles que juridicamente não têm utilidade nenhuma.

De facto, muito embora os provérbios sejam «testemunhos da existência de um direito nacional de base consuetudinário» «a forma ambígua como estão concebidos e a impossibilidade de, muitas vezes, fixar se esses provérbios reflectem realmente ideias ou conceitos jurídicos ou se são mera expressão dos resultados ou conselhos da experiência, pode levar a um uso indevido destes adágios, como termo de comparação com o direito.»<sup>94</sup>

---

93 PINTO, Eduardo Vera-Cruz, op. cit., p.113

94 A este propósito, ver Eduardo Vera-Cruz Pinto, op. cit., pgs. 126 – 133: «A esta geografia dos costumes, como base para determinar a origem histórica das normas consuetudinárias, liga-se o problema do repovoamento e da urbanização como fenómeno de estabilização de populações de origem diversa e miscigenação cultural. A preservação das máximas e

Por outro lado, o próprio estudo da tradição popular fica prejudicado com a voracidade da informação de hoje, em que a capacidade de absorção do conhecimento se inclina mais para o imediato mediático, do que para a sempre calma transmissão do sabedoria oral.

Além disso, a fórmula concisa com que os provérbios são enunciados dificulta a sua introdução no mundo académico, sobretudo jurídico, mais devido à essencialidade discursiva do Direito, do que pela sempre existente desvalorização pelas elites do que é popular.

De facto, embora o fenómeno jurídico seja caracterizado por longos discursos reflexivos que colidem com a simplicidade do vocabulário popular, formada por frases curtas e simples, a verdade é que esse mesmo fenómeno se baseia na análise minuciosa de sentenças e princípios jurídicos também eles formalmente curtos.

A título de exemplo, o princípio *pacta sunt servanda* tem a mesma forma literária que qualquer máxima, qualquer aforismo, qualquer sentença ou provérbio.

De facto, sabemos ser toda a norma jurídica composta por duas partes, nomeadas de previsão e estatuição. Na verdade, se por um lado o texto jurídico estabelece um suporte fáctico ou conduta, que é o conjunto de elementos de facto previstos abstractamente na norma, por outro determina certa consequência jurídica ou sanção<sup>95</sup>.

Efectivamente, enquanto na primeira parte da norma jurídica se encontra o facto ou situação que, se verificado, levará à estatuição, nesta aparece precisamente o contrário, isto é, a consequência que o Direito impõe em caso de verificação da previsão.

Na verdade, se matematizarmos esta regra, atribuindo à norma jurídica o

---

adivinhas e a poesia popular são um património ligado à ruralidade e às comunidades camponesas. Por isso, o seu valor reflecte os códigos e costumes enraizados em certas comunidades mas a sua falibilidade é notória para retratar toda a colectividade em dado momento histórico. Que sentido fazem num ambiente urbano heterogéneo, multicultural, com as mudanças de mentalidade e com o tempo a acelerar, os provérbios próprios das comunidades rurais? Uma comunidade medieval portuguesa a duas velocidades retira universalidade às conclusões dos estudos paremiológicos, já que para o ambiente jurídico urbano de base romanista, como expressão de modernidade, os provérbios são peças do património rural, manifestação de um passado de tradição oral.»

95 cfr.ASCENÇÃO, José de Oliveira, O Direito, Introdução e Teoria Geral, Editorial Verbo, 4ª. edição, 1987, pág.459 e seg.

símbolo de Z, à estatuição o símbolo de Y e à previsão a letra X, podemos obter a seguinte (e clássica) fórmula:  $X + Y = Z$ .

Porque de facto, toda a norma jurídica encaixa nas regras enunciadas nesta equação. Vejamos alguns exemplos:

- «Aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação»<sup>96</sup>
- «Ainda que o comissário tenha autorização para vender a prazo, não o poderá fazer a pessoas conhecidamente insolventes, nem expor os interesses do comitente a risco manifesto e notório, sob pena de responsabilidade pessoal»<sup>97</sup>
- «Caso a duração do período normal de trabalho diário não seja uniforme, considera-se a duração média para efeito do disposto no número anterior.»<sup>98</sup>

Porém, tal como na matemática, estando em causa a adição, a ordem dos factores torna-se arbitrária. De facto, dizer que  $X + Y = Z$  é o mesmo que dizer que  $Y + X = Z$ . Por exemplo,

«São cidadãos portugueses todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional.»<sup>99</sup>

Neste caso podemos ver como nos aparece primeiro a estatuição («são cidadãos portugueses»), surgindo a previsão depois («todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional.»).

Sucedem que esta mesma fórmula jurídica, existente em todo o lado onde o Homem existe (e não nos esqueçamos que *Ubi homo, ibi societas. Ubi societas, ibi Jus*), poderá de igual forma ser aplicada aos provérbios. De facto, se decalcarmos as partes que compõem estes tipos de expressão popular, obteremos a mesma lógica presente nas normas jurídicas.

A verdade é que também os provérbios estão estruturados em duas

---

96 Artigo 483º, número 1, do Código Civil

97 Artigo 272º do Código Comercial

98 Artigo 248º, número 3, do Código do Trabalho

99 Artigo 4º da Constituição da República Portuguesa

partes. Na primeira temos o facto ou situação que, se verificado, levará à segunda. Na segunda aparece precisamente o contrário, isto é, a consequência da verificação da primeira parte.

Daí que, se preencheremos os X e Y da fórmula criada anteriormente e que constituem uma norma jurídica, obteremos imediatamente e com a mesma lógica um provérbio.

Vejamos o seguinte exemplo, com o conhecido provérbio «quem tudo quer, tudo perde»:

|                  |       |                       |
|------------------|-------|-----------------------|
| “Quem tudo quer” | - X - | previsão              |
| + “Tudo perde”   | =     | - Y - estatuição      |
| Provérbio        |       | - Z - norma jurídica. |

Na verdade, podemos reconduzir esta lógica a todo o provérbio que se considere como tal. Mais alguns exemplos:

“Deitar cedo e cedo erguer (previsão) dá saúde e faz crescer (estatuição)”

“O que nasce torto (X), tarde ou nunca se endireita (Y).”

“Quem tudo quer, tudo perde”

Acresce que, embora os provérbios se refiram a situações aparentemente concretas e singulares, não deixam de ser utilizadas nas mais variadas situações e para os mais variados intervenientes.

Na verdade, tal como as normas jurídicas, que simultaneamente com a questão estrutural, possuem características próprias e essenciais de generalidade e abstracção<sup>100</sup>, também os provérbios são aplicáveis a várias pessoas, numa variedade de situações.

Daí que também se possam reconduzir estas formas de expressão popular à mesma fórmula «geral e abstracta» que caracteriza as normas jurídicas.

A tese, porém, que neste ponto se procura defender, não é a da utilidade

---

100 Ver, entre outros, ASCENÇÃO, José de Oliveira, O Direito, 493-538; Santos Justo, Introdução, 139-165; Baptista Machado, Introdução, 79-86, 93-98 e 113-120; Miguel Teixeira de Sousa, Introdução ao Direito, 197-237; Inocêncio Galvão Teles, Introdução, II, 131-148.

da fórmula jurídica para o estudo dos provérbios, mas justamente a contrária, da utilidade dos provérbios nos estudos de Direito. Efectivamente, se ao invés de monocórdicas teorias sobre a juridicidade de qualquer tema, reduzirmos a poucas palavras uma ideia que é preciso entender, facilitamos o seu estudo, sem ceder nunca no seu conteúdo.

Nesse sentido, podemos encontrar os seguintes pontos em comum, entre a paremiologia e a ciência jurídica:

1. Os provérbios são meios de promoção e conhecimento de Direito, funcionando quase como fontes de Direito.
2. Por outro lado, não só os provérbios funcionam como fontes de Direito, como as próprias fontes daqueles são comuns às fontes deste, na medida em que também o método de investigação proverbial é comum àquele utilizado pelos historiadores do Direito.
3. A isto acresce o facto da estrutura dos provérbios ser precisamente igual às das regras jurídicas<sup>101</sup>, porque compostas de previsão e estatuição, enquanto dotadas da mesma generalidade e abstracção que aquelas.

De onde se concluí que também as normas jurídicas são verdadeiros provérbios, embora eruditos, ao invés de populares<sup>102</sup>.

Por tudo o exposto, visto, analisado e assimilado, podemos concluir que a paremiologia constitui ainda e sempre uma forma de entender os preceitos que ao Direito são mais caros na comunidade nacional.

Se ao invés de vários tomos de inúmeros tratados e de longos manuais de importância não negada, os discentes de Direito comesçassem por aprender o essencial, conseguiriam com mais eficácia conhecer o que os diversos lentes ensinam nesses mesmos manuais, sendo efectivamente formados nas artes

---

101 Igual, mas não a mesma. cfr. p 37.

102 Utilizando uma expressão popular, *if walk like a duck...* A este propósito, ver o Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 18 de Fevereiro de 2014, Processo n.º 693/09.3TBVNO.C1, relator Teles Pereira - Cap. 9, nº XIII.



jurídicas, ao invés de formatados em ciências legais<sup>103</sup>.

Possa, por isso, este estudo sobre a paremiologia jurídica contribuir para o surgimento de uma mais concreta análise desta temática, que saiba transmitir com eficácia não só a importância desta matéria para o Direito, como também apresente a aplicabilidade prática dos provérbios nos cursos jurídicos que formam os nossos legisperitos.

---

103 Esta proposta não é, todavia, isenta de críticas. Augusto César Pires de Lima, por exemplo, no seu *Simbolismo Jurídico*, in BFDC, VIII, 1922-23, pp.329, classifica os provérbios na senda de Eugene Roland, que os considerou como «folclore jurídico das crianças, [enquanto] fonte de estudo da regulamentação dos direitos de ocupação de uma coisa e da posse»

## **2ª Parte –**

### **A Paremiologia na Jurisprudência portuguesa**

#### **Suprema Paremiologia**

##### **I.**

O primeiro acórdão do Supremo Tribunal de Justiça a ser neste momento analisado, diz respeito a uma decisão que remonta a Janeiro de 1993<sup>104</sup>. Num caso dramático de parricídio, um homem foi condenado a 9 anos de prisão, por ter assassinado premeditadamente e a sangue frio o próprio pai.

A esta circunstância acrescentava-se o facto de ser o arguido sub-comissário da PSP, o que lhe imputava maior responsabilidade. Por outro lado, foi também tida em consideração a circunstância do seu pai ser um homem violento, apesar da formação superior, uma vez que era médico.

Para além da violência física, agressões ao arguido e à mãe, havia registo de ameaças de morte e sobretudo ofensas aos familiares.

Tudo isso contribuiu para que o Supremo se pronunciasse da maneira que se segue:

«Com efeito, a vítima não soube ser marido nem pai, pois tratava a mulher e os filhos, no número dos quais se encontrava o acusado, de forma prepotente e agressiva, chegando a ameaçar aquele de morte com uma pistola.

Não contribuía para as despesas domésticas relacionadas com a alimentação e vestuário.

Não prodigalizava carinho e amor aos filhos, maltratando-os, física e moralmente e chamando-os nomes injuriosos, principalmente ao filho varão, chegando a agredir este com um cinto e obrigando-o, por esse motivo, a receber tratamento hospitalar.

Não lhe pagava os estudos.

Proporcionava aos seus mais directos familiares um clima de intensa conflitualidade e um tenso e pesado ambiente familiar, que ocasionava medo,

---

104 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de Janeiro de 1993, Processo n.º 043310, relator Ferreira Dias.

principalmente à esposa.

E tudo isto perdurou por largos anos, tendo-se agravado há cerca de um ano e meio antes dos factos.

Tornou-se, assim, a vítima um homem imprudente e, como diz o adágio popular, o "**pai imprudente torna o filho desobediente**".

Não podemos, todavia, olvidar que o arguido é uma pessoa - que, embora não padecendo de doença mental, a estrutura da sua personalidade sugere alguns traços paranóides (confira exame mental de folhas 486). Essa circunstância, como é de crer, aliada ao comportamento do pai, atrás descrito, e ao desejo de pôr termo, de uma vez para sempre, ao medo que em casa reinava e principalmente quanto a sua mãe - pessoa que muito amava - foram as gotas que fizeram transbordar a sua psique, passando a partir de certa altura a cogitar em tirar a vida a seu pai.

Contudo, por diversas vezes - nomeadamente na própria noite da deflagração dos acontecimentos - procurou recuar com a ideia que vinha congeminando, já há cerca de dois anos, mas à terceira perfectibilizou o seu propósito, matando o pai. Ora, todos estes componentes de facto são de molde a extrairmos a dedução de que se mostra, por força deles, desterrada a especial censurabilidade por parte do arguido, esculpida nos sinais dos exemplos-padrão das alíneas a), f) e g) do n. 2 do artigo 132. Apagada, assim, essa especial censurabilidade, positivamente que bem andou o acórdão apelado ao reputar o acusado como autor do crime de homicídio simples previsto e punível pelo artigo 131 do Código Penal, entendimento que se abraça.»

Por tudo isto e sem desculpabilizar o comportamento do arguido, o Supremo Tribunal de Justiça acabou por corroborar a decisão do tribunal inferior, mantendo a pena de prisão a que este fora condenado, sem lhe aplicar qualquer agravamento relativo a uma eventual especial censurabilidade do facto.

## II.

O segundo acórdão do Supremo Tribunal de Justiça onde podemos

encontrar expressões relativas a este estudo, data de Maio de 1996<sup>105</sup> e é, a todos os níveis, excepcional.

Na verdade, ao contrário do que temos visto, o provérbio não se limita a ser trazido pelos juízes ou pelas partes, antes é trabalhado em todo o acórdão.

De facto, o problema em apreço no caso concreto constante da decisão, diz respeito ao princípio da reposição natural. Daí que tenham os juízes do Supremo optado por utilizar um determinado, preciso e concreto provérbio, que se aplica perfeitamente ao princípio enunciado, analisando-o, explicando-o e trabalhando-o.

Para isso não só o repetem ao longo do texto jurisprudencial, como resultado das ideias do colectivo ou citando doutrina que ajude a compreender esses pontos de vista, mas inclusivamente em duas declarações de voto de vencido, onde o mesmo torna a ser novamente analisado.

A título de exemplo, vejamos o que é dito a respeito do problema, sendo utilizada doutrina que corrobora a utilização de um provérbio para defender o princípio da restituição natural:

«Vaz Serra, no seu estudo inserto no B.M.J. 84, páginas 131 e seguintes debruça-se também sobre o tema, citando o direito comparado. Escreve que o velho adágio popular "**quem estraga velho paga novo**" não repugna muito aos juristas.

Muitas vezes terá o lesante de pagar novo, sem que possa obrigar o lesado a restituir o montante do seu enriquecimento, correspondente à diferença entre o valor do objecto novo, agora adquirido com o dinheiro da indemnização, e o valor do objecto usado (danificado).»

Para além deste exemplo, existem muitos outros onde o mesmo provérbio é utilizado para justificar o princípio da restituição natural, de tal modo que merecerá só por si um trabalho autónomo.

Acresce que neste mesmo acórdão é ainda utilizado um outro provérbio, para justificar mais uma vez a ideia de que em certas situações não basta o pagamento do valor venal do objecto danificado, sendo necessário restituir um

---

105 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 9 de Maio de 1996, Processo n.º 087882, relator Miranda Gusmão.

valor superior, mais condizente com as necessidades do proprietário do mesmo.

«Cremos que a jurisprudência não tem aceite facilmente as pretensões de as seguradoras se limitarem a pagar o valor de um carro usado em lugar de suportarem a reparação. De um modo geral, supomos que com boas razões.

É que um automóvel não é (ainda não é, apesar de estar mais próximo de sê-lo) um bem fungível que se compre no mercado sem receios de **levar "gato por lebre"**.

O lesado pode ter um veículo de há 10 anos com pouca quilometragem e estimado. Se for comprar um carro da mesma marca, modelo e ano, com o dinheiro entregue e correspondente ao valor venal, provavelmente ficara mal servido.»

Deste modo podemos ver como no mesmo acórdão são utilizados diversos provérbios para fundamentar uma mesma ideia, de que o princípio da restituição natural tem justos motivos para existir e que o valor das indemnizações não pode ser encontrado apenas pelo valor dos objectos aquando do acto que causou o dano.

### III.

O acórdão seguinte, datado de Outubro do mesmo ano<sup>106</sup>, tem uma particularidade específica que o diferencia de outros. Na verdade, trata-se de um acórdão fixador de jurisprudência.

Concretamente, o recurso tinha sido interposto para o Plenário do Supremo, depois de as partes recorrentes terem considerado lavrado em oposição a uma decisão anterior do STJ, um novo acórdão proveniente de uma das secções do mesmo tribunal.

A questão dizia respeito em saber se era permitido que um tribunal condenasse certo réu por dívida de valor em montante superior ao pedido, quando esse excesso resultasse de uma mera actualização.

O problema surgia genericamente e sobretudo em processos

---

106 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15 de Outubro de 1996, Processo n.º 087641, relator Lopes Pinto.

demorados. Na verdade, como as decisões dos tribunais tendiam, como ainda tendem, a demorar muito tempo a ser resolvidas, ao chegar ao fim uma questão jurídica, corria-se o risco de se não ver feita verdadeira justiça. Isto porque, ao não permitir aos juízes decidir unilateralmente uma condenação em montante superior ao valor do pedido do autor, o fim de uma lide poderia não trazer ao prejudicado a reparação devida que o dano julgado causou.

Por outro lado, os atrasos da justiça não poderiam nunca levar a que qualquer condenado saísse com mais prejuízo, do que o prejuízo com que ao prejudicado prejudicou. Ser condenado por mais do que fizera, poderia levar a condenações injustas, impróprias dos nossos tribunais.

Assim, era necessário manter todo o processo dentro de um limite temporal, não dilatando nem prorrogando prazos. É no âmbito dessa discussão, que envolveu todo o Supremo Tribunal de Justiça, que surge a utilização de uma expressão popular:

«Uma nota final se justifica face à referência ao prazo razoável na redacção do artigo 2 n. 1 do CPC dada pelo Decreto-Lei 329-A/95 e mantida pela do Decreto-Lei 180/96. Não se a tem como inovadora - aplicável já no direito interno através do recurso ao disposto no artigo 6 da C.E. D.H. (encontra-se um dos reflexos de tal na adaptação, mesmo assim tímida, da redacção do n. 3 do artigo 486 do CPC, pelo Decreto-Lei 242/85, de 9 de Julho, face à recusa que uma certa jurisprudência começava a opor às prorrogações do prazo da defesa quando esta era assumida pelo Ministério Público, os particulares já, por vezes, fundamentavam a chamada do Estado à responsabilidade no desrespeito que a morosidade judicial traduzia quanto a essa norma).

Essa referência, ainda quando transporta para o CPC, não autoriza, tal como antes o não autorizava, a transferência da responsabilização do Estado para os particulares, onerando-os com uma morosidade judicial que lhes não é imputável.

**Justiça tardia não é Justiça**, diz o povo - e com razão, mas porque a questão se não coloca, em nosso entender como de jurisprudência de interesses (sê-lo-ia se o problema fosse entre as partes e no respectivo equilíbrio, o que não sucede - é entre uma das partes e quem o não é - o

Estado), não se pode onerar com isso quem por tal não é responsável.»

Reunido em sessão plenária, o Supremo Tribunal de Justiça acabou por considerar não ser possível a condenação em valor superior ao pedido formulado pelo autor.

#### IV.

De data posterior ao anterior<sup>107</sup>, consta um acórdão no qual o provérbio, trazido por uma das partes, é rebatido pelo colectivo.

Na verdade, interpôs recurso um dos arguidos de um crime de homicídio, alegando sumariamente que o tribunal que o condenou não conseguiu apurar os motivos que terão levado os agentes à prática do crime.

Ora, era seu entendimento que desconhecendo-se o móbil do crime, não havia modo de ligar os arguidos à prática do mesmo. Na verdade, alegava, «não existe crime onde não existe motivo».

A esse argumento, respondeu o colectivo, num longo excerto que é conveniente apresentar na totalidade, tal a riqueza que do mesmo se extrai:

«O recorrente interpreta mal o texto pois secciona-o em frases isoladas e despreza o facto n. 6 conseguindo, assim, um involuntário afeiçoamento do texto ao seu objectivo, que era demonstrar que o colectivo não conseguiu apenas o motivo do crime. Mas este procedimento não tem qualquer lógica e conduz normalmente à obtenção de sentido do texto que nele não se contem. E é o caso.

O texto da decisão deve ser interpretado como um todo e não fragmentariamente. Os factos dados como provados, quanto às infracções cometidas, demonstram totalmente o acordo prévio dos arguidos e a aceitação prévia, por cada um deles, de todos os actos que se seguissem para o executar desde que cometidos por um deles, não importando quem, o que integra a co-autoria - artigo 26 do Código Penal.

Também não é impossível, segundo a experiência comum, que tenha ficado acordado entre os arguidos matar a vítima e roubá-la nos momentos

---

107 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de Abril de 1999, Processo n.º 98P1409, relator Brito Câmara.

próximos do crime e que o antecedem de perto. Improcede assim a crítica do recorrente. O colectivo obteve factos que integram não apenas o dolo - artigo 14 do Código Penal - mas também o móbil do crime.

Ora nem sempre o móbil do crime tem de ficar provado para que o crime se consuma. Como se refere no lapidar acórdão deste Tribunal de 9 de Novembro de 1994 (B.M.J. 441, página 49) a motivação do crime e o dolo são categorias distintas. O móbil é o sentimento que determina a acção e define-se por uma relação ao delincente. A intenção define-se pela relação à infracção e é uma forma de imputação que se preenche com a representação do facto em alguma das três modalidades admitidas nos ns. 1, 2 e 3 do artigo 14 do Código Penal.

"Excepcionalmente o móbil é integrado pelo direito, se a lei o exige em elemento constitutivo da infracção de tal modo que, para este existir, é necessário provar tanto a intenção ordinária como o móbil particular exigido pela lei, então qualificado de dolo especial, com repercussão na pena. Não é o caso dos artigos 131 e 132 do Código Penal. Neste último o móbil aparece como uma circunstância agravante qualificativa, determinando uma pena mais grave do que no homicídio simples". E nada mais.

E eis como, por força da clareza deste acórdão e deste Supremo Tribunal de Justiça, antecedido de outros no mesmo sentido - página 52, nota, desse boletim - se põe a nú a total falta de razão do recorrente ao pretender demonstrar que o colectivo não apurou o motivo do crime. É que o colectivo não só o apurou como, na hipótese em que não o tivesse conseguido, a sua falta não impedia que a restante factualidade fosse suficiente para integrar, só por si, o tipo legal do homicídio do artigo 132 do Código Penal.

O móbil do crime não é elemento constitutivo da infracção citada mas tão só uma circunstância qualificativa agravante. Claro está que, apurado o móbil, sem reflexo na medida concreta da pena, tanto melhor será para a qualidade da decisão. Mas, na sua falta, não é caso de anulação para que o tribunal o averiguasse suposto que o mesmo constasse da acusação e o tribunal não se tivesse pronunciado sobre isso.

Por isto, se existe, como diz o recorrente, um velho ditado jurídico segundo o qual **"não existe crime onde não existe motivo"**, desconhecido para nós, então tal aforismo está errado porque pode existir crime sem motivo...»



O recurso utilizado pelos juízes do Supremo neste excerto é extremamente interessante para o presente trabalho. Na verdade, não se limitaram estes a responder aos argumentos jurídicos do recorrente, na medida em que o que motivou toda esta resposta foi a utilização de um provérbio, ainda que dos julgadores desconhecido.

É dele que partem e é para ele que remetem no final, como conclusão<sup>108</sup>, ficando desta forma claro que o que os leva a tal resposta é a expressão popular em si. De facto, o mesmo paira no ar ao longo de todo o texto, cujo objectivo principal é rebater a ideia que o provérbio transmite.

Ora, justamente por não ignorar e rebater a expressão popular, torna-se fácil para o leitor antecipar a decisão do colectivo, que acabou por manter o acórdão recorrido.

## V.

O próximo acórdão a utiliza texto proverbial no seu conteúdo, data de Abril de 2003<sup>109</sup>. O caso envolvia um arrendamento que A fizera a B, mas que uma bem sucedida acção de despejo acabou por resolver. Assim, A voltou a arrendar o prédio da lide a C.

Sucede, porém, que entretanto foi julgado procedente o recurso interposto por B da sentença que o condenara. Assim, pretendia B voltar a ser inquilino de A. Só que A e C, ao invés de terminarem a relação jurídica, renovaram o contrato que haviam celebrado.

Dando entrada de um processo judicial, o B viu a sua pretensão acabar, na medida em que a sentença saída do tribunal de 1ª instância considerou que se estava perante um caso de abuso de direito. A Relação, porém, veio considerar válida a pretensão de B, baseando-se para isso no artigo 407º do Código Civil, que se refere justamente aos casos de incompatibilidade entre direitos pessoais de gozo.

No recurso para o Supremo, foram avançadas novamente as teses julgadas procedentes nas duas instâncias, tendo sido nessa base que o

---

108 A este propósito, ver p. 7.

109 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 10 de Abril de 2003, Processo n.º 03B3610, relator Quirino Soares.

Tribunal se pronunciou.

A expressão paremiológica surge por isso no seguinte contexto:

«Parece óbvio que o legislador se afastou deliberadamente, aí (artº407º do C.C.), do princípio **melior est conditio possidentis**, que é a solução do Código Civil Italiano<sup>110</sup>, para privilegiar o da data da constituição do direito<sup>111</sup>, divergindo da solução proposta por Vaz Serra<sup>112</sup>, precisamente em sentido idêntico ao consagrado no artº1380º, daquele Código Civil.

Mas, **o que parece nem sempre é. Só o será, talvez, em política**, como alguém disse.

E, com efeito, não são poucos, nem modestos, os contributos para uma interpretação mais elaborada daquela norma, que, aproveitando ao máximo o velho ditado jurídico (**melior est conditio possidentis**), pretendem, à sombra dele, evitar, por um lado, uma contradição nos termos, face ao confronto daquele artigo com o princípio da eficácia relativa dos direitos meramente obrigacionais (406º, 2, CC) e com a regra da defesa possessória posta ao serviço de alguns direitos pessoais de gozo, como é o caso do locatário (1037º, 2, CC), e, por outro lado, a solução aparentemente injusta de obrigar o detentor do gozo da coisa a entregá-la ao terceiro que, sem ele saber, tinha contrato mais antigo e incompatível<sup>113</sup>.

Não menos injusta, porém, deverá dizer-se, do que a que sempre resultará da aplicação, em circunstâncias semelhantes, do artº408º, 1, CC (contratos reais), sempre que os contratos em colisão não estejam sujeitos a registo.»

Neste excerto, vemos como são utilizados dois provérbios. Um estritamente jurídico, «*melior est conditio possidentis (ubi neuter jus habet)*», outro de cariz mais popular, «em política, o que parece, é».

---

110 Cfr. a informação dada por Vaz Serra, na R.L.J., 110º, pag.169 e ss [nota inserida no original, sob o nº 5].

111 Cfr., nesse sentido, P. Lima e A. Varela, no *Código Civil Anotado*, vol. II, nota 1, ao artº407º, e, ainda, Pereira Coelho, em *Direito Civil, Sumários das Lições ao Ciclo Complementar de Ciências Jurídicas em 1977-78*, texto copiografado, pag.19; O. Carvalho, em *Direito das Coisas*, texto copiografado, pag.22 e ss., e Henrique Mesquita, em *Obrigações Reais e Ônus Reais*, pag.154, nota 50 [nota inserida no original sob o nº 6].

112 No seu estudo *Efeitos dos contratos*, no *BMJ*, 74º [nota inserida no original sob o nº 7].

113 Cfr., além de Vaz Serra, no loc. cit., O. Ascensão, na *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 45, pag.384, e José Andrade Mesquita, em *Direitos Pessoais de Gozo*, pag.191 e ss [nota inserida no original sob o nº 7].

Sucede que enquanto o primeiro é utilizado na própria decisão, o outro aparece meramente como recurso estilístico, de modo a servir de ligação ao texto que se está a escrever. Assim, podemos ver como os provérbios podem aparecer nas decisões judiciais com diversas funções, consoante a necessidade que o julgador tem de os utilizar.

Finalmente, uma última nota para referir que o douto Tribunal acabou por manter a decisão anterior, que dava razão a B. por querer recuperar o arrendamento perdido.

## VI.

O próximo acórdão a utilizar texto proverbial remonta a Outubro do mesmo ano<sup>114</sup>. Certo arguido, condenado a 6 anos de prisão, pretendia ver reduzida a pena e usufruir da suspensão da mesma, por considerar estarem preenchidos os pressupostos para isso.

Sucedia, porém, que o arguido em causa já havia sido condenado anteriormente por crimes da mesma natureza, conduta que mereceu a proverbial utilização de uma expressão popular. Isso mesmo se pode concluir do excerto que se apresenta:

«Ora, para além de no quadro de facto apurado nada de extraordinário ou excepcionalmente relevante resultar em benefício do arguido, a imagem global mais impressiva que do caso se retira é a de um olímpico desprezo manifestado por uma muito fresca (4 meses, apenas!) condenação anterior, por crimes da mesma natureza, suspensa, na ingénua esperança de uma efectiva socialização em liberdade, que falhou ruidosamente.

O mais são factos conjugáveis com alguma conveniência de circunstância, mas que, de todo, não permitem, com a devida segurança e sentido da realidade das coisas, alicerçar o necessário juízo de prognose favorável ao recorrente, que, decerto, terá presente o sábio adágio popular “**na primeira quem quer cai, na segunda cai quem quer**”.

Está, assim, fora de toda a cogitação a possibilidade de atenuação especial das penas. E nada há a dizer da bondade do doseamento concreto

---

114 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 23 de Outubro de 2003, Processo n.º 03P3266, relator Pereira Madeira.

das penas parcelares encontradas pelo colectivo recorrido. Apenas que, tendo em vista, nomeadamente, dar algum incentivo aos aspectos positivos da conduta actual, como o pagamento da dívida, e tendo em conta os critérios seguidos no doseamento das penas aplicadas em cúmulo, neste Supremo Tribunal, por mera razão de justiça relativa, altera-se a pena única aplicada, de 6 (seis) anos, para cinco anos e seis meses de prisão, a que se aplicará então o benefício do perdão nos termos e condições já avançadas pelo tribunal recorrido.

Não sendo legalmente possível a suspensão - art.º 50.º, n.º 1, do Código Penal - improcede também este aspecto da pretensão recursiva.»

Neste caso, é necessário sublinhar a função do provérbio presente no acórdão, que serve para o colectivo fazer um juízo de censurabilidade sobre a conduta do arguido, muito embora acabe depois por concluir como concluiu.

## VII.

De seguida temos um acórdão datado de Dezembro de 2003<sup>115</sup>. Todavia, ao contrário do que temos visto até aqui, o provérbio do presente acórdão aparece em nota de rodapé, como comentário do julgador à situação que está a analisar. Não, deixa, porém, de ser interessante abordá-lo, na medida em que exemplifica outro uso das expressões populares nos textos jurisprudenciais.

O acórdão partia de uma condenação anterior, que considerava alguns arguidos co-autores materiais de um crime de tráfico de estupefacientes. Como se levantassem dúvidas sobre os limites da co-autoria, o colectivo do Supremo acabou por apresentar a seguinte explicação:

«na actuação em co-autoria, não é exigido a cada um dos *auxiliares* que pratique exactamente os mesmos actos que de cada um dos demais. Relativamente à execução propriamente dita, não é indispensável que cada um dos agentes intervenha em todos os actos a praticar para obtenção do resultado pretendido, bastando que a actuação de cada um, embora parcial,

---

115 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 11 de Dezembro de 2003, Processo n.º 03P3399, relator Pereira Madeira.

seja elemento componente do todo e indispensável à produção do resultado<sup>116</sup>  
117 .

E porque assim, não tem o significado atenuante que lhe atribui o recorrente P a circunstância de não ter participado em todos os actos de execução, quando, indubitavelmente, e agindo de acordo com o plano entre todos inicialmente traçado e aceite, levou a cabo, deu execução, aos que lhe foram confiados com vista ao resultado criminoso que era objectivo comum. Co-autoria, sem dúvida.»

Dessa forma, acabou por ser mantida a decisão da Relação, confirmando-se as condenações na justa medida em que foram decididas.

### VIII.

Do ano seguinte<sup>118</sup>, chega-nos o próximo acórdão. Certo Autor, condenado em multa como litigante de má-fé por um tribunal de primeira instância, recorreu para a Relação, que baixou o valor relativo à condenação, apesar de a manter.

Inconformado com essa decisão, interpôs recurso a Ré, alegando nas suas conclusões e entre outros argumentos o seguinte:

«9. A confirmação do valor actualizado da multa põe em causa directamente os Tribunais, enquanto instituição basilar do Estado Democrático e do Estado de Direito, que ficam desacreditados, perpassando indubitavelmente a ideia de que, como diz o povo, **"o crime compensa"**;

10. A atitude do Recorrido, porque consciente e desejada, reveste-se de um dolo tão intenso e de uma gravidade tal que não pode, nem deve, passar (quase) impune, razão pela qual a multa arbitrada só deverá ser alterada se for no sentido do seu agravamento;».

Apesar dos argumentos invocados, os juízes do Supremo Tribunal de Justiça consideraram não ter a recorrente legitimidade para interpor recurso, na

---

116 Cfr. Ac. S.T.J. de 18 de Julho de 1984 BMJ, 339, 276 [nota inserida no original sob o nº 6].

117 A final com tradução no conhecido aforismo popular: "tão ladrão é o que vai à vinha como o que fica ao portal" [nota inserida no original sob o nº 7].

118 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 19 de Outubro de 2004, Processo n.º 03S2428, relator Vítor Mesquita.

medida em que as partes não são vencidas nas decisões que condenem as outras a multa como litigantes de má-fé.

## IX.

A próxima decisão, data de Março de 2005<sup>119</sup>. O caso remontava a um acidente de viação, ocorrido entre dois veículos automóveis, no qual a Autora do processo demandou o proprietário, o condutor e a seguradora do outro veículo pelos danos sofridos.

Tendo sido julgada procedente a acção, não ficou no entanto esgotado o capital seguro, o que inconformou a Autora, na medida em que se considerava prejudicada com o valor que lhe fora atribuído. Na verdade, considerava que nem depois de esgotado o capital seguro se observava ressarcida. Todavia, também não lhe interessava ir para além desse valor, uma vez que os outros dois réus, proprietário e condutor do veículo envolvido no acidente, não tinham capacidade económica para a ressarcir.

Foi, por isso, utilizando entre outros estes argumentos, que a Autora interpôs recurso para o Supremo:

«12. O proprietário e o condutor do veículo segurado da demandada foram absolvidos tanto na 1ª como na 2ª instância porque os montantes condenatórios se fixaram dentro do limite máximo do capital seguro. Todavia, mesmo que sejam condenados, tal facto não tem qualquer interesse para a demandante, pois eles não têm qualquer possibilidade de pagar seja o que for. Como diz o povo, **não têm onde cair mortos**.

13. O dano da demandante é muito, muito superior ao capital seguro, motivo porque, salvo melhor e mais fundamentada opinião em contrário, é verdadeiramente digno, justo e equitativo que se esgote o capital seguro por que a demandada estava a cobrar o contratado prémio.»

A decisão do colectivo, todavia, foi a de considerar em linha com outras decisões anteriores aquela que se decidia, pelo que julgava de acordo com a justiça o acórdão recorrido e mantinha os valores aí decididos.

---

119 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 3 de Março de 2005, Processo n.º 04B4470, relator Ferreira Girão.

## X.

O próximo acórdão a utilizar uma expressão popular no seu articulado, data do ano de 2006<sup>120</sup>. Num processo que condenou vários arguidos a pena de prisão efectiva de mais de 24 anos de prisão, entre outros crimes, por roubo, sequestro, homicídio qualificado na forma tentada e incêndio, foram interpostos diversos recursos com argumentos que contrariavam as decisões tomadas. Tendo sido julgados improcedentes os recursos, voltaram a interpor novos, desta feita para o Supremo Tribunal de Justiça.

Sobre um dos crimes cometidos, considerou um dos arguidos que só fora condenado por esse, na medida em que fora condenado pelos outros. Na verdade, nada o ligaria à prática do facto, não fosse a circunstância de constar tal facto do mesmo processo que os outros. Assim, concluiu o recorrente, nesse ponto, com o seguinte argumento:

«18. Quanto ao recorrente CC a decisão recorrida só pode ser entendida, nesta parte, à luz do provérbio "**cesteiro que faz um cesto, faz um cento**", situação altamente atentatória dos princípios constitucionalmente previstos da presunção de inocência e do *in dubio pro reu* (cfr. artigo 32º da CRP), razão pela qual sempre se dirá que está o acórdão recorrido ferido de inconstitucionalidade.»

O Supremo Tribunal de Justiça, contudo, não lhe deu razão, muito embora tenha, quanto a outros crimes, acabado por baixar a pena de prisão para 14 anos e 6 meses, baixando também e de igual forma as penas de prisão aplicadas aos outros arguidos.

## XI.

O acórdão seguinte, refere-se a uma decisão datada de 2007<sup>121</sup> e envolveu uma queixa apresentada por um advogado contra uma juiz, imputando-lhe a prática de um crime de difamação. A queixa, porém, foi

---

120 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 16 de Novembro de 2006, Processo n.º 06P2546, relator Rodrigues da Costa.

121 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 19 de Dezembro de 2007, Processo n.º 07P4273, relator Maia Costa.

arquivada pelo Ministério Público, o que levou a que fosse requerida a abertura de instrução, perante o Tribunal da Relação de Lisboa. Este, porém, proferiu despacho de não pronúncia.

O crime de difamação prendia-se com um despacho proferido pela juiz/arguida num outro processo judicial, na qual o advogado/autor era criticado por ter apresentado uma queixa ao Conselho Superior da Magistratura relativa à morosidade processual no referido processo. Nesse despacho, dava conta a juiz da sua estranheza para o facto do advogado queixoso não ter averiguado das motivações dos atrasos, antes de apresentar a queixa. Isso mesmo se conclui do excerto que se segue:

«Diz o povo que **“Quem não se sente não é filho de boa gente”**».

Tanto quanto a Juiz se apercebe não tem o prazer de conhecer o Ilustre Mandatário do autor, sendo certo que no âmbito deste processo, nunca o mesmo se lhe dirigiu, ainda que mais não fosse, para procurar esclarecer as razões da imputada morosidade processual, teor da queixa ao Conselho Superior da Magistratura.

E se é certo que “... os Juízes não podem ser Deuses, é igualmente certo que os advogados não podem ser Anjos” (Miguel Veiga, Advogado – Peças de um processo penal sobre o poder-dever à crítica e ao protesto).»

A decisão do colectivo acabou por negar provimento ao recurso apresentado, mantendo o despacho de não pronúncia, por considerar que a contundência da linguagem não ultrapassara o limite da licitude do direito de crítica, pelo que os factos nunca integrariam qualquer ilícito penal.

## **XII.**

A decisão que se segue data já de Abril de 2008<sup>122</sup>. Desta feita, porém, o provérbio é trazido pelo julgador, citando doutrina que o integra.

O caso referia-se a uma condenação por crime de homicídio qualificado, no qual o autor do facto foi condenado a mais de 20 anos de prisão pela morte da mulher, reduzidos para 18 anos em virtude do recurso apresentado na

---

122 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 2 de Abril de 2008, Processo n.º 07P4730, relator Raúl Borges.



Relação.

Tendo sido novamente interposto recurso, desta feita para o Supremo Tribunal de Justiça, debruçou-se longamente este sobre a questão apresentada pelo recorrente que defendia não dever ser considerado o crime como homicídio qualificado, mas sim como simples.

Na verdade, explicava o douto tribunal que o homicídio qualificado era predominantemente considerado pela doutrina como uma mera forma agravada do homicídio simples, previsto no artigo 131.º do Código Penal. No mais, a legislação de 1982, em matéria de qualificação do homicídio, seguiu um método de combinação de um critério generalizador, com a chamada técnica dos exemplos-padrão.

É nesse debate que ao apresentar certa posição doutrinária, o colectivo acaba por apresentar o seguinte:

«Teresa Serra, Homicídio Qualificado, Tipo de Culpa e Medida da Pena, Almedina, 1990, págs. 121/3, a este propósito escreveu: «Reprovar a existência de uma enumeração exemplificativa de circunstâncias, acusando-a de violar a proibição da analogia, conduziria, no caso em apreço, não a uma verdadeira, mas a uma falsa aporia», traduzida nas palavras do ditado popular **“Preso por ter cão e preso por não o ter”**.»

A decisão do Supremo para este caso, foi de manter a decisão recorrida, negando provimento ao recurso.

### XIII.

Novamente de Abril de 2008<sup>123</sup>, chega-nos um processo mediático, que envolveu um célebre Bastonário da Ordem dos Advogados. Envolvido num questão judicial com um juiz, que mandou afixar no tribunal do qual era responsável uma série de notícias referentes aos advogados e, principalmente, ao seu Bastonário, apresentou esta queixa junto ao Conselho Superior de Magistratura.

Entre a defesa apresentada e repetida depois no Plenário e, finalmente,

---

123 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 17 de Abril de 2008, Processo n.º 07P1521, relator Santos Carvalho.

no Supremo, o juiz visado pela queixa considerou os seguintes argumentos:

«Entendeu a Presidência deste tribunal - e continuará a entender - que o Tribunal a que preside constitui local adequado para a afixação de tudo o que tiver conteúdo informativo para aqueles em nome de quem administra a Justiça - o Povo (...).

No que tange à forma, crê a signatária que a sua linguagem, pretensamente "boçal e deselegante ", se mostra perfeitamente justificada à luz do princípio da liberdade de expressão que assiste a todos os cidadãos, incluindo magistrados - pelo menos, na parte não incompatível com o dever de reserva que sobre eles impende - bem como do princípio da igualdade de armas. Como diz o povo, **"Quem diz o que quer, ouve o que não quer"**.

E o Senhor Dr. B vem dizendo o que quer, aviltando e dirigindo suspeições sobre magistrados, perante a inércia da Ordem dos Advogados e, presumidamente, a íntima concordância dos colegas que nele votaram nas mais recentes eleições para os órgãos daquela instituição. Mal andariam as coisas se os Magistrados a quem não é concedido o "tempo de antena" que é concedido ao Ilustre articulista/advogado, Dr. B, não pudessem exprimir e publicitar no Tribunal onde exercem funções a sua posição, em resposta às aleivosias que aquele profere.»

Os juízes da secção do contencioso do Supremo Tribunal de Justiça acabaram por conceder provimento ao recurso, anulando a decisão anterior, por a considerarem excessiva.

#### **XIV.**

O próximo acórdão constante do presente capítulo data de Junho de 2009<sup>124</sup>. O caso havia sido intentado pelo Autor contra a sua ex-mulher, por se considerar credor da quantia de € 421.406,40. Em causa estavam, entre outras, despesas efectuadas na remodelação de um prédio propriedade da Ré, ou o pagamento de um empréstimo, no qual o Autor constava como fiador da Ré. Sucedia que esta considerava todo o valor apresentado, à excepção deste último, como tendo sido proveniente de liberalidades daquele, pelo que nada

---

124 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 18 de Junho de 2009, Processo n.º 1120/03.5TBALQ, relator Serra Baptista.

lhe tinha a devolver.

Foi com base nestes pressupostos que o caso deu entrada, tendo sido decidida parcialmente a favor do Autor. Inconformada, interpôs a Ré recurso para a Relação, que manteve a sentença da primeira instância. De novo irresignada, pediu revista para o Supremo, que considerou não estar cabalmente esclarecidas por parte do Autor as motivações que o levaram a dispendar as quantias em apreço.

Na verdade, não alegou este que essas quantias foram efectuadas por empréstimo, a pedido da Ré, pelo que sempre se seria de supor que foram feitas a título individual, por sua livre vontade.

Disso mesmo se pode concluir, ao ler a decisão do colectivo para o presente caso:

«Devendo, *in dubio*, considerar-se que a deslocação patrimonial verificada teve justa causa<sup>125</sup>. Pois, se onerado com o ónus em apreço não fizer a prova dos factos que lhe são impostos, a causa será julgada contra ele<sup>126</sup>.

Ora, no caso vertente, não fez o autor, como devia, prova bastante da falta de causa da deslocação patrimonial que teve lugar quando, por razões de todo desconhecidas, suportou, a expensas suas, as despesas com as obras descritas nas alíneas F) a I) e com o mobiliário descrito na al. J), de que a ré beneficiou na sua casa.

Pode, de facto, tal como realçou a Relação, no juízo de valor a respeito efectuado<sup>127</sup>, causar estranheza o dispêndio de tanto dinheiro sem causa apurada, mormente a de mera liberalidade, que a ré sustentava ter ocorrido.

Mas, por vezes, e como diz o povo na sua ancestral sabedoria, **as aparências iludem**.

E, de facto, nem sequer ficou provado, tal como defendia o autor, que o mesmo tenha suportado tais despesas por a ré lhe ter pedido apoio financeiro –

---

125 Ac. do STJ de 16/10/08 (Sebastião Póvoas), Pº 08ª2709 [nota inserida no original sob o nº 14].

126 Vaz Serra, Direito material probatório, p. 65 [nota inserida no original sob o nº 15].

127 O qual, efectuado em sede de aplicação do direito, pode aqui ser censurado. [nota inserida no original sob o nº 16]

cfr. resposta explicativa dada ao quesito 1.º<sup>128</sup>. Tendo ficado, por seu turno, provado, para além do que consta na resposta dada a tal ponto da matéria de facto, que o A. suportou as despesas atinentes às obras nele reportadas, em parte por também lá (na dita casa da ré) viverem os filhos (resposta ao quesito 10º).

Bem como, que era o autor quem sempre decidiu os pormenores relativos às obras, contratou os profissionais para as executarem, acompanhou os trabalhos e procedeu pessoalmente aos pagamentos, sem qualquer intervenção da ré – respostas aos quesitos 16.º e 17.º. Tendo oferecido aos filhos, no Natal de 2001, a aparelhagem de som e vídeo, a televisão e a mesa de snooker, no valor de € 79 364,39 – resposta dada ao quesito 19º e al. K). Tendo oferecido os sofás, por si adquiridos, no valor de € 17 457,93, à ré, sua ex-mulher – resposta aos quesitos 20º e 21º e al. K).

Ficando-se, assim, na dúvida, face à matéria alegada e dada com provada, sobre o real intuito do autor – homem aparentemente abastado e agindo, pelo menos na aparência, como dono e senhor da obra – à data dos factos.»

Assim, acabou o colectivo por considerar ser da responsabilidade do autor a indicação especificada do facto constitutivo do direito invocado, não bastando uma indicação genérica. Pelo que sempre se teria de considerar terem sido os valores livremente despendidos pelo Autor, à excepção do empréstimo no qual constava como fiador, não ficando, por isso, a Ré com o ónus de devolver qualquer quantia.

## **XV.**

De seguida temos uma decisão de Outubro de 2009<sup>129</sup>, no qual se discutia uma questão relacionada com a execução específica de um contro de promessa de compra e venda. Na verdade, enquanto os Autores alegavam que o contrato ainda não havia sido feito por responsabilidade da Ré, que nunca tinha chegado sequer a marcar a escritura de compra e venda, esta alegava

---

128 Que assim está formulado: “O A. suportou os valores das obras, aquisições e serviços prestados e descritos de F) a K) por a ré lhe ter pedido apoio financeiro para o efeito?” [nota inserida no original sob o nº 17]

129 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1 de Outubro de 2009, Processo n.º 296/05.1.TBVGS.C1.S1, relator Álvaro Rodrigues.

que se devia considerar o contrato sem efeito, na medida em que partia de um pressuposto que não se veio a verificar.

Esse pressuposto, motivo de desinteresse da Ré na realização da competente escritura, não constava do contrato-promessa, nem de qualquer outro documento escrito, razão pela qual os Autores consideravam não se poder naquela sede invocar:

«23.Neste contexto, cumpre realçar também, que resulta claramente dos autos que a Recorrida foi alvo de diversas interpelações expressas por parte dos Recorrentes, (cfr. alegado nos artigos 4.1, 4.2 e 4.3 da P.I.) no sentido de ir outorgar e assinar a Escritura do Contrato prometido, tendo-se remetido ao silêncio.

24. Ora, a manifestação do desinteresse pressupõe uma atitude expressamente documentada, onde se possa credivelmente confiar e retirar as consequências estatuídas na lei, não se compadece com qualquer “correio verbal”, que só funciona depois da elaboração da contestação, despido de representatividade e, como é manifesto, passível de invenção. É como diz o povo: **“gato escondido com o rabo de fora”**...

25. No caso, vertente, ao invés, quem interpelou foram os vendedores, como foi demonstrado documentalmente, mas a Recorrida - repete-se - remeteu-se propositadamente ao silêncio!»

Todavia, e como resulta do excerto, os autores não chegaram a alegar desconhecimento sobre o desinteresse da Ré na realização do negócio jurídico, apenas que este não constava de qualquer documento assinado. Ora, sendo certo que o sabiam, na medida em que outras componentes do processo apontavam que a escritura só se celebraria se se preenchessem pressupostos que não se preencheram, o colectivo do Supremo acabou por dar razão à Ré, que já antes havia sido absolvida pelas decisões dos dois tribunais inferiores.

## XVI.

De Abril de 2011, chega-nos a próxima decisão judicial a utilizar texto

paremiológico na sua formulação<sup>130</sup>. Num recurso interposto perante o STJ de uma decisão que o condenara pela prática de um crime de roubo, em co-autoria material, veio o arguido/recorrente nas suas conclusões alegar, entre outros, que a decisão recorrida valorara de forma idêntica a sua conduta em relação aos co-arguidos, embora estes tivessem desempenhado um papel mais importante na dinâmica da acção.

A esta consideração respondeu o colectivo, argumentando o seguinte:

«Porém, tal consideração ignora as consequências das regras da comparticipação e, nomeadamente as resultantes do pressuposto do domínio do facto omitindo a existência de uma acção conjunta, e por acordo, em que existe uma convergência de vontades aderindo a um plano comum.

O nosso povo, na sua sabedoria secular, transpôs para linguagem aquilo que não é mais do que a constatação de dogmática penal **"Tanto é ladrão o que vai à vinha como o que fica à porta".**»

Embora o caso envolvesse uma maior complexidade processual que se dispensa neste momento, para o presente trabalho importa reter o modo como os juízes do Supremo utilizaram um provérbio para responder directamente aos argumentos da parte, acabando, naturalmente, por negar provimento ao recurso apresentado.

## XVII.

O próximo acórdão constante do presente capítulo data de Novembro do mesmo ano<sup>131</sup>. O caso envolvia antigos retornados, que ao saírem dos territórios ultramarinos entregaram à guarda dos consulados portugueses diversas quantias. Todavia, volvidos mais de 20 anos, ainda nenhum valor lhes havia sido devolvido.

Só mais tarde, depois de terem assinado certas declarações em que renunciavam aos juros vencidos desde a data do depósito, viram o dinheiro devolvido, ainda que sem a pretendida actualização. Foi com o objectivo de

---

130 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 27 de Abril de 2011, Processo n.º 210/08.2JBLSB.L1.S1, relator Santos Cabral.

131 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 10 de Novembro de 2011, Processo n.º 115/2000.C2.S1, relator Fernandes do Vale.

recuperar esse valor, que os Autores deram entrada da acção, alegando serem nulas as declarações assinadas pelos mesmos, na medida em que a sua vontade estaria viciada.

Tendo sido julgada improcedente a acção não só em primeira instância, mas também em apelação, interpuseram revista para o STJ, na esperança de verem devolvidos os integrais valores.

Relativamente às declarações de renúncia, voltaram a invocar os recorrentes que apenas as haviam assinado pelo desespero causado pelo próprio devedor, na medida em que durante 20 anos esperavam por uma solução que lhes devolvesse os valores entregues.

Daí que os recorrentes tivessem apresentado, entre outras, as seguintes conclusões:

«31ª – A Ma Juiz de 1ª instância decidiu esta questão com recurso a critérios meramente formais, descurando, em absoluto, os ditames da experiência comum, do senso comum, que não poderiam deixar de levar à conclusão que os recorrentes aceitaram receber de volta, em singelo, o que haviam confiado nos cofres do R., 20 anos antes, porque não tinham outra alternativa. Como diz o povo: **“Quem espera desespera”**. E os apelantes esperavam já há 20 anos!!

32ª – Esse é que foi o drama dos apelantes, e que a M.ª Juiz de 1ª instância desprezou por completo: foi a consciência de que, se não aceitassem o reembolso daquela forma, teriam que demandar judicialmente o Estado Português, no que levaria certamente mais meia dúzia de anos para tentarem receber. E sempre correndo o risco de perderem a demanda...»

Apesar do argumento, o Tribunal veio a considerar que as declarações de renúncia só seriam válidas se aos recorrentes fossem reconhecidos alguns direitos, mas sendo aquele um contrato específico, nunca seriam aos mesmos atribuídos quaisquer garantias relativas a juros de mora.

Assim, ainda que não tivesse sido assinadas quaisquer declarações de renúncia, não haveria nunca juros a haver. Pelo que decidia o STJ em negar a revista, confirmando o acórdão recorrido.

### XVIII.

O próximo acórdão a utilizar uma expressão popular no seu articulado, data de Abril do ano seguinte<sup>132</sup>. Acusado de ser co-autor da prática de vários crimes, um dos arguidos recorreu a todas as instâncias para provar a sua inocência. Na verdade, o recorrente afirmava que o facto de ter sido encontrado um seu telemóvel dentro de um dos veículos roubados, não significava que o mesmo fosse culpado pelo crime de roubo.

Antes pelo contrário: justamente por não ser culpado, é que o arguido admitiu de imediato ser o proprietário do telemóvel encontrado. Isso mesmo é o que resulta do seguinte excerto:

«11. Ora se realmente o arguido fosse autor do roubo pelo qual vem o mesmo pronunciado porque razão assumiria este a propriedade do mesmo [telemóvel]?

12. Claramente porque o arguido HH nada tem a ver com os factos pelos quais vinha pronunciado! Ora, claramente se este fosse culpado nada assumiria ou como diz o povo **“quem não deve não teme”!**»

Apesar disso, ou sobretudo por isso, o STJ, no seguimento das decisões anteriores, veio a rejeitar o recurso interposto pelos arguidos.

### XIX.

À semelhança da decisão anterior, também no próximo acórdão, datado de Outubro de 2012<sup>133</sup>, o provérbio é-nos trazido por uma das partes. Sucede que esta parte era, só por si, um Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, que fora notificado da decisão do Conselho Superior de Magistratura que lhe indeferira o pedido de reabilitação que havia formulado.

Esse indeferimento, baseara-se sobretudo no facto dos membros do CSM não considerarem terem a garantia suficiente por parte do peticionário,

---

132 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 11 de Abril de 2012, Processo n.º 1042/07.OPAVNG.P1.S1, relator Raul Borges.

133 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 18 de Outubro de 2012, Processo n.º 140/11.64FLSB, relator Pires da Graça.



que este evitaria no futuro repetir atitudes como as que levaram a ser sancionado. Sucedia, porém, que no presente, depois de cumprida a sanção que lhe fora imposta, o peticionário mantinha um currículo irrepreensível, como fez questão de provar e sublinhar.

Inconformado, por isso, com a decisão do CSM, o recorrente interpôs recurso para o STJ, defendendo fundamentalmente que fora violado o princípio da não retroactividade. Na verdade, não podia estar a ser punido por factos que ainda não cometidos, sobretudo quando o seu actual comportamento indicava os não vir a cometer.

Daí que na sua defesa, o Juiz Desembargador tenha escrito o seguinte:

«19º Com esta deliberação [...] o CSM violou, por a interpretar e aplicar erradamente, a norma estatuída no atrás citado n.º 2 do artº 78º do EDTEFP.

20º Só os actos, nos termos e condições previstos por Lei em vigor antes da prática dos mesmos, podem ser sujeitos a sanções e não conjecturas; quem sabe o que irá o recorrente fazer **no futuro** que, segundo o adágio popular, "**a Deus pertence**"?»

A decisão da secção do contencioso do Supremo Tribunal de Justiça, foi a de concordar com os argumentos do recorrente neste ponto. Todavia, acabaria por ser negar provimento ao recurso, uma vez que considerava não estarem preenchidos devidamente os pressupostos da reabilitação.

Na verdade, apesar de não ter um comportamento errado para as funções que na altura da decisão exercia, tal não bastaria para provar que, retomando as suas anteriores funções, se absteria de ter comportamentos como os que levaram à sanção. Sendo certo, todavia, que tal juízo estava longe de ser uma nova sanção, ainda menos o seria para um facto não praticado.

## XX.

De seguida, temos um acórdão já do ano de 2013<sup>134</sup>. O caso referia-se a um recurso extraordinário de sentença transitada em julgado, que condenara

---

134 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 4 de Julho de 2013, Processo n.º 58/08.4.GBRDD-A.S1, relator Henriques Gaspar.

um arguido a pena de prisão efectiva por uma tentativa de homicídio.

Acontece que entretanto se descobriu serem falsas as declarações da Assistente que levaram à condenação do Arguido. A verdade agora era justamente a contrária, na medida em que a condenação se baseara num plano, architectado pela Assistente, que tencionava convencer o Tribunal que o arguido a quis matar, para assim resolver o problema que era ter aquele na sua vida.

Isto mesmo explicou o Condenado no recurso que interpôs no STJ:

«Mas, talvez por remorsos, a assistente vem agora dizer algo bem diferente e reconhecendo que mentiu em tribunal. E tudo aquilo que até foi expendido, tem bastante prova documental.

Na verdade, o arguido já havia recebido em tempos, uma série de sms enviados pela assistente, que vêem de forma inequívoca, demonstrar o plano maquiavélico que aquela architectou. Contudo, só agora conseguiu recuperar tais sms, porquanto e no meio de tantas atribulações pelas quais tem passado, não se recordava onde tinha tais documentos.

Mas, **o que é vivo sempre aparece** e eis que muito recentemente, ao arrumar documentos antigos, recuperou tais documentos que ora junta em folha de suporte como documento nº 1. E como diz o povo na sua ancestral sabedoria «**mais vale tarde, que nunca**».

(...) E é agora a assistente, que, finalmente, vem reconhecer algo tão simples quanto isto: “menti em tribunal deliberadamente, para prejudicar o AA, para o tirar da minha vida” Distorcendo a verdade dos factos com o seu depoimento, conduziu o Tribunal “a quo”, a concluir da forma como conclui, com os elementos de que dispunha.»

Acontece que apesar dos argumentos invocados, o colectivo de juízes decidiu negar provimento ao recurso apresentado, por considerar que a prova testemunhal já havia sido valorada aquando do julgamento e que não bastaria que os mesmos agentes mudassem de opinião para se poder utilizar um recurso extraordinário.

Na verdade, admitir tal possibilidade levaria a que fosse feito um novo julgamento, com base nos mesmos factos e nas mesmas provas que

determinaram a convicção do tribunal sobre a culpabilidade do arguido, o que nunca poderia ser, de todo, admissível.

## **XXI.**

Finalmente, chega-nos um novo acórdão do ano de 2013<sup>135</sup>, num caso que surgiu depois de um acidente de viação, sem que a seguradora tivesse assumido as suas responsabilidades. Assim, deu entrada de uma acção de condenação o segurado, para que fosse ressarcido dos danos causados.

Tendo visto negada a pretensão em sede de primeira instância, mas aceite em sede de apelação, foi interposto recurso de revista por parte da parte vencida, isto é, da seguradora.

Para isso, fundamentou a ré estar-se perante uma situação excluída do risco, uma vez que os danos teriam sido causados intencionalmente pelo tomador do seguro. Só que para defender essa tese, a seguradora não apresentou qualquer prova.

Assim, considerava o julgador que sendo certo que esse ónus cabia a quem a invocava o argumento, então nem se poderia levar em linha de conta o próprio argumento, pois nada havia sido correctamente alegado.

Todavia, ainda acrescentava que não teria bastado invocar uma mera negligência para que o argumento fosse tido em conta. Na verdade, num acidente rodoviário todos os envolvidos actuam sempre sem a intenção de causar acidentes, na medida em que a função principal da condução não é a de provocar danos.

Isso mesmo concluiu o colectivo, conforme se pode ler de seguida:

«É que, em matéria rodoviária, todo o embate (tal como colisão), salvo prova em contrário, se presume, pela própria natureza das coisas, casual e fortuito e sem qualquer contribuição dolosa do respectivo condutor; como diz o

---

135 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 3 de Outubro de 2013, Processo n.º 2212/09.2TBACB.L1.S1, relator Fernando Bento.

povo, que na sua infinita sabedoria sabe mais que todos os juristas do mundo inteiro juntos, **os carros não foram feitos para bater...**; quer isto dizer que a natureza fortuita e casual do acidente só deixa de existir se o mesmo for doloso e não também meramente negligente ou decorrente do risco da circulação automóvel.

E a intencionalidade do embate, como se disse, não foi demonstrada, sendo certo que ao STJ está vedado apreciar eventuais erros na apreciação das provas e na fixação dos factos materiais da causa, impondo-se-lhe apenas e tão só fixar a estes o regime jurídico que tiver por adequado.»

Assim, os juízes do STJ acabaram por confirmar a decisão da Relação, obrigando a seguradora a pagar os valores pela qual fora condenada.

## **A paremiologia Invicta**

### **I.**

No primeiro caso, em que os provérbios e as expressões populares foram trazidos à colação como facto provado, por terem sido proferidas por uma das partes, são apresentados de uma só vez três expressões populares.

O caso<sup>136</sup> não tinha ciência nenhuma: um homem lançou determinadas acusações sobre outro, pelo que foi por este levado a tribunal, sendo-lhe imputados pelo Ministério Público «dois crimes de difamação, com abuso de liberdade de imprensa, p. e p. pelo art.º 180º, nº 1 e 183º nº 1 al. a) do C. Penal, e artº 30º nº 2 da Lei 2/99, de 13 de Janeiro, agravados pelo artº 184º do C. Penal».

Deduzido pedido de indemnização cível pelo Assistente, foi o Arguido condenado a 18 meses de prisão e ao pagamento da quantia de «2.000.000\$00». Contudo, foi a pena declarada suspensa por 3 anos, na condição da indemnização ser paga no prazo de 1 ano.

Inconformado, o Ministério Público recorreu da decisão.

Ouvidas as partes, o Tribunal da Relação do Porto colocou entre os factos provados o seguinte:

«7. Conhecedor de que o assistente tinha contactado essa pessoa que é chefe de trabalho do arguido, este, no dia 18 de Março de 1999, depois das 21,30 horas, dia imediato em que foi para o ar novo programa "S.....", e o qual foi novamente radiodifundido, em repetição, no dia 21 de Março de 1999, após as 11,30 horas, logo na abertura, teve a seguinte intervenção, em leitura de documento que levava escrito: "Antes de falarmos em temperatura, eu quero aqui fazer uma denúncia pública. A semana passada... são dois minutos". Um dos outros intervenientes comentou: "Então vamos começar com denúncias?" tendo o arguido retorquido: "Vamos, vamos! A semana passada comentaram-se determinadas situações relacionadas com a Magistratura e o sistema da Justiça em Portugal e em alguns Países, e mais concretamente

---

136 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 9 de Maio de 2001, Processo n.º 0041402, relator Manso Rainho.

determinada situação verificado na aldeia de ..., concelho de ... . Tal programa foi para o ar às 21 h e 30 m do dia 11 de Março, Quinta-Feira. Na Sexta-Feira de manhã, dia 12, houve um ser vivo que não gostou do que ouviu e telefonou ao meu chefe, fazendo queixinhas por ter dito o que disse no referido programa. Para que fique claro, quero dizer a esse ser vivo, ignorante e arrogante, que ao meu chefe só devo esclarecimentos sobre a minha actividade profissional entre as 9 e as 5 e meia da tarde. A minha participação no programa foi feita na minha qualidade de cidadão livre. Se esse coronel ou seus jagunços pensam que queixando-se ao chefe conseguem alguma coisa, enganam-se. Sou natural de ..., freguesia de ... . Não sou surdo nem assustado. Muito menos sou caçador natural de ..., de ... ou de .... **Não ando à jeira para ninguém**, nunca andei, felizmente nunca precisei. Mas também nunca fui bufo dos dominadores, como muito bem dizia o poeta Zeca Afonso<sup>137</sup>. Diz um provérbio chinês que **quem pisa em cima de ovos, não pode calçar tamancos, não vá o sapateiro além do chinelo e tudo vai bem. Se alguém não quer ser lobo, não deve vestir-lhe a pele**. Num regime democrático não há estatuto de superioridade ou de intocabilidade. Como dizia o Sr. Primeiro Ministro, em Vinhais, no dia 13 de Fevereiro, ninguém está a cima da Lei. Mas se porventura houver algum ser vivo iluminado que pense de outra maneira deverá comportar-se como tal, se não, como diz o nosso Povo, **não dá a mocha para a cornuda**. Não tenho nenhum trauma físico de crescimento ou nenhum trauma familiar. Nunca mereci honras nos poemas do Zeca Afonso nem nas canções do Francisco Fanhais. Se os coronéis ou seus jagunços se sentem atingidos na sua honra ou dignidade, que apresentem queixa no local próprio, que é o Tribunal. Eu cá estarei à espera do Julgamento".»

Como vimos, os provérbios aqui apresentados são trazidos por uma das partes, embora num contexto próprio. De uma só vez, foram introduzidos no léxico jurisprudencial português cinco expressões populares, sendo três apresentadas como chinesas, vá-se lá a saber porquê<sup>138</sup>.

---

137 Alusão à música *Em terras de Trás-os Montes*, do autor citado. Muito embora esta nota pudesse ser dispensada, é sempre interessante contextualizar as referências culturais utilizadas na língua portuguesa.

138 Embora seja essa uma outra característica interessante, muito em voga nos dias de hoje, a de atribuir aos chineses tudo aquilo cuja origem se não conhece. Talvez também por isso se diga por vezes sobre determinado assunto que se desconheça que «isso para mim é chinês».

No que à primeira diz respeito, quis o réu explicar que disse o que disse porque quis, pelo que não é criado, nem escravo, daí o andar à jeira, de nenhuma pessoa.

De seguida alerta que quem quiser fazer alguma coisa, tem de utilizar os meios adequados para o fazer (e nitidamente calçar tamancos não é um meio adequado para atravessar um caminho cheio de ovos). Este provérbio permite, aliás, tratar de um outro assunto já abordado, no que diz respeito ao contributo que a sabedoria popular pode dar para o ensino do Direito<sup>139</sup>. De facto, para referir o princípio inerente ao adágio referido, existe uma figura jurídica própria, que se intitula Princípio da Proporcionalidade.

Depois avisa que a pessoa que o ameaçou não percebe nada do assunto ou do contexto que o levou a fazer a ameaça, por isso dizer que cada pessoa só se deve limitar a tratar dos assuntos que sabe e lhe dizem respeito (daí aconselhar o sapateiro a ficar-se pela sua poda).

A seguir lembra que se a pessoa que ele ofendeu não queria ser mal interpretado, deveria ter tido os cuidados necessários para ser bem percebido, já que alguém que não queira ser visto como algo diferente (o lobo), deve fazer o possível para não agir dessa maneira diferente (a pele do lobo).

Quanto ao não dar a mocha para a cornuda, quis o réu recordar que alguma coisa não estava certa no comportamento do criticado, na medida em que agia de forma diferente à que pugnava.

## II.

Num outro caso<sup>140</sup>, ainda de 2001, um homem foi pronunciado pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, «p. e p. pelos artºs 11º do DL nº454/91 e 218º, nº 2 a) do CP, ou pelo artº 11º, nºs 1 a) e 2 do DL nº 454/91, na redacção do DL nº 316/97», tendo sido proferida sentença que condenou o arguido na pena de 200 dias de multa, à razão de «1.000\$00», acrescidos do pedido de indemnização civil entretanto deduzido no valor de «3.000.000\$00».

---

139 Ver p. 48.

140 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 10 de Outubro de 2001, Processo n.º 0140385, relator Manso Rainho.

Nestas circunstâncias, apresentou o Arguido recurso, tendo o Tribunal ouvido as partes como lhe competia. Nas suas considerações, os Desembargadores abordam o problema de não comparecerem as partes fisicamente perante a Relação:

«É certo, acaba de dizer-se, que *in casu* esta Relação conhece *de factum* (artºs 428º nº 1 e 431º do CPP). Todavia, quer se queira, quer não se queira (e quem não quer é porque insiste em fechar os olhos à realidade) esse conhecimento é necessariamente limitado, por isso que estão ausentes da nossa apreciação dois dos princípios basilares da boa e justa apreciação da prova: o da oralidade e o da imediação. Certo que no caso vertente a prova por declarações foi registada em suporte áudio e se mostra feita a respectiva transcrição.

Mas isto, contra o que pode pensar quem nunca foi solicitado a apreciar com critério, isenção e seriedade a prova, está ainda algo longe de dar uma ideia segura da valia dos depoimentos. Pois que (como diz um conhecido provérbio) **se quem vê caras não vê corações, muito menos corações vê quem não chega a ver caras...**»

O adágio apresentado neste caso é utilizado de uma forma curiosa, diferente da habitual. Em vez de se limitar a colocar o provérbio, os Juízes construíram uma nova expressão, a partir da frase conhecida. Não só «quem vê caras, não vê corações», como para além disso, «não vê corações, quem não chega a ver caras».

Assim, quis explicar o relator que apesar de não verem *in loco* os depoentes em sede de audiência de tribunal, não ficam condicionados na apreciação que fazem no que aos testemunhos diz respeito. Antes pelo contrário, se não estão com ninguém (não chegam a ver caras), não se influenciam por inflexões ou sugestões que quando alguém fala sempre acaba por transmitir e que poderão levar a ver desta ou daquela maneira o que se passa ao nível psicológico ou, noutras palavras, no coração.

Ainda a propósito do Acórdão em análise, importa frisar que o Relator da presente decisão é o mesmo que da anterior, o Juiz Desembargador José Inácio Manso Rainho.



É certo que no primeiro caso os provérbios não foram introduzidos pelo Relator, apenas e só na segunda situação. Todavia, a identidade dos magistrados intervenientes pode ser útil de analisar, na medida em que permite um estudo personalizado das origens dos magistrados portugueses.

Na verdade, se por um lado é certo que qualquer juiz sabe que utilizar certos provérbios seus conhecidos na defesa das suas posições lhe permite chegar mais facilmente ao cidadão comum, que se submete ou foi submetido à voz da Justiça, por outro um juiz oriundo de zonas rurais conhecerá certas expressões desconhecidas noutros meios.

Embora este assunto já tenha sido abordado no capítulo anterior, não poderia esta nota deixar de ser aqui colocada, por se verificar em concreto a situação referida.

### III.

Concluídas que estão estas considerações, passemos ao próximo Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, este de 2004<sup>141</sup>, que envolveu um arresto a bens de uma empresa gráfica, tendo sido deduzidos embargos de terceiro.

Por despacho posterior, foi ordenada a restituição provisória da posse à embargante, o que levou a que as partes contrárias, duas outras sociedades, interpusessem recurso de agravo.

Como resposta, a embargada apresentou nas suas alegações diversos argumentos, sendo que um deles não deixou de ser positivamente apreciado pelos magistrados do processo:

«Afigura-se de todo pertinente a observação da agravada: “Na verdade, pasme-se, a Rec.da acha que depois de vender e receber os respectivos preços, a duas sociedades distintas (a Rec.te ‘B...’ e a Req.da ‘A D...’) ainda tem direitos! ... vamos ter esperança que a requerente não venda a mais ninguém, pois como diz o povo, **“quem faz um cesto faz um cento”**”».

---

141 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 11 de Novembro de 2004, Processo n.º 0435300, relator Fernando Baptista.

O conhecido provérbio aqui utilizado, entraria assim no léxico jurisdicional desta maneira que se expôs, como comentário da embargada, para quem a recorrida, depois de ter feito o que fez (ou ter feito um cesto), poderia voltar a fazer o que fizera (fazer uma centena de cestos).

#### IV.

Este adágio seria utilizado de maneira semelhante pouco tempo depois num outro acórdão, de Dezembro de 2004, num caso de utilização ilegal de escutas telefónicas, em virtude de investigações no âmbito de um crime de tráfico de estupefacientes<sup>142</sup>.

Tendo no processo sido invocadas suspeições de reincidência, o Tribunal não deixou de considerar como o que se descreve nos seguintes termos:

«Em qualquer caso, o que de nenhuma maneira se pôde concluir foi que, para além da concreta importação destes 4 contentores em três dos quais vinha cocaína, já tivessem ocorrido outras importações da mesma substância, eventualmente dissimuladas noutras importações de madeira efectivamente ocorridas e documentadas, como supra se referiu.

A não ser que admitíssemos pura e simplesmente a validade probatória do provérbio “**cesteiro que faz um cesto faz um cento**”, é inegável que a imputação aos arguidos de outras importações de cocaína, anteriores àquela que ora se comprovou, surge como algo completamente infundado.

Daí ser igualmente impossível concluir que qualquer bem pertencente aos arguidos por compra ou negócio anterior a estes factos teria sido produto de uma tal actividade criminosa.»

O provérbio neste acórdão surge como uma crítica do Tribunal face às acusações que eram imputadas ao arguido. Na verdade, não era por estar a ser julgado de determinado ilícito, que se poderia considerar já ter infringido a lei noutras ocasiões. Neste caso, ao contrário do descrito no anterior acórdão, não estava o facto de se poder prever que ao violar certa norma jurídica,

---

142 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 7 de Dezembro de 2004, Processo n.º 0444816, relator António Gama.

determinado sujeito a poderia voltar a violar (isto é, usando a terminologia do provérbio, se fizera um cesto, poderia fazer um cento deles). O que neste caso estava em causa e que levou à utilização do adágio, seria o atribuir-se um cento de cestos feitos a alguém que fora encontrado só com um.

Vemos, assim, como o mesmo provérbio pode ter diversas utilizações possíveis, pois que como as normas jurídicas, também estes são dotados daquilo que poderíamos chamar de generalidade e abstracção<sup>143</sup>.

## V.

Explicado que está o significado deste adágio nas últimas duas decisões judiciais, passemos para o próximo Acórdão, de Novembro de 2005<sup>144</sup>. Em causa estava uma reclamação sobre a não admissão de recurso de sentença condenatória, envolvendo uma seguradora.

No final das considerações, extremamente críticas para com o Reclamante, e antes de proferir a decisão de indeferimento, o Relator acaba por incluir uma tirada que soa como uma espécie de desabafo:

«O A. conhecia – ou devia – conhecer toda a situação que acabou por ser dada como provada. *Sibi imputet*<sup>145</sup>..., conforme o adágio “foi à lã...”<sup>146</sup>.»

O provérbio, apenas parte dele, aparece assim inserido como remate das ideias atrás expostas, em jeito de conclusão. Como atrás se disse também<sup>147</sup>, é esta uma característica importante no tratamento das questões paremiológicas.

As frases, em geral conhecidas de quem é alheio à linguagem jurídica, são colocadas para apoiar e defender certos aspectos, que de alguma forma se acha importante sublinhar. No caso, a crítica à actuação do Reclamante, que

---

143 Ver página 47.

144 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 2 de Novembro de 2005, Processo n.º 0514708, relator Correia de Paiva.

145 Do princípio latino «*sibi imputet, si, quod saepius cogitare poterat et evitare, non fecit*», «que se culpe a si mesmo, se não fez o que poderia para prever e evitar» in *Codex Iustiniani* 4.29.22.1

146 Alusão à expressão popular «ir à lã e sair tosquiado».

147 Ver p. 17.

dessa forma e ainda antes da decisão, compreenderia de imediato não lhe assistir razão no pedido.

Fora este que se colocara na situação em que se encontrava. Mais do que isso, fora este que tentara tirar vantagens de uma situação que agora se queixava. No fundo, quisera tirar lã de uma ovelha, mas ficara ele mesmo sem a lã que já tinha.

## VI.

No caso anterior, como no próximo Acórdão, de Abril de 2006, é o Relator que insere o provérbio, pelo que mais do que em testemunhos ou argumentos das partes, resulta dos próprios tribunais a utilização de adágios ditos populares.

Na verdade, no referido Acórdão de 2006<sup>148</sup>, que se referia a um recurso apresentado por um arguido, previamente condenado como autor material de um crime de falsificação de documentos, foi posta em causa «a comprovada existência do elemento subjectivo dos tipos legais de crime em que foi [o arguido] condenado, por constituir facto do foro psicológico, naturalisticamente indemonstrável, desde logo por não estar presente em julgamento».

Como resposta à crítica apresentada, foi escrito pelo Relator o seguinte:

«Esquece porém, que o julgador pode aceder-lhe [ao elemento subjectivo] com recurso às regras da experiência comum, não na simplicidade do provérbio **«diz-me com quem andas e dir-te-ei as manhas que tens»**, mas porque aquelas não contrariam, antes confirmam, o entendimento generalizado da proibição de imitar a assinatura de outrem, apondo-a em documento que é de outrem, para obter assim determinada vantagem económica, a que também sabe não ter direito e em prejuízo de tal pessoa, recebendo um telemóvel, a que não acederia de outro modo, voluntariamente acompanhando e apadrinhando os meios utilizados, cuja proibição legal também lhe era evidente.»

---

148 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 26 de Abril de 2006, Processo n.º 0413675, relator Ângelo Morais.

Aqui, o provérbio é inserido como resposta à crítica feita, de que não seria possível aceder ao elemento subjectivo do arguido. Seria, efectivamente, não apenas à conta de outras pessoas ou amigos com quem andava, mas sobretudo devido determinado comportamento que levava à óbvia compreensão das «manhas» que o arguido tinha.

## VII.

Por seu turno, em Maio de 2006, outro Acórdão<sup>149</sup> do Tribunal da Relação do Porto traria um provérbio no seu articulado, inscrito pelo Relator, demonstrando assim a importância dos mesmos na jurisprudência portuguesa.

Tendo sido revogada a suspensão de execução de pena de prisão a um determinado arguido, devida ao não cumprimento dos deveres de conduta impostos no plano de readaptação social, apresentou este um recurso, que o tribunal recusou com uma série de argumentos que terminavam com a seguinte consideração:

«(...) contemporizar com situações obstinadas e dolosas de violação grosseira das condições que possibilitam a suspensão de uma pena de prisão, dá a ideia de ineficácia do sistema de justiça, possibilitando aquele adágio de que afinal “**o crime até compensa**”.»

Neste caso, embora o relator o identifique como adágio, estamos mais perante um antiprovérbio, na medida em que a frase é utilizada para criticar o que se poderia passar<sup>150</sup>. Na verdade, se apesar de violar as regras que lhe permitiam beneficiar da suspensão da execução da pena, fosse permitido ao arguido manter essa suspensão, então não valeria a pena impor-lhe regras, porque compensaria violá-las. E isso, o crime compensar, não poderia o Tribunal de forma alguma permitir.

---

149 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 24 de Maio de 2006, Processo n.º 0610492, relator Joaquim Gomes.

150 A propósito de antiprovérbios e deste mesmo adágio, ver o já escrito em relação ao Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 1 de Março de 2007, Processo n.º 1088/2007-9, relator Ribeiro Cardoso (Cap. 6, nº IV) e respectivas notas de rodapé.

Assim, vemos como as expressões populares podem ser usadas como de uma forma diferente, para sublinhar e justificar pelos julgadores o que pretendem desta forma transmitir.

## VIII.

Já no que diz respeito ao próximo Acórdão, de Setembro do mesmo ano<sup>151</sup>, estava em causa uma reclamação apresentada junto do Presidente da Relação, em virtude de um despacho de não admissão do recurso do despacho que julgou extemporânea a reclamação de um Despacho de Condensação.

Dando razão ao autor da lide, considerou o Tribunal que «segundo o art. 511.º-n.º2, do CPC, “As partes podem «reclamar» contra a selecção da matéria de facto...”», pelo que efectivamente podia ter sido apresentada a peça processual em causa. Daí que acrescente o Relator na sua argumentação um provérbio popular:

«Sem dúvida que se infere da al. e) do n.º 3 do art. 508.º-A que as reclamações têm de ser feitas no acto da audiência preliminar: “... decidindo as reclamações...”, no que se refere à regulamentação da “audiência preliminar”.

Só que tal tem como pressuposto que o juiz tenha procedido à selecção na audiência, como determina a mesma alínea: “... seleccionar...”. O que não aconteceu.

E não aconteceu, porque a Reclamação parte da constatação desse facto e o despacho de sustentação/reparação não o rebate, nem o aflora sequer. Nem poderia rebater face a todas as evidências. São tais que nem há necessidade de recordar o adágio popular de que “**o gato deixa sempre o rabo de fora...**”<sup>152</sup>. São aquelas [as seguintes]: (...)»

---

151 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 18 de Setembro de 2006, Processo n.º 0624543, relator Correia de Paiva.

152 Embora seja mais conhecida na sua versão «gato escondido com o rabo de fora».

Neste caso, a expressão popular é colocada como forma de ligação. Efectivamente, depois do excerto indicado, seriam elencadas as tais situações que deveriam ter sido seleccionadas, rabo do gato que ficou de fora, mas que são por agora dispensáveis, para além de longas.

## IX.

Em vez disso passemos ao próximo Acórdão, dando um salto temporal até Dezembro de 2009<sup>153</sup>, para um caso de destituição do cargo de Administrador de Insolvência por parte do Tribunal, com fundamento num determinado requerimento apresentado por aquele que o Juiz considerou ter linguagem pouco digna.

De facto, alegou o Tribunal, «no art. 266º-B, º 1 e n.º 2, do Código de Processo Civil, aplicável in casu por força do art. 17º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, todos os intervenientes no processo devem agir em conformidade com um dever de recíproca correcção, pautando-se as relações entre advogados e magistrados por um especial dever de urbanidade, nenhuma das partes devendo usar, nos seus escritos ou alegações orais, expressões desnecessárias ou injustificadamente ofensivas da honra e do bom nome da outra, ou do respeito devido às instituições».

A isto respondeu o Administrador de Insolvência, apresentando o recurso aqui em análise, sendo que num dos argumentos invocados escreveu como segue:

«10. O Recorrente, ao escrever como escreveu, não teve qualquer intenção de ofender, pôr em causa ou desrespeitar o Tribunal como teve já oportunidade de referir no seu requerimento de fls 699 e 700, além de que como diz o ditado "**Quem não deve não teme**".

O Recorrente, ao escrever como escreveu, limitou-se a resumir - no que para a situação relevava - *ipsis verbis* - aquilo que consta dos autos exemplificando o teor do por si alegado na alínea c) daquele requerimento de 4

---

153 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 16 de Dezembro de 2009, Processo n.º 560/09.0TBVFR-E.P1, de relatora Ana Lucinda Cabral.

de Junho com o despacho que ordenou a apensação de todos os processos - despacho esse que foi proferido sem ouvir quem quer que fosse, no dia imediato à apresentação do requerimento onde era solicitada a apensação e que o Tribunal a quo, mesmo depois de expressa e formalmente requerido pela Massa Insolvente da C..., se recusou a notificar indeferindo o requerido e não tendo qualquer pejo em condenar aquela Requerente em custas do incidente fixando a taxa de justiça em 2 UC's!!»

O Recorrente alega assim que escreveu sempre sem a intenção de ofender, embora acabe por argumentar que se o Tribunal se sentiu ofendido (isto é, se o Tribunal temia), é porque se reconheceu nas críticas feitas (ou seja, o Tribunal devia).

Dessa forma veio a Relação do Porto a confirmar os argumentos do Juiz cuja sentença se recorria, mantendo a destituição do Administrador de Insolvência.

## X.

Por seu turno, o Acórdão seguinte, de Março de 2010<sup>154</sup>, surgiu devido a uma decisão judicial proferida a negar a concessão de liberdade condicional ao recluso B..., condenado a pena de prisão do homicídio passional.

Tendo recorrido dessa decisão, veio o Tribunal superior dar razão ao recluso, justificando que não havia perigo de reincidência. Para isso enquadrou o caso em apreço nos motivos que levaram à condenação, para explicar que o crime em causa tivera motivos próprios, pelo que a liberdade condicional não levaria ao mesmo delito.

Daí que explique o douto Acórdão:

«Depois de ter tentado, por diversas vezes, sempre sem êxito, chamar à razão a companheira e desviá-la do transviado caminho, acabou o arguido por, sob incontido ciúme, levar a cabo o homicídio na pessoa com quem a companheira andava efectivamente amantizada.

---

154 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 25 de Março de 2010, Processo n.º 3696/05.3TXPRT-A.P1, relator Melo Lima.



Este ciúme cego – e, diz o povo que **a paixão é cega** – ajuda, de algum modo, a atenuar – sem desculpar, como é óbvio, aliás o tribunal da condenação afastou o crime privilegiado – a censurabilidade do comportamento adoptado pelo condenado.

Diz-se no acórdão [que condenou o recluso à pena de prisão]: “... ficou patente que, apesar de o arguido, livre, voluntária e conscientemente, ter disparado e, como era sua intenção, matado o E..., não agiu com frieza de ânimo, mas antes num estado de espírito perturbado, nervoso, frustrado. Nem se provou que tivesse reflectido sobre os meios empregues pois só nessa manhã se muniu da arma e nem sequer fez menção de a utilizar logo que avistou a vítima apesar de ter decidido parar e agredi-lo, mas inicalmente com o cadeado. Nem há a mínima prova de que tenha decidido matar e persistido nesse desígnio antes daquele fatídico encontro.”»

A expressão popular é, assim, utilizada para justificar a ausência de perigo no caso de ser concedida a requerida liberdade condicional, indo buscar à condenação o argumento necessário. Neste caso concreto, é a paixão que por ser cega atenua o crime, o que justificará a decisão favorável ao pedido anteriormente recusado.

Na verdade, como na generalidade dos acórdãos analisados, o Direito segue aqui a paremiologia. Nem sempre, porém, é isso que acontece.

## XI.

Num outro Acórdão, datado de Maio do mesmo ano<sup>155</sup>, o adágio é inserido para explicar a não correspondência com qualquer princípio jurídico. No caso, a utilização do provérbio é tão claro, que fica dispensada qualquer outro enquadramento.

Apresentada pelo próprio Tribunal, é a dado passo escrito como segue:

«A alegada crença do exequente assenta na inacção ou no silêncio daquele, que só excepcionalmente pode ser juridicamente valorado (até porque no direito não tem acolhimento o provérbio que diz que **“quem cala**

---

155 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19 de Maio de 2010, Processo n.º 2570/08.6TJVNf-A.P1, relator M. Pinto dos Santos.

**consente**”), não se enquadrando a situação em referência nesses casos excepcionais.

Não tem, deste modo, sustentáculo factológico o que o apelante exarou na conclusão 20 das alegações quando afirma que a inacção do executado o “enganou” e “levou-o a aceitar títulos que jamais pensou que pudessem ser impugnados”, pois se assim pensou e se adquiriu os títulos de crédito nessa convicção é porque não agiu com a prudência e a diligência devidas e que se lhe impunham.»

Aqui o provérbio surge com uma crítica, dizendo o relator do Acórdão que esse não tem acolhimento no ordenamento jurídico português. Porém, como é certo e sabido que no Direito, a doutrina diverge, permito-me neste momento discordar da opinião transmitida pelo douto Acórdão.

Na verdade, o artigo 218.º do Código Civil contraria, até certo ponto, esta afirmação, uma vez que estabelece que «o silêncio vale como declaração negocial, quando esse valor lhe seja atribuído por lei, uso ou convenção». Aliás, o próprio relator não o nega, quando afirma que excepcionalmente, o silêncio pode ser juridicamente valorado.

Deste modo se vê que, apesar do que aparenta, mais uma vez os provérbios coincidem com os princípios jurídicos. Quem cala consente, se assim puder ser.

## **XII.**

Como se tem visto até este momento, as expressões populares são inseridas pelas diversas partes e em acórdãos de diversas áreas e institutos jurídicos. De penal a executivo, de seguros a insolvência, veremos de seguida um Acórdão, de Junho de 2010<sup>156</sup>, cujo problema em causa relacionava-se com Direito do trabalho.

Certo Autor instaurou uma acção emergente de contrato individual de trabalho, com processo comum, contra uma sociedade comercial, pedindo uma indemnização devida a poucas condições de higiene e segurança no trabalho.

---

156 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 7 de Junho de 2010, Processo n.º 807/08.0TTVNG.P1, relatora Albertina Pereira.

Tendo a acção sido julgada parcialmente procedente, recorreu a Ré, alegando que o trabalhador teria totais condições de segurança.

Embora tenha acabado por conceder parcial provimento ao recurso da ré, o Tribunal não deixou de fazer as seguintes considerações:

«Ora, impendendo sobre a ré, enquanto empregadora, nos termos do art.º 120.º alíneas c) e h), do Código do Trabalho, o dever de proporcionar (ao trabalhador) boas condições de trabalho, tanto do ponto de vista físico como moral, bem como adoptar medidas no que se refere à higiene saúde e segurança no trabalho; estando, para além disso, a mesma obrigada a assegurar aos trabalhadores boas condições de segurança, higiene e saúde em todos os aspectos relacionados com o trabalho, art.º 273.º do mesmo diploma, com clareza se conclui que a ré ao deixar as lojas onde a autora trabalhou, desprovidas das medidas de segurança adequadas para evitar ou pelo menos minorar os riscos (e consequências) decorrentes de situações (assaltos, ofensas à integridade física e psíquica dos trabalhadores e roubos) como os que a autora sofreu por diversas vezes, apesar de alertada para esses riscos, inteiramente conhecedora dos acontecimentos, e não podendo ignorar, que, como diz o velho ditado “**não há duas sem três**”, o que significava, naquele contexto, que sem a adopção de tais medidas de protecção os assaltos tenderiam a perpetuar-se, como veio a acontecer, apenas se pode concluir que a mesma violou, com culpa, os citados deveres, revelando ainda o seu comportamento falta de respeito pela vida e integridade física dos seus trabalhadores.»

Pelo exposto, e apesar de conceder em parte razão à entidade patronal, o Tribunal critica-a. Na verdade, apesar de ter sido assaltada, a empresa não fez tudo o que estava ao seu alcance para evitar novo assalto, o que se veio a verificar (sendo certo que diz a experiência que se ocorreram dois, haveria de ocorrer um terceiro).

Vimos, desta forma, como a paremiologia tem sido uma ajuda preciosa na construção das ideias jurídicas presentes na jurisprudência portuguesa, ainda que de forma não propositada e até inconsciente.

Por vezes, porém, o julgador utiliza as expressões populares de uma forma ainda menos ortodoxa. Partindo de um conhecido provérbio, são à sua volta apresentados diversos conceitos jurídicos, que embora muitas vezes nada tenham a ver com aquele, são interpretados com base no mesmo.

### XIII.

São diversos os exemplos em que acontece o atrás dito, entre os quais o próximo Acórdão, de Junho de 2011<sup>157</sup>, cujo caso, para o caso pouco interessa, na medida em que a certo ponto, no final das conclusões, o Relator insere as seguintes palavras, que embora longas são aqui colocadas no seu conjunto, de modo a não se perder a riqueza de todo este conteúdo:

«A propósito dos conceitos de obscuridade e ambiguidade, já que os demais – erro ou lapso – não têm aqui qualquer pertinência, convém destringer um do outro, relembrando que desde há muito tempo que se tem tido, de modo quase unânime, o seguinte entendimento<sup>158</sup>:

- uma decisão será obscura quando o pensamento do julgador é ininteligível, não se sabendo o que ele quis efectivamente dizer;

- já será ambígua, quando a mesma comportar dois ou mais sentidos, hesitando-se quanto ao sentido aí tomado.

Tratando-se de uma sentença, a mesma está sujeitas às regras de interpretação e integração de uma qualquer declaração de vontade [236.º a 239.º Código Civil]. Por isso, a sentença vale com o sentido normal aí declarado, não podendo a mesma valer com um sentido que não tenha qualquer correspondência com o respectivo texto.

Daí se deva atender ao sentenciamento na sua globalidade e não apenas parcelarmente, assim como ao significado jurídico das palavras aí expressas – seguindo-se ou parafraseando-se um conhecido provérbio ou adágio chinês<sup>159</sup>, **“As palavras são como um**

---

157 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 15 de Junho de 2011, Processo n.º 101/10.7PRPRT.P1, relator Joaquim Gomes.

158 «José Alberto dos Reis, no seu “Código de Processo Civil Anotado”, Coimbra Editora, Coimbra, Vol. V, p. 152A.; Antunes Varela, Miguel Bezerra e Sampaio Nora, no “Manual de Processo Civil”, Coimbra Editora, Coimbra, 2ª edição, p. 693; na jurisprudência e mais recentemente os Ac. do STJ de 2006/Fev./02, 2005/Jun./06 e 2002/Nov./13. acessíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).» [nota inserida no original sob o nº 13].

159 Ver nota 136

**dedo apontando para a lua: cuida de saber olhar para a lua e não te preocupes com o dedo que aponta”.**

Começando pelo texto do acórdão agora “acusado” de ambíguo, temos que existem dois arguidos e que o Ministério Público interpôs recurso apenas quanto à condenação de um deles, não suscitando o reexame da matéria de facto, pretendendo antes que uma pena de prisão de 4 anos e 6 meses deixe de ficar suspensa na sua execução para ser desde logo executada.

Por sua vez, no texto desse mesmo acórdão e ao terminar a sua fundamentação diz-se claramente o seguinte: “Por tudo, isto impõe-se a execução da pena de prisão a que o arguido B... vai condenado.”

Por outro lado, quanto às penas principais previstas no Código Penal temos duas: a pena de prisão e a pena de multa [41.º e 47.º], pois são aquelas que estão directamente previstas como reacção penal de qualquer crime. As demais são penas substitutivas destas, porquanto surgem em vez daquelas [43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 48.º, 50.º, 58.º, 60.º].

No que concerne àquela primeira pena principal, o Código Penal refere-se sempre à “pena de prisão” e quando alude à sua substituição por uma pena de prisão que não se pretende desde logo executar refere-se à “suspensão da execução da pena de prisão” [50.º e 51.º]. Assim em nenhum momento o Código Penal alude a “pena de prisão efectiva”, muito embora se o sentenciamento assim o dissesse teria apenas o sentido do reforço da não suspensão da execução dessa pena de prisão – e como é hábito dizer-se “*quod abundat non nocet*”.

E perante isto o ilustre Ministério Público junto desta Relação considera ambíguo que ao decidir-se “1.º) Condenar o arguido B... pela prática, como autor material, de um crime de tráfico de estupefacientes de menor gravidade da previsão do art. 25.º, al. a), do Dec.-Lei n.º 15/93, de 22/Jan., numa pena de três (3) anos e seis (6) meses de prisão” e depois dizer-se “2.º) Confirmar no demais o acórdão recorrido”, possa não se saber se aquela pena de prisão será para executar-se desde já ou ficar suspensa na sua execução?

Já agora e neste último caso, “por 4 anos e 6 meses”? Pois era esse o período de suspensão fixada pelo acórdão da 1.ª instância.

E então o que dizer daquele último paragrafo onde se diz “Por tudo, isto impõe-se a execução da pena de prisão a que o arguido B... vai condenado.”?

Naturalmente que se aceita – pois assim se declarou – que o ilustre PGA tenha ficado com a ambiguidade que deu noticia no seu requerimento, mas, com todo o respeito, qualquer “declaratório normal”, como se alude no art. 236.º, n.º 1 do Código Civil, não a teria. Mas convenhamos que nem o próprio PGA a teve quando suscitou a nulidade do acórdão desta Relação e invocou a referenciada inconstitucionalidade, como também não a teve o arguido, mormente quando apresentou desde logo recurso do acórdão proferido por esta Relação.

Tudo então, pelos vistos, está minimamente perceptível, sendo caso para dizer que **todos nós soubemos**, parafraseando novamente o referido provérbio chinês, **ver a “lua” e não ficar a olhar para “o dedo”**.»

Compreende-se o porquê de se ter optado colocar todo este excerto sem interrupções. Há todo um trabalho à volta da apresentação da expressão popular, que não a resume a um mero desabafo, antes a uma preciosa ajuda em defesa da posição que se está a assumir.

Na verdade, o relator explica que apesar do que se poderia pensar, todos os intervenientes souberam analisar os problemas que interessavam (a lua), não ficando presos em questões acessórias (o dedo que aponta)<sup>160</sup>.

Esta forma de apresentar o provérbio é exemplificativa daquilo que neste trabalho se pretende demonstrar, porque é a “prova provada” que este tipo de expressões populares são de uma riqueza tal, embora de formulação simples, que obrigam a pensar demoradamente<sup>161</sup>.

O Relator do Acórdão apresentado não se limita a colocar um adágio, antes o explica utilizando formulações jurídicas. Em todo o caso, aqui o

---

160 Apesar de tudo, não se pode esquecer o que a respeito deste provérbio já se disse, no primeiro capítulo – ver p. 23.

161 Recorde-se que esta é a própria definição de parémia, como explicado no capítulo primeiro. Ver p. 7 e respectiva nota de rodapé nº7.

objectivo não foi explicar o que se pretende tornar acessível ao cidadão comum, embora já tenhamos tido exemplos desses e outros mais iremos ter.

## XV.

O próximo Acórdão, de Março de 2012<sup>162</sup>, constitui um desses casos.

Ao pretender ser indemnizada por conta de um cumprimento defeituoso de uma empreitada, certa pessoa resolveu invocar a figura do enriquecimento sem causa, prevista no artigo 474º do Código Civil, ao invés de recorrer à figura própria, com base legal autónoma nos artigos 1221º e 1222º do mesmo Código.

O Tribunal sinaliza o erro, não dando razão à Autora, colocando a certa altura a seguinte explicação jurídica, coroada com um conhecido provérbio:

«É que a obrigação de restituir com base no enriquecimento sem causa tem natureza subsidiária (artº 474º, que estabelece que “Não há lugar à restituição por enriquecimento, quando a lei facultar ao empobrecido outro meio de ser indemnizado ou restituído, negar o direito à restituição ou atribuir outros efeitos ao enriquecimento”).

E, no caso em apreço, como se viu, estando-se perante cumprimento defeituoso de empreitada, a lei conferia à apelante o direito a ser indemnizado sem recurso ao enriquecimento sem causa, indemnização cujo reconhecimento estava dependente da observação do disposto nos artºs 1221º e 1222º, o que não se verificou, pelo que, atribuir-lhe uma indemnização por via do instituto do enriquecimento sem causa, seria, como diz o provérbio, **“deixar entrar pela porta o que saiu pela janela”**.»

A partir deste provérbio é possível entender um instituto jurídico crucial, embora excepcional, em todo o Direito. Por aqui se vê, aliás, o difícil recurso à utilização da figura do enriquecimento sem causa, a que quotidianamente estão sujeitos os legisperitos que o tentam invocar.

Para além dos pressupostos necessários, de existência de um enriquecimento, que careça de causa justificativa e que tenha sido obtido à

---

162 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 28 de Março de 2012, Processo n.º 621/09.6TBPFR.P1, relator Amaral Ferreira.

custa do empobrecimento daquele que pede a restituição<sup>163</sup>, o enriquecimento sem causa é sempre uma excepção, que só pode ser utilizado em caso de último recurso. «Deixar entrar pela porta, o que saiu pela janela» é uma excelente forma de referir essa excepcionalidade.

## XVI.

Num outro caso, de Maio do mesmo ano<sup>164</sup> o provérbio é introduzido pelo colectivo de juízes nos seguintes termos:

«Na verdade, se o erro, decorrente do próprio agente, quer sobre as circunstâncias do facto, quer sobre a ilicitude, é juridicamente relevante podendo excluir ora o dolo ora a culpa, por maioria de razão quando o erro é induzido<sup>165</sup>.

E é induzido nas especiais circunstâncias do caso concreto. O arguido foi notificado pelo competente Agente da Administração Pública de que o incumprimento da ordem constituía “contra-ordenação”. Não lhe pode ser exigível que esteja mais bem informado que o Agente da Administração nem, como diz o povo, que **“seja mais papista que o papa”!**

Supostamente, o Estado é uma pessoa de bem que pauta a sua conduta pelo princípio reitor da boa-fé: «No exercício da actividade administrativa e em todas as suas formas e fases, a Administração Pública e os particulares devem agir e relacionar-se segundo as regras da boa fé» De sorte que, naquele mesmo exercício, «devem ponderar-se os valores fundamentais do direito, relevantes em face das situações consideradas, e, em especial: a) A confiança suscitada na contraparte pela actuação em causa» [Artigo 6º nºs 1 e 2 do C. Procedimento Administrativo] Corolários daquele princípio da boa-fé, são, entre outros, os deveres de conduta de **honeste procedere, neminem laedere**.

Na conformidade de tais princípios como se poderia compreender que anunciando o Estado ao particular que o incumprimento de uma determinada

---

163 Ver, entre todos, a anotação dos Professores Pires de Lima e Antunes Varela no seu Código Civil Anotado, Vol. I, 3ª ed., pp. 427-431

164 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 23 de Maio de 2012, Processo n.º 414/11.0TAPNF.P1, relator Melo Lima.

165 Com interesse (caso em que o agente atua na convicção de que a conduta não constituía um crime mas uma contra-ordenação) vide: FIGUEIREDO DIAS, TEMAS BÁSICOS DA DOUTRINA PENAL, Coimbra Editora, 2001, págs. 302 ss [nota inserida no original sob o nº 2]



obrigação o constituiria em autor de uma contra-ordenação o viesse, depois, sujeitar a um julgamento como autor de um crime de desobediência qualificada?! Fundadamente, pois, foi proferido o despacho objeto de recurso, que é de manter.

Neste caso, a expressão popular é bastante clara, na medida em que é introduzida pelo próprio Tribunal para criticar a atitude da Administração Pública, que lançou mão de uma sanção, para punir quem agiu dentro das regras que a mesma emanou.

## XVII.

Pouco depois, em Setembro de 2012<sup>166</sup>, o Tribunal da Relação do Porto julgaria um caso em que a utilização do provérbio surge como uma crítica ao comportamento da sociedade actual<sup>167</sup>:

«(...) cremos estar bem evidenciado um quadro de terror, que traduzia o Inferno, que o arguido recreava em casa, nas relações com a mulher, ao humilhar e vexar, em vários segmentos do que ela tem de mais valioso, inserido, no que globalmente se pode considerar como o último reduto da dignidade da pessoa humana. O que não é prejudicado, dada a natureza pública do crime, elo facto de a ofendida estar disposta a continuar a viver com o arguido, pai dos filhos menores, mormente se este se tratar ao problema do alcoolismo, o que de certa forma traduz → independentemente das razões e motivações → o ditado popular, ainda pertinente no dealbar do séc. XXI, **“quanto mais me bates, mais gosto de ti”**.

Justifica-se, de resto, perante as dúvidas colocadas pelo arguido, no quadro legal vigente, que se coloque a questão: se isto não é violência doméstica, então o que será?

---

166 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19 de Setembro de 2012, Processo n.º901/11.OPAPVZ.P1, relator Ernesto Nascimento.

167 Que não deixa, apesar de tudo, de ser igual comportamento da sociedade de sempre.

Donde não merece censura o decidido, no sentido de que o comportamento do arguido configura a prática de um crime de violência doméstica, com referência ao artigo 152º/1 alínea a) e 2 C Penal.»

Sem respaldar juridicamente o adágio, o Tribunal não deixa de o utilizar para explicar o ambiente em que a vítima se vira envolvida. Tratando de questões de consciência, como de outras questões, os provérbios não deixam de apresentar a realidade dos factos, ainda que esta divirja daquela que seria a situação ideal.

### **XVIII.**

Ainda durante esse ano, mas em Novembro, um Acórdão que julgou um caso de injúrias traria um provérbio que seria explicado com fundamentação jurídica<sup>168</sup>. Para se entender, porém, o contexto em que o mesmo surgiu, será necessário apresentá-lo de uma forma ligeiramente diferente do que os que temos visto até aqui.

Da fundamentação da douda sentença recorrida consta, entre outros, o seguinte facto apurado:

«a) No dia 18 de Julho de 2010, pelas 18 horas, no ..., na Rua ..., em ..., a arguida, que se encontrava sentada num banco de pedra, conjuntamente com D..., E... e F..., na conversa com estas, proferiu as seguintes expressões: -ó putas do Rio Doiro ide lavar ao Mondego, se não tiverdes sabão tirai-o do cú com o dedo", "Ó puta que roubas homens casados".»

A expressão utilizada, porém, seria justificada logo de seguida, num outro dos factos que o tribunal da primeira instância conseguiu apurar:

«o) A expressão “-ó putas do Rio Doiro ide lavar ao Mondego, se não tiverdes sabão tirai-o do cú com o dedo” é um ditado antigo usado na freguesia ....»

---

168 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 21 de Novembro de 2012, Processo n.º 256/10.0GCVRL.P1, relator Pedro Vaz Pato.

Daqui partiu o caso em julgamento, embora divergissem entre as testemunhas a forma como este nomeado provérbio teria sido utilizado. Certo é que o Tribunal considerou não se ter provado que a arguida tivesse dito à assistente "ó putas do Rio Tinto vinde lavar ao Mondego, se não tiverdes sabão tirai-o da cona com o dedo" e "calo-me mas é o caralho, aquelas putas que dão a cona por um garrafão de vinho tratado", isto apesar de uma das testemunhas ter dito o seguinte:

«Depoimento de E..., de 82 anos de idade, a qual confirmou que antigamente na freguesia se dizia a expressão referida na alínea o), com a menção "Ó putas do Rio Douro" e não como referiram outras testemunhas "Ó putas do Rio Tinto" (declarações da assistente) ou "Ó putas do Bairro Alto" (depoimentos de D... e H...);»

Em todo o caso, este testemunho acabaria por ser pouco valorizado pelo Tribunal, como de seguida se entenderá:

«Já se estranha que a testemunha E... que também em sede de audiência revelou ter bastantes dificuldades auditivas tenha logrado ouvir as expressões "-ó putas do Bairro Alto vinde lavar ao Mondego, se não tiverdes sabão tirai-o da cona com o dedo" e "Dás a cona por uma garrafa de vinho", enquanto que a assistente, esta sim sem aparentes problemas de audição, menciona ter ouvido a frase alegada na acusação particular "ó putas do Rio Tinto vinde lavar ao Mondego, se não tiverdes sabão tirai-o da cona com o dedo".»

Daí que o Tribunal acabe por colocar a pergunta fundamental, que seria a base de todo o processo e cuja resposta traria o provérbio que temos vindo a procurar<sup>169</sup>:

«Mas afinal as genéricas "putas" são do Rio Tinto, do Bairro Alto ou do Douro?

---

169 Não era, ao contrário do que poderia pensar o leitor incauto, a expressão utilizada pela arguida e ouvida pelas testemunhas.

Faz mais sentido, em face da área geográfica em que se localizam os factos que sejam do Rio Douro.

Diz o povo na sua sabedoria, resumindo tudo isto, que **quem exige respeito tem que se dar ao respeito**. E diz a doutrina, operado o mesmo resumo, mas agora segundo a terminologia que lhe é própria, que a honra é uma "merecida pretensão de respeito" (o itálico é nosso) Costa Andrade, citando Bindinç, in Liberdade de Imprensa e Inviolabilidade Pessoal, §4.1.b), Coimbra, 1996. Ou ainda que a honra é a "dignidade manifestada pela conduta, reflectida e reconhecida por uma consciência" (o itálico é outra vez nosso) Cunha Gonçalves, citando Ahrens, Tratado de Direito Civil, Vol. III, pag.12, Coimbra 1931. Porém, isso dar-se ao respeito, manifestar pela sua conduta qualquer coisa de parecido com a dignidade e, portanto, merecê-la foi precisamente o que nenhuma das intervenientes soube fazer.»

Este é, de entre todos os acórdãos analisados, um daqueles em que a utilização do adágio é mais interessante e curiosa. Não é apenas um provérbio que sem mais nem ontem é utilizado no Acórdão, no meio de outros considerandos e conclusões, antes há uma justificação jurídica que é apresentada como explicação da expressão popular.

O relator começa por apresentar a expressão popular, para depois mostrar o que tem vindo a ser dito pela doutrina ao nível do Direito a esse mesmo respeito. É assim feita uma verdadeira análise jurídica do provérbio, aquilo a que se poderia chamar de legisperitagem da paremiologia.

Diz o povo tal provérbio; diz a Doutrina aquilo que diz, a respeito do que o povo diz, quando o povo diz o provérbio que diz. É uma interpretação jurídica do provérbio. Aqui, como noutros casos, também estamos perante esse exercício a que se chama de legisperitagem da paremiologia.

## **XIX.**

Ainda a propósito do Relator do anterior Acórdão, Juiz Desembargador Pedro Vaz Pato, seria pouco depois responsável por trazer mais um provérbio num outro processo da Relação do Porto, em Junho de 2013<sup>170</sup>.

---

170 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 25 de Junho de 2013, Processo n.º 57/11.9GAAFE.P1, relator Pedro Vaz Pato.

Desta vez, porém, não seria feita a análise jurídica do provérbio, sendo este apenas inserido como um comentário ao que se estava a passar, uma espécie de glosa dos tempos modernos, com palavras antigas e sabedoria de sempre.

Estando em causa ofensas contra a integridade física, o Tribunal duvidaria do alegado pelo Autor, que alegava ter sido agredido, embora a prova feita em julgamento tenha vindo a colocar em causa aquelas acusações.

«A isto tudo acresce que igualmente resulta não crível que o assistente depois de ter sido agredido como disse que foi, com dificuldade de regressar a casa, ainda tenha pedido um cigarro aos agressores, lhes tenha desejado boa Páscoa e lhes tenha apresentado cumprimentos, com um aperto de mão! Não faz qualquer sentido, pois tal comportamento por parte do assistente é completamente incompatível com os factos que relata terem-se passado momentos antes.

Os sentimentos normais e aceitáveis, seriam a revolta (por estar a ser agredido, por factos imputados injustamente), a raiva e a vontade de dali sair (como diria o provérbio “**quem não se sente não pode ser filho de boa gente**”) e não um qualquer comportamento de simpatia e até de à vontade, tendo pedido um cigarro aos agressores e tendo-se despedido com um aperto de mão.»

Com o adágio transcrito, o tribunal considera pouco plausível os argumentos e as acusações alegadas pelo assistente. Na verdade, se na altura própria o agredido não se sentiu, tendo inclusive confraternizado com os agressores, não se poderia considerar ter alguma razão de queixa a fazer (o ser boa gente).

## XX.

Do próximo provérbio, datado de Outubro de 2013<sup>171</sup>, dispensar-se-á qualquer explicação sobre o caso. Na verdade, basta explicar que o provérbio é

---

171 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 31 de Outubro de 2013, Processo n.º 220/06.4TBCPV.P1, relator José Amaral.

trazido pelo Tribunal para mostrar que o colectivo compreendia as motivações que levaram o Autor a meter a acção que no momento se julgava:

«-claro que no ar fica algo de suspeito que o réu não explicita com objectividade, mas o certo é que a reunião foi à porta fechada e, portanto, qualquer pessoa, em face disso, não tendo o autor justificado publicamente o motivo e agindo contra o prometido, formularia esse juízo negativo, pois como diz o povo, na sua eterna e acutilante sapiência, **“quem não quer ser lobo não lhe veste a pele”**;»

Na verdade, aqui em causa estaria o facto de terem sido tomadas diversas acções pelo réu, que levaram a que fossem interpretadas com uma intenção que este não pretendia. Se não queria ser visto como aquilo que publicamente se apresentara (ser visto como lobo), não deveria ter agido como agira (vestido a pele do lobo).

## XXI.

Logo de seguida, em Novembro do mesmo ano<sup>172</sup>, o denunciante enunciaria entre os seus argumentos do recurso apresentado uma expressão popular conhecida de todos os que trabalham quotidianamente com o lado mais prático do Direito:

«Não vislumbramos que o desfecho nestes autos possa acarretar a condenação prevista no n.º 5 do art.º 277.º, pois que a realidade judicial é do conhecimento de todos os intervenientes processuais e como diz o povo **“mais vale um mau acordo do que uma boa demanda”**».

Neste caso, o relator defende a resolução extrajudicial dos litígios judiciais (e sobretudo no caso concreto), porque é sempre mais certo o que se tem, do que o que se não conhece, embora possa vir a acontecer. Noutras palavras proverbiais, «mais vale um pássaro na mão do que dois a voar».

---

172 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 27 de Novembro de 2013, Processo n.º 512/11.0GBPRG.P1, relator Neto de Moura.

## XXII.

Em Fevereiro de 2015<sup>173</sup>, um novo texto paremiológico nos é permitido ler num acórdão português. Trazido pelo colectivo, surge a crítica paremiológica, como de resto se pode confirmar:

«O ora Recorrente trouxe ao tribunal a notícia de que uma irmã da mãe do menor se tinha encontrado com o recorrente, a seu pedido, para dar nota do facto de o menor não estar a ser bem cuidado. Houve até testemunhas que ouviram essa conversa, ocorrida em local público e que a relataram em audiência. Essa conversa foi totalmente desvalorizada pelo tribunal, que podia e deveria ter chamado a depor a dita irmã de seu nome I.... Ao invés, preferiu seguir a opinião da família da mãe do B... e considerá-la *persona non grata* ignorando o ditado popular que dita que **quando se zangam as comadres, contam-se as verdades!**»

Neste caso o Tribunal lembra ao Recorrente que não deveria ter dito o que dissera à testemunha, porque em momentos cruciais (quando as comadres se zangam), são reveladas conversas que noutro caso não seriam reveladas (as tais verdades). Vale a pena recordar aquele outro provérbio, a propósito de saber guardar silêncio ou falar nesta ou naquela ocasião, que diz que «a palavra é de prata, o silêncio de ouro»<sup>174</sup>.

---

173 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 23 de Fevereiro de 2015, Processo n.º 10799/12.6TBVNG.P1, relator Correia Pinto.

174 Ainda a propósito desta ideia, relembram-se as sábias palavras do poeta António Aleixo: «Para não fazeres ofensas e teres dias felizes, não digas tudo o que pensas, mas pensa tudo o que dizes».

## **Paremiologia Olissiponense**

### **I.**

De Maio de 2004, surge-nos uma situação em que um determinado sindicato, ao querer aplicar aos seus associados as regras retributivas de um Acordo de Empresa, resolveu contestar a aplicação das restantes regras, por esses associados as não considerarem vantajosas<sup>175</sup>. Assim, colocou uma acção judicial em que, admitindo ter negociado o acordo em causa, pretendia que a empresa para o qual os seus associados trabalhavam não aplicasse certas cláusulas.

Tendo sido vencido, recorreu, o que em instância superior levou o Tribunal a dizer o seguinte:

«Assim, o Autor, ao pretender, para os seus representados, uma mera equiparação salarial (não pede, repete-se, aplicação, na totalidade, desses AE's), sem sujeição às demais condições resultantes dos AE's, tem que reconhecer que esses trabalhadores não estiveram colocados, nem pretendiam estar, numa situação de trabalho de natureza e qualidade igual aos dos trabalhadores a que se aplicam tais instrumentos, porquanto, no período em questão, não estiveram, nem queriam estar, sujeitos às mesmas obrigações dos trabalhadores abrangidos pelos AE's.

Em suma haveria o autor de ter invocado e demonstrado que as alterações acordadas entre a ré e os outros sindicatos não implicaram também uma alteração das condições de trabalho. Como diz o povo, **quem compra a carne também tem que levar o osso**. Não pode o autor só pretender beneficiar daquilo que lhe interessa do clausulado dos AE's, “esquecendo” todos os aspectos não retributivos.»

É clara a ideia transmitida na utilização do provérbio atrás descrito, porque efectivamente um acordo é para ser integralmente cumprido, não apenas naquilo que dá jeito, mas na sua totalidade. No caso, o relator optou por utilizar um dito popular e dizer que quem compra a carne, também tem que

---

175 Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 2 de Junho de 2004, Processo 1435/2004-4, relator Ramalho Pinto



levar o osso, de maneira a fazer-se entender por qualquer leigo que nada de princípios jurídicos percebesse. Porque se quisesse utilizar linguagem estritamente jurídica e dizer que tudo num acordo deveria ser cumprido, seria suficiente escrever *Pacta Sunt Servanda*<sup>176</sup>, e todo o legisperito o compreenderia.

Daqui se recupera a ideia já anteriormente transmitida, de que a utilização de adágios e aforismos no ensino constitui uma mais-valia que deve ser incentivada. O princípio *Pacta sunt servanda* será sempre um brocardo, mas de conhecimento limitado aos conhecedores do Direito. A mesma ideia, veiculada através do provérbio referido, é mais facilmente apreendida pelo resto da população.

Se em vez de se limitar a transmitir Doutrina, ideias e institutos jurídicos, os professores universitários utilizassem também provérbios e expressões populares, os seus alunos teriam maior facilidade em assimilar, compreender e sobretudo, o que é mais importante, praticar o transmitido. Por aqui já se transmite essa ideia. Pelo resto, essa ideia se sedimentará.

## II.

Transmitida esta noção já anteriormente explorada, passemos directamente ao próximo Acórdão, de Fevereiro de 2005<sup>177</sup>:

«Perante tal situação, não é pelo facto de uma testemunha ir a tribunal de dizer que a agravante estava com dificuldades económica que o tribunal iria pensar que o acordo celebrado com a Firma vendedora tinha sido celebrado com base em dificuldades económicas no facto da sua viatura circular com documentos e número de matrícula e chassis falsificados. Qualquer pessoa consciente e honesta se sentiria aflita e envergonhada e procuraria por fim, imediatamente ao contrato de compra e venda que a havia conduzido a essa situação e não aguardaria que lhe substituíssem os documentos, que até

---

176 *Pacta sunt servanda*, princípio jurídico que significa que os pactos devem ser integralmente cumpridos. O direito português codificou-o, entre outros, no artigo 406.º, número 1, do Código Civil.

177 Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 17 de Fevereiro de 2005, Processo n.º 414/2005-6, relator Gil Roque.

poderia não vir a acontecer. Como diz o povo, “*vox populi*” **gato escaldado de água fria tem medo.**»

Neste caso, como noutros, é possível conhecer a ideia que o julgador tem do problema que está em causa, antes mesmo de sentenciar. Desde logo, infere-se do provérbio utilizado que o Tribunal considera pouco verosímil o alegado pela testemunha.

Não seria plausível, para o relator, que a testemunha do processo tivesse agido daquela maneira, porque um homem médio agiria de maneira diferente. Perante uma situação em que se viu desfavorecido (daí o gato escaldado), qualquer pessoa numa parecida ocasião ficaria desconfiada e agiria prudentemente (ainda que a água fosse fria – o que à priori se não saberia). A estranheza do julgador é assim explanada pela utilização deste provérbio.

### III.

De seguida temos um Acórdão de Maio de 2006<sup>178</sup>. Num caso que envolve o bom nome de uma certa personalidade da vida pública e todas as suas implicações jurídicas, o julgador explica o que considera caber ou não nas críticas aceitáveis a quem é alvo de exposição pública, e no que consiste a honra juridicamente falando.

Diz o douto Acórdão que estamos a analisar o seguinte:

«Enquanto a vida pode ser mais ou menos pública, mais ou menos privada, dependendo muito da personalidade de cada um e da função que exerce na sociedade – podendo haver pessoas que não tenham vida pública e outras que praticamente não tenham vida privada -, com a honra nada se passa assim. Todos têm a sua honra - opinião ou sentimento de uma pessoa sobre o seu próprio valor -, todos prezam a sua auto-estima, todos desejam ser considerados e respeitados pelos demais membros da sociedade em que se inserem, o mesmo é dizer, ter boa reputação – ideia que os outros têm sobre o valor da pessoa – ou bom nome.

---

178 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 23 de Maio de 2006, Processo n.º 11602/2006-5, relator José Adriano.

É certo que poderá haver pessoas mais sensíveis outras menos sensíveis aos ataques ao seu bom nome, mas, como diz o povo, “**quem não se sente não é filho de boa gente**”. Estão em causa nos autos afirmações – que nos dispensamos de aqui repetir - dirigidas ao cidadão Alberto João Jardim e Presidente do Governo Regional da Madeira que, objectivamente, são atentatórias da honra e consideração.»

Com a utilização do provérbio neste caso concreto, o juiz quis justificar que o processo, longe de ser uma tentativa do titular do cargo público exercer qualquer pressão censória digna de outros tempos, fora instaurado porque a pessoa visada, que considerava ter um bom nome a defender, se vira ofendido. Se eventualmente não tivesse esse nome de família a defender, não sentiria necessidade de o fazer.

Aceitar as críticas seria enfiar a carapuça, para utilizar outra expressão usual que muitas vezes se houve na voz do povo.

#### IV.

Já no próximo acórdão, de Março de 2007<sup>179</sup>, é o colectivo a trazer a expressão popular, nas seguintes considerações:

«Ao convocar para este instituto a ponderação das finalidades da punição, o legislador obriga à ponderação de factores de prevenção especial de socialização – efeito da sanção no condenado, enquanto contramotivação à reiteração da conduta desviante – mas também, em plano de igualdade, factores de prevenção geral positiva – efeito da punição na sociedade. Importa aqui acautelar que os cidadãos adquiram e mantenham confiança na eficácia da norma e na capacidade do sistema de justiça para a aplicar, evitando a interiorização do adágio popular de que **o crime compensa**.»

A ideia é pouco depois repetida e sublinhada. Escreve o relator:

---

179 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 1 de Março de 2007, Processo n.º 1088/2007-9, relator Ribeiro Cardoso.

«O pagamento da "multa beneficia quem tem dinheiro e aí, sim, **o crime compensa para quem tem posses**;»

Também nesta situação, trazida a final, o Tribunal remata as conclusões com aquilo que aparenta ser um provérbio popular, de maneira a frisar o atrás escrito com a autoridade reconhecida por quem se queria fazer entender. Porém, o crime do suposto provérbio é visto como algo de positivo, que dá vantagens a quem o pratica, sendo que o Relator critica esse ponto de vista.

Essa crítica, porém, é mais certa do que nunca, na medida em que no caso concreto estamos perante um antiprovérbio<sup>180</sup>, na medida em que, pelo contrário, o «crime não compensa». Se fosse necessário apenas pagar a multa, sem mais nenhum incómodo por parte da justiça, o crime compensaria mesmo. Não é, porém, essa a mensagem transmitida pelo provérbio. Nem seria essa a opinião do Tribunal, que acabaria por condenar a actuação do réu.

## V.

De seguida temos um Acórdão de Abril de 2008<sup>181</sup>. O provérbio é trazido pelo colectivo para criticar a actuação de ambas as partes, que celebraram entre si um contrato de subarrendamento, apesar de o terem intitulado como de “prestação de serviços”:

«Por fim, até a falta de coerência interna relativamente à qualificação da contraprestação monetária aponta para o mesmo resultado, pois que, dentro da mesma cláusula, tanto se alude à fixação de “preço” (próprio de um contrato de prestação de serviço), sobre que recaía IVA, como a uma “renda”, **deixando, assim, a descoberto (tal como o felino do adágio popular)** a verdadeira natureza do contrato que quiseram outorgar.»

Uma das características interessantes no que à utilização de provérbios e expressões populares diz respeito, refere-se ao facto de poderem os mesmos

---

180 A propósito de antiprovérbio, uma forma de apresentar a expressão popular oposta à habitual, muito em uso hoje em dia em estampagens de roupa, ver o trabalho do mesmo título de Anamarija Marinovic, investigadora do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

181 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 15 de Abril de 2008, Processo n.º 2115/2008-7, relator Abrantes Gerales.

ser trabalhados e utilizados consoante o que seja exigido pelo contexto próprio da sua concreta aplicação.

A forma como habitualmente aparece o provérbio inserido no presente excerto, diz simplesmente que o gato (isto é, alguém que comete alguma situação menos correcta, para não dizer ilegal), deixa sempre o rabo de fora (ou seja, há sempre um vestígio que se deixa da ilegalidade cometida<sup>182</sup>).

Conhecendo o provérbio e sabendo que o auditório receptor do texto do acórdão também o deveria conhecer, o Relator resolveu utilizar a expressão popular moldando-a em conformidade com o objectivo pretendido.

No caso, apesar do cuidado manifestamente tido em ocultar a verdadeira natureza do contrato (e esconder o gato), as características do mesmo (o rabo de fora) tornavam perceptível tratar-se de outro acordo de vontades, com outro nome que não aquele que as partes intitularam.

## VI.

Mais tarde, um outro Acórdão, de Junho do mesmo ano<sup>183</sup>, no qual a expressão popular é trazida em jeito de desabafo. Na verdade, o Relator explica, utilizando o provérbio, como lhe é difícil saber ao certo o que fazer no presente, de modo a garantir para o futuro uma verdadeira compensação pelo passado. É isso que se retira do seguinte excerto:

«De acordo com o artº 562º do CC e a jurisprudência maioritária, a indemnização em dinheiro do dano futuro de incapacidade permanente corresponde a um capital produtor de rendimento que a vítima não irá auferir, mas que se extinga no final do período provável de vida de forma a corresponder o mais possível à situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação.

Mas tal equidade não é fácil de alcançar, porque como diz o povo “**o futuro a Deus pertence**” e, ao julgador, apenas cabe a estimativa ou um raciocínio mais ao menos abstracto.»

---

182 Outro provérbio, por exemplo, diz que «o diabo está nos detalhes», manifestando a mesma ideia de que apesar do cuidado que alguém poderá ter ao cometer uma irregularidade, há sempre qualquer lapso que é deixado pelo caminho, que deixa perceber a irregularidade cometida.

183 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 30 de Junho de 2008, Processo n.º 8412/2007-9, relatora Adelina Barradas Oliveira.

No exemplo aqui mostrado, o Relator explica, em jeito de desabafo, a dificuldade que por vezes os juízes sentem, ao ter de tomar as decisões que judiciais. De facto, estando o cálculo da indemnização em dinheiro do dano futuro de incapacidade permanente dentro da margem livre apreciação do julgador, deverá sempre este basear-se em cálculos abstractos, com o cômputo geral resultando muitas vezes de uma mera estimativa.

Tal deve-se sobretudo ao facto dos danos futuros, por estarem no domínio do porvir, não poderem de forma alguma ser encontrados e compensados de outra maneira que não a enunciada. Por tudo isso optou o Juiz por empregar a referida expressão popular, já que ao não conhecer o futuro (pertença de Deus), teria de decidir o valor a atribuir com base na sua própria recta razão.

## VII.

Depois deste temos um Acórdão de Setembro de 2009<sup>184</sup>. O caso foi trazido por uma empresa de construção civil, contra um município português. Depois de celebrar um contrato com a autarquia que lhe permitiu licenciar certa construção, a empresa pretendia fazer reverter esse negócio, sem no entanto abdicar do licenciamento que com ele ganhou.

A crítica do Tribunal é, portanto, imediata:

«Dito de outra forma mais prosaica (que apela ao adágio “**sol na eira...**”): ultrapassadas as dificuldades que a A. enfrentou no sentido de ver aprovado um loteamento urbano e esgotadas as vantagens que tal processo lhe proporcionou, pretende agora explorar uma vantagem adicional, acrescentando às mais-valias já arrecadadas o valor dos lotes que oportunamente cedeu ao R., sem questionar a cedência quer em aspectos formais (doação), quer em aspectos substanciais (exigibilidade), o que, juntamente com outras condições, foi determinante para a aprovação do loteamento nos termos que lhe foram apresentados.»

---

184 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 8 de Setembro de 2009, Processo n.º 886/2001.L1-7, relator Abrantes Geraldês.

«Para bom entendedor...» é o princípio de um provérbio, cujo final remete para aquilo que neste caso se pretende dizer. A «meia palavra [que] basta» é muitas vezes usada numa conversa para que um interlocutor receba da outra parte um sinal de que este o entende<sup>185</sup>.

Assim é neste caso, em que o Relator lança ao receptor da mensagem jurídica um sinal, iniciando um provérbio para que este, reconhecendo-o, compreenda o entendimento que o Tribunal tem do problema.

Depois de certa pessoa ter doado alguns terrenos a uma outra, e assim que esta viu ser licenciado um loteamento urbano, pretendia reverter o negócio original, para assim poder beneficiar do processo de loteamento (chuva no nabal), sem as dificuldades inerentes ao processo de licenciamento (o sol na eira).<sup>186</sup>

### VIII.

Pouco depois do presente Acórdão, em Outubro do mesmo ano<sup>187</sup>, uma nova decisão do Tribunal da Relação de Lisboa voltou a usar um provérbio na sua composição:

«Com efeito, além de um interesse social e público mais imediato, em proporcionar as condições indispensáveis para criar, proteger e educar as crianças em perigo, a intervenção social e estatal visa formar jovens e adultos sãos e equilibrados, capazes de se integrarem validamente na sociedade e contribuir para a melhoria esta. Na verdade, só agindo assim, e a tempo, o Estado consegue desempenhar eficazmente o seu papel de criar as condições necessárias à preparação de cidadãos ética, moral e civicamente conscientes e, projectando para o futuro, bons educadores dos seus próprios filhos (**filho és, pai serás** – diz o povo).»

---

185 E que pode passar por diversas respostas, desde a conclusão do provérbio, até a um mero esboço de um sorriso, com que o ouvinte demonstra (re)conhecer a expressão popular.

186 É caso para se utilizar as palavras de um provérbio já citado, no Cap. 6, nº I, «quem compra a carne, também tem de levar o osso»

187 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 6 de Outubro de 2009, Processo n.º 627/07.OTMLSB.L1-1, relator João Aveiro Pereira

Tal como no Acórdão anterior, também neste texto jurídico é introduzido um provérbio, através do qual quem lê compreende a percepção que o julgador tem do problema analisado.

Aqui, entende o Tribunal que o Estado tem de agir, porque se trata de um pai, com a obrigação (legal, moral, histórica – nas palavras do acórdão, «um interesse social e público mais imediato»), de proteger, educar e cuidar das crianças em risco. Tendo sucesso nessa missão, verá crescer jovens e adultos responsáveis que mais tarde poderão vir não só a desempenhar funções no próprio Estado<sup>188</sup>, como sobretudo cumprir o papel que para si o Estado teve de cumprir, a de serem pais e educadores dos seus próprios filhos.

### IX.

Logo de seguida temos um outro Acórdão<sup>189</sup> do mesmo mês que o anterior, facto que merece ser sublinhado e reflectido. Como temos visto, sobretudo no que a este Tribunal diz respeito, há longos períodos em que a utilização de provérbios não é conhecida.

Por um lado isso pode-se dever aos problemas apontados anteriormente, de que nem todas as decisões dos tribunais estão disponíveis na plataforma informática habitual, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), o que dificulta a pesquisa; por outro, à óbvia inutilização de provérbios durante esses longos períodos de tempo.

Neste caso, porém, é possível encontrar num mesmo mês dois Acórdãos com expressões populares, o que poderá indicar desde logo que a utilização de adágios é algo como que contagioso, que quando aparece em certa ocasião tende a ser reutilizado. Tal como Leonardo Da Vinci não seria Leonardo Da Vinci sem Michaelangelo ou Donatelo, e que só um deles autonomamente não teria feito o Renascimento<sup>190</sup>, a utilização de provérbios em decisões judiciais é indicador que a utilização de expressões populares é uma realidade impregnada nos corredores e barras dos tribunais.

---

188 Nem que seja a função principal, de eleitor.

189 Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 20 de Outubro de 2009, Processo n.º 3524/08-1-1, relator Eurico Reis.

190 O mesmo é dizer, «uma andorinha não faz a Primavera».



Posta esta consideração, vejamos então o referido Acórdão. Diz o seguinte:

«Só que a uniformidade da Jurisprudência e a certeza do Direito (a tutela da confiança) não são valores absolutos – em Direito, felizmente, não existem absolutos, muito menos direitos absolutos; veja-se o disposto no art.º 335º do Código Civil. E é o próprio art.º 334º desse mesmo Código que nos ilumina para percorrer esse caminho – acima de tudo está a boa fé, os bons costumes e o fim social e económico do direito. E os valores éticos que dão consistência e hierarquia ao tecido comunitário/societário, ou, como diria Immanuel Kant, os imperativos categóricos. Para bem administrar a Justiça em nome do Povo (art.º 202º n.º 1 da Constituição da República), há que adaptar a jurisprudência às novas condições de vida dos cidadãos e das empresas; **o tempora o mores**, sentenciou Cícero na sua “Primeira Oração contra Catilina”. Já lá vão muitos e muitos séculos – mas o ensinamento continua certo.

Todavia, não obstante estas considerações, que não ficam por isso invalidadas (bem pelo contrário, acentua-se), urge voltar a um momento anterior do raciocínio – há ou não males piores que a morte? Se sim, o *quantum* indemnizatório devido por situações de incapacidade permanente que tornam também permanente (até ao final da vida dessa pessoa) o sofrimento e a dor, tem necessariamente que ser maior do que a (impossível) “reparação” pela perda do direito à vida.

Pelo menos neste momento, este Tribunal de recurso não consegue dar uma resposta satisfatória a esta questão, pelo que, de um modo conservador, vai manter como sua a ideia traduzida pelo profundamente sábio provérbio popular **para tudo na vida há remédio, menos para a morte.**»

Não podia ser mais clara a utilização do provérbio neste acórdão. De facto, o Tribunal toma «como sua a ideia» presente no «profundamente sábio» adágio, utilizando-o e adoptando a sua mensagem como sua. Debatendo-se sobre o valor a atribuir a título de indemnização a pessoas que ficaram com incapacidade permanente, o Colectivo debruça-se sobre a possibilidade desse valor ser superior ao atribuído nas situações de morte.

Para isso, no entanto, teria de considerar não já a vida como valor supremo, mas sim outra situação qualquer. E escudando-se no provérbio, o

Tribunal acaba por esclarecer que não poderá haver nada mais importante do que aquilo cuja consequência de forma alguma se pode remediar<sup>191</sup>.

Neste Acórdão, no entanto, e antes de chegar a este ponto, faz-se referência para uma outra expressão já não popular, mas ainda paremiológica. Ainda antes de concluir pela inexistência de valores superiores à vida, o Tribunal explica que embora a vida pudesse ter sido considerada superior em momentos anteriores na história<sup>192</sup>, as circunstâncias e sobretudo o entendimento actuais poderiam não levar a essa conclusão.

De facto, entende o colectivo que as decisões judiciais têm de ser adoptadas consoante as novas realidades e «condições de vida dos cidadãos e das empresas», embora os princípios jurídicos possam permanecer inalterados<sup>193</sup>. Assim é utilizada a célebre frase de Cícero, quando em pleno Senado romano se levantou contra Catilina e proferiu as palavras com que brindou o seu colega tribuno: ***O tempora! O mores!***<sup>194</sup>.

## X.

No seguimento do que há pouco se dizia, sobre os períodos em que não aparecem provérbios nas decisões jurisdicionais, o próximo Acórdão apareceria apenas um ano depois, em Outubro de 2010<sup>195</sup>.

*Thema decidendum* 1.1. - Colhidos os vistos, cumpre decidir,(...)

«3.1.4 - Da requerida alteração no que se refere ao item 2.36. Ataca a autora a factualidade vertida no item 2.36 da presente decisão (“O que levou a Ré a assinar o acordo referido em 2.3. foi a promessa inequívoca de que a Autora lhe pagaria o que estava em dívida, e assim, a Ré comprometeu-se a concluir os trabalhos até 15 de Agosto de 2006, pois o valor em dívida ascendia a cerca de quatrocentos mil euros), explicando que é ela contrariada pelo próprio teor do acordo que ambas as partes outorgaram a 14/7/2006, razão porque deve ela ser tida como não provada.

---

191 E muito menos reverter.

192 Que vai ser também a decisão deste colectivo, apesar desta consideração.

193 Numa espécie de aggiornamento desses mesmos princípios jurídicos.

194 Que poderia ser traduzido como «oh, [passagem do] tempo, oh, [forma de encarar a] moral». Para a mesma ideia temos hoje um outro conhecido provérbio camoniano: «mudam-se os tempos, mudam-se as vontades».

195 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 26 de Outubro de 2010, Processo n.º 89/07.1TVLSB.L1-1, relator António Santos.

Já a Ré considera que tal factualidade resultou inequivocamente da prova testemunhal produzida, designadamente dos depoimentos de “M”, de “D” e de “H”. Ora, analisados todos os depoimentos prestados em audiência, a verdade é que deles não resultou, com a mínima consistência, que na génese da adesão da Ré ao acordo de 15/8/2006, esteve uma qualquer promessa, e muito menos inequívoca, de que só assim a autora à Ré pagaria as quantias em dívida à data. É certo que, quer a testemunha “M”, quer a testemunha “H”, referiram ambas estarem convencidas que a Ré só assinou tal acordo no pressuposto de que com tal assinatura era bem possível que assim tornar-se-ia mais fácil para a Ré o recebimento de quantias à data facturadas à autora.

Todavia, uma coisa é o convencimento das indicadas testemunhas, e outra bem diversa, é o seu conhecimento directo (que não tinham) de factos, baseado v.g. na participação em negociações ou na intermediação de um qualquer negócio. Finalmente, relativamente à testemunha “D”, considerando a sua ligação (era à data a esposa do representante legal da Ré e também sócia da Ré) à Ré, e não tendo conseguido disfarçar algum *azedume* relativamente à *conduta* empresarial da autora (no que ao *cumprimento* do acordado diz respeito), não é ele suficientemente isento para, por si só, ancorar a factualidade assente em 2.36.

Tudo ponderado, considerando o carácter ostensivamente conclusivo da alusão que da parte final da resposta em apreço consta, de que o *valor em dívida ascendia a cerca de quatrocentos mil euros*, e não olvidando ainda as regras de experiência (***perdido por cem perdido por mil***), deve o item 2.36 passar a ter a seguinte redacção: “O que levou a Ré a assinar o acordo referido em 2.3. foi o convencimento do respectivo representante legal de que, ao fazê-lo, para a Ré tornar-se-ia mais fácil vir a receber da autora quantias que à mesma haviam já sido facturadas pela Ré e decorrentes de trabalhos por esta realizados”.»

Neste acórdão, a dúvida levantava-se sobre o porquê da Ré, apesar de já ter sido prejudicada pela Autora, ainda ter assinado um acordo que lhe era mais prejudicial. A justificação parece simples: já que tinha sido lesada pela outra parte (e estava perdida por cem), a Ré não se importaria de tentar arriscar o resto (os mil), para tentar recuperar esses cem.

## XI.

Por outro lado, o próximo Acórdão vai mais uma vez ao encontro do que já se disse, a propósito dos períodos em que os provérbios parecem medrar, uma vez que este que agora se apresenta é precisamente do mesmo dia do anterior<sup>196</sup>:

«Aliás, o MºPº apenas alega que a alergia “terá sido agravada” pela falta de higiene, decorrente da circunstância de a menina estar deitada num sofá sem qualquer protecção (a técnica que efectuou a visita domiciliária teria considerado que o sofá estava sujo, de acordo com a mesma informação telefónica).

Por conseguinte, mais do que a questão da higiene da menina é manifesto que a intervenção desencadeada pelo MºPº é motivada pela história pretérita da progenitora a quem foram retirados os três filhos de uma anterior relação, facto também alegado no requerimento inicial.

Por isso a persistente invocação das peças e das vicissitudes dos processos atinentes a tais menores, na esteira do ditado popular de que **“cesteiro que faz um cesto faz um cento, se tiver vime e tempo”**, mas em clara violação do carácter individual e único do processo, plasmado no artigo 78º, e do regime das provas estabelecido no artigo 117º, que tornam irrelevante tal invocação para a decisão deste processo.

Será mesmo de duvidosa legalidade a emissão e incorporação nestes autos de certidão de peças processuais extraídas dos processos de outros menores, porquanto esses processos não deixam de ter carácter reservado pelo facto de estar agora em causa um irmão!

Ressalvadas as especificidades, seria como se em sede de jurisdição criminal, a acusação – pública ou particular – requeresse a junção aos autos do registo criminal do arguido para provar a autoria de um crime similar àqueles por que fora antes condenado...»

A crítica que o Tribunal tece à actuação do Ministério Público acaba por ser reforçada com a inclusão de um conhecido provérbio. Para o colectivo, é certo que noutras ocasiões a utilização de condenações antigas importaria para

---

196 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 26 de Outubro de 2010, Processo n.º 6116/08.8TBCSC.L1-7, relator Gouveia de Barros.

o julgamento concreto<sup>197</sup>. Porém, no caso em apreço, não se poderia inferir que por ter tido determinado comportamento com outros irmãos, a Ré teria certo comportamento com aquele.

A lógica é simples: se fez um cesto (não cuidou bem de um filho), logo faz cestos (até porque já tinham sido três os filhos retirados pela Segurança Social), pelo que é cesteiro (não cuida bem dos filhos); e sendo cesteiro, como aquele cesto que fez, poderá fazer outros, desde que tenha materiais e tempo para isso (e no caso, aparentavam estar reunidas as condições para outra criança ter sido exposta a situações de risco).

Porém, lá porque alguém se comporta de determinada maneira, não significa que se comporte sempre assim. A crítica do Tribunal, todavia, não vai nesse sentido, ou sequer toma esse caminho, na medida em que alega que o vime que foi utilizado para provar o crime das outras vezes, não pode ser utilizado para provar este mesmo.

## **XII.**

No próximo Acórdão, de Julho de 2012<sup>198</sup>, o provérbio aparece no âmbito de uma transcrição de uma audição em audiência a uma testemunha. Assim, vemos como a dada altura foi proferido o seguinte diálogo:

«Adv: Foi muito mau para ela. Tem ideia se notícias destas... o Sr. Dr. Ainda por cima é do meio, é ROC, a sra D. A exercia as funções de TOC, hoje é advogada, o Sr. Dr. tem ideia se notícias destas podem ou não causar danos na imagem de uma pessoa?

CN: É natural que tenha porque efectivamente ela desempenha, as empresas desenvolvem trabalhos de contabilidade para terceiros, é natural que se virem notícias dessas no jornal é bem capaz de causar algum transtorno a nível regional, para além dos aspectos mais pessoais, mas de facto a nível profissional é claro que pode afectar, o conceito pode alterar-se. As pessoas conhecem-na e como referi há pouco, mesmo a nível da administração fiscal é

---

197 Embora o acórdão não o diga, os casos de reincidência importam sempre para valorar a medida de aplicação de determinada pena. Não podem, em qualquer caso certos comportamentos já julgados em certo processo servir para ajudar a condenar alguém num outro processo, sob pena de estar em causa a violação do princípio *ne bis in idem*.

198 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 12 de Julho de 2012, Processo n.º 342/09.0TVLSB.L1.7, relatora Cristina Coelho.

uma pessoa bem conceituada mas de qualquer modo pode abalar e as pessoas quando aparecem notícias ficam sempre na dúvida, em Portugal há aquele ditado velho “**não há fumo sem fogo**”, quer dizer, as pessoas não sabem bem se é verdade ou se não é verdade e a dúvida levanta-se, não é? E consequentemente não é bom.»

Neste caso o provérbio surge como conclusão, por parte da testemunha, que completa o seu raciocínio com a indicada frase. Questionado se considerava que notícias pouco abonatórias sobre a Autora poderiam ser prejudiciais à mesma, a testemunha acabou por confirmar, explicando que quando são levantadas suspeitas de algo menos próprio (mostrado fumo), fica induzido na mente do comum cidadão que algo de irregular sucedera (o tal fogo, que quando se ateia, fumeja).

### XIII.

A próxima decisão judicial, de Maio de 2013<sup>199</sup>, utiliza jurisprudência oriunda do Supremo Tribunal de Justiça. Não foi, no entanto, o referido acórdão trazido anteriormente, para poder neste ponto tratar<sup>200</sup>.

Na verdade, este caso merece particular atenção, na medida em que por aqui se compreende que os provérbios não só estão a ser utilizados pelos juízes portugueses, como estão a ser eles próprios reutilizados. Isto acontece porque a jurisprudência na qual se inserem tem vindo a ser citada por outros tribunais.

Acresce a isso, o facto de o provérbio ser incluído nessa citação, muito para além daquilo que habitualmente é tido como jurídico. Isto é, os provérbios têm vindo a aparecer como se a expressão popular fosse, ela própria, uma ideia jurídica, e fizesse, só por si, jurisprudência. O que se calhar não está longe da verdade.

Para se entender melhor o que está em causa, cite-se o Acórdão de 2013, precisamente na parte em que utiliza o do Supremo:

---

199 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 28 de Maio de 2013, Processo n.º 1228/10.0TBAGH.L1-7, relatora Cristina Coelho.

200 Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12 de Janeiro de 2006, Processo n.º 05B3427, relator Oliveira Barros.

«Como se escreveu no Ac. do STJ (...), “aceite, embora, que **o Direito é “uma ciência de rigor”** (Heidegger), permanece exacto o ditado segundo o qual – *summum jus, summa injuria* – “**boas são as leis, melhor o uso que delas se faz**”. Quer isto simplesmente dizer que, historicamente ultrapassada a denominada jurisprudência dos conceitos, o rigor que não se pode deixar de exigir incide, em último termo, na ponderação dos interesses em conflito. Como assim, quando, numa acção de dívida, os demandados, pessoal e regularmente citados, não discutem o estado civil que o demandante lhes atribui, poderá eventualmente ter-se por **mais papista que o papa** a exigência ainda da prova documental imposta pelo Cód. Reg. Civil na área que lhe é própria, bem não se vendo que possa repugnar a interpretação restritiva das disposições dessa lei...”»

Assim, vemos como o julgador optou por usar um excerto do qual constava um provérbio, quando podia, para dar a mesma ideia, citar outro excerto, ou simplesmente omitir deste a expressão popular.

#### **XIV.**

De seguida, vejamos uma decisão datada do mês seguinte ao anterior, Junho de 2013<sup>201</sup>. Num acção instaurada em Setembro de 2012 por um sindicato contra uma empresa, pretendia aquele ver declarada a nulidade do acto desta, que decretara a redução ou suspensão dos subsídios de férias e de Natal, ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado para esse mesmo ano.

Para tal alegou a ilegalidade e inconstitucionalidade material da norma orçamental, que permitiu à empresa utilizar o expediente contestado. Esta, todavia, respondeu com base no Acórdão do Tribunal Constitucional 353/2012, de 5 de Julho, que já se pronunciara sobre a questão.

Em sede de primeira instância, o tribunal decidiu julgar totalmente improcedente a acção, absolvendo a ora Ré de todos os pedidos. Tal decisão foi por isso contestada pelo Autor, que interpôs o recurso de Apelação de que agora se trata.

---

201 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 19 de Junho de 2013, Processo n.º 3530/12.8TTLSB.L1-4, relator José Eduardo Sapateiro.

Na verdade, conforme alegado pela Ré, já o Tribunal Constitucional se havia pronunciado a respeito dessa matéria, declarando, em sede de fiscalização abstracta com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade das normas do OE2012 nesta sede contestadas. Todavia, essa mesma declaração restringiu e suspendeu os seus próprios efeitos para o ano de 2012, por razões de interesse público excepcional<sup>202</sup>.

Em todo o caso, com a decisão do Tribunal Constitucional, todos os restantes tribunais se acharam igualmente vinculados pela referida declaração, ficando impedidos de fazer, posteriormente, um novo juízo de inconstitucionalidade sobre as mesmas matérias.

O Tribunal da Relação de Lisboa vem assim censurar o comportamento do Autor, na medida em que a sua argumentação se baseia numa questão constitucional, sem no entanto aceitar a decisão do homónimo tribunal.

«É assim que está estruturado o nosso sistema jurídico-constitucional e tem de ser respeitado e acatado nos moldes que se acham legislados, ainda que não se concorde com o mesmo e quer as decisões pelo Tribunal Constitucional sejam favoráveis ou não aos interesses prosseguidos pelas partes. Como diz o povo, não se pode querer, ao mesmo tempo, **Sol na eira e chuva no nabal...**!

Sendo assim e em conclusão, pelos motivos expostos, julga-se o presente recurso de Apelação improcedente (...)»

Assim, vemos como nesta decisão o provérbio aparece como reparo da parte do colectivo ao comportamento da parte, que pretendia fazer aplicar de imediato a decisão do Tribunal Constitucional (sol na eira), sem no entanto acatar a totalidade do que ficara assente nessa mesma decisão (chuva no nabal).

## XV.

---

202 Foi justamente para evita essa aparente inutilidade, que no ano seguinte deu entrada imediatamente um pedido de fiscalização, ainda antes da Lei do Orçamento de Estado para 2012 entrar em vigor.



Seguidamente, um Acórdão de Novembro do mesmo ano<sup>203</sup> torna a utilizar discurso paremiológico no seu texto. Num processo que envolvia duas sociedades comerciais, foi a dada altura chamada a prestar depoimento um trabalhador da Ré.

Sucedia, porém, que este teria estado nas instalações da sociedade empregadora de madrugada, um horário estranho para efeitos laborais, e sem que nenhuma razão relacionada com a própria entidade patronal o fizesse prever.

Sobre essa circunstância, não pôde o douto Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa se pronunciar nos seguintes termos:

«**Nem tudo o que parece é** e as circunstâncias podem ser enganadoras; como ensina a sabedoria popular, **as aparências iludem** e a testemunha JM conseguiu apresentar uma justificação no mínimo bastante *plausível* para a sua deslocação às instalações da Ré na noite de 25 para 26 de Janeiro de 2007 (foi entregar ao seu proprietário um veículo automóvel pertencente a um outro trabalhador da R, S.A. de nome CR, que na noite em causa se encontrava efectivamente nas instalações da Ré e, surpreendido ou não, o recebeu, e que havia sido reparado numa oficina de que esse depoente era o dono), justificação essa que não foi abalada pelo conjunto de provas circunstanciais apresentadas pelos instrutores dos processos disciplinares e que não são suficientes para demonstrar a sua falta de verdade ou até de verosimilhança.»

Assim, vemos como num mesmo caso são citadas duas expressões populares, sendo que ambas pretendem demonstrar a mesma ideia. De facto, quer seja num caso, quer no outro, a mensagem que o tribunal pretende transmitir é a de que não basta a aparência de um facto para que o mesmo seja provado, necessitando isso sim que haja algum fundamento.

Na verdade, o trabalhador da Ré, muito embora não fosse habitual estar nas instalações daquela durante o horário referido, apresentara sólidas justificações, que permitiram explicar cabalmente essa sua deslocação.

---

203 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 26 de Novembro de 2013, Processo n.º 600/11.3TVLSB.L1-1, relator Eurico Reis.

## XVI.

Finalmente, em Fevereiro de 2015, um famoso e amplamente noticiado Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, utiliza diversas expressões dignas de registo<sup>204</sup>.

O caso envolvia um antigo primeiro-ministro português, preso preventivamente no âmbito de um processo que o constituiu arguido, entre outros, pela prática do crime de corrupção. Inconformado, procurou apresentar sucessivos recursos, no sentido de reverter a medida de coacção aplicada pelo Juiz de Instrução Criminal.

Na verdade, sendo a prisão preventiva a mais gravosa medida que um juiz pode fazer aplicar nessa fase de inquérito, torna-se especialmente necessário que para ser ordenada se verifiquem uma série de requisitos.

Sucedem que num dos recursos interpostos, precisamente o que agora se procura estudar, eram feitas referências a diversas expressões populares, tendo inclusivamente a mais conhecida de todas chegado a ilustrar as mais variadas parangonas nas bancas de todo o país.

De facto, as notícias deram conta de que o acórdão utilizara o provérbio «quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado lhe vem», de modo a justificar a medida de coacção preventiva aplicada ao arguido.

Todavia, o certo é que não só o colectivo não se baseou exclusivamente no referido provérbio, como não se limitou a utilizar essa expressão popular. Não obstante, podemos verificar como sem rendimentos declarados ou meios de subsistência conhecidos (na expressão do provérbio, as «cabras»), o arguido não poderia levar o estilo de vida que levava (ou seja, os tais «cabritos».

Os juízes consideraram por isso estarem verificados os pressupostos da prisão preventiva, muito embora o provérbio não tenha só por si contribuído para os validar. De facto, o referido provérbio, neste caso como noutros, serviu isso sim para reforçar as ideias já transmitidas anteriormente.

---

204 Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 18 de Março de 2015, Processo n.º 122/13.8TELSB, relator Agostinho Torres.

Simultaneamente, a expressão popular permitiu que o julgador apresentasse e justificasse o seu próprio raciocínio jurídico, ao abrigo do artigo 127º do Código do Processo Penal.

Isso mesmo pode ser confirmado com o excerto que se segue, retirado do mesmo acórdão e que não mereceu na altura a mesma publicidade:

«Se a franja da prova (o rabo do gato) está já muito visível, por força também (mas não só) de regras de presunção lícitas aceitáveis como cimento importante da convicção sobre a prova indiciária, podemos também concluir, em face das circunstâncias e contornos do caso, ser altamente provável que os fundos financeiros em causa, no todo ou pelo menos em parte, pudessem ser originados nas ou pelas suas ligações políticas e do seu amigo como gestor, ao B., a negócios de favor (o corpo do gato escondido) e à actividade do arguido mesmo, quiçá, durante o exercício das suas funções políticas em que aqueles negócios se firmaram ou desenvolveram.»

Escusa-se, portanto, neste ponto de analisar o provérbio apresentado. Escusa-se até de o revelar. O mesmo é já claro, preciso, óbvio e natural, tal como a mensagem que quer passar.

A última nota que neste momento se deixa, momento que simultaneamente é o último do presente capítulo, é que as ideias por detrás deste acórdão vieram a ser totalmente discutidas, totalmente debatidas, totalmente repetidas em sede de recurso para o Tribunal Constitucional.

O qual, não sendo alvo do presente estudo, merece todavia ser referido, na medida em que veio confirmar na íntegra esta mesma decisão.<sup>205</sup>

---

205 Na verdade, a sua riqueza e importância são tais, que não poderá deixar de merecer um estudo autónomo no futuro.

## **Paremiologia Sem Pavor**

### **I.**

O primeiro Acórdão desta instância, para efeitos do presente estudo, data de Junho de 2004<sup>206</sup>. No texto jurisprudencial da Relação, o relator introduz a dado passo uma citação doutrinária, onde para além de aparecer um argumento exclusivamente jurídico, se faz referência a um provérbio popular:

«(...) os factos referidos na resposta conjunta poderiam fundamentar a presunção judicial de que a carta foi entregue ao destinatário, porém como diz A. Abrantes Geraldès *in* Temas da reforma do Processo civil II vol. pag 220 e seg, "quando os juízos de experiência, assentes em factos provados, sejam os responsáveis pela formação da convicção acerca da prova ou falta de prova de factos, parece mais salutar que tal mecanismo seja evidenciado na motivação do que, como ocorre muitas vezes, encobri-lo por alegados depoimentos testemunhais (v.g. 'a convicção assenta nos depoimentos das testemunhas inquiridas') ou por declarações pouco explícitas quanto aos factos controvertidos.

**Quem não deve não teme**, como diz o adágio popular.

E o juiz, ciente dos limites da sua actuação, mas sem deixar de arcar com o encargo emergente do princípio da livre apreciação da prova, não deve recusar nenhum dos meios legítimos de formação da convicção, assumindo os riscos que daí derivam, sem deixar de os expressar em termos inequívocos.

Para além de corresponder ao cumprimento de um dever legal, este é o tipo de comportamento imposto por razões deontológicas que vinculam o juiz a explicitar, sem receios, os reais motivos em que se baseia a convicção.

A frontalidade que deve caracterizar a actuação dos juízes e o direito das partes de verem esclarecidas as razões que estão subjacentes às decisões favoráveis e desfavoráveis impõem, além do mais, a identificação das presunções judiciais que tenham interferido na formação da convicção."»

---

206 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 22 de Junho de 2004, Processo n.º 934/04-3, relator Bernardo Domingos.

Através do presente acórdão, poderíamos verificar um fenómeno já visto, que diz respeito ao facto do texto jurídico citado nas decisões judiciais não ignorar a existência de provérbios<sup>207</sup>.

Acontece que neste excerto, se pode verificar que não só a Jurisprudência, mas também a Doutrina tem vindo a utilizar expressões populares nos seus textos e exposições. Sendo este, porém, um trabalho dedicado quase exclusivamente à primeira, só importa a segunda quando por aquela seja pois acolhida. É o caso dos presentes autos.

Na verdade, o relator do acórdão em riste poderia ter escolhido outro excerto, deste ou doutro autor, para apresentar a mesma ideia. Ao optar por transcrever uma passagem de um texto que apresenta um provérbio, o Juiz acaba por legitimar a utilização deste para a tomada da sua decisão.

É certo, porém, que o juiz se poderá ter limitado a retirar um excerto que vinha com um provérbio, não sendo responsável pela sua introdução no texto original. Todavia, poderia ter optado, se o entendesse, por omitir essa expressão popular. Ao não o fazer (voluntária ou involuntariamente), leva a que se analisem os efeitos da sua introdução na jurisprudência portuguesa<sup>208</sup>.

A tudo isto acresce o facto de, no caso concreto, o autor do livro citado usar, também ele, beca<sup>209</sup>.

Acontece que no caso concreto o provérbio é apresentado como justificação para o argumento que se apresentava. De facto, ao saber que se é inocente em determinado assunto, ninguém deve recear ser investigado nesse mesmo assunto, uma vez que nada há a descobrir.

Assim também a tese do presente acórdão, que defende que os juízes devem assumir, explicitar e explicar os argumentos que levam à tomada das suas decisões, uma vez que não têm que temer ser confrontados com esses mesmos argumentos. Pelo contrário, para permitir que às partes sejam dadas hipóteses de defesa, recurso ou reclamação, devem-lhes ser dadas todas as

---

207 Ver, por exemplo, o Ac. TRL 200130528, Proc. 1228/10.0TBAGH.L1-7, relatora Cristina Coelho (Cap. 6, nº XIII).

208 E, bem assim, por permitir que se desenvolvam trabalhos como este.

209 Do Juiz Conselheiro Abrantes Geraldês, relator nalguns acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa e presentemente no Supremo, temos no presente trabalho as decisões do TRL de 15 de Abril de 2008, Processo n.º 2115/2008-7 (Cap. 6, nº V) e de 8 de Setembro de 2009, Processo 886/2001.L1-7 (Cap. 6, nº VII).

variáveis que permitam compreender os motivos das sempre doughtas decisões dos nossos tribunais.

Acresce ainda, que longe de recearem dever seja o que for a alguém, os juízes são (em quase todos os casos) irresponsáveis pelas suas decisões<sup>210</sup>. Não devem, por isso, esquivar-se à apresentação dos motivos que levaram a decidir da forma que o fizeram.

## II.

De seguida temos um Acórdão de Julho do mesmo ano<sup>211</sup>. Porém, ao contrário do anterior, no qual era lançado um apelo a que o julgador explicasse de uma forma mais clara uma sua decisão, aqui o juiz procurou justificar o seu acto e a decisão que viria a tomar.

Na verdade, confrontado com a dificuldade de decidir sobre uma determinada matéria, foi apresentada a seguinte expressão popular:

«É comum dizer-se que a vida é o melhor e mais valioso bem que um ser humano pode possuir. E o Povo, com o seu saber acumulado de experiências feitas, criou um velho adágio: **“A vida não tem preço”**».

Todavia, um Julgador tem que fixá-lo e, para tanto, haverá que ponderar sobre aquilo que em vida construiu aquele que deixou de viver, para se alcançar o quanto desejava dela.»

A introdução do provérbio, como dito, ajuda neste caso o julgador a justificar-se, perante a dificuldade com que se depara relativamente à fixação de uma indemnização no que à perda da vida humana diz respeito. É certo que, como diz outro provérbio, «quem se escusa, se acusa», mas longe de se desculpar, aqui o juiz explica o processo de verdadeira complexidade com que se depara ao decidir tão melindrosa questão.

De facto, a vida não é algo que possa ser avaliável em dinheiro, com um custo próprio que variaria consoante a oferta e procura do mercado. Ainda que

---

210 O Artigo 216.º, número 2, da Constituição da República Portuguesa, estabelece que «os juízes não podem ser responsabilizados pelas suas decisões, salvo as excepções consignadas na lei».

211 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 14 de Julho de 2004, Processo n.º 870/04-3, relator Gaito das Neves.

tabelada, a vida humana estaria longe de ser classificada com determinado custo. Daí que se diga que esta não tem preço, tem valor.

### III.

Será, no entanto, necessário chegar até aos primórdios de 2007<sup>212</sup>, para poder voltar a encontrar um provérbio num acórdão deste sábio Tribunal.

No caso, tendo sido interposto recurso de uma decisão de primeira instância, onde os depoimentos produzidos tiveram um grande peso, o colectivo de juizes da Relação de Évora veio considerar que, observando a prova testemunhal produzida, facilmente se poderia decidir de forma diferente da que se decidiu.

Porém, também o tribunal *a quo* não se enganou ao decidir da forma que decidiu, com base nos mesmos testemunhos. Na verdade, tendo em conta o provado dessa forma em audiência, tanto certa estaria uma decisão, como outra completamente diferente.

Isso mesmo se retira do seguinte excerto, oriundo do Acórdão que neste ponto pretendemos estudar:

«(...) os depoimentos produzidos, em bom rigor, tanto legitimam a razoabilidade da conclusão da decisão recorrida (cfr. depoimentos de ... e de ...) como a da reclamada pela apelante no sentido de que o ajuste foi feito com “C”, a título pessoal, e não na qualidade de funcionário da Autora (cfr. Depoimentos de ...), sendo também certo que, indo ao encontro da versão da Ré, a testemunha ... (arrolada pela Autora) referiu que as “B” (Ré) era um cliente do nosso funcionário (“C”) que fazia trabalhos para ela e que a testemunha “C” (arrolada pela Autora) reconheceu ter elaborado e discutido o orçamento da obra com a Ré quando trabalhava na Autora como encarregado de serralharia, que “tinha uma obra dentro da oficina e entreguei essa obra com os materiais, as horas e pronto com o valor do orçamento ...”, que tinha uma dívida, não com a Ré, mas com a “...” (que pertenceria a familiares dos sócios da Ré) e que pagou ou ia pagando com trabalhos, mas reconhecendo ter feito, por sua conta, um trabalho na Moita para a Ré e ainda que a testemunha ...

---

212 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 25 de Janeiro de 2007, Processo n.º 2347/06-2, relatora Fernanda Bento.

(arrolada pela Ré) referiu também, por sua vez, que o “C” devia às “B” porque lhe comprou materiais que ficou de pagar e não pagou mas que também tinha uma dívida com a ... que pertencia ao seu outro filho, ...; e, para além destas duas hipóteses de decisão razoavelmente possíveis contemplando as versões da Autora e a da Ré - e já que, como diz o nosso povo, **não há duas sem três** ... - não seria de descartar a razoabilidade de uma outra decisão, qual seja a de a obra ter sido simplesmente realizada a pedido da Ré, mas não se provando se pela Autora ou pelo “C”...»

Assim, muito embora não estejamos dentro do caso concreto, podemos compreender a dúvida do julgador no que diz respeito à decisão a tomar. De facto, a prova testemunhal produzida tanto legitimava a decisão do tribunal *ad quo* como outra a tomar pelo *ad quem* e requerida pela parte requerente.

Este tribunal, todavia, lançava ainda a hipótese de ser sentenciada nova decisão, já que se havia dois caminhos indicados pelas partes a tomar, certamente poderia haver um terceiro, a surgir na ideia do colectivo.

#### IV.

De seguida temos um Acórdão de Fevereiro do mesmo ano<sup>213</sup>. Numa discussão acerca da atribuição da casa de morada de família a uma das partes num processo de divórcio, o Tribunal veio trazer um novo desabafo, nomeadamente sobre a situação social que levava a ter de ser a Justiça a decidir tão dramática questão.

Vejamos o excerto uns parágrafos antes do aparecimento do provérbio, de modo a melhor compreender o geral da situação:

«No que respeita à situação patrimonial de cada um dos cônjuges, ambos vivem de parcas reformas (vide pontos 9 e 14), pelo que qualquer que seja a decisão a proferir, ou melhor, qualquer que seja o cônjuge a que seja atribuída a casa de morada de família, o outro fica em situação precária.

No mais, tratando-se de casa arrendada por € 96,50/mês, qualquer dos cônjuges terá capacidade de pagar tal renda, embora com dificuldades.

---

213 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 15 de Fevereiro de 2007, Processo n.º 2813/06-2, relator Silva Rato.



Passando ao interesse na ocupação da casa, pesem embora as dificuldades que se colocam à Apelada, tendo em conta a sua saúde, em face dos diversos degraus de acesso à casa e à varanda da mesma, a sua situação clínica aconselha que se mantenha em ...

Por outro lado, é nessa Casa que a Apelada dá apoio a dois dos seus netos, os quais aí permanecem parte do dia, durante o tempo de aulas.

E se é certo que o Apelante está de relações cortadas com os seus filhos, não se provou que os filhos de ambos, mormente a filha que reside em ..., tenham condições para acolher a sua mãe.

Por fim, o Apelante foi declarado cônjuge exclusivamente culpado do divórcio. Em face do que acima dissemos como decidir o presente pleito? **Em casa em que não há pão todos ralham e ninguém tem razão.** É assim, um pouco, o que se passa nos presentes autos, no que respeita à capacidade das partes para, com o mínimo de dignidade, poderem encetar um novo caminho, com independência.

No entanto, em face dos factos dados como provados, a que acima fizemos alusão e atento o disposto no art.º 840 do RAU, não nos restam dúvidas de que estão preenchidos os pressupostos para que a casa de morada de família seja atribuída à Apelada, como decidiu a Sr.a Juíza "a quo".

Daí que seja de declarar improcedente o presente recurso, mantendo-se a decisão recorrida.»

Vemos, assim, como a decisão da atribuição da casa de morada de família acabou por ser tomada a partir de dados objectivos. De facto, apesar da dificuldade com que ficaria o cônjuge ao qual não seria atribuída a casa de morada de família, ao Tribunal competiria sempre tomar uma decisão, tendo esta por base os dados de que dispunha<sup>214</sup>.

## V.

O próximo acórdão a ser analisado no presente capítulo, data de Março do mesmo ano<sup>215</sup>. Ao longo de diversas análises jurídicas, o colectivo vem

---

214 Como aliás acontece sempre.

215 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 15 de Março de 2007, Processo n.º 2805/06-2, relator Gaito das Neves.

defender a ideia de que o Código Civil defende o princípio da protecção do vendedor.

Na verdade, são apresentadas diversas disposições legais que vão ao encontro desse mesmo princípio, entre uns quais uma que merece um lacónico comentário sarcástico do relator. Comentário este que, obviamente, surgirá sob a forma de provérbio:

«Mas se voltarmos a nossa atenção para o Código Civil, encontramos o mesmo princípio: protecção do vendedor. Vejamos alguns exemplos:

- Artigo 878: «Na falta de convenção em contrário, as despesas do contrato e outras acessórias ficam a cargo do comprador». Bastará, pois, o vendedor, mais experiente, não alertar para a situação...;

- Artigo 883º: «Se o preço não estiver fixado ... vale como preço contratual o que o vendedor normalmente praticar...»;

- E chega-se ao ponto, no nº 2, de dizer que «Quando as partes se tenham reportado ao justo preço, é aplicável o disposto no número anterior» e lá voltamos àquele que o vendedor praticar... não se atentando, preferencialmente, ao preço normal do mercado concorrente, onde se podiam praticar preços muito inferiores.

- Artigo 914º: «O comprador tem direito a exigir do vendedor a reparação da coisa... mas esta obrigação não existe, se o vendedor desconhecia sem culpa o vício ou a falta de qualidade de que a coisa padece». Terá, pois, o consumidor de provar a culpa do vendedor! (Vd. Batista Machado in Acordo negocial e erro na venda de coisas defeituosas, in Boletim do Ministério da Justiça, nº 215, pag. 5).

- Artigo 919: «Sendo a venda feita sobre amostra, entende-se que o vendedor assegura a existência, na coisa vendida, de qualidades iguais às da amostra, salvo se da convenção ou dos usos resultar que esta serve somente para indicar de modo aproximado as qualidades do objecto». Lembra o adágio “**vender gato por lebre...**”.

- E podíamos ainda referenciar o artigo 921, que igualmente remete para a «força dos usos» a garantia do bom funcionamento dos artigos adquiridos ...

- E terminar com o disposto no artigo 796º, nº 1: «Nos contratos que importem a transferência do domínio sobre certa coisa ou que constituam ou

transfiram um direito real sobre ela, o perecimento ou deterioração da coisa por causa não imputável ao alienante corre por conta do adquirente».

Por isso, escreveu o já citado autor Guido Alfa, a fls. 22 «os consumidores enquanto tal não podem constituir uma categoria uniforme e homogénea e ainda menos uma classe».

Nestas circunstâncias, vemos como a douta decisão considera que o artigo 919º do Código Civil permite ao vendedor mostrar ao comprador certa coisa, com determinadas características, para depois celebrar o negócio mesmo com uma coisa diferente da apresentada.

Na verdade, é desta forma aparentemente justificado um comportamento considerado socialmente errado, em que um vendedor ao abrigo da lei pode mostrar características de certo produto, vendendo outro diferente, mas com características aproximadas, sem que isso constitua uma ilegalidade.

Só que o facto de ter sido apresentado o referido provérbio, faz antever a posição do julgador sobre a matéria, na medida em que o sentido da expressão popular é justamente oposto à referida pela solução legal.

De facto, apesar de serem fisicamente parecidos quando esfolados, não é tolerável que vendedores possam vender gato dizendo ser lebre, sobretudo tendo em conta que na nossa cultura a lebre tem um preço gastronomicamente superior ao do gato.

## VI.

Escassos dias depois da decisão anterior, somos confrontados com mais uma decisão judicial a utilizar linguagem proverbial na sua formulação<sup>216</sup>.

Neste caso, porém, vejamos como o raciocínio do legislador para tratar de uma questão concreta se dirige desde o princípio tendo em conta um provérbio utilizado pela Autora:

### «VI - A RÉ PODIA E DEVIA FORNECER A ÁGUA

Após e sempre repetindo os argumentos quanto à possibilidade da Ré ter fornecido a água para que pudesse a Autora regar as suas culturas, e daí o

---

216 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 22 de Março de 2007, Processo n.º 2511/05-2, relator Gaito das Neves.

mau juízo feito pelo Julgador na Primeira Instância, diz: “Porém repare-se e leia-se atentamente o doc. 9 junto pela Ré, um fax do Presidente do IHERA sobre o fornecimento de água. E nesse doc. 9 nada pode ser MAIS TRANSPARENTE COMO ÁGUA CRISTALINA ... E transcreve a parte final de tal fax: “Para a eventualidade do funcionamento em automático não ser possível após esta intervenção, a empresa foi notificada para que coloque em permanência um operador que se responsabilize pelo funcionamento em manual da Estação”. E daí que: “Diz o provérbio popular ... **APANHA-SE MAIS DEPRESSA UM MENTIROSO QUE UM COXO** ... e é verdade”.

Ponhamos, pois, toda a nossa concentração sensorial em tal fax, tal como pede a Apelante a esta Relação. Mas, para que à saciedade não surjam interpretações de partes retiradas do seu conteúdo, transcrevamo-lo, integralmente: “Acusamos a recepção do vosso Fax de 19 de Março, onde manifestam a preocupação sobre a conclusão dos trabalhos de remodelação da EE1, o qual nos mereceu a nossa maior atenção. Este Instituto tem tentado pressionar o adjudicatário para que os trabalhos fiquem acabados com a maior urgência, embora reconheça que nesta fase de conclusão têm surgido diversos problemas, os quais impediram o normal funcionamento da Estação. Informamos que a partir de amanhã se deslocará para o local a equipa de electricistas da ... para realizar os trabalhos em falta, sendo os mesmos acompanhados pelo “F”.

Para a eventualidade do funcionamento em automático não ser possível após esta intervenção, a empresa foi notificada para que coloque em permanência um operador que se responsabilize pelo funcionamento em manual da Estação”.

Se só lermos o conteúdo do Fax poderá, eventualmente, ser instalada a dúvida quanto a alguma razão estar do lado da Autora. Porém, esta pediu que nos debruçássemos atentamente no Fax. Percorramo-lo, pois, linha a linha, palavra a palavra e deparamos, então, com uma situação deveras curiosa. O MESMO ESTÁ DATADO DE 25 de MARÇO DE 1998, ISTO É, DOIS DIAS DEPOIS DE JÁ ESTAR INSTAURADA A PRESENTE ACÇÃO!!! E, então, a conclusão a tirar é que, já havia a Autora peticionado a condenação da Ré numa indemnização pela falta de fornecimento de água e ainda ela reclamava junto do IHERA pela conclusão dos trabalhos e resolução de problemas surgidos!

Então, salvo o devido respeito **a Ré não é mentirosa.**»

Assim, vemos como no presente caso o Tribunal se debruça sobre uma prova junta por uma das partes, neste caso um fax, valorizando a própria prova a partir de um provérbio presente nesse documento.

Na verdade, apesar da expressão popular ter sido colocada pela parte em jeito de conclusão, fora já do seu argumento, o certo é que o tribunal o vem recuperar, de modo a poder nos seus próprios argumentos a utilizar.

Assim, instado o colectivo a analisar o referido fax, de modo a apanhar «mais depressa um mentiroso que um coxo», quis o Tribunal dedicar-se a essa empreitada, apanhando o mentiroso da situação.

O qual, como visto, estava longe de ser a Ré.

## VII.

De seguida teríamos um Acórdão de Outubro de 2009<sup>217</sup>. Este, porém, será omitido na sua totalidade, uma vez que se limita a citar jurisprudência já analisada neste trabalho<sup>218-219</sup>.

## VIII.

Considerado o considerado, passemos agora para uma decisão datada de Junho do ano seguinte<sup>220</sup>. Tendo em conta o facto de ser este um dos mais longos excertos presentes no presente trabalho, expunhamo-lo primeiro, para o considerar depois:

«Do direito

Como já se disse o presente recurso versa apenas sobre matéria de facto, impetrando-se a sua alteração e por via dela a decisão jurídica. Importa desde já dizer que o recurso não tem o mínimo fundamento e não passa de uma tentativa desesperada, compreensível, de remediar os erros cometidos no

---

217 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 1 de Outubro de 2009, Processo n.º 487/07.0TAETZ.E1, relator Ribeiro Cardoso.

218 Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 10 de Outubro de 2001, Processo n.º 0140385, relator Manso Rainho (Cap. 5, nº II)

219 A propósito da utilização de jurisprudência em decisões judiciais, veja-se o exemplo DO Acórdão do Capi. 6, nº XIII.

220 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 16 de Junho de 2010, Processo n.º 1382/03.8TB FAR.E1, relator Bernardo Domingos.

processo, que, diga-se em abono da verdade não foram poucos e não foram exclusivos do A., mas também e sobretudo do Juiz que instruiu a causa...! Nesta fase dos autos, já não há remédio que cure tais males e como diz o povo “**o que não tem remédio, remediado está!**” Num salmo bíblico afirma-se que «**abyssus abyssum invocat**»<sup>221</sup> e no caso parece que assim sucedeu.

Perante a alegação da inexistência de seguro válido e o subsequente pedido de intervenção provocada do Fundo de Garantia Automóvel o sr. Juiz decide indeferir tal incidente e o A., inexplicavelmente, não reage! A seguir o Sr. Juiz, perante uma alegação de inexistência de seguro válido por parte da R., resolve logo no saneador, pasme-se, absolver da instância o condutor do veículo alegadamente sem seguro e mais uma vez a este erro segue-se outro erro do A., que mais uma vez se conforma com uma decisão, tecnicamente errada, insensata e extemporânea por antecipação. Errada porque no caso a lei não impede o litisconsórcio<sup>222</sup>, insensata e extemporânea porque negando-se a existência do seguro se impunha que tal questão só fosse resolvida depois de se apurar se o seguro existia ou não, pois não existindo o R. era parte legítima e podia ser singularmente condenado. Agora nada há a fazer...!

Com efeito o A., em desespero de causa vem pedir a alteração da resposta ao quesito 18º. Tal quesito visava a demonstração da existência do contrato de seguro do veículo estrangeiro interveniente no acidente. Ora, como é do conhecimento geral contrato de seguro é um negócio formal, que, em regra apenas pode ser provado através do documento que o titula, a apólice do seguro (artigos 426º, proémio, do Código Comercial e 364º, nº 1, do Código Civil). Tratando-se de um facto sujeito a prova legal – documental – não é admissível para a sua demonstração a prova testemunhal ou outra que não seja de valor superior.

Por outro lado sendo um facto que só pode ser provado documentalmente, nem sequer deveria ter sido levado à base instrutória, porquanto, a resposta a tal quesito deve ter-se como não escrita (art.º 646º n.º 4 do CPC). O ónus de alegação e de prova do referido contrato de seguro incumbe ao recorrente (artigo 342º, nº 1, do Código Civil e 467º, nº 1, alínea d), do Código de Processo Civil). E só podia ser provado por via da apresentação

---

221 Expressão que se pode traduzir por «os abismos geram os abismos»

222 Neste sentido cfr. Ac. do STJ de 18/12/03, proc. 03B3010 [nota inserida no original sob o nº 3].

do documento que legalmente o titula a – apólice - (artigos 426º, proémio, do Código Comercial e 364º, nº 1, do Código Civil) ou por via da apresentação do certificado internacional de seguro – Carta verde – nos termos previstos no art.º 20º n.º 1 al. b) do DL n.º 522/85 (vigente à data dos factos). Os elementos de prova em que o recorrente fundamenta o recurso (prova testemunhal e auto de notícia do acidente) não são bastantes para obter o desiderato pretendido.

Concluindo

Assim, não tendo o A. cumprido o ónus de provar a existência do contrato de seguro que invocara, nada mais restava ao Sr. Juiz de Círculo que realizou o julgamento, senão julgar, como julgou, improcedente a acção, apesar de, com alguma amargura, constatar a injustiça do resultado a que, inelutavelmente, conduziram os erros acima apontados e que determinaram o insucesso de um pedido de ressarcimento de danos, que tinha todas as condições para proceder, pelo menos contra uma das partes...! Daí as considerações tecidas na parte final da sentença<sup>223</sup>.

Deste modo e sem necessidade de mais considerações, acorda-se na improcedência da apelação e confirma-se a sentença.

Custas pelo apelante.

Registe e notifique.»

Neste excerto, que propositadamente ficou longo, conseguimos observar que o Tribunal parte de duas expressões populares para discorrer sobre o processo. No entanto, o colectivo fez ainda mais, na medida em que não se limitou a apresentar genéricas considerações sobre o problema em apreço.

De facto, o momento processual para a parte apresentar os argumentos que no recurso apresentou, passara sem que tivessem sido apresentados. Naquele momento, o Tribunal só podia fazer o óbvio, que era ignorar uns

---

223 Considerações do seguinte teor: “Como tal, não pode a ré ser responsabilizada a qualquer título pelos danos que aquele veículo causou ao autor, devendo, por consequência e sem necessidade de mais considerações ser absolvida do pedido. Ainda assim, sempre se acrescente que o que se deixa escrito não significa que o autor tenha actuado, no dia 5 de Junho de 2000, por alguma forma que mereça censura. Pelo contrário. Cabe censurar o comportamento de Vítor Manuel dos... que, não acautelando a segurança dos demais utentes da via e violando a obrigação de parar junto à intercepção da estrada por onde exercia a condução de um veículo automóvel com a estrada por onde seguia o autor (obrigação que para ele decorria do sinal de STOP referido na matéria de facto julgada provada), veio a dar causa a um embate e consequente queda do autor, queda que foi a causa directa, necessária e adequada dos danos que estão descritos nos factos provados. Simplesmente, daqui não se segue que a ré companhia de seguros deva ser responsabilizada por tais danos.” [nota inserida no original sob o nº 4].

inexistentes argumentos. A única solução para essa situação (que já não tinha remédio) seria não insistir nesse mesmo problema (deixar remediado como estava).

Acontece, porém, que o Tribunal apesar da crítica acabou por analisar os argumentos da Apelante. Partindo de uma citação bíblica, o colectivo explicou que todo o processo começara inquinado desde o princípio e que a partir daí só piorara, devido à cada vez pior forma com que a posição da parte fora defendida na causa<sup>224</sup>.

Não fosse essa questão formal, poderia até ter sido dada razão à parte que apelara, o que se subentende pelo raciocínio do Tribunal. Isto porque, como visto, o colectivo acabou por verdadeiramente examinar os argumentos utilizados pela parte, sem no entanto os poder processualmente valorar.

Assim seguiu o final deste Acórdão, no qual o julgador mesmo antes de anunciar a decisão tomada, procurou mostrar às partes que se inclinaria mais para uma posição oposta à que decidida, não fossem essas questões meramente formais.

## IX.

Seguidamente analisaremos um Acórdão de Fevereiro de 2011<sup>225</sup>. No caso, o provérbio é trazido pelo Réu, que nas suas alegações explicou o seguinte:

«(...)31.é até impossível de qualificar uma decisão que atribui a alguém que já tem encargos fixos mensais - a que não pode furtar-se, pois que se trata fundamentalmente de encargos fiscais e de empréstimos hipotecários - num montante mensal de € 4,354,53,

32. a obrigação de prestar alimentos à sua ex-mulher no montante de ainda mais € 350,00 mensais,

33. o que faria os seus encargos ascenderem à quantia de €4.704,53 mensais,

---

224 O que faz lembrar o provérbio «o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita».

225 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 17 de Fevereiro de 2011, Processo n.º 576/06.9TBABT-B.E1, relator Bernardo Domingos.



34. quando para tal pagamento auferir tão somente a quantia de € 2.463,00...

E de facto verdade o que diz o povo: “**quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado lhe vem...**”»

Neste caso, o Réu pretendeu explicar que, por muito que quisesse e boa-vontade que tivesse, porque às partes o que não falta é boa-vontade, não teria meios de subsistência (cabras) que lhe permitissem arranjar os necessários rendimentos (cabritos) para fazer face à decisão pelo qual fora condenado na primeira instância.

Vemos, por isso, que o provérbio é utilizado para apoiar os argumentos de defesa de uma das partes, quando a mesma expressão poderia ser utilizada noutras ocasiões justamente do lado da acusação<sup>226</sup>.

## X.

Passemos agora para uma decisão datada do seguinte mês de Abril<sup>227</sup>. Entre as alegações do Recorrente no recurso apresentado, consta a seguinte:

«8. Na verdade o argumento segundo o qual os factos subsequentes terão vindo a revelar-se, alegadamente, demonstrativos da subsistência da denúncia anónima, em nada releva para esta questão, já que, em processo penal, também vale o provérbio de que “**os carros não devem estar à frente dos bois**”.»

Termina aqui este ponto, sem no entanto especificar porque é que em processo penal vale o provérbio que se diz valer. A verdade, porém, é que sem ter dito quase nada, a parte disse o suficiente para se entender o uso da expressão popular.

De facto, embora a veracidade dos factos pudesse vir a justificar a utilização da figura da denúncia anónima, o certo é que as questões formais devem ser sempre ponderadas antes mesmo das materiais. Daí que, seja

---

226 Como no caso do já citado Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (ver Cap. 6, nº XVI).

227 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12 de Abril de 2011, Processo n.º 98/08.3PESTB.E1, relator Edgar Valente.

verdade que sobre os factos (ou carros) não devam ser feitos juízos de ponderação, antes de estarem avaliadas e decididas as formalidades (ou coladas à frente dos bois).

## XI.

Utilizemos agora a próxima decisão, datada de Junho do mesmo ano<sup>228</sup>, para exemplificar uma situação ainda não identificada. Tal diz respeito a certas expressões, tidas como populares, cuja densificação jurídica entretanto ocorrida difere em parte do significado geral.

Vejamos, pois, o seguinte exemplo:

«(...)a obrigação da seguradora é balizada pelas cláusulas escritas do contrato, pelas quais se rege, nos termos do art. 427º do Código Comercial [4], aferindo-se a sua responsabilidade indemnizatória pelo preenchimento ou não dos requisitos e condições nelas estabelecidas e bilateralmente assumidas, ainda que de contrato de adesão se trate. Ora, de acordo com a respectiva apólice e factologia provada, o seguro em causa tinha como cobertura base de incêndio, acção de queda de raio, explosão e granizo e como coberturas complementares, tornado, tromba de água, geada e queda de neve.

No caso, embora o A. invoque também a queda de granizo como uma das causas dos danos cuja reparação pretende, não logrou fazer a prova de que ocorreu tal queda, como claramente se vê da resposta de “não provado” dada ao quesito 7º<sup>229</sup>. Evoca também como causa dos danos a ocorrência nos “dias 15 e 31 de Outubro de 2005... de uma pluviosidade anormal (**tromba de água**), conforme diz o povo”.

Todavia a definição de “tromba de água” para os efeitos aqui em causa (responsabilidade da seguradora pela reparação dos danos), não é a que é dada pelo povo, mas a que foi firmada pelas partes e consignada no contrato de seguro. E no artigo 1º das Condições Gerais da Apólice Uniforme de Seguro de Colheitas para Portugal Continental define-se “tromba de água” como os “efeitos mediata ou imediatamente resultantes de queda pluviométrica igual ou

---

228 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 2 de Junho de 2011, Processo n.º 351/08.6TBPSR.E1, relator António M. Ribeiro Cardoso.

229 Não deixa de ser curioso e elucidativo o facto do A., na participação do sinistro, não ter referido a ocorrência de granizo, nem mesmo a ocorrência de precipitação no dia 15 de Outubro (cfr. fls. 40). [nota inserida no original sob o nº 5]

superior a 10 milímetros em 10 minutos no pluviómetro, incluindo os prejuízos resultantes de inundação desde que a mesma resulte de queda pluviométrica ocorrida no próprio local".»

Através deste acórdão podemos verificar como uma expressão popular foi colocada *ipsis verbis* na letra de uma determinada legislação. De facto, embora diga o povo que a queda abundante, rápida e volumosa de chuva se reconheça como «tromba-de-água», sentiu o legislador a necessidade de esclarecer as condições em que legalmente se poderia invocar essa expressão.

Assim, ao contrário do pretendido pelo Autor, no dia concreto do acidente em que caíra a chuva, não se tinha verificado o fenómeno meteorológico conhecido como «tromba-de-agua»<sup>230</sup>.

## XII.

De seguida temos um Acórdão datado de Setembro de 2014<sup>231</sup>. Num caso que se prendia com o pagamento de créditos laborais, decidido em sede de primeira instância a favor Réus, sócios da sociedade insolvente onde a Autora trabalhara, veio esta interpor recurso.

Entre as alegações com que finalizava a Apelação, fez questão de incluir, entre outras, a seguinte conclusão:

«B) Constata-se da contabilidade da sociedade que esta apresentava prejuízos e que os ativos registados na contabilidade, afinal, eram apenas virtuais ou como diz o povo “**para inglês ver**”, motivo pelo qual omitiram o dever de requererem a insolvência da sociedade.»

Neste caso, vemos como o provérbio é utilizado para rematar o argumento da Autora, de que os registos contabilísticos da sociedade dos Réus não seriam sérios. De facto, utilizando activos de elevado valor, conseguiram

---

230 Na realidade a norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal vai mais longe, nomeando este fenómeno meteorológico como «tromba-d’água», isto é, com apóstrofe e tudo.

231 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 25 de Setembro de 2012, Processo n.º 158/13.9TTEVR.E1, relatora Paula do Paço.

estes lograr enganar os auditores, que apesar de terem analisado os resultados empresarias foram, ainda assim, induzidos em erro.

Daí a utilização deste provérbio, que aponta para aquilo que é apresentado apenas para convencer os outros da importância de certos aspectos que na prática são inexistentes ou pouco importantes. O mesmo é dizer, para inglês ver (ou os outros verem).

### XIII.

Finalmente, um Acórdão de Fevereiro de 2015<sup>232</sup>. Um determinado Arguido, condenado como autor de um crime de desobediência, defendera-se argumentando não ter cumprido certa ordem que lhe havia sido transmitida por autoridades judiciária, por ter dúvidas sobre a correcta interpretação da mesma.

Genericamente, é certo que por vezes os comandos tendem a ser transmitidos verbalmente, não causando por isso absoluta estranheza a argumentação utilizada pelo Réu.

Todavia, a ordem em causa havia sido emanada por escrito, na medida em que resultara de uma anterior decisão judicial. Tal situação mereceu, por isso, o seguinte reparo da parte do presente Tribunal:

«Só se a ordem tivesse sido verbal se poderia discutir ou clarificar qual tinha sido essa ordem, porque ***verba volant, scripta manent*** (“**As palavras voam, os escritos permanecem**”). Provérbio de grande actualidade que aconselha prudência em compromissos e na assinatura de contratos bilaterais” – in Breviário Latim Português, de Virgílio Queirós e outra, Quid Juris, 2005, ao que nós acrescentaríamos: e muito mais nas ordens com relevância criminal).»

Sabe um jurista, ou até um estudante de Direito com Teoria Geral concluída, que a regra geral dos contratos exclui a necessidade de serem os mesmos escritos para ter algum valor. O que para nós é de óbvio entendimento, estranha a quem é estranho às questões jurídicas. O que não é de difícil compreensão é a situação presente neste contexto.

---

232 Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 3 de Fevereiro de 2015, Processo n.º 436/12.4TATVR.E1, relatora Ana Barata de Brito.

Efectivamente, não custa a um não jurista entender que dentro de comandos de ordem, existe uma ordem que é para ser cumprida. Por outras palavras, se quem é empregado, sabe que ordem dada por quem emprega é para cumprir, que há uma obrigação jurídica, ainda que dita de forma oral, também qualquer cidadão sabe que uma decisão judicial que não seja contestada, é para ser cumprida.

Se isto percebe quem de Direito não percebe, entendendo que há juridicidade nas ordens transmitidas oralmente, no caso em apreço o Tribunal critica a actuação do Réu, que recebeu por escrito as ordens de comando e ainda assim as não cumpriu.

Poderia este ter dúvidas na ordem recebida, se a mesma tivesse sido dada de forma oral. Não que a obrigação fosse menor se o comando tivesse sido dado daquela forma, mas poderia não ter sido entendido na sua totalidade e levantado dúvidas na hora da concretização.

Daí que no presente acórdão se tenha optado por utilizar este provérbio, porque se efectivamente as palavras não têm asas e não voam, nem os escritos estão impedidos de desaparecer, o certo é que o transmitido grafado é mais facilmente perceptível e mais dificilmente levanta dúvidas.

Até porque, utilizando a expressão de um outro provérbio, «palavras leva-as os vento».

## **Da paremiologia de Mumadona**

### **I.**

O primeiro Acórdão, de Maio de 2004<sup>233</sup>, insere uma expressão popular que, no entanto, não chega a ser considerada provérbio, mas merece em todo o caso ser referida.

Discutindo-se a valoração que fora dada ao testemunho apresentado por um depoente, o tribunal veio justificar as suas declarações, com base nas seguintes considerações:

«Homem “ingénuo”, para não usar qualificativo diferente, e quiçá mais apropriado, que **se cegou por “umas saias”**, como diz o povo. Sendo considerado de credível o seu depoimento, e porque a matéria de facto provada está em total concordância com ele, nada há a alterar pois que as declarações da arguida “A”, únicas a contrariá-lo, não foram consideradas credíveis.»

A introdução deste Acórdão justifica-se para se poder explicar uma característica importante do texto popular. É certo que este trabalho é jurídico, não exclusivamente paremiológico, muito menos linguístico. No entanto, é preciso não esquecer que interpretar continua a ser o trabalho do jurista. Para isso a linguística é uma óbvia e importantíssima ferramenta. Acresce ainda o facto dos jus-historiadores se apoiarem fortemente nessa área para realizar as suas pesquisas<sup>234</sup>.

Sem querer aprofundar este ponto, torna-se no entanto necessário explicar a atrás referida característica do texto popular, utilizando para isso a expressão presente no acórdão ora em análise.

Refere-se no excerto apresentado que a testemunha em causa, por ser ingénuo, «cegou por umas saias». Apesar de todas as maleitas conhecidas e

---

233 Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 10 de Maio de 2004, Processo n.º 514/04-2, relator Francisco Marcolino.

234 A título de exemplo, o trabalho de Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre: contribuição para o estudo do leonês e do galego - português do séc. XIII*, constitui ainda hoje um grande apoio material para os investigadores e curiosos destas áreas.

doenças de todo o género pelo mundo espalhadas, que se saiba até ao momento ninguém perdeu a vista por esse tipo de vestuário feminino. O relator utilizou efectivamente essa expressão; mas a última coisa que queria dizer, foi justamente a única coisa que disse.

A testemunha não ficou sem ver à custa de umas saias. A expressão, todavia necessita de ser interpretada, porque aqui o seu sentido literal não faz qualquer sentido. Na verdade, os provérbios e expressões populares são ricos neste tipo de linguagem, que os especialistas em filologia e linguística classificam como metáfora<sup>235</sup>.

De facto, as figuras de estilo e particularmente esta são recorrentes nas expressões populares, analisadas ou a analisar. Nunca ninguém cegaria à conta de umas saias.

O que o relator quis significar com a expressão utilizada, foi que por estar apaixonado, a testemunha se iludiu, perdida na sua ingenuidade, e se deixou ludibriar e enganar, tomando atitudes que de outra forma não tomaria. De facto, porque o coração tolda a razão, a sua vontade ficou viciada, embora a tal ponto que não juridicamente relevante, caso por outros motivos isso mesmo fosse invocado.

No entanto, embora tenha sido dito aquilo que foi, o que se quis dizer com isso foi o que aqui foi dito.

## II.

De seguida, num enorme salto temporal, chegamos ao próximo Acórdão, de Novembro de 2012<sup>236</sup>. Neste caso o provérbio é introduzido como um comentário do próprio relator, que em nota de rodapé o insere.

Tendo sido levantadas dúvidas por parte de uma das partes, sobre a necessidade do julgador ordenar o cumprimento de certas diligências, cujo resultado seria provavelmente nulo, o Tribunal considerou que ainda que esse resultado se viesse a verificar, não deixaria no entanto de ser necessário cumprir com as obrigações processuais.

---

235 Veja-se o já dito a este propósito na p. 36.

236 Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 6 de Novembro de 2012, Processo n.º 614/04.0TMBRG-C.G1, relator António Santos.

Essa ideia foi explicada assim da seguinte maneira:

«O que não faz sentido é, antes de o julgador diligenciar em conformidade com o disposto no nº2, do art.º 1344º, do CPC, efectuando as diligências probatórias necessárias, requeridas pelos interessados ou oficiosamente determinadas, desde logo cogitar/adivinhar que *in casu* serão elas forçosamente inúteis, porque assim acontece por regra<sup>237</sup>.»

Por aí se compreende que a intenção do relator ao tecer o comentário foi complementar o que juridicamente fundamentava. De facto, no caso alegou-se que apesar de habitualmente serem inúteis determinadas diligências probatórias, a verdade é que no caso concreto elas poderiam não o ser.

De acordo com a sabedoria popular, toda a regra tem uma excepção, nem que seja aquela que a confirma. Daí que apesar de habitualmente serem as diligências inúteis, não significava que alguma fatalidade as levasse sempre a ser assim.

É como a diferença que o Direito estabelece entre usos e costumes. Embora os primeiros se consubstanciem na prática reiterada de determinada conduta, apenas quando existe a convicção de obrigatoriedade estamos perante um costume.

De facto, apesar de poder ser considerado habitual proceder de certa forma numa determinada situação, não é uma consequência lógica e automática que tal procedimento passe a ser considerado obrigatório. Na verdade, só a ideia de que o comportamento para certa situação é esse e não outro, leva a que se fale na sua obrigatoriedade.

No caso concreto, estávamos perante um mero dado estatístico, que relevava o facto da repetição de semelhantes casos ter revelado resultados infrutíferos, mas que ainda assim não seria suficiente para justificar uma desnecessidade na realização das diligências.

---

237 «Como nos diz o conhecido provérbio, **não há regra sem excepção.**» [nota inserida no original sob o nº 9].



### III.

O próximo Acórdão data de Março do ano seguinte<sup>238</sup>. À semelhança do analisado para situações anteriores, nesta decisão o colectivo opta por se socorrer de jurisprudência emanada de uma outra Relação, para fazer valer a sua própria ideia sobre o caso em apreço.

Neste caso, porém, a citação jurisprudencial é enriquecida pelo próprio Tribunal com duas expressões populares, que não constavam do excerto original:

«Como bem se salienta no Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa<sup>239</sup>, importa não olvidar que “(...) não se trata agora de garantir que o devedor/insolvente mantenha o *status* económico e social que detinha – e que muitas vezes - ao **dar um passo maior que a perna**, dizemos nós -<sup>240</sup> terá contribuído para a sua insolvência – mas sim, e apenas, de garantir que mantenha padrões de vida minimamente dignos”, ou seja , e como diz o conhecido provérbio francês “***Pas d'argent , pas de Suisse***”.»

Assim, vemos como neste caso, para defender a ideia que o julgador tinha sobre o processo que estava a ser alvo da sua ponderação, este decide utilizar não só um argumento exclusivamente jurídico, mas também dois provérbios, para sublinhar e auxiliar ainda mais a posição que pretendia defender.

De facto, o que se retira do excerto é que o objectivo de dotar o insolvente de um rendimento mínimo, não é que este mantenha o mesmo nível de vida que tinha antes da insolvência, porque quem não tem dinheiro para pagar as dívidas de menor valor, não pode esperar conseguir viver com dívidas de valor superior.

---

238 Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 19 de Março de 2013, Processo n.º 363/12.5TBCMNB-G1, relator António Santos.

239 «De 8/11/2012, Proc. n.º 2135/11.5YXLSB-D.L1-6, e disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).» [nota inserida no original sob o nº 2].

240 O excerto «- ao dar um passo maior que a perna, dizemos nós -», não consta do Acórdão original citado nesta decisão, tendo sido incluído pelo colectivo deste.

Este caso, porém, permite-nos tratar de uma outra característica interessante da paremiologia, como seja a da Paremiologia Comparada. De facto, é possível estudar os provérbios de tal forma, que se permita comparar expressões populares de diferentes países, mas com o mesmo significado. Isto é, ditas por palavras diferentes consoante as diversas línguas, mas que vão para além de uma mera tradução literal<sup>241</sup>.

Assim, traduzindo quase à letra, "*pas d'argent , pas de Suisse*" poderia significar que se não há dinheiro, não há [viagens à] Suíça. Tendo em conta esta ideia transmitida pela expressão, se quiséssemos fazer esse exercício de paremiologia comparada, para sugerir um provérbio português com um significado semelhante ao apresentado<sup>242</sup>, poderíamos optar por escolher o seguinte: «quem não tem dinheiro, não tem vícios».

#### IV.

O próximo Acórdão, de Maio do ano seguinte<sup>243</sup>, volta a utilizar jurisprudência proveniente de uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça já aqui tratada anteriormente<sup>244</sup>. Esta, aliás, já chegou a ser reproduzida noutra decisão aqui trazida, referente precisamente ao mesmo mês e ano do agora em causa, mas no Tribunal da Relação do Lisboa<sup>245</sup>.

Assim, omitir-se-á esta citação, na certeza de ser realçada a sua importância, com a valoração do texto paremiológico. Na verdade, ao utilizar propositadamente jurisprudência na qual se inserem provérbios e expressões populares nas suas decisões, os tribunais portugueses têm vindo a legitimar a utilização destes no ordenamento jurídico português.

#### V.

---

241 Ver, a esse propósito, as referências à paremiologia comparada já indicadas na p. 10.

242 Semelhante, como já anteriormente referido a propósito do que é igual, não quer dizer o mesmo. cfr. nota 74.

243 Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 23 de Maio de 2013, Processo n.º 135/11.4TVPRT.G1, relator António Beça Pereira.

244 Trata-se do Acórdão do STJ, de 12 de Janeiro de 2006, relativo ao Processo n.º 05B3427, do relator Conselheiro Oliveira Barros.

245 Acórdão do TRL, a 28 de Maio de 2013, Processo n.º 1228/10.0TBAGH.L1-7, relatora Cristina Coelho (Cap. 6, nº XIII).

De seguida, em Julho do mesmo ano<sup>246</sup>, temos um novo acórdão, com um dos mais conhecidos e controversos provérbios portugueses, tantas vezes mal usado, quantas vezes desperdiçado.

O provérbio é trazido pelo colectivo, novamente em jeito de desabafo, estando em causa uma decisão relativa a um crime de violência doméstica. Assim, podemos observar o seguinte:

«Não teremos todos nós a obrigação, o dever de fazer, tudo, cada um dentro da área das suas competências, para que se reponha a verdade, numa palavra, “os valores”, numa altura social em que tanto se fala e discute em colóquios e conferências, o quanto nos choca a tão antiga, sempre existente, hoje chamada de “violência doméstica”, sempre associada ao tão adágio popular: **“entre marido e mulher não metas a colher”**. Só, que todos nós sabemos, que esta hoje, vai muito além daquilo que acabava nas sempre “aparentes felizes” reconciliações do casal.»

Longe de analisar a situação concreta que estava a ser objecto de julgamento, é necessário fazer neste ponto um reparo, quanto ao uso que geralmente é dado a esta expressão popular.

É certo que neste caso a ideia do julgador ao utilizar este provérbio foi criticar as situações de violência doméstica, evidentemente sempre criticáveis. É neste sentido, aliás, que o mesmo provérbio é geralmente citado. Não é, porém, esse o seu significado original.

Contudo, como neste momento a ideia não é a de exclusivamente interpretar os provérbios, mas antes fazê-lo enquadrados em casos concretos, diga-se que a mensagem original deste mesmo adágio, pode também ser transmitida através de uma outra expressão popular, embora não proverbial, mas que passa por dizer a alguém para «não meter o bedelho onde não é chamado».

E, para começo e término de conversa, se em situações que não nos dizem respeito, não nos devemos intrometer, em casos de violência doméstica somos todos chamados a bedelhar.

---

246 Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 11 de Julho de 2013, Processo n.º 3621/12.5TBGMR.G1, relatora Rita Romeira.

## VI.

À semelhança de outros casos já trazidos anteriormente, optar-se-á por omitir a próxima decisão judicial, por razões de economia processual e para evitar óbvias repetições pleonásticas, na medida em que o mesmo, datado de Dezembro de 2013<sup>247</sup>, se refere a situações já anteriormente citadas.

Diga-se, em abono de um breve esclarecimento, que em causa está um caso idêntico ao indicado no ponto III., sendo inclusive o mesmo relator a tratar da presente situação e que, talvez devido a isso, utiliza precisamente a mesma citação, com precisamente o mesmo acrescento que no outro fizera.

De facto, também neste caso, «*Pas d'argent , pas de Suisse*».

## VII.

O último Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães a utilizar provérbios no seu articulado, data de Fevereiro de 2014<sup>248</sup>. Instado a decidir sobre realização de uma perícia colegial, requerida da Ré/Recorrente, o julgador resolveu formulou a seguinte consideração:

«Segundo a recorrente, como vimos a realização de uma 2ª perícia, em moldes colegiais, potenciaria uma nova e aprofundada perspectiva sobre a questão médica em discussão, uma vez que seria realizada com base na convicção/conhecimento de três peritos médicos, com evidentes benefícios para a descoberta da verdade material.

Para além deste motivo não ter sido invocado quando foi requerida a realização da 2ª perícia, o mesmo é meramente formal e conclusivo, resultando do adágio popular de que **“duas [*in casu*, três] cabeças pensam melhor do que uma”** (o que, como sabemos, nem sempre corresponde à verdade...), não sendo, obviamente, essa uma razão legalmente atendível para definir a estrutura da perícia. Será necessário que, em concreto, existam razões que fundamentem a necessidade do concurso de 3 peritos.»

---

247 Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 17 de Dezembro de 2013, Processo n.º 2059/13.1TBBRG-C.G1, relator António Santos.

248 Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 27 de Fevereiro de 2014, Processo n.º 1156/13.8TBBRG-A.G1, relator Edgar Gouveia Valente.

Tendo acabado por recusar o pedido da Ré de realização de nova perícia, desta vez com três médicos, o relator justificou que as motivações ora invocadas não o tinham sido no momento oportuno. Apenas posteriormente se alegara que, por esta nova peritagem ser realizada por três elementos, haveria uma maior possibilidade de descobrir a verdade material.

Porém, o juiz não concedeu provimento a este raciocínio, embora reconhecesse a sua validade formal. Para isso utilizou o referido provérbio, não obstante imediatamente o criticar.

De facto, se é certo que nem sempre corresponde à verdade, de facto, duas ou mais pessoas (o mesmo é dizer, um grupo), chega sempre a mais conclusões do que uma só pessoa.

Porque mesmo sendo só duas pessoas, em que uma pense em tudo e outra não pense em nada, se só estivesse presente aquele que em nada pensava, a presença do outro já levaria a que no conjunto se pensasse um pouco mais.

## **Da Questão Coimbra**

### **I.**

A primeira situação com que nos deparamos com provérbios e expressões populares nos acórdãos proferidos pelo Tribunal da Relação de Coimbra, diz respeito a uma decisão que remonta a finais do ano 2009<sup>249</sup>.

O caso em apreço expõe-se de uma forma simples: entre os bens de uma sociedade comercial em processo de insolvência remetidos para a massa insolvente, encontrava-se um prédio urbano alegadamente pertença dos sócios da insolvente.

Oposeram-se, assim, estes à decisão, alegando que o referido prédio sempre fora dos mesmos, não da sociedade, muito embora admitissem que estivesse inscrito na matriz como tal. Essa inscrição havia sido pedida pelo seu proprietário, sócio e gerente da sociedade, por razões exclusivamente economicistas de momento, mas sem que qualquer documento ou título de propriedade permitisse aquela inscrição aceite pelo serviço de finanças. Assim, devido à inexistência de título, tal inscrição matricial deveria ser considerada nula, sendo retirada da massa insolvente o prédio em questão e devolvido ao sócio e proprietário.

Os magistrados da Relação de Coimbra, houveram por bem responder no seguinte tom:

«Diga-se, *ab inito*, que não assiste razão ao recorrente quando clama pela nulidade da inscrição matricial com base na inexistência de título que permitisse ao serviço de finanças proceder a tal inscrição.

Em primeiro lugar porque, como se viu, e considerando a natureza e a ratio deste acto, é inexigível a tais serviços a perscrutação de tal título.

Em segundo lugar, porque, como bem expende o Sr. Administrador da Insolvência, este pedido consubstancia um verdadeiro abuso de direito, decorrente de um *venire contra factum proprium*<sup>250</sup>.

É que foi o recorrente que impetrou tal inscrição em nome da sociedade

---

249 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 17 de Novembro de 2009, Processo n.º 34/08.7TBFCRL.C1, relator Carlos Moreira.

250 Expressão jurídica latina que, não obstante não ser objecto deste estudo, importa realçar.

sem apresentar o título aquisitivo, pelo que, teria sido ele o autor da verificação da nulidade.

Ou seja, ele actua, convenientemente, em cada momento, em função dos seus próprios interesses, querendo, como diz o povo, na sua provecta sabedoria de experiencia feito "**sol na eira e chuva no nabal**".

Mas não pode ser. A justiça, a ética, a honestidade, a hombridade, a coerência e a verticalidade a tal obstam.

E só com alguma condescendência e na perspectivação de que a actuação do recorrente é algo obnubilada e desfocada pelo facto de parecer confundir e interpenetrar os direitos, obrigações e interesses dele e da sociedade, por esta ser de cariz familiar e ele seu sócio gerente, não se despoleta nesta instancia o competente incidente de actuação em má fé.

Em todo o caso e mesmo que assim não fosse ou não se entenda, quedaria ainda irrelevante tal pedido, pois que, falecendo a tal inscrição qualquer virtualidade de atribuição ou constituição do direito de propriedade, sempre a decisão da causa passaria, como passará, pelo menos, *a latere* do mesmo.»

Pelo exposto, é fácil compreender que na decisão deste acórdão acaba por negar provimento à pretensão do recorrente, ainda para mais devido ao facto de o prédio estar a ser utilizado pela sociedade de boa-fé há mais de 15 anos, razão pela qual o argumento da inscrição matricial era já irrelevante, pois sempre estaria na esfera jurídica daquela, adquirida pela usucapião.

## II.

O segundo acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra onde encontramos expressões objecto deste estudo, refere-se a uma decisão do princípio de 2010, menos de dois meses depois do anterior<sup>251</sup>.

Porém, ao contrário de outros casos, em que o provérbio é utilizado apenas por um dos intervenientes processuais, neste há uma resposta por parte do próprio colectivo de juízes a uma expressão popular trazida pelo recorrente nas suas alegações.

---

251 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 16 de Janeiro de 2010, Processo n.º 583/07.4TATMR.C1, relator Orlando Gonçalves.

Num caso de violência doméstica, em que foi condenado com pena suspensa um arguido por agressões à mulher, veio este alegar que o seu comportamento não constituía uma situação passível de condenação, nomeadamente por estarmos na presença de um único exemplo numa relação de mais de 15 anos. Assim, explicava o recorrente nas suas conclusões o seguinte:

«BB.- Portanto, só se o comportamento por parte de um dos cônjuges se tornar repetido e assumir um cariz patológico, ferindo de forma intencional e voluntária a dignidade pessoal do outro cônjuge, é que se poderá integrar o ilícito "*sub judice*";

CC O legislador não teve a intenção, nem tem legitimidade, para se intrometer no relacionamento do casal e para pôr cobro às discussões que ocorreram entre eles, sendo certo que, como diz o adágio popular: **“Entre marido e mulher não metas a colher”**;

DD. Ora, é do senso comum que existem discussões entre os membros do casal que podem ser esporádicas, o que permite obter uma reconciliação posterior, ou podem ser mais frequentes e violentas e que, nesse caso, poderão levar à ruptura do casal,

EE. No decorrer das discussões podem ser proferidas expressões ofensivas, menos correctas e humilhantes para o outro membro do casal, sendo certo que a atitude do membro do casal que profere as expressões, pese embora não seja correcta, justifica-se pelo estado emocional em que se encontra, pela grande proximidade e intimidade e pela relação afectiva entre os dois membros do casal;

FF. Portanto, na situação "*sub judice*" não resulta dos autos e da prova feita que a actuação do arguido tenha sido de tal forma violenta que possa integrar o crime de maus tratos.»

A esta utilização abusiva do provérbio, feita pelo arguido/recorrente em sua defesa, responde o colectivo, nos termos da forma que se segue:

«A violência doméstica, como forte impedimento ao bem estar físico, psíquico e social de todos o ser humano e um atentado aos seus direitos à vida, à liberdade, à dignidade humana e à integridade física e emocional, não



se compadece com a invocação de costumes e tradições para iludir a obrigação dos Estados de a combater com todos os meios ao seu alcance – cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, que aprovou o “III Plano Nacional contra a violência doméstica ( 20072010)”, publicado no DR, 1.ª Série de 22 de Junho de 2007.

Ditados populares, como o invocado pelo arguido M..., de que “**entre o marido e mulher não se mete a colher**”, não têm já qualquer apoio a nível legislativo, nem na maioria da sociedade, quando estão em causa comportamentos que ofendem gravemente a dignidade do outro cônjuge, como aqui sucede.

Hoje, o crime de violência doméstica, tem natureza pública, sendo que também o crime de maus tratos a cônjuge, p. e p. pelo art.152.º do Código Penal , na redacção anterior à Revisão de 2007, já tinha natureza pública com as alterações introduzidas no mesmo preceito pela Lei n.º 7/2000, de 27 de Maio.

Improcede, assim, também esta questão.»

Acabando por manter a decisão da primeira instância, os juízes de Coimbra fazem este elogio ao provérbio em apreço, criticando violentamente a utilização no caso concreto.

Na verdade, alegam os magistrados não só que os provérbios não devem ser utilizados para defender situações como as em apreço, mas também que stes não têm qualquer apoio a nível legislativo, quando estão em causa comportamentos que ofendem gravemente a dignidade do outro. A *contrario*, acabam por defender os juízes que os provérbios têm apoio legislativo quando estão em causa outras situações que não as punidas legal ou até socialmete.

E faz todo o sentido: se resulta da vontade popular certo provérbio, este nunca pode ir de encontro ao que a regulação da vida social diz respeito.

Assim, a utilização de um provérbio para justificar actuações e comportamentos passíveis de censura, só pode ser considerada abusiva.

Estiveram, pois, bem os juízes da Relação de Coimbra ao criticar a utilização no caso concreto da referida expressão popular.

### III.

No que diz respeito ao terceiro acórdão alvo do nosso estudo, aparece novamente dois meses depois do anterior<sup>252</sup>.

Neste caso temos um arguido condenado a uma pena de prisão efectiva pelo período de um ano e dois meses, pela prática de um crime de condução sem habilitação legal.

Inconformando com a dureza da pena, veio o arguido recorrer, alegando ter sido ignorado o facto de estar arrependido da sua conduta. Na verdade, prova de que esse arrependimento é sincero, veio o arguido juntar aos autos da primeira instância documentos comprovativos da sua inscrição numa escola de condução, de modo a tirar a carta.

Porém, como o tribunal considerou insuficientes esses documentos, uma vez que o estar inscrito não significava que iria ou até pretendia concluir, veio o arguido alegar no recurso o seguinte:

«O Tribunal considera que o arguido não fez prova de que este objectivo era certo, ou de que o arguido venha a conseguir concretizar esse seu objectivo, ora, sempre teríamos de afirmar que tal facto é insusceptível de prova porquanto, e como diz o povo, “**o futuro a Deus pertence**”»;

O colectivo de juízes acabou por manter a decisão da primeira instância, que se baseou sobretudo no facto do arguido ser reincidente, tendo sido condenado na pendência de outras penas suspensas. No total, já tinha sido o arguido condenado por seis vezes no mesmo crime, sempre com pena suspensa. Assim, por mais profissões de fé que fizesse no caso em apreço, não poderia o colectivo decidir de outro modo que não o apresentado.

### IV.

O seguinte acórdão data do mês posterior ao anterior<sup>253</sup>, sendo, mais do que todos, aquele em que mais se defende a utilização générica de um

---

252 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 10 de Março de 2010, Processo n.º 11/08.8PEFIG.C1, relator José Eduardo Martins.

253 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 28 de Abril de 2010, Processo n.º 26/08.6EACTB.C1, relator Pilar de Oliveira.

concreto provérbio popular.

Num determinado estabelecimento comercial aberto ao público e destinado à restauração, foi feita uma inspeção pela ASAE que resultou na instauração de diversos processos crimes relativos não só ao mau condicionamento dos alimentos, mas também, entre outras coisas, contra a genuidade, qualidade ou composição de géneros alimentícios e aditivos alimentares. Por tudo o provado em sede de audiência, foi o arguido condenado a pena suspensa de dois anos de prisão, acrescida de multa de setenta dias, no valor global de trezentos e cinquenta euros.

Inconformado, recorreu o arguido, alegando entre outras coisas que os alimentos encontrados se destinavam a consumo próprio, uma vez que residia no próprio restaurante, pelo que não poderia ser condenado por qualquer irregularidade no que diz respeito aos produtos que eram servidos aos consumidores.

Não aceitando o argumento, o colectivo de juízes acabou por argumentar o seguinte:

«Não menciona o arguido, nem tal resulta da factualidade provada que existissem outros locais de armazenamento de alimentos que se pudessem distinguir dos espaços em que estavam guardados os produtos alimentares que eventualmente destinasse a consumo privado. Esse seria o primeiro cuidado exigível a quem explora um restaurante.

Como diz o ditado popular “**quem não quer ser lobo não lhe veste a pele**” contrariando claramente as regras da experiência que quem explora restaurante armazene juntamente com os bens destinados ao consumo público, produtos destinados a consumo privado e ainda para mais sem marcas de inspecção sanitária ou no estado descrito (a não ser que o arguido pretendesse ser autuado como foi).

Sintomático é que o arguido, como vem consignado na matéria provada, quando se apercebeu da chegada da ASAE, tenha retirado de um armário vários géneros alimentícios, colocando-os num logradouro contínuo (aqui cabe citar o provérbio “**quem não deve não teme**”).

E citam-se os referidos provérbios porque eles são a expressão do próprio sentimento popular e da noção que qualquer pessoa tem, ainda que

iletrada, do que sejam as regras da experiência e do que estas podem legitimar em termos de extrair do provado directamente outras ilações/factos que, embora não apreensíveis directamente, são igualmente certos e seguros.

Pelas expostas razões não se vislumbra que da sentença recorrida e da motivação da convicção que nela foi consignada resulte qualquer violação do princípio da livre apreciação da prova e do limite que lhe é imposto pelas regras da experiência, antes pelo contrário se vislumbram razões acrescidas, não expressamente mencionadas no seu texto, que impunham que o Tribunal recorrido concluísse como concluiu.»

Fácil é de compreender que o recurso apresentado pelo arguido não teve provimento, mantendo-se a decisão da primeira instância.

É, porém, neste acórdão que se encontra a mais clara aceitação, a mais completa defesa e a mais veemente exposição, da utilização de expressões populares na literatura jurisprudencial portuguesa.

Ao defender, como defendem, que os provérbios são «a expressão do próprio sentimento popular e da noção que qualquer pessoa tem, ainda que iletrada, do que sejam as regras da experiência», o colectivo de juízes do Tribunal da Relação de Coimbra acaba por explicar não só que aceita expressões populares, como também que inclusivamente defende o seu uso, de modo a chegar directa e mais facilmente à compreensão do cidadão comum, alvo e beneficiário da Justiça.

Para além disso, explica o Tribunal como através dos provérbios se pode explicar a qualquer pessoa o porquê de se utilizar em Direito penal as chamadas provas indirectas, uma vez que, através das provas directas, se podem extrair «directamente outras ilações/factos que, embora não apreensíveis directamente, são igualmente certos e seguros».

É este, sem dúvida, um acórdão a reter.

## V.

Passado mais de um ano do anterior acórdão, eis que surge novamente uma decisão judicial que utiliza provérbios no seu conteúdo, datada de Maio de

2011<sup>254</sup>.

Neste caso, em que uma divergência de valores levou o dono de um prédio expropriado a recorrer a tribunal, por considerar ser insuficiente o valor apresentado, em contraponto com o que os peritos por ele indicado apresentaram, a expressão popular é novamente trazida pelo colectivo de juízes.

Na verdade, a decisão da primeira instância não agradou nem à entidade expropriada, nem à expropriante, pelo que ambas interpuseram recurso de apelação, na medida em que a decisão da qual não se conformaram não pendia nem para os valores apresentados por uma, nem para os valores apresentados pela outra. Ficava, antes, entre os dois valores, razão pela qual o colectivo de juízes tenha escrito como escreveu:

«diz-nos a experiência e o bom senso, que, quando se verifica a divergência entre os peritos na expropriação, é paradigmática esta situação: o relatório do perito do expropriado defende o valor mais elevado; o relatório do perito da entidade expropriante defende o valor mais baixo; o relatório dos peritos do tribunal fica-se por um valor intermédio.

Nunca nos deparámos com a situação inversa – a intransigente defesa do valor mais elevado, pelo perito da entidade expropriante, e a humilde aceitação de um valor inferior pelo perito do expropriado.

**A virtude não tem necessariamente que se situar algures no “meio”**, ao contrário do que afirma o adágio popular, mas só a equidistância relativamente ao conflito subjacente à divergência, justificará o facto de, sempre que a mesma ocorre, os peritos do tribunal, em laudo maioritário (3 em 5), defenderem um valor indemnizatório que se situa entre o valor mais elevado proposto pelo perito do expropriado e o valor mais baixo defendido pelo perito da entidade expropriante.

A repetida constatação deste facto tem legitimado a conclusão, geralmente aceite nos tribunais, de que o critério de “prudência, o seu bom senso” na aplicação da prova, preconizado pelos professores citados [Pires de Lima e Antunes Varela], deverá levar o julgador a valorizar mais o acórdão maioritário, não só por ser subscrito por uma maioria do colégio pericial (critério

---

254 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 31 de Maio de 2011, Processo n.º 1197/05.9TBGRD.C2, relator Carlos Querido.

que, de *per se* já seria de considerar), mas por essa maioria estar mais afastada dos interesses em conflito (sem desprimor para os peritos que defendem a tese mais favorável a quem os indica).»

Na decisão final, o douto Tribunal acabou por manter a decisão anterior, não dando especial razão nem a uma, nem a outra parte.

Porém, a argumentação utilizada pelos juízes, para além da resolução do caso em análise no presente acórdão, é de tal forma relevante, que este excerto tem sido utilizado em outras decisões judiciais. Embora isso aconteça também com outros casos e de jurisprudência variada, é relevante sublinhar que este mesmo excerto é possível de ser encontrado em pelo menos mais outras três decisões judiciais<sup>255</sup>.

Na verdade, para além de utilizarem o argumento presente no excerto, os tribunais têm vindo a utilizar o todo o texto, com o provérbio incluído, que passa assim a fazer parte integrante do raciocínio jurídico português.

## VI.

O próximo acórdão a utilizar texto proverbial no seu corpo data do mesmo ano, embora ao contrário dos anteriores, tal apareça junto aos autos por parte de uma das partes, ao invés do decisor, como adiante se verá.

De Setembro de 2011<sup>256</sup>, o acórdão diz respeito a um recurso apresentado por um arguido condenado em primeira instância, pelo crime de injúrias e ameaças. Na verdade, depois de se considerar enganado pelo assistente, que o demandou civilmente para pagamento de uma indemnização, mas que depois não deu o uso devido e anunciado ao dinheiro obtido na causa, o arguido dirigiu-se àquele, injuriando-o e ameaçando, dizendo, entre outras coisas, que «havemos de ajustar contas, isto não fica assim».

O assistente veio alegar que se sentiu injuriado e ameaçado, de tal forma que teve de mudar de residência, assustado que estava com as palavras

---

255 São eles os Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra, de 12 de Junho de 2011 e 10 de Novembro de 2011, respectivamente Processos n.º 445/09.0TBSEI.C1 e 9748/06.5TBMTS.P1, e do Tribunal da Relação do Porto, de 4 de Março de 2014, Processo n.º 6974/09.9TBMTS.P1, todos tendo como relatora a Desembargadora Judite Pires.

256 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 28 de Setembro de 2011, Processo n.º 2489/09.3PCCBR.C1, relator Olga Maurício.

do arguido. Em sede de audiência e julgamento, foi pois o arguido condenado pelos dois crimes expostos.

Inconformado, recorreu o arguido da sentença condenatória. Todavia, houve por bem o Tribunal de recurso juntar aos autos a contestação apresentada pelo arguido em primeira instância, por considerar serem estes relevantes para a compreensão da situação em análise.

Entre os argumentos apresentados pelo arguido nessa contestação, encontravam-se os seguintes:

«37º Por outras palavras: será que o dito "**peso na consciência**" do assistente, por ter contribuído para um empobrecimento do arguido, demandando-o numa acção cível, obtendo uma indemnização por conta de alegados defeitos na obra e não dar o uso ao dinheiro para correcção de tais defeitos, não seria já de si tendente a fundar na sua mente um certo receio?

38º De facto diz o povo e com razão que "**quem não sente não é filho de boa gente**" e "**quem não deve não teme**", pelo que, *a contrario* quem tenha prejudicado alguém por certo que terá no seu espírito uma consciência mais temerária ...»

Muito embora não haja depois qualquer referência a estas expressões populares utilizadas pelo arguido, não deixa de ser relevante o modo como este as trabalhou para fazer valer perante o tribunal o seu ponto de vista. Na verdade, se o assistente se sentiu incomodado com as palavras do arguido, ao ponto de ter mudado de residência, é porque teve consciência de o ter prejudicado.

Da decisão final, resulta que o arguido acabou absolvido pelo crime de ameaça, embora se mantendo o de injúrias, também em apreço.

## VII.

De seguida temos um acórdão datado de Novembro de 2011<sup>257</sup>, na qual vários arguidos recorreram de uma decisão de condenação de pena de prisão, por prática de crimes relacionados com tráfico de estupefacientes e detenção

---

257 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 20 de Novembro de 2011, Processo n.º 160/10.2JACBR.C1, relator José Eduardo Martins

de arma proibida.

Inconformado com a decisão, o arguido B., alegado responsável da quadrilha em julgamento e aquele que a maior pena foi condenado, resolveu recorrer da mesma, invocando o facto de durante o período da prática criminal estar impossibilitado da sua autoria, na medida em que se encontrava detido em estabelecimento prisional durante o mesmo período. Para além disso, alegou como segue:

«a arguida A. sofreu duas condenações, pelo ilícito em referência na ausência do arguido, que desde 2000 estava fora de casa, aí tendo regressado um mês antes. Conforme diz o ditado"... **o respeito, não se ganha conquista-se,**..." ora como o pode conquistar tal liderança, se esteve ausente. Veja-se que o arguido é novamente preso e C. mantém-se na mesma casa a vender de acordo com o facto provado em 30, (!) Verifica-se ainda contradição insanável entre o facto provado e a fundamentação. Ora se dá como provado que a arguida era a líder, vide ponto assente n.º. 6, ora se remete para o conhecimento dos usos da etnia, olvidando que o arguido durante 10 anos esteve ausente de sua casa conforme o descrito em m ponto 34.»

Apesar do alegado pelo recorrente, o tribunal da Relação de Coimbra acabou por confirmar, na íntegra, o acórdão recorrido, uma vez que considerou ser perfeitamente admissível que alguém mesmo na prisão continuasse a dirigir os negócios da sua rede de tráfico de droga, o que aliás se tem verificado em inúmeras outras situações.

## VIII.

Na decisão seguinte, de Janeiro de 2012<sup>258</sup>, envolvendo mais uma vez crimes relacionados com tráfico de estupefacientes, levou à condenação de vários arguidos. Em recurso apresentado, o arguido A. alegou resultar a sua condenação do testemunho do arguido B., também condenado e directamente interessado no resultado final.

Daí que o arguido A. tivesse, na fundamentação do seu recurso, alegado

---

258 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 9 de Janeiro de 2012, Processo n.º 2965/11.8TAVNG.C1, relatora Elisa Sales



o seguinte:

«XI - Também as mais elementares regras de experiência de vida que nos indicam que o co-arguido é parte interessada, por vezes na absolvição, outras na condenação do seu co-arguido, como no caso, em que a estratégia do co-arguido B. impunha uma completa aceitação do teor da Douta Acusação, não importando o que tivesse que dizer, fazendo jus à sabia expressão popular **"perdido por um perdido por mil"**, tanto que logra-se a redução da medida concreta da pena por força de uma extravagante confissão, que arrasou com a defesa do arguido A., mas que arrasou também com a verdade material».

O tribunal acabou por negar provimento ao recurso apresentado por este arguido, mantendo a pena da primeira instância.

## IX.

O próximo acórdão diz respeito a uma decisão datada de Março do mesmo ano<sup>259</sup>. A situação deste caso, ao contrário dos anteriores, diz respeito a uma mera questão processual, no que ao direito do trabalho diz respeito, contando-se de uma forma simples.

Certo trabalhador, despedido da sua entidade patronal, decidiu opor-se a esse despedimento através do processo especial. Todavia, ao invés de juntar ao formulário apresentado a comunicação escrita na qual a entidade patronal fazia saber que dava por terminada a relação contratual com o trabalhador, apenas juntou a declaração enviada por aquela para a segurança social, comprovativa da situação de desemprego.

O tribunal que acolheu o formulário apresentado pelo trabalhador despedido, indeferiu liminarmente o pedido, sugerindo antes que este optasse por lançar mão da acção de processo comum emergente de contrato de trabalho.

Todavia, o trabalhador acabou mesmo por recorrer da decisão de indeferimento liminar, não só por considerar ter razão, mas também por alegar que o erro na forma de processo apenas poderia ser analisado na audiência de

---

259 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 29 de Março de 2012, Processo n.º 1149/11.0TTCBR.C1, relator Felizardo Paiva.

partes, sendo inadmissível o indeferimento naquela fase processual.

Do texto justificativo da decisão que acabou por negar provimento ao recurso apresentado, o colectivo de juízes veio invocar o seguinte:

«A única vantagem que se descortina na possibilidade do erro na forma de processo apenas poder ser analisada na audiência de partes prende-se com o facto de nessa audiência as partes poderem chegar a acordo, colocando um termo ao litígio.

No mais tudo são desvantagens.

Havendo erro na forma de processo, o Juiz terá de absolver o empregador da instância e o trabalhador terá de instaurar a acção comum e, com tudo isto, lá se esgotarão alguns meses inutilmente, ou seja, tudo volta “à estaca zero” com a apresentação da contestação e com uma nova realização da audiência de audiência de partes. Como diz o povo **“volta o disco e toca o mesmo”**.

Por tudo isto, embora reconhecendo existirem argumentos para a inadmissibilidade do indeferimento liminar, numa interpretação que não se cinja à literalidade e procure interpretar o direito tendo em conta a realidade do dia a dia e a justa e célere composição dos litígios só a possibilidade do indeferimento liminar permite atingir os referidos fins, de forma a que a acção prevista no artigo 98ºB e ss do Cód. Proc. Trabalho não perca a característica de urgente e o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 26º do Cód.Proc. Trabalho não passe de **“letra morta”**.»

## X.

A decisão seguinte remonta a Junho do mesmo ano de 2012<sup>260</sup>. Certo arguido, que se encontrava a gozar de alguns dias de uma saída precária, resultantes do cumprimento de uma pena de prisão de 15 anos e 9 meses por outros crimes, aproveitou a sua situação para realizar a prática de um outro crime de roubo, desta vez a uma agência bancária.

Condenado novamente a outros sete anos de prisão, resolveu recorrer, dizendo-se inocente e alegando desconformidade entre os argumentos da acusação, querendo para tal fazer vingar na mente do decisor a ideia que se

---

260 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 20 de Junho de 2012, Processo n.º 178/10.5JACBR.C1, relator Paulo Valério.

estaria perante uma situação de dúvida, pelo que *in dubio*...

Daí que a sua defesa tenha alegado o seguinte:

«Tem-se por justo o pensamento de Voltaire segundo o qual **é melhor correr o risco de poupar um culpado que condenar um inocente**, sendo que, *in casu* mais que presunção de inocência, é toda uma consciência de inocência que anima o arguido, sendo inconstitucional a presunção, ao arrepio do princípio *in dubio pro reo*, de que tenha o arguido o monopólio em regime de exclusividade de todos os crimes cometidos durante os dias em que se mostre a gozar medidas de flexibilização da pena, bem como a consideração de qualquer adágio popular como meio de prova!

Atenta a prova de que em tais circunstâncias de tempo se mostraria o arguido em local diverso do da prática dos factos vertidos na acusação, que terão sido levados a cabo por alguém com agilidade e destreza física para conseguir finalizar a operação em 58 segundos, com aparência de 40 anos e por quem se mostrava nervoso, não se poderá ver em tal assaltante o arguido que até enviou notas que em termos de valor facial não correspondiam às roubadas, tem limitações físicas e, por certo não tremeria ou estaria nervoso, **não jogando a bota com a perdigota, nem a pena com a escrita!**»

Do presente acórdão, que acabou por confirmar a condenação da primeira instância, para além de se conseguirem retirar três expressões populares, é também possível compreender a ideia de que, por vezes, é conhecido o autor de determinada frase que temos hoje como proverbial, não sendo razão bastante para a eliminar dessa condição.

## XI.

Do ano de 2013, chega-nos a próxima decisão judicial que utiliza uma expressão popular no seu articulado<sup>261</sup>.

Inconformado com a sentença que o condenou pela prática de um crime de injúrias, acrescido de um pedido de indemnização civil, um arguido decidiu recorrer para o Tribunal da Relação de Coimbra, de modo a fazer reverter essa

---

261 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 8 de Maio de 2013, Processo n.º 2/11.1TAACB.C1, relator Maria José Nogueira.

condenação. Entre os seus argumentos, encontrava-se o facto da prova testemunhal ter sido contraditória e, no seu ponto de vista, tendenciosa, no que a prejudicar o arguido dizia respeito.

Na verdade, enquanto certa testemunha chamada pelo arguido e que corroborara a sua versão fora desvalorizada pelo tribunal de primeira instância, apesar de não ter interesse na matéria em litígio, já outra chamada pelo assistente e que confirmara a sua versão fora amplamente tida em consideração, apesar de manter com este uma relação profissional de subordinação.

Daí que no articulado do recurso apresentado, o arguido tenha referido o seguinte:

«20. Acresce ainda que analisado todo o depoimento desta testemunha [D.], fácil é de concluir que o mesmo é um poço de contradições e, assim sendo não deveria ter sido valorado, como foi, pelo Tribunal;

21. No que concerne ao depoimento da testemunha C., não se vislumbra qual o descrédito a dar a este depoimento que, contrariamente, até, ao da testemunha anterior, se nos afigura mais consentâneo com a realidade;

22. É que, de facto, esta testemunha não se lembra de tudo, como diz o povo “**tim tim por tim tim**” mesmo quando, quanto a esta testemunha, a Sr.<sup>a</sup> Juíz “a quo”, no nosso modesto entender e salvo o devido respeito, permitiu que se fizesse o contraditório de uma forma a nosso ver correcta, mas que não permitiu que a defesa fizesse no que à testemunha D. diz respeito;»

Da decisão do colectivo da Relação, acabou por se julgar parcialmente procedente o recurso apresentando, reduzindo a pena da primeira instância, mas mantendo o valor do pedido de indemnização civil.

## **XII.**

O acórdão seguinte data do mesmo dia do anterior<sup>262</sup>. Desta feita, o provérbio foi invocado pelo próprio colectivo de juízes, explicitando dessa forma uma resposta que pretendia dar a um dos arguidos e único recorrente do

---

262 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 8 de Maio de 2013, Processo n.º 150/11.8GAPCV.C1, relator Luís Coimbra.

acórdão em análise.

Na verdade, vinham dois arguidos condenados a prisão com pena suspensa, pela prática de um crime de furto sob a forma tentada, em co-autoria, sendo que um deles decidiu recorrer. Para isso alegava que havia, efectivamente e em conjunto com o outro arguido, enconstado a viatura em que seguia junto ao estabelecimento constante do processo, mas por um motivo bem diferente do alegado.

Todavia, por mera cautela de patrocínio ainda acrescentava que se ficou erradamente provado que um dos arguidos tinha entrado no edifício e que o outro apenas estaria junto ao carro, o tribunal da primeira instância não tinha conseguido identificar correctamente qual dos dois fez o quê, elemento que importava conhecer para se avaliar a decisão tomada.

O tribunal de recurso, porém, decidiu desvalorizar ambos os argumentos, não só por não crer no que dizia respeito a estarem por outro motivo no local da prática do facto, como por considerar que para efeitos jurídicos pouco importava o papel desempenhado efectivamente por cada um dos co-autores.

Isso mesmo se pode observar no excerto que se segue:

«A alegada saída do IP3 até aquele local para urinar não convenceu o tribunal *a quo* nem é susceptível de convencer quem quer que seja! E o esclarecido depoimento da testemunha D... referente ao por si constatado comportamento dos arguidos é por demais evidenciador do delineado plano conjunto para a prática do crime, em que as tarefas de execução do mesmo estavam delineadas (não sendo necessário que os dois arguidos se tivessem introduzido naqueles anexos do estabelecimento). Na gíria popular, **“tão ladrão é o que vai à vinha como aquele que fica ao portão a vigiar”**.

E os argumentos invocados no recurso não permitem impor uma decisão diversa daquela a que o tribunal recorrido chegou.»

Como expectável, o colectivo da Relação de Coimbra acabou por negar provimento ao recurso apresentado, mantendo a decisão recorrida.

### XIII.

De seguida temos um acórdão datado já de 2014<sup>263</sup>. Num processo que se explica facilmente e que diz respeito a uma impugnação pauliana julgado procedente, vieram os réus recorrer, alegando que a venda ocorrida não se destinava a subtrair do património jurídico dos devedores o bem vendido, para assim fugir das suas obrigações perante certo credor.

Apesar do argumento, considerou o colectivo do Tribunal da Relação de Coimbra o seguinte:

«Tenha-se em conta, enfim, e isto encerra a essência do que ressalta quando analisamos a presente acção, que sendo exacto, como se costuma dizer, que **nem tudo o que parece é...**, não é menos verdade que existem situações tão apelativas naquilo que parecem, que tudo nos leva a crer serem isso mesmo: aquilo que parecem. É, de alguma forma, o que usualmente se qualifica de “Teste do Pato” (*Duck Test*) e se expressa no humorado aforismo anglo-saxónico característico do raciocínio indutivo: “parece um pato, nada como um pato, grasna como um pato é, provavelmente, um pato...” (aforismo inspirado no poema de James Riley: “*When I see a bird that walks like a duck and swims like a duck and quacks like a duck, I call that bird a duck*”)<sup>264</sup>.

Ora, aqui, o que parece – o que parece a um observador minimamente imparcial –, conjugando os diversos elementos indiscutivelmente estabelecidos nos autos, elementos que de seguida indicaremos, é que a venda do único bem minimamente consistente existente no património do devedor, pretendeu inquestionavelmente subtrair o imóvel dos 1os RR. ao alcance do credor na execução anteriormente instaurada por este e que previsivelmente atingiria, a muito breve trecho, a fase da penhora.»

Desse modo, foi o recurso julgado improcedente, mantendo-se assim a decisão da sentença apelada.

#### XIV.

O próximo e último acórdão constante do presente capítulo, data de

---

263 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 18 de Fevereiro de 2014, Processo n.º 693/09.3TBVNO.C1, relator Teles Pereira.

264 Optei por não realçar este provérbio por estar o mesmo explicado no próprio texto jurisprudencial, razão pela qual mantive o texto do parêntesis original.

Janeiro de 2015<sup>265</sup>.

Após ter sido reconhecido o direito de preferência de certos autores a adquirir um prédio objecto de negócio entre os réus, vieram estes interpor recurso, alegando entre outras coisas que o valor em apreço no caso e dado para exercer a preferência era inferior ao efectivamente pago. Explicava-se também que a esse valor se tinha chegado não por prova documental, mas por prova testemunhal, sendo que os depoimentos apenas tinham corroborado a opinião de que o valor do negócio constante dos documentos oficiais fora superior ao transmitido, justamente para evitar que alguém exercesse de facto o seu direito de preferência.

Assim, considerava o tribunal de primeira instância que deveria ser tido em conta o valor efectivamente pago e não o declarado. A este argumento respondeu o recorrente, no que foi seguido pelo tribunal, nos termos que a seguir se reproduzem:

«As testemunhas limitam-se a reproduzir potenciais afirmações do comprador no sentido de ter comprado por um preço e mais tarde, ao ser confrontado com a intenção de preferência, por parte de um confinante, pretender dificultar a situação deste, alterando o preço para uma quantia superior, mas sem que nenhuma delas, como aliás é natural, tenha conhecimento directo dos contornos **do negócio** de que, como diz o povo “**o segredo é a alma**”.»

Apesar de não ser importante para a análise do provérbio constante na presente decisão, diga-se que o presente acórdão acabou por dar parcialmente razão aos recorrentes, mantendo o valor oficial do negócio.

---

265 Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 20 de Janeiro de 2015, Processo n.º 360/12.0TBCNF.C1, relator Arlindo Oliveira.

### 3ª Parte –

## A Paremiologia da Jurisprudência Portuguesa

### Análise dos provérbios encontrados

#### ***Abyssus abyssum invocat*<sup>266</sup>**

No que diz respeito a este provérbio, pode ser reconduzido ao facto de uma situação que está má, tender a piorar só por si. Do mesmo modo se poderia dizer que o mal atrai o mal, ou a desgraça, a desgraça.

#### **A paixão é cega<sup>267</sup>**

Tal como o cego que não vê por onde anda, uma interpretação possível deste provérbio passa por compreender que determinada pessoa, por estar apaixonada, toma atitudes e tem comportamentos que de outro modo não teria.

#### **A vida não tem preço<sup>268</sup>**

Esta expressão mostra a suprema importância da vida humana, na medida em que sendo teoricamente possível comprar e vender tudo, só a vida é que fica fora dessa equação.

#### **As aparências iludem<sup>269</sup>**

Semelhante à expressão «nem tudo o que parece, é», explica que nem tudo o que aparenta, é de facto o que aparenta. Na verdade, ao contrário do que é aparente, só o que é evidente é aquilo que é.

#### **Cesteiro que faz um cesto, faz um cento<sup>270</sup>**

Expressão que também se encontra na jurisprudência com a forma completa, «cesteiro que faz um cesto faz um cento, se tiver vime e tempo»,

---

266 *Idem*

267 Ac. TRP 20100325, Proc. 3696/05.3TXPRT-A.P1, rel. Melo Lima - Cap. 5, nº X.

268 Ac. TRE 20040714, Proc. 870/04-3, rel. Gaito das Neves - Cap. 7, nº II.

269 *Idem*; Ac. STJ 20090618, Proc. 1120/03.5TBALQ, rel. Serra Baptista - Cap. 4, nº XIV.

270 Ac. TRP 20041111, Proc. 0435300, Fernando Baptista - Cap. 6, nº III; Ac. TRP 20041207, Proc. 0444816, rel. António Gama - Cap. 5, nº IV; Ac. STJ 20061116, Proc. 06P2546, rel. Rodrigues da Costa - Cap. 4, nº XI; Ac. TRL 20101026, Proc. 6116/08.8TBCSC.L1-7, rel. Gouveia de Barros - Cap. 6, nº XI.



significa que quem já teve um determinado comportamento no passado, pode facilmente vir a repetir esse mesmo comportamento.

### **Da discussão nasce a luz<sup>271</sup>**

Expressão que tem como objectivo promover o debate e o diálogo, na medida em que só assim se alcançam ideias e soluções para os problemas com que nos deparamos. Com um significado idêntico, existe a seguinte expressão: «a falar é que a gente se entende».

### **Dar a César o que é de César.<sup>272</sup>**

Conhecido provérbio de origem bíblica, das palavras de Jesus «Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus», utiliza-se frequentemente para defender a laicidade do Estado. Também pode ser usado noutras situações, como quando alguém quer explicar que determinada função não é da sua responsabilidade, ou que certo prémio lhe é devido.

### **Das duas, uma.<sup>273</sup>**

Expressão popular que tem como objectivo procurar que determinado ponto seja esclarecido. Também é muito utilizado quando se quer que o interlocutor com dúvidas se decida. Com este último significado, também se utiliza a expressão «ou sim, ou sopas».

### **Deixar entrar pela porta o que saiu pela janela<sup>274</sup>**

Provérbio que se utiliza de forma crítica, significa que determinada facto, que se procurou evitar, acabou por ocorrer de um modo diferente do que se previa. Da mesma forma se utiliza para criticar quem procura, de todos os modos, alcançar os seus objectivos, ainda que já anteriormente recusados.

### **Diz-me com quem andas e dir-te-ei as manhas que tens<sup>275</sup>**

---

271 Ac. TCAN 20050602, Proc. 00936/04.7BEVIS, rel. Fonseca Carvalho - [n.d.]

272 Ac. STA 20120412, Proc. 0298/12, rel. Ascensão Lopes - [n.d.]

273 Ac. STJ 20031211, Proc. 03P3399, rel. Pereira Madeira - Cap. 4, nº VII

274 Ac. TRP 20120328 Proc. 621/09.6TBPFR.P1, rel. Amaral Ferreira - Cap. 5, nº XV.

Também conhecido como «diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és», significa que se um determinado grupo de pessoas, tem um determinado comportamento, então uma pessoa que pertença a esse grupo, terá esse mesmo comportamento. Transmite a ideia de preconceito.

**Duas cabeças pensam melhor do que uma.<sup>276</sup>**

Significa que o conjunto trabalha melhor do que uma pessoa só, não só no que diz respeito a ser mais fácil repartir trabalho, como se chega um trabalho mais bem realizado.

**Em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão.<sup>277</sup>**

Geralmente numa casa onde ninguém faz nada para ganhar o pão, acabam todos a discutir justamente por ninguém fazer nada. Surge, por isso, muitas vezes como crítica à desorganização.

**Em política, o que parece é.<sup>278</sup>**

Frase atribuída a António de Oliveira Salazar, provavelmente a partir da expressão «nem tudo o que parece, é», tem idêntico significado que a expressão «a mulher de César não basta ser séria, é preciso parece-lo», no sentido em que a pública fama é a única que se tem como certa.

**Entre marido e mulher não metas a colher<sup>279</sup>**

Provérbio muitas vezes criticado, significa que uma pessoa estranha a certa relação, não se deve intrometer nos problemas que depara estarem a ocorrer, por não ter todas as variáveis que levaram a essa situação. Também se utiliza a expressão «não meter o bedelho, onde não se é chamado».

---

275 Ac. TRP 20060426 Proc. 0413675, rel. Ângelo Morais - Cap. 5, nº VI.

276 Ac. TRG 20140227, Proc. 1156/13.8TBGRG-A.G1, rel. Edgar Gouveia Valente - Cap. 8, nº VII.

277 Ac. TRE 20070215, Proc. 2813/06-2, rel. Silva Rato - Cap. 7, nº IV.

278 Ac. STJ 20030410, Proc. 03B3610, rel. Quirino Soares - Cap. 4, nº V; Ac. TCAN 20080724, Proc. 02042/07.6BEPRT, rel. José Augusto Araújo Veloso - [n.d.]; Ac. STA 20121002, Proc. 0237/02, rel. Almeida Lopes - [n.d.]

279 Ac. TRC 20100106, Proc. 583/07.4TATMR.C1, rel. Orlando Gonçalves – Cap. 9, nº X; Ac. TRG 20130711, Proc. 3621/12.5TBGMR.G1, rel. Rita Romeira – Cap. 8, nº V.

**Filho és, pai serás, conforme fizeres, assim acharás.**<sup>280</sup>

Crítica social, que explica que o comportamento humano não se altera ao longo dos tempos. No fundo, como diz outra expressão, «não há nada de novo debaixo do sol».

**Gato escaldado, de água fria tem medo**<sup>281</sup>.

Significa que certa pessoa, perante uma situação com a aparência de uma outra com que já se deparou e que lhe correu mal, terá um comportamento receoso.

**Gato escondido com o rabo de fora**<sup>282</sup>

Utiliza-se para retirar de certos factos que se vêem, outros que não se vêem mas são também existentes. Na verdade, apesar de tapado por um muro, um gato deixa ver quase sempre o rabo a esvoaçar.

**Há um tempo para tudo**<sup>283</sup>

Significa que não há pressa para fazer seja o que for, na medida em que ao longo do tempo podem-se ir cumprindo objectivos. Também pode ser utilizado para criticar determinada situação que não se fez no tempo que se devia.

**Ir à lã e sair tosquiado.**<sup>284</sup>

Com esta expressão, exemplificam-se as situações em que alguém toma determinada atitude com certo objectivo, mas obtém o resultado inverso. Com significado idêntico à expressão «saiu o tiro pela culatra».

**Justiça tardia não é Justiça**<sup>285</sup>

---

280 Ac. TRL 20091006, Proc. 627/07.0TMLS.B.L1-1, rel. João Aveiro Pereira - Cap. 6, nº VIII.

281 Ac. TRL 20050217, Proc. 414/2005-6, rel. Gil Roque - Cap. 2, nº II

282 Ac. TRP 20060918 Proc. 0624543, rel. Correia de Paiva - Cap. 5, nº VIII; Ac. TRL 20080415, Proc. 2115/2008-7, rel. Abrantes Gerales - Cap. 6, nº V; Ac. STJ 20091001, Proc. 296/05.1.TBVGS.C1.S1, rel. Álvaro Rodrigues - Cap. 4, nº XV.

283 Ac. TRL 20121030, Proc. 17544/02.2TJLS.B.L1-6, rel. Ana de Azeredo Coelho – [n.d.]

284 Ac. TRP 20051102, Proc. 0514708, rel. Correia de Paiva - Cap. 5, nº V.

Crítica à actuação demorada da justiça, significa que se uma decisão tardar a sair, quando o sair já não terá o efeito pretendido. Na verdade, quem não aquilo que é seu, pode já nem chegar a tê-lo.

**Mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo<sup>286</sup>**

Literalmente, significa que um mentiroso, que só o é, se mentir, isto é, se falar, é mais facilmente detectável do que um coxo, que padece sempre dessa condição, mas só se detecta se andar. No fundo, numa reunião em que os intervenientes estejam sentados, ninguém repara na existência de um coxo, mas um mentiroso é logo notado.

**Mais vale tarde do que nunca.<sup>287</sup>**

Significa que, apesar de se considerar que certa medida foi tomada de forma extemporânea, só se tem por não feito, o que de facto não é feito. Ainda que tarde, é sempre tempo de se fazer algo.

**Mais vale um mau acordo, do que uma boa demanda<sup>288</sup>**

Provérbio judicial, significa que ao invés de se demorar muito tempo numa solução que tarda a sair (na senda da expressão «justiça tardia, não é justiça»), deve-se pautar sempre por iniciar a resolução de problemas extrajudicialmente.

**Meter o carro à frente dos bois.<sup>289</sup>**

Utiliza-se para explicar que cada coisa tem o seu tempo. Na realidade, antes do carro terão de surgir os bois, pelo que não vale a pena meter este, à frente daqueles. Até porque, sem bois, o carro não é puxado.

**Na primeira quem quer cai, na segunda cai quem quer.<sup>290</sup>**

---

285 Ac. STJ 19961015, Proc. 087641, rel. Lopes Pinto - Cap. 4, nº III.

286 Ac. TRE 20070322, Proc. 2511/05-2, rel. Gaito das Neves - Cap. 7, nº VI.

287 Ac. STJ 20130704, Proc. 58/08.4.GBRDD-A.S1, rel. Henriques Gaspar - Cap. 4, nº XX.

288 Ac. TRP 20131127, Proc. 512/11.0GBPRG.P1, rel. Neto de Moura - Cap. 5, nº XXI.

289 Ac. TRE 20110412, Proc. 98/08.3PESTB.E1, rel. Edgar Valente - Cap. 7, nº X.

Provérbio que se utiliza para criticar o comportamento de alguém que, apesar de ter estado envolvido numa situação que lhe foi desfavorável, insistir em repetir o feito. Também se utiliza a seguinte expressão: «À primeira qualquer cai, à segunda cai quer; à terceira só os tolos».

### **Não basta ser, é preciso parecer<sup>291</sup>**

Tem o mesmo significado que a expressão «a mulher de César não basta ser séria, é preciso parece-lo». Na verdade, porque a pública fama é a única que se tem como certa, é preciso que alguém que tenha determinado comportamento, aparente de igual forma ter esse comportamento. Com um significado ligeiramente oposto à expressão «públicas virtudes, vícios privados».

### **Não existe crime, onde não existe motivo<sup>292</sup>**

Provérbio que significa que para cada efeito, há uma causa que a explica, pelo que todo o crime tem um motivo. Passível de crítica, tal como se pode ler no acórdão onde foi utilizado.

### **Não há duas sem três<sup>293</sup>**

Neste caso, tendo havido a repetição de certos factos, é razoavelmente seguro admitir que se tornem a repetir, pelo menos mais uma vez.

### **Não há fumo sem fogo<sup>294</sup>**

Expressão popular que significa que de um determinado tipo de eventos, se podem retirar com alguma segurança outros. Passível de ser criticado, pois «nem tudo o que parece é».

### **Não há regra sem excepção<sup>295</sup>**

---

290 Ac. STJ 20031023, Proc. 03P3266, rel. Pereira Madeira - Cap. 4, nº VI.

291 JP Miranda do Corvo 20060728, Proc. 21/2006-JP, Filomena Matos - [n.d.]

292 Ac. STJ 19990414, Proc. 98P1409, rel. Brito Câmara - Cap. 4, nº IV.

293 Ac. TCAS 20051214, Proc. 00094/04, rel. Cristiana dos Santos - [n.d.]; Ac. TRE 20070125, Proc. 2347/06-2, rel. Fernanda Bento - Cap. 7, nº III; Ac. TRP 20100607, Proc. 807/08.0TTVNG.P1, rel. Albertina Pereira - Cap. 5, nº XII.

294 Ac. TRL 20120712, Proc. 342/09.0TVLSB.L1.7, rel. Cristina Coelho - Cap. 6, nº XII.

Utiliza-se para explicar que, apesar de um determinado comportamento ser de tal forma generalizado, que se diz do mesmo ser a regra, poder existir desvios a esse comportamento, que demonstram o facto de ser o outro o generalizado, pelo que confirma a regra.

**Não queira o sapateiro ir para além do chinelo.<sup>296</sup>**

Provérbio utilizado para criticar quem se quer intrometer numa situação que lhe não diz respeito.

**Não ter onde cair morto<sup>297</sup>**

Como em qualquer sítio, qualquer um morre, significa não ter nada de nada. Utiliza-se para falar de quem é pobre, ainda que intelectualmente.

**Nem tudo o que parece é<sup>298</sup>**

Provérbio que tem como significado idêntico ao já analisado «as aparências iludem».

**No meio está a virtude.<sup>299</sup>**

Tem como objectivo promover a ponderação e a razoabilidade, no sentido em que os extremos tendem a inclinar-se para um lado e para o outro e só no centro se encontra o equilíbrio.

**O crime compensa<sup>300</sup>**

Provérbio que significa que, apesar de certo comportamento ser errado, conseguem-se alcançar os objectivos pretendidos. Por oposição existe a expressão «o crime não compensa».

**O dinheiro não fala<sup>301</sup>**

---

295 Ac. TRG 20121106, Proc. 614/04.0TMBRG-C.G1, rel. António Santos - Cap. 8, nº II.

296 Ac. TRP 20010509, Proc. 0041402, rel. Manso Raínho - Cap. 5, nº I.

297 Ac. STJ 20050614, Proc. 04B4470, rel. Ferreira Girão - Cap. 4, nº IX.

298 Ac. TRC 20110427, Proc.100/08.9GATBU.C1, rel. Alice Santos – [n.d.]; TRL 20131126, Proc. 600/11.3TVLSB.L1-1, rel. Eurico Reis - Cap. 6, nº XV; Ac. TRC 20140218, Proc. 693/09.3TBVNO.C1, rel. Teles Pereira - Cap. 9, nº XIII.

299 Ac. TRC 20111206, Proc. 445/09.0TBSEI.C1, rel. Judite Pires – [n.d.]

300 Ac. STJ 20041019, Proc. 03S2428, rel. Vítor Mesquita - Cap. 4, nº VIII; Ac. TRP 20060524 Proc. 0610492, rel. Joaquim Gomes - Cap. 5, nº VII; Ac. TRL 20070301, Proc. 1088/2007-9, rel. Ribeiro Cardoso - Cap. 6, nº IV.

Expressão contrária à que defende que «o dinheiro fala». Na verdade, apesar de não ser possível, só pela existência de dinheiro, averiguar a sua origem, é possível concluir que o facto de se gastar dinheiro, se tem dinheiro. Nesse sentido, apesar de se desconhecer a fonte, o certo é que há uma fonte.

### **O Direito é uma ciência de rigor<sup>302</sup>**

Esta expressão está incluída nesta lista, não só por aparecer na jurisprudência portuguesa, como por ter todas as características de um provérbio, na medida em que é uma frase curta, que obriga a pensar demoradamente.

### **O futuro a Deus pertence.<sup>303</sup>**

Tem o significado de que a ninguém é dado conhecer o que ainda não aconteceu. Nesse sentido, só se devem tomar os factos futuros, como passíveis de acontecer, não como seguros.

### **O que não tem remédio, remediado está.<sup>304</sup>**

Expressão que significa que, por vezes, a única solução é não fazer nada. Tem como objectivo descansar os agentes, sobretudo em situações que já não têm solução. Até porque, nas palavra de outro provérbio, «não vale a pena chorar sobre o leite derramado».

### **O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.<sup>305</sup>**

Significa que o que começou mal, tenderá a terminar mal. Na verdade, tudo deve começar com a forma com que se há-de concluir, tal como é «de pequenino que se torce o pepino».

### **O respeito não se ganha, conquista-se<sup>306</sup>**

---

301 Ac. TCAN 20060426, Proc. 00077/01 - BRAGA, rel. Valente Torrão - [n.d.]

302 Ac. TRG 20130423, Proc. 135/11.4TVPRT.G1, rel. António Beça Pereira - Cap. 8, nº IV; Ac. TRL 20130528, Proc 1228/10.0TBAGH.L1-7, rel. Cristina Coelho - Cap. 6, nº XIII.

303 Ac. TRL 20080630, Proc. 8412/2007-9, rel. Adelina Barradas Oliveira - Cap. 6, nº VI; Ac. TRC 201000310, Proc. 11/08.8PEFIG.C1, rel. José Eduardo Martins - Cap. 9, nº III; Ac. STJ 20121018, Proc. 140/11.64FLSB, rel. Pires da Graça - Cap. 4, nº XIX.

304 Ac. TRE 20100616, Proc. 1382/03.8TBFAR.E1, rel. Bernardo Domingos - Cap. 7, nº VIII.

305 Ac. STA 20121002, Proc. 0237/02, rel. Almeida Lopes - [n.d.]

306 Ac. TRC 20111220, Proc. 160/10.2JACBR.C1, rel. José Eduardo Martins - Cap. 9, nº VII.

Expressão que se utiliza para explicar que ninguém tem, só por si, autoridade. Na verdade, esta não se ganha em lado nenhum, vai-se obtendo conforme as oportunidades.

**O sábio aponta para a lua; o tolo olha para o dedo.**<sup>307</sup>

Significa que muitas vezes nos perdemos no que não é essencial, em pormenores que deixam de ver o quadro geral. De facto, por vezes temos situações claras, mas que não chegamos a compreender, por estar com outras ideias em mente.

**O segredo é a alma do negócio.**<sup>308</sup>

Apesar do fim do negócio tender a ser o lucro, aquilo que lhe garante sucesso não é o lucro em si, mas sim o que constitui o produto, sendo certo que muitas vezes as suas componentes são desconhecidas.

**O seu a seu dono.**<sup>309</sup>

Expressão popular claramente conforme à ideia de justiça.

**O tempo cura tudo**<sup>310</sup>

Provérbio que tem como significado explicar que até a maior dor é curada pelo tempo, melhor conselheiro e remédio.

**Os carros não foram feitos para bater.**<sup>311</sup>

Significa que cada coisa tem uma finalidade, não sendo a dos carros causar acidentes, antes servir de meio de transporte.

**Ou há moralidade, ou comem todos.**<sup>312</sup>

---

307 Ac. TRP 20110615 Proc. 101/10.7PRPRT.P1, rel. Joaquim Gomes - Cap. 5, nº XIII.

308 Ac. TRC 20150120, Proc. 360/12.0TBCNF.C1, rel. Arlindo Oliveira - Cap. 9, nº XIV.

309 JP Castro Verde 20091216, Proc. 32/2009-JP, Sandra Marques - [n.d.]

310 Ac. TCAN 20141010, Proc. 01026/12.7BEBRG-B, rel. João Beato Oliveira Sousa - [n.d.]

311 Ac. STJ 20131003, Proc. 2212/09.2TBACB.L1.S1, rel. Fernando Bento - Cap. 4, nº XXI.

312 JP Seixal 20090817, Proc. 242/2009-JP, Fernanda Carretas - [n.d.]



Expressão que promove a ideia de igualdade, pois as mesmas regras devem ser aplicadas de forma igual a toda a gente, sem haver privilégios, nem privilegiados.

**Pagar e morrer, quanto mais tarde melhor.**<sup>313</sup>

Apesar de toda a dívida dever ser paga, assim como é garantida a toda a gente a morte, quanto mais depressa demorar, melhor para os envolvidos. No fundo, significa que quanto mais tarde chegar o mal, que sempre chega, melhor.

**Pai imprudente torna o filho desobediente.**<sup>314</sup>

Expressão popular de crítica social, que significa que uma má educação conduz a maus cidadãos.

**Para inglês ver**<sup>315</sup>

Utiliza-se para criticar as situações que apenas são forjadas para enganar os outros, ou que não têm a importância que aparentam ter.

**Para tudo na vida há remédio, menos para a morte.**<sup>316</sup>

Tem o significado de ser possível encontrar solução para todos os problemas da vida, menos para a única coisa que não tem solução, isto é, a morte. Apesar de, na verdade, a morte ser só por si a solução da vida.

***Pas d'argent, pas de Suisse***<sup>317</sup>

Expressão francesa que significa que se não houver dinheiro, não há modo de alimentar os vícios, tal como diz um nosso outro provérbio.

**Perdido por cem, perdido por mil.**<sup>318</sup>

---

313 Ac. STA 20050517, Proc. 01334/04, rel. Edmundo Moscoso – [n.d.]

314 Ac. STJ 19930113, Proc. 043310, rel. Ferreira Dias - Cap. 4, nº I

315 Ac. TRE 20140925, Proc. 158/13.9TTEVR.E1, rel. Paula do Paço - Cap. 7, nº XII.

316 Ac. TRL 20091020, Proc. 3524/08-1-1, rel. Eurico Reis - Cap. 6, nº XI.

317 Ac. TRG 20130319, Proc. 363/12.5TBCMNB-B.G1, rel. António Santos – Cap. 8, nº III.

Expressão que é usado como forma de descansar consciências e justificar comportamentos, significa que quem errou numa situação, já não necessita de se emendar, pois terá a mesma consequência no caso de continuar a errar.

**Preso por ter cão e preso por não o ter.<sup>319</sup>**

Significa que as pessoas serão sempre alvo de crítica, quer tomem certo comportamento, quer tomem o comportamento oposto. Esta expressão faz lembrar a história do «Rapaz, o Velho e o Burro».

**Quando um não quer, dois não brigam<sup>320</sup>**

Significa que só há alguma discussão, se dois discutirem, no sentido em que se só um gritar, não chega a ser discussão. Também se conhece a forma «o que um não quer, dois não fazem».

**Quanto mais me bates, mais gosto de ti<sup>321</sup>**

Expressão popular de constatação social, que significa que quanto pior tratada for uma pessoa, mais tende a afeiçoar-se a quem a maltrata. Fica assim explicado um factor comportamental da inteligência emocional, que se traduz, na sua forma mais gravosa, pelo chamado «Síndrome de Estocolmo».

**Quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado lhe vem<sup>322</sup>.**

Significa que, se alguém vende cabritos, sem ter aparentemente cabras para os fornecer, então terá sempre de os ir buscar a algum lado.

**Quem cala consente<sup>323</sup>**

---

318 Ac. TRL 20101026, Proc. 89/07.1TVLSB.L1-1, rel. António Santos - Cap. 6, nº X; Ac. TRC 20120109, Proc. 2965/11.8TAVNG.C1, rel. Elisa Sales - Cap. 9, nº VIII.

319 Ac. STJ 20080402, Proc. 07P4730, rel. Raúl Borges - Cap. 4, nº XII.

320 JP Seixal 20110928, Proc. 231/2011-JP, Fernanda Carretas - [n.d.]

321 Ac. TRP 20120919, 901/11.0PAPVZ.P1, rel. Ernesto Nascimento - Cap. 5, nº XVII.

322 Ac. TRE 20110217, Proc. 576/06.9TBABT-B.E1 rel. Bernardo Domingos - Cap. 7, nº IX; Ac. TRL, 20131126, Proc. 600/11.3TVLSB.L1-1, rel. Eurico Reis - Cap. 6, nº XV.

Expressão popular que procura dar um significado ao silêncio. Este pode servir para transmitir não só aceitação a uma proposta, como para compactuar numa situação errada da qual se tem conhecimento.

**Quem compra a carne, também tem que levar o osso<sup>324</sup>**

Significa que não é possível ficar só com o lado bom das nossas opções, pois tudo pode ter o seu lado positivo e negativo.

**Quem diz o que quer, ouve o que não quer<sup>325</sup>**

Expressão que critica quem costuma ofender os outros, sem esperar levar resposta, que sempre acaba por chegar.

**Quem é vivo sempre aparece<sup>326</sup>.**

Expressão que pode significa que, apesar de chegar tarde, quem deve estar nalgum lado, sempre acabará por estar. Da mesma forma, tudo o que existe poderá vir a ser utilizado, mais tarde ou mais cedo,

**Quem espera desespera<sup>327</sup>**

Provérbio que tem como significado justificar o comportamento humano, que tende a ficar sem paciência conforme o tempo vai passando. Certo, também, é que apesar de tudo «quem espera sempre alcança».

**Quem estraga velho, paga novo<sup>328</sup>**

Utiliza-se para explicar que, no caso de se causar dano em determinada coisa, terá de se ressarcir o proprietário com o valor não da coisa, mas de coisa idêntica em bom estado.

**Quem exige respeito tem que se dar ao respeito<sup>329</sup>**

---

323 Ac. TRP 20100519, Proc. 2570/08.6TJVNf-A.P1, rel. M. Pinto dos Santos - Cap. 5, nº XI.

324 Ac. TRL 20040602, Proc. 1435/2004-4, rel. Ramalho Pinto - Cap. 6, nº I.

325 Ac. STJ 20080417, Proc. 07P1521, rel. Santos Carvalho - Cap. 4, nº XIII.

326 Ac. STJ 20130704, Proc. 58/08.4.GBRDD-A.S1, rel. Henriques Gaspar - Cap. 4, nº XX.

327 Ac. STJ 20111110, Proc. 115/2000.C2.S1, rel. Fernandes do Vale - Cap. 4, nº XVII

328 Ac. STJ 19960509, Proc. 087882, rel. Miranda Gusmão - Cap. 4, nº II.

329 Ac. TRP 20121121 Proc. 256/10.0GCVRL.P1, rel. Pedro Vaz Pato - Cap. 5, nº XVIII.

Crítica comportamental, é utilizado em semelhante sentido aos já citados «quem diz o que quer, ouve o que não quer» e «o respeito não se ganha, conquista-se».

**Quem não deve, não teme.<sup>330</sup>**

Expressão popular que explica que quem não tem comportamentos passíveis de crítica, não tem que recear ser investigado.

**Quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele<sup>331</sup>**

Provérbio que vem aconselhar a quem não quer ser tomado por determinado tipo de pessoa, a não se comportar do mesmo modo, ou de modo semelhante, a esse tipo de pessoa, para não ser confundido e tomado como aquilo que não é

**Quem não se sente, não é filho de boa gente.<sup>332</sup>**

Se o filho tiver respeito pelos pais, caso os veja a ser atacados, irá obrigatoriamente em seu auxílio. Do mesmo modo, se alguém se vê ofendido na honra, se nada fizer, é porque aceita como verdadeira a crítica. Assim se justifica a mensagem deste provérbio.

**Quem pisa em cima de ovos, não pode calçar tamancos.<sup>333</sup>**

A crítica presente neste provérbio, tem como objectivo alertar para a necessidade de se utilizar os meios adequados, para a prossecução de determinado fim. Assim, se alguém pretende caminhar sobre ovos, não pode usar calçado pesado, correndo o risco de os quebrar.

---

330 Ac. TRE 20040622, Proc. 934/04-3, rel. Bernardo Domingos - Cap. 7, nº I; Ac. TRP 20091216, Proc. 560/09.0TBVFR-E.P1, rel. Ana Lucinda Cabral - Cap. 5, nº IX; Ac. TRC, 20100428, Proc. 26/08.6EACTB.C1, rel. Pilar de Oliveira - Cap. 9, nº IV; Ac. TRC 20110928, Proc. 2489/09.3PCCBR.C1, rel. Olga Maurício - Cap.9, nº VI; Ac. STJ 20120411, Proc. 1042/07.0PAVNG.P1.S1, Raul Borges - Cap. 4, nº XIX.

331 Ac. TRP 20010509, Proc. 0041402, rel. Manso Raínho - Cap. 5, nº I; Ac. TRC 20100428, Proc. 26/08.6EACTB.C1, rel. Pilar de Oliveira - Cap. 9, nº IV; Ac. STJ 20120411, Proc. 1042/07.0PAVNG.P1.S1, rel. Raul Borges - Cap. 4, nº XIX; Ac. TRP 20131031 Proc. 220/06.4TBCPV.P1, rel. José Amaral - Cap. 5, nº XX.

332 Ac. TRL 20060523, Proc. 11602/2006-5, rel. José Adriano - Cap. 6, nº; Ac. STJ 20071219, Proc. 07P4273, rel. Maia Costa - Cap. 4, nº; Ac. TRP 20130625 Proc. 57/11.9GAAFE.P1, rel. Pedro Vaz Pato - Cap. 5, nº XIX.

333 Ac. TRP 20010509, Proc. 0041402, rel. Manso Raínho - Cap. 5, nº I.

**Quem vê caras, não vê corações.**<sup>334</sup>

De idêntico significado que o já analisado provérbio «as aparências iludem», critica o preconceito negativo e os julgamentos de carácter que muitas vezes fazemos em relação aos outros.

**Ser mais papista que o Papa.**<sup>335</sup>

Utiliza-se geralmente para criticar quem pretende cumprir mais formalidades do que as que são exigidas. Se o Papa, que é o líder da Igreja Católica e quem manda, não exige que seja cumprida determinada regra religiosa, nenhum seu inferior hierarquicamente tem a capacidade de o exigir.

**Sol na eira e chuva no nabal.**<sup>336</sup>

Este provérbio é utilizado para se criticar quem pretende, ao mesmo tempo e no mesmo acto, obter as vantagens opostas. Na verdade, se cai chuva no nabal, não pode simultaneamente fazer sol na eira.

**Tanto é ladrão o que vai à vinha como o que fica ao portal**<sup>337</sup>

Um dos mais reconhecidos provérbios, no que diz respeito a ter um ensinamento jurídico, significa que para se concretizar um crime, tanto contribuiu o agente que ficou a vigiar se vinha alguém, como o que subtraiu os bens. Apesar de na jurisprudência não se encontrar, este provérbio é mais conhecido com a seguinte formulação: «tão ladrão é o que vai à horta, como o que fica à porta».

---

334 Ac. TRP 20011010, Proc. 0140385, rel. Manso Raínho - Cap. 5, nº II; Ac. TRE 20091001, Proc. 487/07.0TAETZ.E1, rel. Ribeiro Cardoso - Cap. 7, nº VII

335 Ac. STJ 20060112, Proc. nº 05B3427, rel. Oliveira Barros - Cap. 6, nº XIII; Ac. TRP 20120523 Proc. 414/11.0TAPNF.P1, relator Melo Lima - Cap. 5, nº XVI; Ac. TRG 20130423, Proc. 135/11.4TVPRT.G1, rel. António Beça Pereira - Cap. 8, nº IV

336 Ac. TRL 20090908, Proc. 886/2001.L1-7, rel. Abrantes Geraldês - Cap. 6, nº VII; Ac. TRC 20091117, Proc. 34/08.7TBFCR-L.C1, rel. Carlos Moreira - Cap. 9, nº I; Ac. TRL 20130619, Proc. 3530/12.8TTLSB.L1-4, rel. José Eduardo Sapateiro - Cap. 6, nº XIV

337 Ac. STJ 20031211, Proc. 03P3399, rel. Pereira Madeira - Cap. 4, nº VII; Ac. STJ 20110427, Proc. 210/08.2JBLSB.L1.S1, rel. Santos Cabral - Cap. 4, nº XVII; Ac. TRC 20130508, Proc. 150/11.8GAPCV.C1, rel. Luís Coimbra - Cap. 6, nº XII

**Ter um peso na consciência<sup>338</sup>.**

Usa-se esta expressão de modo a explicar aquilo que quem fez algo que não devia sente, por se arrepender do que fez.

**Tim tim por tim tim<sup>339</sup>**

Expressão popular que significa pode significar não só que tudo deve ser esclarecido, até ao mais ínfimo pormenor, mas também que todo o acordo deve ser cumprido integral e pontualmente.

**Vender gato por lebre<sup>340</sup>.**

Utilizada quase sempre como crítica, nas situações em que alguém tenta enganar alguém, fazendo passar por uma coisa, aquilo que essa coisa não é.

**Vira o disco e toca a mesma.<sup>341</sup>**

Exemplo de uma expressão popular bastante recente, surgida provavelmente já no século passado. Como geralmente os discos de música tinham dois lados, A e B, em que um tocava uma melodia, e outro tocava outra, esta expressão significava que, em ambos os lados, a melodia que soava seria a mesma.

Assim se utiliza esta expressão, para as situações em que certa pessoa teima em cair nos mesmos erros, ou que, apesar de ser solicitada uma nova resposta para um determinado problema, tende a responder da mesma maneira.

**Zangam-se as comadres, descobrem-se as verdades<sup>342</sup>**

Provérbio muito utilizado para explicar que basta haver um problema entre duas pessoas que se dão muito bem, para que todos os segredos pessoais venham a público. É simultaneamente um conselho para que não se

---

338 Ac. TRC 20110928, Proc. 2489/09.3PCCBR.C1, rel. Olga Maurício - Cap. 9, nº VI

339 Ac. TRC 20130508, Proc. 2/11.1TAACB.C1, rel. Maria José Nogueira - Cap. 9, nº XI

340 Ac. TRE 20070315, Proc. 2805/06-2, rel. Gaito das Neves - Cap. 7, nº V

341 Ac. TRC 20120329, Proc. 1149/11.0TTCBR.C1, rel. Felizardo Paiva - Cap. 9, nº IX.

342 Ac. TRL 20050217, Proc. 414/2005-6, Gil Roque - Cap. 6, nº II

conte tudo a outros e uma irónica consideração a quem o fez e viu os segredos revelados.

### **Lista de outras expressões e provérbios Latinos**

- *Honeste procedere, neminem laedere*
- *In dubio pro reu*
- *Ipsis verbis*
- *Melior est conditio possidentis*
- *O tempora! O mores!*
- *Persona non grata*
- *Solve et repete*
- *Summum jus, summa injuria*
- *Verba volant, scripta manent*
- *Vox populi*

## **Considerações finais**

Que não há nada de novo debaixo do sol, foi uma ideia trazida no início deste trabalho e repetida agora no fim. Na verdade, tudo isto começou com a ideia de que os adágios e provérbios populares são filhos da tradição e daquele conhecimento acumulado por séculos, que nos transmite sabedoria.

De facto, começámos por ver que, ao analisar e estudar os provérbios, o Homem, que se julga novo na terra, que pensa que sabe tudo, no fundo não conhece nada, não descobre nada, não inventa nada.

Assim também esta conclusão, que não traz nenhuma novidade, nenhuma nova ideia, nenhum novo argumento que não tenha sido já escrito anteriormente. Tudo o que aqui se escrever se baseará no que já se escreveu.

Esse é, aliás, o propósito de todas as conclusões, fazer uma súmula do apresentado, mostrar os pontos fortes e mais importantes, para que sejam valorizados. Assim, devem nesta fase as conclusões ser repetidas, pois só as ideias especiais e de especial valor aqui têm lugar, não outros assuntos que não se conseguiram provar.

O objectivo desta tese, aliás, ao mesmo tempo que ambicioso, não deixava de ser claro: compreender se estão e como estão a ser utilizados provérbios nas decisões dos tribunais portugueses.

Como e quem, aliás, pois só faz sentido compreender o uso que se têm dado aos provérbios, se não se ignorar que os mesmos partem de quem tem a capacidade de decidir.

Só que nenhum trabalho começa pelo fim, embora no fim tenha estado outra parte, onde simplesmente se procedeu a uma análise pontual do conjunto paremiológico retirado da jurisprudência portuguesa.

Assim, primeiramente foi necessário fazer uma parte introdutória, para se explicar tudo aquilo que se achou por bem explicar. De facto, foi nessa primeira parte que se percebeu desde logo que a arte é a imagem de marca do homem e que é com essa *Ars* que o homem se tem reinventado, que tem sabido aprender, que tem sabido ser aquilo que é.



Na verdade, isso é de tal modo importante na história da humanidade, que tudo o que ao homem diz respeito está impregnado dessa característica única que é o pensamento artístico, que é a criação cultural.

Sucede que entre as várias formas de arte, há uma que se destaca e que foi destacada em momento oportuno. Essa forma de arte, responde pelo nome de provérbios.

De facto, não é possível ignorar que as expressões populares, tomem elas os nomes que tomarem, são autênticas escolas de sabedoria, verdadeiros agentes formadores da humanidade. Sucede que importância das expressões paremiológicas reside no facto de serem geneticamente populares.

De facto, vimos que não é pelo facto de ser conhecido o autor de determinada frase que temos hoje como proverbial, que ela deixa de perder essa condição, pois a autoridade não lhe reside no autor, reside na ideia por detrás da construção.

Assim, um provérbio é aquilo que é, aquela expressão que todos conhecemos, aquele «dito alegórico e curto, de composição culta, que obriga a pensar demoradamente».

Explicado, pois, o que era um provérbio, vimos como os mesmos têm vindo a ser estudados por diversos ângulos, numa multidisciplinidade inegável, tão rica quanto diferente são as áreas que a compõem.

Só que um provérbio, forma nobre de expressão popular, está longe de ser apenas isso, porque é tudo e muito mais. Na realidade, importa frisar como estes são importantes para toda a vida social, como educam, como ensinam, como estão enraizados em todas as áreas da vida social e em todas as culturas humanas, tal como o Direito.

Vimos, também, como têm diversas funções, sendo usados para criticar, para elogiar, para aconselhar, para tudo o que se queira e para querer em tudo se usar. Assim, as expressões populares surgem muitas vezes como remate, para sublinhar e realçar uma ideia, para dar uma conclusão ao exposto e fundamentar o antes dito.

São irónicos, sábios, por vezes cínicos, importantes para a educação, para a formação, para a capacidade de escutar e ouvir o outro, para

demonstrar sentimentos e afectos, para explicar modos de vida e comportamentos sociais.

Sucedem que são cada vez mais importantes para as áreas jurídicas, para o seu estudo, para a sua aplicação, para a sua promoção, partilhando características próprias que importa sublinhar.

Na verdade, os provérbios são fontes que nenhum historiador das áreas jurídicas pode ignorar, tal como fontes são os contos populares, comuns à própria paremiologia, pois destes se retiram também expressões populares.

Por outro lado, tal como no Direito há exercícios de Paremiologia Comparada que são necessários fazer, para compreender a cultura de outros povos, seja jurídica ou social.

Têm, Direito e provérbios, legisperito e paremiólogo, muito mais em comum, do que o que à primeira vista se detecta. Na realidade, mais importante do que partilharem fontes ou exercícios académicos, os provérbios compartilham com o Direito a sua própria estrutura.

De facto, convém repetir a ideia de que as normas jurídicas são provérbios eruditos, pois todo o provérbio é composto por previsão e estatuição, todo ele é também dotado de generalidade e abstracção.

Vistas essas características comuns às duas áreas, passámos ao cerne da questão, o centro da tese que se procura defender. Partindo sempre de decisões judiciais dos tribunais superiores portugueses, vimos como estes têm usado provérbios com os mais diferentes objectivos e nas mais diversas áreas jurídicas.

Por vezes são trazidos pelas partes, outras pelas testemunhas, muitas vezes pelos juízes, para fundamentar a opinião que se forma ou como comentário glosado em notas de rodapé. A sua utilização tem sido pois diversa, sendo usados para criticar, para desabafar, para elogiar, para tudo aquilo que servem, que é ajudarem a formar o pensamento, a meditar no que foi dito, a concluir o que se quer.

Assim, vimos como os provérbios, quando utilizados pelos nossos magistrados, são-no de muitos e diferentes modos. Por vezes, o que motiva certas respostas é a utilização de uma expressão popular por parte da parte, sendo que o julgador não só não a ignora, como a procura rebater. Nessas

ocasiões, torna-se fácil antecipar a decisão do colectivo, que acaba sempre por tomar aquilo que o provérbio pré-anuncia.

Isto é, não só os provérbios têm aparecido como conclusão do pensamento jurídico do julgador, como aparecem as conclusões deste, a partir de provérbios que no princípio se enunciam.

De facto, muitas vezes nos deparámos com texto paremiológico surgido em jeito de remate das ideias atrás expostas, como conclusão e óbvia fatalidade. Tal acontece porque estas frases, em geral conhecidas de quem é alheio à linguagem jurídica, são colocadas para apoiar e defender certos aspectos, que de alguma forma se acham importantes sublinhar.

Assim, se por vezes a expressão surge como mero recurso estilístico, noutras é utilizada na própria decisão que se toma. Efectivamente, os provérbios podem aparecer nas decisões judiciais com diferentes funções e dos mais diversos modos, consoante a necessidade que o julgador tem de os utilizar

Porque, mais do que testemunhos ou argumentos das partes, resulta dos próprios magistrados a utilização de adágios e ditos populares. De facto, os juízes dos tribunais, sobretudo superiores, ao utilizar os provérbios chegam a trabalhá-los, a construir novas expressões, a moldar o que já se conhece para além das frases sabidas.

Para além disso, os juízes utilizam expressões populares retiradas de outras decisões judiciais, não se limitam a utilizar os argumentos jurídicos presentes nos excertos. De facto, os magistrados procuram manter o próprio provérbio, que passa assim a fazer parte integrante do raciocínio jurídico português.

Só que o fenómeno ultrapassa o atrás dito, uma vez que os julgadores chegam a acrescentar provérbios aos textos jurisdicionais e doutrinários que citam, fazendo aumentar assim a importância da temática paremiológica.

Na verdade, as expressões populares não se limitam a ser trazidas pelos juízes, antes são trabalhadas nos próprios acórdãos. Assim, a abundante utilização de provérbios em decisões jurisdicionais, é indicador de uma realidade que contagiou já os corredores e barras dos tribunais, não se limitando a ser caso isolado e irrepetível.

Por outro lado, vimos também como os provérbios, que têm só por si um significado próprio, têm vindo a ser utilizados nos mais diversos contextos, de tal forma que implica muitas vezes uma interpretação diferente da original.

Comum a muitos deles, está uma ideia de justiça, que até os mais polémicos não deixam de ter. Na realidade, sempre que a utilização de um provérbio procura justificar actuações e comportamentos passíveis de censura, perde o seu verdadeiro significado, pois se resulta da vontade popular certa expressão, esta nunca poderá ir contra o que à regulação da vida social diz respeito.

Em simultâneo com esta ideia de justiça, não deixa de ser importante verificar que muitos provérbios coincidem com princípios jurídicos. Isso mesmo é entendido pela nossa própria jurisprudência, na medida em que, desde as Relações, até ao Supremo, há princípios jurídicos que são explicados, analisados e trabalhados através de provérbios.

Efectivamente, os provérbios constituem ainda e sempre uma forma de entender os preceitos que ao Direito são mais caros, que lhe mais importam, aos quais mais respeitam.

Daqui se chega a um dos mais importantes pontos deste trabalho, que é o de defender o uso de provérbios e expressões populares para o ensino do próprio Direito.

Efectivamente, a utilização de adágios e aforismos no ensino constitui uma mais-valia que deve ser incentivada, pois é possível, sem ceder nunca no seu conteúdo, formar os formandos nas artes jurídicas, ao invés de os formatar em ciências legais.

Com a utilização dos provérbios e com a sua sabedoria multidisciplinar, é possível formar o próprio Homem; e sendo certo que *ubi homo, ibi societas*, então formando o homem, se forma a sociedade, se forma o Direito de hoje e os juristas de amanhã.

A paremiologia é, assim, uma ferramenta importantíssima no que à compreensão dos princípios jurídicos diz respeito e até à interpretação, pois não nos esqueçamos que interpretar continua a ser trabalho do jurista, tal como o é do paremiólogo.

Na verdade, podemos ver como o estudo dos provérbios, com base em

princípios jurídicos, constitui uma realidade inegável, estando em causa nessas ocasiões aquilo que intitula esta tese, aquilo que é verdadeiramente a legisperitagem da paremiologia.

É pois um caminho de riqueza mútua que une provérbios e Direito e só através da utilização frequente daqueles, é possível chegar verdadeiramente cidadão comum, alvo e beneficiário da Justiça.

Possa, pois, este trabalho servir para aquilo que se propôs e ter dado a conhecer realidades que se operam hoje nos nossos tribunais. Ao mesmo tempo, espero que tenha servido para agitar consciências, para valorizar o valorizável e promover o estudo, o trabalho, o pensamento, a reflexão.

Para isso nos ajudem os provérbios, as expressões populares, a sabedoria antiga que só a chave da tradição nos permite alcançar, certos que temos um longo caminho pela frente, que outros já tomaram e que iremos concluir.

## BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Alípio M.

- *Folclore do Alto Tâmega* in *Aqua Flavie*, 1, pp. 123-185. Portugal, Chaves: Grupo Cultural Aqua Flavie, 1989

ALBUQUERQUE, Martim de

- *Razão de Estado e Iconologia*, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta Cunha*. Portugal, Coimbra, 2010 - vol. 3

ALBUQUERQUE, Ruy de

- *Para uma revisão da ciência jurídica medieval: a integração da auctoritas poética no discurso dos juristas (ars inveniendi)* in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* - vol. 43, nº 2 (2002), p. 935-962

ALBUQUERQUE, Ruy; ALBUQUERQUE, Martim

- *História do direito português*, 10ª ed. Portugal, Lisboa: Pedro Ferreira, 1999

ASCENÇÃO, José de Oliveira

- *O Direito, Introdução e Teoria Geral*, 4ª ed. Portugal, Lisboa: Editorial Verbo, 1987

AZEVEDO, Pedro A. de

- *Auto d'uma posse do Castello de Noudar e inventario do que lá existia no século XVI* in *O arqueólogo português*, vol. V, pp. 146-151, 1899/1900

BATALHA, Ladislau

- *História Geral dos Adágios Portugueses*, Paris. Lisboa: Aillaud: Bertrand, 1924

BAUER, W.

- *Introducción al estudio de la historia* (tradução de Luis G. de Valdeavellano). Espanha, Barcelona: BOSCH, 1944

BETTENCOURT, Gastão

- *Temas de Folclore*. Brasil, Recife: [s.n.] 1962

BOHN, H.G.

- *A Handbook of Proverbs, comprising Ray' collection of English proverbs*. Reino Unido, Londres: Bell & Sons, 1888

BRAGA, Theophilo.

- *Adagiário Português in Lusitana*, XVIII, 3-4, pp. 225-274. Portugal, Lisboa: Revista Lusitana, 1914
- *História do Direito Português - Os Foraes*. Portugal, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868
- *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*. Portugal, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1985
- *Adagiário Português (coligido das fontes escritas) in Revista Lusitana*, vol. XVII, pp. 225-274.

CABRAL, Clara B.,

- *Património Cultural Imaterial: Convenção da Unesco e seus Contextos*. Portugal, Lisboa: Edições 70, 2011

CAETANO, Marcello

- *História do direito português – vol. 1*. Portugal, Lisboa: Verbo, 1981

CHESTERTON, G.K.

- *O homem eterno*; trad. Maria José Figueiredo. Portugal, Lisboa: Aletheia, 2009

- *Ortodoxia*; trad. Maria José Figueiredo. Portugal, Lisboa: Aletheia, 2009

CINTRA, Luís F. Lindley

- *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre: contribuição para o estudo do leonês e do galego - português do séc. XIII*. Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

COSTA, José R.M.

- *O livro dos provérbios portugueses*. Portugal, Lisboa: Editorial Presença, 1999

CRUZ, Guilherme Braga da

- *A posse de ano e dia no direito hispânico medieval*, in separata do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. XXV. Portugal, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949

CRUZ, Sebastião

- *Direito romano : Ius Romanum*, 4ª ed. Portugal, Lisboa: DisLivro, 1984

CUNHA, Alfredo da

- *Lisboa na paremiologia peninsular*. Portugal, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939

CUNHA, Paulo Ferreira da

- *Anagnose jurídica : releitura de três brocardos de Ulpianus e de outros textos clássicos*, in separata de *O Direito*, ano 126º, nºs 1-2 p. 167-184. Portugal, Lisboa : [s.n.], 1994

DELICADO, A.

- *Adágios portugueses*. Portugal, Lisboa: Editorial Universal, 1923

DESALMAND, Paul; STALLONI, Yves,



- *Proverbs expliqués: Les couleurs du français*. França, Paris: Editions du Chêne, 2014

DOURNON, Jean-Y.

- *Le dictionnaire des proverbes et dictons de France*. França, Paris: Hachette, 1986

ESCUADERO, José António,

- *Curso de Historia del Derecho (Fontes Y Instituciones político-administrativas)*. Espanha, Madrid: [s.n], 1985;

ESTANQUEIRO, António.

- *A sabedoria dos provérbios: as pessoas e as instituições nos provérbios portugueses*. Portugal, Lisboa: Editorial Presença, 1998

FELDER, Elsa.

- *Refranes de nuestra tierra*. Argentina, Buenos Aires: Imaginador, 2001

FRANCO, Fernanda C.

- *Sabedoria popular: provérbios e alguns ditos*. Portugal, Tavira: Edição da autora, 1995

FUNK, Gabriela; FUNK, Matthias.

- *Pérolas da sabedoria portuguesa: provérbios de S.Miguel*. Portugal, Lisboa: Edições Salamandra, 2001

GARCÍA-GALLO, Alfonso

- *Manual de História del Derecho Español – Vol.1, 3ª ed.* Espanha, Madrid: [s.n.], [s.d.]

GILISSEN, John

- *Introduction Historique au Droit (Esquisse d'une Histoire Universelle du Droit. Les Sources du Droit Depuis le XIII Siècle. Éléments d'histoire du*

*droit privé*), tradução de A.M. Hespanha. Bélgica, Bruxelas: Établissement Emille Bruyant, S.A., 1979

GLEASON, Norma.

- *Proverbs from around the world*. Reino Unido, Londres: MacMillan, 1995

GOTTSCHALK, W.

- *Die bildhaften sprichwörter der Romanen 1935-38* Heidelberg: Carl Winters Universitätsbuchhandlung.

HESPANHA, Jayme R.

- *Dicionário de máximas, adágios e provérbios*. Portugal, Lisboa: Livraria Moraes, 1936

LACERDA, Roberto C.; LACERDA, Helena. R. C.; ABREU, Estela S.

- *Dicionário de provérbios*. Portugal, Lisboa: Contexto Editora, 2000

LIMA, Augusto César Pires de

- *Simbolismo Jurídico*, in *BFDC*, VII, pp.327-361. Portugal, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1922-23

LOPES, Ana C.M.

- *Texto proverbial português: elementos para uma análise semântica e pragmática*. Portugal, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000

LUNDE, Paul; WINTLE, Justine

- *A dictionary of arabic and islamic proverbs*. Reino Unido, Londres: Routledge & Kegan Paul, 1984

MAGALHÃES Júnior

- *Dicionário de Provérbios, locuções e ditos curiosos*. Brasil, São Paulo, Cultrix: 1974

MALHEIROS, L.M. Macaísta,

- *Introdução Histórica ao Direito* – 2ª edição. Portugal, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995

MARTINS, J.P. Oliveira.

- *Quadro das instituições primitivas* - 3ª edição emendada. Portugal, Lisboa: Parceria A.M.Pereira, 1909.

MARTINS, Pedro Silva Correia.

- “Dura lex, sed lex”: *reminiscências proverbiais Latinas no direito Português contemporâneo*, pp.330-338, in Soares, Rui & Lauhakangas, Outi (eds) *2nd Interdisciplinary Colloquium on Proverbs, ACTAS ICP08 Proceedings*. Portugal, Tavira: AIP-IAP, 2009

MATTOSO, J.

- *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987

MELLO, Fernando R.

- *Nova recolha de provérbios portugueses e outros lugares comuns*. Portugal, Lisboa: Edições Afrodite, 1974

MELO, Leonor J. M. de.

- *Os textos tradicionais na Aula de Português: os Provérbios*. Portugal, Coimbra: Livraria Almedina, 2002

MERÊA, M. Paulo

- “Sobre a posse de ano e dia no direito dos foros”, in *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, 163 e segs., Tomo II
- *Considerações sobre a necessidade de estudo do direito português*, - BFDC, VII, 1922-23, pp 146-159.

MIEDER, Wolfgang,

- *Proverbs. A handbook*. EUA, Connecticut: Greenwood, 2004
- *"I'm absolutely sure – the Golden Rule" – Barack Obama's proverbial audacity of hope*, pp.52-71, in Soares, Rui & Lauhakangas, Outi (eds) *2nd Interdisciplinary Colloquium on Proverbs, ACTAS ICP08 Proceedings*. Portugal, Tavira: AIP-IAP, 2009

MONCADA, Cabral de.

- *Posse de ano e dia e prescrição aquisitiva nos costumes municipais portugueses*, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Ano X, pp. 121-149. Portugal, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1926-28

MONTREYNAUD, Florence; PIERRON, Agnès; SUZZONI, François.

- *Dictionnaire de proverbes et dictons*. França, Paris: [s.n.], 1993

MOREIRA, António.

- *Provérbios portugueses*. Portugal, Lisboa: Editorial Notícias, 1996

MOTA, António.

- *O livro dos provérbios*. Portugal, Gaia: Edições Gailivro, 2000

OCAMPO, Luis Moutón y

- *Derecho Consuetudinario Español y Europeo, Colección de Costumbres Jurídicas, Nacionales y Extranjeras*, Espanha, Madrid: [s.n.], 1911

OLIVEIRA, José H.B.

- *Rir(-se) e instruí(-se)*. Portugal, Gaia: Seminário do Coração de Maria, 1994

PEDROSO, Consiglieri

- *A constituição da família primitiva*. Portugal, Lisboa: Lalléman Frères, 1878

PEIXOTO, A. A. da Rocha

- *Survivances du regime communaire en Portugal* in *Annaes Scientificos Da Academia Polytechnica Do Porto*. Vol. 3, pp. 205-221. Portugal, Porto: [s.n.], 1908

PEIXOTO, A. A. da Rocha

- *Formas da vida comunalista em Portugal* in *Notas sobre Portugal*, Vol.I, pp.73-84. Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional, 1908

PÉREZ, José

- *Provérbios brasileiros*. Brasil, Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.]

PINTO, Eduardo Vera-Cruz

- *As origens do Direito Português - a Tese Germanista de Teófilo Braga*. Portugal, Lisboa: AAFDL, 1996

REIS, José A.

- *Provérbios e ditos populares*. Portugal, Lisboa: Litexa Editora, 1996

RODRIGUES, Armando C.

- *Adagiário popular açoriano*. Portugal, Angra do Heroísmo: S.R.E.C., 1982

SANTORO, Caterina

- *Proverbi milanesi*. Itália, Firenze: Giunti, 1998

SANTOS JÚNIOR, J.R.,

- *Paremiologia jurídica galaico-portuguesa*, in *Trabalhos de antropologia e etnologia*, vol. XII, fasc. 3-4. Portugal, Porto : [s.n.], 1949

OSÓRIO, Luís.

- *Uma Santa Aliança*, in *Semanário "SOL"*, Ed. 466, de 31 de Julho de 2015

SILVA, Helena M.Q.D.; QUINTÃO, José L.

- *Dicionário de provérbios*. Portugal, Lisboa: Escher, 1990

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da

- *História do direito português: fontes de direito* – 5ª ed. Portugal, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011

SIMÕES, Guilherme A.

- *Dicionário de expressões populares portuguesas*. Portugal, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000

SOARES, Rui J.B.

- *Do Ano ao Santo tudo é encanto: ditos populares ao longo do ano*. Portugal, Torres Novas: Ed. do autor : Gráfica Almondina, 2002.

SOARES, Rui; SOARES, Marinela,

- *1º Curso Livre de Introdução ao Estudo dos Provérbios*. Portugal, Tavira: AIP-IAP, 2015

VALENTE, Pe. José Francisco.

- *Seleção de provérbios e adivinhas em Umbundu*. Portugal, Lisboa (Luanda): Junta de Investigação do Ultramar, 1964

ZÚÑIGA CASTILLO, M.

- *Educación Intercultural para todos los peruanos*, in *Revista Tarea*. Peru, Lima: [s.n], 1995

## **JURISPRUDÊNCIA**

Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça:

- Processo n.º 2212/09.2TBACB.L1.S1, de 3 de Outubro de 2013, relator Fernando Bento
- Processo n.º 58/08.4.GBRDD-A.S1, de 4 de Julho de 2013, relator Henriques Gaspar
- Processo n.º 140/11.64FLSB, de 18 de Outubro de 2012, relator Pires da Graça
- Processo n.º 1042/07.0PAVNG.P1.S1, de 11 de Abril de 2012, relator Raul Borges
- Processo n.º 1674/07.7TVLSB.P1.S1, de 23 de Fevereiro de 2012, relator Távora Victor
- Processo n.º 115/2000.C2.S1, de 10 de Outubro de 2011, relator Fernandes do Vale
- Processo n.º 210/08.2JBLSB.L1.S1, de 27 de Abril de 2011, relator Santos Cabral
- Processo n.º 296/05.1.TBVGS.C1.S1, de 1 de Outubro de 2009, relator Álvaro Rodrigues
- Processo n.º 1120/03.5TBALQ, de 18 de Junho de 2009, relator Serra Baptista
- Processo n.º 07P1521, de 17 de Abril de 2008, relator Santos Carvalho
- Processo n.º 07P4730, de 2 de Abril de 2008, relator Raúl Borges
- Processo n.º 07P4273, de 19 de Dezembro de 2007, relator Maia Costa
- Processo n.º 06P2546, de 16 de Novembro de 2006, relator Rodrigues da Costa
- Processo n.º 04B4470, de 14 de Junho de 2005, relator Ferreira Girão
- Processo n.º 03S2428, de 19 de Outubro de 2004, relator Vítor Mesquita
- Processo n.º 03P3399, de 11 de Dezembro de 2003, relator Pereira Madeira
- Processo n.º 03P3266, de 23 de Outubro de 2003, relator Pereira Madeira

- Processo n.º 03B3610, de 10 de Abril de 2003, relator Quirino Soares
- Processo n.º 98P1409, de 14 de Abril de 1999, relator Brito Câmara
- Processo n.º 087641, de 15 de Outubro de 1996, relator Lopes Pinto (fixação de jurisprudência)
- Processo n.º 087882, de 9 de Maio de 1996, relator Miranda Gusmão
- Processo n.º 043310, de 13 de Janeiro de 1993, relator Ferreira Dias

Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo:

- Processo n.º 0237/02, de 02 de Outubro de 2012, relator Almeida Lopes
- Processo n.º 0298/12, de 12 de Abril de 2012, relator Ascensão Lopes
- Processo n.º 01334/04, de 17 de Maio de 2005, relator Edmundo Moscoso
- Processo n.º 026829, de 16 de Outubro de 2002, relator Almeida Lopes

Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto:

- Processo n.º 10799/12.6TBVNG.P1, de 23 de Fevereiro de 2015, relator Correia Pinto
- Processo n.º 512/11.0GBPRG.P1, de 27 de Novembro de 2013, relator Neto de Moura
- Processo n.º 220/06.4TBCPV.P1, de 31 de Outubro de 2013, relator José Amaral
- Processo n.º 57/11.9GAAFE.P1, de 25 de Junho de 2013, relator Pedro Vaz Pato
- Processo n.º 256/10.0GCVRL.P1, de 21 de Novembro de 2012, relator Pedro Vaz Pato
- Processo n.º 901/11.0PAPVZ.P1, de 19 de Setembro de 2012, relator Ernesto Nascimento
- Processo n.º 414/11.0TAPNF.P1, de 23 de Maio de 2012, relator Melo Lima
- Processo n.º 621/09.6TBPFR.P1, de 28 de Março de 2012, relator Amaral Ferreira



- Processo n.º 101/10.7PRPRT.P1, de 15 de Junho de 2011, relator Joaquim Gomes
- Processo n.º 807/08.0TTVNG.P1, de 7 de Junho de 2010, relatora Albertina Pereira
- Processo n.º 2570/08.6TJVNF-A.P1, de 19 de Maio de 2010, relator M. Pinto dos Santos
- Processo n.º 3696/05.3TXPRT-A.P1, de 25 de Março de 2010, relator Melo Lima
- Processo n.º 560/09.0TBVFR-E.P1, de 16 de Dezembro de 2009, relatora Ana Lucinda Cabral
- Processo n.º 0832041, de 24 de Abril de 2008, relator Fernando Baptista,
- Processo n.º 0624543, de 18 de Setembro de 2006, relator Correia de Paiva
- Processo n.º 0610492, de 24 de Maio de 2006, relator Joaquim Gomes
- Processo n.º 0413675, de 26 de Abril de 2006, relator Ângelo Moraes
- Processo n.º 0514708, de 2 de Novembro de 2005, relator Correia de Paiva
- Processo n.º 0444816, de 7 de Dezembro de 2004, relator António Gama
- Processo n.º 0435300, de 11 de Novembro de 2004, relator Fernando Baptista
- Processo n.º 0140385, de 10 de Outubro de 2001, relator Manso Raínho
- Processo n.º 0041402, de 9 de Maio de 2001, relator Manso Raínho

Acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa:

- Processo n.º 600/11.3TVLSB.L1-1, de 26 de Novembro de 2013, relator Eurico Reis
- Processo n.º 3530/12.8TTLSB.L1-4, de 19 de Junho de 2013, relator José Eduardo Sapateiro
- Processo n.º 1228/10.0TBAGH.L1-7, de 28 de Maio de 2013, relatora Cristina Coelho

- Processo n.º 342/09.0TVLSB.L1.7, de 12 de Julho de 2012, relatora Cristina Coelho
- Processo n.º 17544/02.2TJLSB-B.L1-6, de 30 de Outubro de 2012, relatora Ana de Azeredo Coelho
- Processo n.º 6116/08.8TBCSC.L1-7, de 26 de Outubro de 2010, relator Gouveia de Barros
- Processo n.º 89/07.1TVLSB.L1-1, 26 de Outubro de 2010, relator António Santos
- Processo n.º 3524/08-1-1, de 20 de Outubro de 2009, relator Eurico Reis
- Processo n.º 627/07.0TMLS.B.L1-1, de 6 de outubro de 2009, relator João Aveiro Pereira
- Processo n.º 886/2001.L1-7, de 8 de Setembro de 2009, relator Abrantes Geraldês
- Processo n.º 8412/2007-9, de 30 de Junho de 2008, relatora Adelina Barradas Oliveira
- Processo n.º 2115/2008-7, de 15 de Abril de 2008, relator Abrantes Geraldês
- Processo n.º 1088/2007-9, de 1 de Março de 2007, relator Ribeiro Cardoso
- Processo n.º 11602/2006-5, de 23 de Maio de 2006, relator José Adriano
- Processo n.º 414/2005-6, de 17 de Fevereiro de 2005, relator Gil Roque
- Processo n.º 1435/2004-4, de 2 de Junho de 2004, relator Ramalho Pinto

Acórdãos do Tribunal da Relação de Guimarães:

- Processo n.º 1156/13.8TB.BRG-A.G1, de 27 de Fevereiro de 2014, relator Edgar Gouveia Valente
- Processo n.º 3621/12.5TB.GMR.G1, de 11 de Julho de 2013, relatora Rita Romeira
- Processo n.º 135/11.4TV.PRT.G1, de 23 de Abril de 2013, relator António Beça Pereira

- Processo n.º 363/12.5TBCM-N-B.G1, de 19 de Março de 2013, relator António Santos
- Processo n.º 614/04.0TMBRG-C.G1, de 6 de Novembro de 2012, relator António Santos
- Processo n.º 514/04-2, de 10 de Maio de 2004, relator Francisco Marcolino

Acórdãos do Tribunal da Relação de Évora:

- Processo n.º 436/12.4TATVR.E1, de 3 de Fevereiro de 2015, relatora Ana Barata de Brito
- Processo n.º 158/13.9TTEVR.E1, de 25 de Setembro de 2014, relatora Paula do Paço
- Processo n.º 351/08.6TBPSR.E1, de 2 de Junho de 2011, relator António M. Ribeiro Cardoso
- Processo n.º 98/08.3PESTB.E1, de 12 de Abril de 2011, relator Edgar Valente
- Processo n.º 576/06.9TBABT-B.E1, de 17 de Fevereiro de 2011, relator Bernardo Domingos
- Processo n.º 1382/03.8TBFAR.E1, de 16 de Junho de 2010, relator Bernardo Domingos
- Processo n.º 487/07.0TAETZ.E1, de 1 de Outubro de 2009, relator Ribeiro Cardoso
- Processo n.º 2511/05-2, de 22 de Março de 2007, relator Gaito das Neves
- Processo n.º 2805/06-2, de 15 de Março de 2007, relator Gaito das Neves
- Processo n.º 2813/06-2, de 15 de Fevereiro de 2007, relator Silva Rato
- Processo n.º 2347/06-2, de 25 de Janeiro de 2007, relatora Fernanda Bento
- Processo n.º 870/04-3, de 14 de Julho de 2004, relator Gaito das Neves
- Processo n.º 934/04-3, de 22 de Junho de 2004, relator Bernardo Domingos

Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra:

- Processo n.º 360/12.0TBCNF.C1, de 20 de Janeiro de 2015, relator Arlindo Oliveira
- Processo n.º 693/09.3TBVNO.C1, de 18 de Fevereiro de 2014, relator Teles Pereira
- Processo n.º 525/12.5T2ETR.P1.C1, de 15 de Outubro de 2013, relator José Avelino Gonçalves
- Processo n.º 150/11.8GAPCV.C1, de 8 de Maio de 2013, relator Luís Coimbra
- Processo n.º 2/11.1TAACB.C1, de 8 de Maio de 2013, relatora Maria José Nogueira
- Processo n.º 178/10.5JACBR.C1, de 20 de Junho de 2012, relator Paulo Valério
- Processo n.º 1149/11.0TTCBR.C1, de 29 de Março de 2012, relator Felizardo Paiva
- Processo n.º 2965/11.8TAVNG.C1, de 9 de Janeiro de 2012, relatora Elisa Sales
- Processo n.º 160/10.2JACBR.C1, de 20 de Dezembro de 2011, relator José Eduardo Martins
- Processo n.º 445/09.0TBSEI.C1, de 6 de Dezembro de 2011, relatora Judite Pires
- Processo n.º 2489/09.3PCCBR.C1, de 28 de Setembro de 2011, relatora Olga Maurício
- Processo n.º 100/08.9GATBU.C1, de 27 de Abril de 2011, relator Alice Santos
- Processo n.º 26/08.6EACTB.C1, de 28 de Abril de 2010, relator Pilar de Oliveira
- Processo n.º 11/08.8PEFIG.C1, de 10 de Março de 2010, relator José Eduardo Martins
- Processo n.º 583/07.4TATMR.C1, de 6 de Janeiro de 2010, relator Orlando Gonçalves

- Processo n.º 34/08.7TBFCR-L.C1, de 17 de Novembro de 2009, relator Carlos Moreira

Acórdãos do Tribunal Central Administrativo do Sul:

- Processo n.º 00094/04, de 14 de Dezembro de 2005, relatora Cristiana dos Santos

Acórdãos do Tribunal Central Administrativo do Norte:

- Processo n.º 01026/12.7BEBRG-B, de 10 de Outubro de 2014, relator João Beato Oliveira Sousa
- Processo n.º 02042/07.6BEPRT, de 24 de Julho de 2008, relator Drº José Augusto Araújo Veloso
- Processo n.º 00077/01 - BRAGA, de 26 de Abril de 2006, relator Valente Torrão
- Processo n.º 00936/04.7BEVIS, de 2 de Junho de 2005, relator Fonseca Carvalho
- Processo n.º 00011/04, de 28 de Outubro de 2004, relator Moisés Rodrigues

Sentenças dos Julgados de Paz:

- Seixal - Processo n.º 231/2011-JP, de 28 de Setembro de 2011, relatora Fernanda Carretas
- Seixal - Processo n.º 242/2009-JP, de 17 de Agosto de 2009, relatora Fernanda Carretas
- Miranda do Corvo - Processo n.º 21/2006-JP, de 28 de Julho de 2006, relatora Filomena Matos
- Castro Verde - Processo n.º 32/2009-JP, de 16 de Dezembro de 2009, relatora Sandra Marques

## Mapa da Tese

|                                |   |
|--------------------------------|---|
| Resumo/ <i>Abstract</i> .....  | 3 |
| Á guisa de enquadramento ..... | 5 |

### **1ª Parte – Mas afinal o que é isso de Paremiologia?**

|   |    |
|---|----|
| Cap. 1 - <u>A imagem de Marca do Homem</u> .....                    | 18 |
| Cap. 2 - <u>Breve Introdução à Paremiologia para Canhotos</u> ..... | 29 |

2.1 – Do que se fala, quando se fala no que se fala; 2.2 – Paremiologia vs paremiografia; 2.3 – Agentes formadores da humanidade; 2.4 – O que é um provérbio; 2.5 – Origens e estruturas; 2.6 – Da multidisciplinarietà evidente; 2.7 – Cervantes; 2.8 – Diversas expressões paremiológicas; 2.9 - Escolas de sabedoria.

|  |    |
|--|----|
| Cap. 3 – <u>A escandalosa relação entre Provérbios e Direito</u> ..... | 40 |
|--|----|

3.1- Provérbios como fontes de direito; 3.2 – Fontes de provérbios e de Direito; 3.3 – Previsão e estatuição; 3.4 – Provérbios eruditos.

### **2ª Parte – A Paremiologia na Jurisprudência portuguesa**

|  |    |
|--|----|
| Cap. 4 - <u>Suprema Paremiologia</u> ..... | 50 |
| I .....                                    | 50 |
| II .....                                   | 51 |
| III .....                                  | 53 |
| IV .....                                   | 55 |
| V .....                                    | 57 |
| VI .....                                   | 59 |
| VII.....                                   | 60 |
| VIII.....                                  | 61 |

|  |        |
|--|--------|
| IX .....                                       | 62     |
| X .....  | 62     |
| XI .....                                       | 63     |
| XII .....                                      | 64     |
| XIII .....                                     | 65     |
| XIV .....                                      | 66     |
| XV .....                                       | 68     |
| XVI .....                                      | 69     |
| XVII .....                                     | 70     |
| XVIII .....                                    | 72     |
| XIX .....                                      | 72     |
| XX .....                                       | 73     |
| XXI .....                                      | 75     |
| <br>Cap. 5 - <u>Paremiologia Invicta</u> ..... | <br>77 |
| I .....  | 77     |
| II .....                                       | 79     |
| III .....                                      | 81     |
| IV .....                                       | 82     |
| V .....  | 83     |
| VI .....                                       | 84     |
| VII .....                                      | 85     |
| VIII .....                                     | 86     |
| IX .....                                       | 87     |
| X .....  | 88     |
| XI .....                                       | 89     |
| XII .....                                      | 90     |
| XIII .....                                     | 91     |
| XV .....                                       | 94     |
| XVI .....                                      | 95     |
| XVII .....                                     | 97     |
| XVIII .....                                    | 97     |
| XIX .....                                      | 100    |
| XX .....                                       | 101    |
| XXI .....                                      | 102    |
| XXII .....                                     | 102    |

|  |         |
|--|---------|
| Cap. 6 - <u>Paremiologia Olissiponense</u> .....   | 104     |
| I .....  | 104     |
| II .....   | 105     |
| III .....  | 106     |
| IV .....   | 107     |
| V .....  | 108     |
| VI .....   | 109     |
| VII.....   | 110     |
| VIII.....  | 111     |
| IX .....   | 112     |
| X .....  | 114     |
| XI .....   | 115     |
| XII.....   | 117     |
| XIII.....  | 118     |
| XIV .....  | 119     |
| XV .....   | 120     |
| XVI .....  | 121     |
| <br>Cap. 7 - <u>Paremiologia Sem Pavor</u> .....   | <br>124 |
| I .....  | 124     |
| II .....   | 126     |
| III .....  | 127     |
| IV .....   | 128     |
| V .....  | 129     |
| VI .....   | 131     |
| VII.....   | 133     |
| VIII.....  | 133     |
| IX .....   | 136     |
| X .....  | 137     |
| XI .....   | 138     |
| XII.....   | 139     |
| XIII.....  | 140     |
| <br>Cap. 8 - <u>Paremiologia de Mumadona</u> ..... | <br>142 |



|   |         |
|---|---------|
| I .....   | 142     |
| II .....  | 143     |
| III .....   | 144     |
| IV .....  | 146     |
| V .....   | 146     |
| VI .....  | 147     |
| VII.....  | 148     |
| <br>Cap. 9 - <u>Da Questão Coimbrã</u> .....                      | <br>150 |
| I .....   | 150     |
| II .....  | 151     |
| III .....   | 153     |
| IV .....  | 154     |
| V .....   | 156     |
| VI .....  | 158     |
| VII.....  | 159     |
| VIII.....   | 160     |
| IX .....  | 161     |
| X .....   | 162     |
| XI .....  | 163     |
| XII.....  | 164     |
| XIII.....   | 165     |
| XIV .....   | 166     |
| <br><b>3ª Parte – A Paremiologia da Jurisprudência Portuguesa</b> |         |
| Cap. 10 - <u>Análise dos provérbios encontrados</u> .....         | 168     |
| <i>Abyssus abyssum invocat</i> .....                              | 168     |
| A paixão é cega.....  | 168     |
| A vida não tem preço.....   | 168     |
| As aparências iludem .....  | 168     |
| Cesteiro que faz um cesto faz um cento .....                      | 168     |
| Da discussão nasce a luz .....                                    | 169     |
| Dar a César o que é de César. ....                                | 169     |
| Das duas, uma. ....   | 169     |
| Deixar entrar pela porta o que saiu pela janela.....              | 169     |

|  |     |
|--|-----|
| Diz-me com quem andas e dir-te-ei as manhas que tens .....         | 170 |
| Duas cabeças pensam melhor do que uma. ....                        | 170 |
| Em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem<br>razão ..... | 170 |
| Em política, o que parece é. ....                                  | 170 |
| Entre marido e mulher não metas a colher .....                     | 170 |
| Filho és, pai serás, conforme fizeres, assim acharás. ....         | 171 |
| Gato escaldado, de água fria tem medo .....                        | 171 |
| Gato escondido com o rabo de fora .....                            | 171 |
| Gira o disco e toca a mesma. ....                                  | 171 |
| Ir à lã e sair tosquiado .....                                     | 171 |
| Justiça tardia não é Justiça. ....                                 | 172 |
| Mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo ....           | 172 |
| Mais vale tarde do que nunca. ....                                 | 172 |
| Mais vale um mau acordo, do que uma boa demanda. ....              | 172 |
| Meter o carro à frente dos bois. ....                              | 172 |
| Na primeira quem quer cai, na segunda cai quem quer. ....          | 173 |
| Não basta ser, é preciso parecer .....                             | 173 |
| Não existe crime, onde não existe motivo. ....                     | 173 |
| Não há duas sem três. ....   | 173 |
| Não há fumo sem fogo .....   | 173 |
| Não há regra sem excepção. ....                                    | 174 |
| Não queira o sapateiro ir para além do chinelo. ....               | 174 |
| Não ter onde cair morto .....                                      | 174 |
| Nem tudo o que parece é .....                                      | 174 |
| No meio está a virtude. ....                                       | 174 |
| O crime compensa. ....   | 174 |
| O dinheiro não fala .....  | 175 |
| O Direito é uma ciência de rigor. ....                             | 175 |
| O futuro a Deus pertence. ....                                     | 175 |
| O que não tem remédio, remediado está. ....                        | 175 |
| O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. ....               | 175 |
| O respeito não se ganha, conquista-se. ....                        | 176 |
| O sábio aponta para a lua; o tolo olho para o dedo .....           | 176 |
| O segredo é a alma do negócio. ....                                | 176 |
| O seu a seu dono. ....   | 176 |

|   |     |
|---|-----|
| O tempo cura tudo .....   | 176 |
| Os carros não foram feitos para bater.....                          | 176 |
| Ou há moralidade, ou comem todos. ....                              | 177 |
| Pagar e morrer, quanto mais tarde melhor. ....                      | 177 |
| Pai imprudente torna o filho desobediente.....                      | 177 |
| Para inglês ver.....  | 177 |
| Para tudo na vida há remédio, menos para a morte. ....              | 177 |
| Para tudo na vida há um tempo .....                                 | 177 |
| <i>Pas d'argent, pas de Suisse</i> .....                            | 177 |
| Perdido por cem, perdido por mil .....                              | 178 |
| Preso por ter cão e preso por não o ter .....                       | 178 |
| Quando um não quer, dois não brigam.....                            | 178 |
| Quanto mais me bates, mais gosto de ti.....                         | 178 |
| Quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado<br>lhe vem..... | 178 |
| Quem cala consente .....  | 179 |
| Quem compra a carne, também tem que levar o osso.....               | 179 |
| Quem diz o que quer, ouve o que não quer .....                      | 179 |
| Quem é vivo sempre aparece .....                                    | 179 |
| Quem espera desespera .....   | 179 |
| Quem estraga velho, paga novo .....                                 | 179 |
| Quem exige respeito tem que se dar ao respeito.....                 | 180 |
| Quem faz um cesto, faz um cento .....                               | 180 |
| Quem não deve, não teme. ....                                       | 180 |
| Quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele.....                   | 180 |
| Quem não se sente, não é filho de boa gente.....                    | 180 |
| Quem pisa em cima de ovos, não pode calçar tamancos .....           | 180 |
| Quem vê caras, não vê corações .....                                | 181 |
| Ser mais papista que o papa .....                                   | 181 |
| Sol na eira e chuva no nabal .....                                  | 181 |
| Tão é ladrão é o que vai à vinha, como o que fica ao portal .       | 181 |
| Ter um peso na consciência .....                                    | 182 |
| Tim tim por tim tim .....   | 182 |
| Vender gato por lebre .....   | 182 |
| Zangam-se as comadres, descubrem-se as verdades.....                | 182 |

|  |     |
|--|-----|
| Cap. 11 – <u>Lista de outras expressões e provérbios Latinos</u> ..... | 183 |
| <i>Honeste procedere, neminem laedere</i> .....                        |     |
| <i>In dubio pro reu</i> .....  |     |
| <i>Ipsis verbis</i> .....  |     |
| <i>Melior est conditio possidentis</i> .....                           |     |
| <i>O tempora! O mores!</i> .....                                       |     |
| <i>Persona non grata</i> .....   |     |
| <i>Solve et repete</i> .....   |     |
| <i>Summum jus, summa injuria</i> .....                                 |     |
| <i>Verba volant, scripta manen</i> .....                               |     |
| <i>Vox populi</i> .....  |     |
| Considerações finais .....   | 184 |
| Bibliografia .....   | 190 |
| Jurisprudência .....   | 199 |
| Mapa da Tese .....   | 206 |